



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1730

Segunda-feira - 27 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	4	Irineópolis	225	São Miguel do Oeste.....	505
Arroio Trinta.....	6	Itá	232	Schroeder.....	510
Balneário Rincão	9	Itaiópolis	233	Siderópolis.....	517
Barra Velha.....	10	Itapiranga.....	234	Sombrio.....	523
Biguaçu	11	Itapoá	235	Timbé do Sul	525
Blumenau	13	Ituporanga	267	Timbó	526
Bom Jardim da Serra	20	Jacinto Machado	268	Três Barras	528
Bom Retiro	20	Joaçaba.....	270	Videira.....	529
Botuvera.....	21	Lages	276	Xaxim.....	537
Braço do Trombudo.....	22	Laguna	276		
Brusque.....	22	Lauro Muller	283		
Caçador.....	48	Leoberto Leal	284	Consórcios	
Camboriú.....	59	Lindóia do Sul	287	ARIS	537
Campo Erê.....	60	Luzerna	288	CIS Nordeste	537
Campos Novos	61	Macieira.....	290	CIS/AMARP.....	542
Canoinhas.....	69	Mafra	292	CIS/AMOSC.....	543
Capinzal	72	Maracajá	293	CVC.....	545
Caxambu do Sul.....	82	Maravilha.....	293		
Celso Ramos.....	86	Massaranduba.....	295		
Chapadão do Lageado	87	Meleiro	300		
Cocal do Sul.....	88	Modelo	301		
Concórdia	88	Monte Carlo	362		
Cordilheira Alta	99	Morro da Fumaça	418		
Coronel Freitas.....	100	Navegantes.....	419		
Coronel Martins.....	102	Nova Trento	421		
Correia Pinto.....	104	Novo Horizonte	427		
Corupá	106	Ouro	428		
Curitibanos	108	Paial.....	429		
Dionísio Cerqueira	110	Palhoça	429		
Ermo	112	Palmitos	453		
Faxinal dos Guedes.....	113	Papanduva.....	454		
Forquilha.....	122	Passos Maia	455		
Fraiburgo.....	122	Paulo Lopes	464		
Frei Rogério	124	Penha.....	466		
Garopaba.....	127	Pinheiro Preto	467		
Garuva	128	Pomerode.....	471		
Gaspar	131	Porto Belo.....	472		
Governador Celso Ramos	135	Porto União.....	474		
Grão Pará	135	Pouso Redondo	475		
Guaraciaba	136	Presidente Castello Branco.....	476		
Guaramirim.....	141	Rio do Sul.....	476		
Guarujá do Sul	145	Salto Veloso	481		
Herval d'Oeste	148	Santa Rosa do Sul	495		
Ibiam	155	Santa Terezinha do Progresso	496		
Ilhota	160	Santiago do Sul.....	496		
Imbituba	161	São Bento do Sul.....	497		
Indaial.....	169	São João do Oeste	499		
Iomerê	171	São José.....	500		
Ipumirim	225	São Lourenço do Oeste.....	503		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X

CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Instituto



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

AVISO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório nº 038/2015 - modalidade Tomada de Preço nº. 006/2015 ocorreu erro, abrindo-se dessa forma, novo prazo. Assim, a abertura do referido processo licitatório terá como nova data o dia 18 de maio de 2015 às 09h00min. No Edital de Processo Licitatório nº 038/2015 - modalidade Tomada de Preço nº 006/2015: Onde se lê: "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é de R\$ 272.438,84 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." Leia-se "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é de R\$ 253.026,49 (duzentos e cinquenta e três mil e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 27 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2015

DECRETO Nº 031/2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 170,73 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
170,73

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação
170,73

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 043/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 043/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Ana Paula da Rocha; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsruckisch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 046/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratado: Fernando Raul Dzubuk; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsruckisch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 047/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 047/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Jeniffer Garcia; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsruckisch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 048/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 048/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Maristela de Oliveira de Souza; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsrucksch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 049/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 049/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Romilda Machado Lucca; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsrucksch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 044/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 044/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Antônia Risolene Sampaio dos Santos Prim; Objeto: Contratação de recenseadores para prestação de senso lingüístico de Antônio Carlos, com ênfase no Hunsrucksch, como parte das obrigações do município de Antônio Carlos referentes ao Contrato 147/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, e o município de Antônio Carlos. Valor: A remuneração da prestação de serviço será por formulário entregue e contabilizado no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por formulário durante o prazo do contrato. Vigência 23 de março de 2015- 23 de junho de 2015.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA 258/2015

PORTARIA nº 258, em 27 de abril de 2015.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00023/13-1, nos assentos funcionais da servidora Leni Luzia Leite Pauli, detentora da matrícula nº 162 e do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Gerais - 20H, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Leni Luzia Leite Pauli, detentora da matrícula nº 162 e do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Gerais - 20h, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00023/13-1, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo o período de 01/04/1981 a 31/05/1985, correspondentes a 04 anos, 02 meses e 00 dias e 01/03/1986 a 31/10/1990, correspondentes a 04 anos, 08 meses e 00 dias, totalizando 08 anos, 10 meses e 00 dias - 3.220 dias, a serem integralmente computados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 257/2015

PORTARIA nº 257 em 27 de abril de 2015.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00021/15-5, nos assentos funcionais da servidora Lucide Maria Schmitz Kreff, detentora da matrícula nº 179 e do cargo de provimento efetivo Professor com Pós Graduação Especialista - 20H, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, detentora da matrícula nº 179 e do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós Graduação Especialista - 20H, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00021/15-5, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo o período de 01/06/1986 A 01/11/1990 correspondentes a 04 anos, 05 meses e 01 dias - 1.611 dias, serem integralmente computados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 259/2015

PORTARIA Nº 259/2015.

Concede Licença Maternidade a ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,
Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora VANESSA TREMARIN, ocupante do cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, a contar de 17 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 27 de abril de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO Nº 0030 2015**

CONTRATO Nº0030/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº0004/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS.

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa L.B - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03, com sede na Rua Nereu Ramos, 330, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, brasileiro, sócio administrador, portador do CPF sob nº 014.931.649-61 e identidade sob nº 3.263.197, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos nº 334, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

I - OBJETO**CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO**

A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA A EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA VANDERLEI JOSÉ ROTA COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 784,35M² E PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS (PARALELEPÍPEDOS) TRECHOS DA RUA NILDE MAZZUCO SERIGHELLI COM 1.326,50 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.110,85M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NAS LATERAIS DAS RUAS ACIMA CITADAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.064-86/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 789994, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexados ao Edital e parte integrante deste contrato.

§1º - A obra deverá ser executada pela própria contratada, ficando expressamente vedada a sublocação a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA.

§2º - As despesas com ARTs de execução da obra serão por conta da contratada.

§3º - Qualquer alteração de serviço ou projeto, somente deverá ser executada com prévia aprovação por escrito do Senhor Prefeito Municipal, mediante alteração contratual.

§4º - Os materiais a serem empregados na obra deverão atender as especificações e normas técnicas da ABNT - DNIT - DEINFRA - FATMA e demais órgãos fiscalizadores e executados de acordo com os projetos técnicos fornecidos.

§5º - De acordo com a Lei 8.666/93, a garantia das obras, objeto do presente edital, será de no mínimo 05 (cinco) anos.

§6º - O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

§7º - A qualquer momento a fiscalização poderá solicitar corpos de provas de concreto asfáltico e outros materiais, sendo que os custos de sua obtenção e demais ensaios de verificação deverão ser custeados integralmente pela contratada. Em caso do não atendimento imediato dos ensaios solicitados, a execução dos serviços será imediatamente suspensa, até a liberação da fiscalização.

§8º - A obra, objeto do presente edital, seguirá os trâmites de obra civil, ou seja, apresentar guia do INSS, FGTS, relação de funcionários registrados na empresa, alvarás, matrícula da obra no INSS e CND após o término da mesma, dentre outros documentos inerentes.

§9º - A contratada deverá fornecer termômetro para medir a temperatura da massa no momento da aplicação da mesma.

§10º - A contratada deverá fornecer e manter na obra o DIÁRIO DA OBRA, devidamente assinado pelo responsável pela execução da mesma, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, e apresentar um boletim de medição ao término de cada fase.

§11º - A contratada somente poderá iniciar os serviços com autorização por escrito (ordem de serviço).

§12º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

§13º - Os serviços de limpeza, impostos e serviços correlatos para a execução da obra será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

§14º - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais:

- Licença Ambiental de operação junto à Fundação do Meio Ambiente -FATMA ou órgão equivalente em outro Estado, do local do estabelecimento onde for preparado e produzido o material para realização da empreitada. Em caso de utilização de usina móvel deverá apresentar Licença Ambiental de instalação da mesma;
- A planilha orçamentária e o cronograma em meio magnético ou e-mail;
- Caução de 3% (três por cento) do valor do contrato, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, com supedâneo no artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 15º - Os equipamentos necessários deverão estar permanentemente na obra, em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a mesma sua manutenção, isentando a Prefeitura de qualquer obrigação referente a estas.

II - PREÇO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 2ª: PREÇO

A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$ R\$298.773,77 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) sendo os valores unitários referente ao material e referente a mão de obra, de cada Rua, conforme especificado na proposta apresentada, que independentemente de transcrição, é

parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 3ª: FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos oriundos da contratação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de transferência bancária à contratada e conforme cronograma físico financeiro.

III - DOS PRAZOS

CLÁUSULA 4ª: PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços prestados serão de conformidade com o Cronograma físico financeiro, mediante Boletins de Medição, condicionados a liberação dos recursos, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.064-86/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 789994, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042, devendo o boletim ser comprovado através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

A medição poderá ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, dependendo do andamento da obra.

O pagamento será efetuado em até 7(sete) dias após a emissão da Nota Fiscal de acordo com o Boletim de Medição da obra, com:

I - Emissão dos respectivos documentos fiscais;

II - Aceitação dos bens/serviços, pelo órgão da Prefeitura encarregado da fiscalização;

III - Cópias autenticadas da folha de pagamento e da GRPS, relativas aos segurados colocados à disposição da CONTRATADA, quando for o caso;

IV - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação o território do Município de ARROIO TRINTA;

V - Apresentação das negativas de tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como CRF - FGTS e CND - INSS.

§ 1º - Tratando-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas. A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento para a CONTRATADA mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, em especial o pagamento de salários, recolhimento de FGTS e de Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores.

O pagamento será efetuado mediante emissão da respectiva Nota Fiscal/ Fatura, através de transferência bancária a favor da licitante vencedora.

§ 2º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

§ 3º - A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com o Boletim de Medição, cuja cópia deverá acompanhá-la, assinada pela Comissão de Recebimento das Obras do Município, bem como cópia do diário de obra e Guia de Recolhimento do INSS.

CLÁUSULA 5ª: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução e entrega da obra será em até 150(cento e cinquenta) dias consecutivos, contados da expedição da ordem de serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.

§1º - A não entrega da obra dentro do prazo do item anterior, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

§2º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA 6ª: VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço, a qual deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15(quinze) dias úteis após a assinatura do contrato pelas partes, com duração de 150(cento e cinquenta dias) podendo ser prorrogado por motivo de força maior, nos termos do Art. 57, Lei 8.666/93.

IV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**CLÁUSULA 7ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS**

As despesas com a obra, objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2015, conforme segue:

344 - 1 . 2006 . 15 . 451 . 15 . 1.9 . 1 . 449000 Aplicações Diretas
343 - 1 . 2006 . 15 . 451 . 15 . 1.9 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

V - GARANTIAS**CLÁUSULA OITAVA: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

§ 1º - O objeto do presente contrato tem garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

VI - MULTAS**CLÁUSULA NONA: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da PREFEITURA, a CONTRATADA incorrerá em multa, quando houver descumprimento no fornecimento dos produtos adquiridos, objeto deste contrato.

§ 1º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, a critério da contratante, na forma do artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

VII - DAS RESPONSABILIDADES**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

§ 1º - Cabe ao Município de Arroio Trinta:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em Mural Público Municipal e no DOM - Diário Oficial do Município;
- c) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem;
- d) Nomear Comissão de Fiscalização para acompanhar a referida obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

§ 2º - Cabe a Contratada:

- a) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras

necessárias a execução dos serviços;

- b) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- c) efetuar, semanalmente a limpeza da obra;
- d) compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;
- e) apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;
- f) arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros;
- g) facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;
- h) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o município solicitar;
- i) é vedada a subempreitada total ou parcial da obra; sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA;
- j) responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto no Código Civil Brasileiro;
- k) manter no local da obra, no mínimo 4 horas diárias e sempre no mesmo horário de trabalho o engenheiro responsável pela execução da obra;
- l) confecção e preenchimento do boletim diário da obra, vistado pelo engenheiro responsável pela execução da mesma;
- m) fixar placa de identificação da obra, padrão GOVERNO DO ESTADO, que deverá atender as normas da identidade visual do Município.
- n) prestar garantia do contrato conforme item 8.3 deste edital;
- o) recolher a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço, objeto deste Edital e do Contrato e entregar na Prefeitura, cinco (5) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.
- p) outras obrigações mencionadas na minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO

O presente contrato será rescindido, independentemente de interposição ou de procedimento judicial:

- a) No caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da lei 8.666/93;
- b) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;
- c) Quando, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- d) Se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da PREFEITURA.
- e) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VIII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2015, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEIS 8.666/93 - 8.883/94 - 9.648/98**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

X - FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO DE ELEIÇÃO

As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de VIDEIRA, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

ARROIO TRINTA- SC, 23 de abril de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

L.B - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03
CONTRATADA
LAURECI BITENCOURT
CPF nº 014.931.649-61
Contratado

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI RONIVAN BRANDALISE
CPF - 000.077.349-21 CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0030/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA VANDERLEI JOSÉ
ROTTA E PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS RUA NILDE MAZZUCO
SERIGHELLI
VALOR: R\$298.773,77
CONTRATADA: LB. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 029/PMBR/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/PMBR/2015.
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.
Data e horário da sessão de abertura: 11/05/2015 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para execução de forma parcelada de serviço de lavagem, lubrificação, limpeza, engraxamento e higienização da frota de veículos e equipamentos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015.
Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 24 de Abril de 2015.
Pregoeira
Gisele Ferreira.

DECRETO Nº 261/2015

Decreto nº 261/2015, de 24 de abril de 2015.
DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 84, V;

CONSIDERANDO o falecimento da Honrosa Maria Albertina Silvano da Silva, que em vida prestou grandes serviços sociais ao Município de Balneário Rincão/SC;
CONSIDERANDO, a relevância dos serviços prestados como líder comunitária;

DECRETA:

Art. 1º - LUTO Oficial, por 3 (três) dias, no Município de Balneário Rincão, a partir desta data.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 24 de abril de 2015.
Décio Gomes Góes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 258/2015

DECRETO Nº. 258/2015 DE 13 ABRIL DE 2015.
Altera o Decreto nº 101 de 18/12/2013, para incluir novas representações e membros no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei 11.494/2007, Art 24, IV alínea "a", "d".

DECRETA

Art. 1º Ficam incluídos as Representações e Membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Ariana Costa de Oliveira

Suplente: Cristiane Onghero

Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Gislaine Pavanati Lopes

Suplente: Lucas Stefenon Lenhoqui

Art 2º - Os demais artigos e incisos do Decreto 101/2013, permanecem inalterados, assim como também fica inalterados o prazo de vigência do conselho, cabendo aos novos incluídos cumprirem o mandato com os demais já nomeados no referido Decreto.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Rincão(SC) , 13 de abril de 2015.

DÉCIO GOMES GÔES

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

DL 003/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 010/2015 - Dispensa de Licitação nº 003/2015

Contratada: CAM ADMIN. E INCORPORADORA DE BENS LTDA

Objeto: LOCAÇÃO DE CASA DE ALVENARIA PARA INSTALAÇÕES DO CAPS. Localizada a Rua Edmundo Lombardo nº 98, Bairro Tabuleiro, neste Município.

Valor do Contrato: R\$ 21.600,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Barra Velha, 24 de abril de 2015

CAM ADMIN. E INCORPORADORA DE BENS LTDA - Contratado Claudemir Matias Francisco - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

PP 97/2015 E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 97/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, NO PERÍODO DE 14 À 17 DE MAIO DE 2015, NA PRAÇA NEREU RAMOS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:45 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:00 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 27 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 118/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E TRANSPORTES.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 13 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 27 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA/BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº. 002/2015.

Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 5º da lei ordinária nº 2906 de 26 de abril de 2010 e considerando a deliberação do Conselho em sua Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 07 de abril de 2015 e Ata nº 05/2015, resolve:

Artigo 1º - Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com vistas à elaboração do Plano Decenal.

Artigo 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no município de Biguaçu, no dia 27 de maio de 2015.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado nas orientações estabelecidas pelo CONANDA, garantindo a paridade entre Organização Governamental e Organização Não Governamental.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de comissões.

Artigo 7º - Fica delegado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de Abril de 2015.

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

Presidente do CMDCA/Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2015, para cofinanciamento do Governo Federal, no sistema da rede SUAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação da Plenária da Reunião Ordinária de 17 de abril de 2015;
- A ATA nº 06/2015 de 17 abril de 2015;
- A Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o SUAS e altera a LOAS - Lei 8.742/1993;
- A Resolução nº 33/2012 do CNAS que dispõe sobre a NOB/SUAS;
- A Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que dispõe sobre a PNAS.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2015, para cofinanciamento do Governo Federal no sistema da rede SUAS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de abril de 2015.

Paula Hoffmann Costa

Vice-Presidente do CMAS/ Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 03/2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, provenientes dos repasses do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, exercício de 2014.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 17 de abril de 2015.

- A ATA nº 06/2015.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, exercício 2014, proveniente dos repasses do FNAS para o FMAS, conforme os saldos de cada piso relacionados abaixo:

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - R\$ 1.787,20 (um mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos);

PBF - Piso Básico Fixo - R\$ 52.318,05 (cinquenta e dois mil trezentos e dezoito reais e cinco centavos);

ACESSUAS - R\$ 134.233,91 (cento e trinta e quatro mil reais e duzentos e trinta e três reais e noventa e um centavos);

BPC/Escola - Benefício de Prestação Continuada na Escola - R\$ 3.000,00 (três mil reais);

PAC I - Piso de Alta Complexidade I - R\$ 91,41 (noventa e um reais e quarenta e um centavos);

PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade - R\$ 20.442,10 (vinte mil quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos);

PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade - R\$ 61.297,60 (sessenta e um mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos);

IGD/PBF - Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - R\$ 55.137,62 (cinquenta e cinco mil cento e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos);

IGD/SUAS - Incentivo a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - R\$ 5.206,60 (cinco mil duzentos e seis reais e sessenta centavos).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de abril de 2015.

Paula Hoffmann Costa

Vice-Presidente do CMAS/ Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

Dispõe sobre a aprovação da Inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 07 de abril de 2015.

- A ATA nº 05/2015.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição dos serviços, projetos e programas no CMDCA da Instituição: Associação Recreativa e Cultural 17 de Maio, CNPJ: 75.530.295/0001-07. Endereço: Rua Frederico Bunn, nº 42, Centro, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO - TERMO ADITIVO N. 03 – CONTRATO N. 04/2012

AVISO DE PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato do Termo Aditivo n. 03 - Contrato n. 04/2012 - Licitação - Modalidade: Tomada de Preço nº 03/2012

Objeto: o objeto do presente termo aditivo é a inclusão do Sistema de Transparência, no valor mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Pela implantação será pago o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), nos termos do art. 65, I "a", da Lei 8.666/93.

Contratado: Betha Sistemas Ltda - CNPJ n. 00.456.865/0001-67

Valor: R\$ 1.010,00 (mil reais e dez centavos)

Vigência: 27/04/2015 a 25/05/2015

Biguaçu/SC, 27 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.600/2015**

DECRETO Nº 10.600, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 475.255,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 - Man. Ativ. Ens. Fund. - Sal. Educação

Modalidade 3.3.90 (641) Aplicações Diretas R\$ 39.537,70

Fonte de Recursos 0336.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. Rua Humberto de Campos - Prog. Mob. Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (645) Aplicações Diretas R\$ 103.287,01

Fonte de Recursos 0386.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1090 - Limp. Desas. Rib. Velha - Pac Drenagem

Modalidade 4.4.90 (649) Aplicações Diretas R\$ 177.059,61

Fonte de Recursos 0334.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1095 - Const. Pontes da Bacia do Rib. Itoupava Etapa II - Pac Drenagem

Modalidade 4.4.90 (650) Aplicações Diretas R\$ 125.830,23

Fonte de Recursos 0334.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1099 - Sup/Fisc. Obras Bacias Rib. Itoupava, Velha, Garcia Pac Drenagem

Modalidade 4.4.90 (648) Aplicações Diretas R\$ 9.540,45

Fonte de Recursos 0334.00000

12- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1209 - Fundo Municipal do Idoso

Atividade 12.09.08.241.0010.2307 - Manut. Implant. Implem. Ações ao Idoso

Modalidade 3.3.90 (651) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.606/2015

DECRETO Nº 10.606, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na dotação abaixo discriminada:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0405 - Fundo de Reap. Procuradoria Geral do Município

Projeto 04.05.03.091.0002.2015 - Manut. Ativ. Fundo de Reap. da PROGEM

Modalidade 3.3.90 (655) Aplicação Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.609/2015

DECRETO N. 10.609, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMEN (BIÊNIO 2012/2014).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o", combinado com o art. 59, V e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMEN, tomada na reunião ordinária de 25 de março de 2015, no sentido de prorrogar o mandato de seus atuais membros por 6 (seis) meses, pelas razões consignadas no incluso Ofício 008/2015; e

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerra-se em 30 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN (biênio 2012/2014), em caráter excepcional, até 30 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.675/2015

PORTARIA Nº 18.675, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o parágrafo único do art. 4º, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998 e alterações posteriores, combinado com o Decreto nº 6.892, de 06 de agosto de 2001, resolve:

NOMEAR, a contar desta data e sem ônus para o Município, para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - CMDES, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998 e alterações posteriores:

FERNANDO LEITE, representante titular da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JEAN CARLOS NAUMANN, nomeado pela Portaria nº 17.938, de 09 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.676/2015

PORTARIA Nº 18.676, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA TAMARA VIANA QUADROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 285/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal VANESSA TAMARA VIANA QUADROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, a contar de 13 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.677/2015

PORTARIA Nº 18.677, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 97/2015,
da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública,

a nomeação dos seguintes cidadãos:

JANIR SCOTTINI, nomeada através da Portaria nº 18.585, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MICHELLE AMANDA MOTTA THOMAZ DE ALMEIDA, nomeada através da Portaria nº 18.585, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

VANDERLEI DOS SANTOS, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

CIRLENE MARTINS DE LIMA, nomeada através da Portaria nº 18.541, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

CLAUDIMARA DA SILVA PFIFFER, nomeada através da Portaria nº 18.541, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

EMANOELA SCHUBERT DE FREITAS, nomeada através da Portaria nº 18.519, de 05 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LISANDRA SCHWAEMMLE, nomeada através da Portaria nº 18.632, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GABRIEL YURI PEREIRA, nomeado através da Portaria nº 18.632, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

IGOR FELIPE MAÇANEIRO, nomeado através da Portaria nº 18.583, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

LIGIA CRISTINA LOOS, nomeada através da Portaria nº 18.584, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MIRNA GIELAND, nomeada através da Portaria nº 18.584, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ROMILDA APARECIDA DE JESUS VICENTE, nomeada através da Portaria nº 18.584, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CELSON LUIZ RAMOS CASTANHA, nomeado através da Portaria nº 18.584, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

GILSON DA SILVA SANTOS, nomeado através da Portaria nº 18.585, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso

Público nº 001/2014;

NELI BREXI, nomeada através da Portaria nº 18.607, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANDREA CAROLINA PERES HESS, nomeada através da Portaria nº 18.607, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.678/2015

PORTARIA Nº 18.678, DE 20 DE ABRIL DE 2015.
TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 97/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

THAINA MARA CARDOSO, nomeada através da Portaria nº 18.607, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LORENA KRUTZSCH DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.542, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MURYEL CRISTIANE DALLABRIDA VARGAS, nomeada através da Portaria nº 18.583, de 25 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANA CAROLINE MESQUITA CASAGRANDE, nomeada através da Portaria nº 18.606, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

THAIANA SANTORO CAMPOS ROSA, nomeada através da Portaria nº 18.633, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

BIANKA BAGATOLLI CASTELLAIN MABA, nomeada através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RODRIGO ROCHA DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

PHILIPP MENDES LAWALL, nomeado através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

GABRIELA DELATORRE GOMES, nomeada através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

PAULO ROBERTO LONDERO VOTO, nomeado através da Portaria nº 18.516, de 05 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovado pelo Concurso Público nº 003/2014;

ELIANE NEVES DE ARAUJO ZACARIAS, nomeada através da Portaria nº 18.629, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

SANDRA MARCHESINI DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

FÁTIMA DE LUCCA DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELIZANGELA PATRICIA DE SOUZA TOMAZ, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JOSSIMARA FERREIRA DA SILVA RODRIGUES, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CRISLEINE MORGANA TELLES FAGUNDES, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ROBERTA ANALINE DESCHAMPS HASS, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LEILA REGINA PEIXE GUBERT, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.679/2015

PORTARIA Nº 18.679, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA EDSON KESTERING DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

EDSON KESTERING, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, nomeado pela Portaria nº 16.505, de 02 de janeiro de 2013, no dia 22 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.680/2015

PORTARIA Nº 18.680, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA JOSÉ AUGUSTO REINERT PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

JOSÉ AUGUSTO REINERT, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, no dia 23 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 386/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 386/2015

DESIGNAR OS REPRESENTANTES QUE IRÃO COMPOR AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESIGNAR

Os representantes que irão compor as Comissões responsáveis pela organização da VIII Conferência Municipal de Saúde, sem ônus para o Município.

I - Comissão de Organização da Conferência:

Katrin Aline Osti (coordenadora da Comissão) - Representante FURB - Segmento Prestadores de Serviços

Ieda Bernardina Vargas Ladewig - Representante do Conselho Intersindical de Saúde do Trabalhador - CISAT - Segmento dos Usuários

Moacir Francisco de Souza - Representante da Regional do Centro - Segmento Usuário

Ivone Gneuwch - Representante da União Blumenauense de Associação de Moradores - Segmento Usuário

Nívea Maria Klein Keunecke - Representante da CODEPA - Segmento de Usuários

André Ricardo Gonçalves - Vice - Presidente do Conselho Municipal - Segmento Fórum Municipal dos Trabalhadores da Saúde

Rita Dalle Laste Muniz - Representante do NUCRESS - Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social

Andrea da Silva - Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Governo

II - Comissão de Comunicação e Protocolo, constituída pelos servidores:

Gisele de Cássia Galvão Ruaro (coordenadora da comissão), Maria Sueli Hermínio, Joni Cesar Tomazoni e Elisabete Bieselki (SECOM), Aline da Silva Santos, Náuria da Silva Guimarães.

III - Comissão de Secretaria, constituída pelos servidores:

Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider (coordenadora da comissão), Thyara Becker, Marli Cecília Lopes Walendowsky, Liane Girolamo, Adriana Stolmaier, Dulcinéia Baehr André.

IV - Comissão Técnico-Científica e Cultural, constituída pelos servidores:

Maria de Fátima Campos (coordenadora da comissão), Rafael de Franceschi, Simone Andreia Rodrigues, Magda de Brida Ávila Barth, Jaete Catarina Eismann Panoch, Joslaine Rafaela Menegazzo, Patrícia Manczak da Silva, Karla Ferreira Rodrigues, Teresinha Clarete Testoni Nogueira, Wagner Iansen Pansard, Terezinha Rosa Dal Pizzol, Danielle Merhy Leal Monllor, Vanessa Tamara Viana Quadros;

V - Comissão de Infraestrutura e Logística, constituída pelos servidores:

Bernard van de Meene (coordenador da Comissão), Luciano Duro, Alessandra Teixeira de Freitas Cota, Márcia da Rocha, Aline Espíndula, André Ricardo Gonçalves, Ieda Bernardina Vargas Ladewig, Tabata Dias (FURB).

VI - Comissão de Relatoria, constituída pelos servidores:

Claudia Lange (coordenadora da comissão), Maristela Delviga Zancanaro, Nanci Aparecida da Silva David, Marco Aurélio Georg, Kátia Lúcia Brasil Pintarelli, Natanael Ramos de Oliveira, Thiago Cesar Pereira.

VII - Comissão dos Encontros Regionais, constituída pelos servidores:

Andréa da Silva, André Ricardo Gonçalves (coordenadores da Comissão), Supervisoras das Regionais de Saúde, Conselhos Locais e Regionais, Coordenações das Unidades de Saúde.

VIII - Comissão Finanças, constituídas pelos servidores:

Luiz Carlos Rocha, Deise Voltolini.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em 24 de abril de 2015.
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO COPE Nº 002/2015

RESOLUÇÃO COPE Nº. 002/2015

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I, DO ARTIGO 1º, DA RESOLUÇÃO Nº. 001/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares nºs. 793 e 794, ambas do dia 19 de abril de 2011, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião ordinária do dia 25 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a alteração da redação do inciso I, do artigo 1º, da resolução nº.001/2015 de 30 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º [...]

I - a Previsão de Receitas, Metas e Prioridades relativas a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2016 do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado. - FUNPACE, conforme Anexo I e II;

[...]”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 16 de abril de 2015
JULIANO GONÇALVES
Presidente

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 168/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Concorrência n.º 168/2014
HOMOLOGAÇÃO

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO DE BLUMENAU, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, homologou o resultado do processo licitatório nº. 168/2014, modalidade Concorrência, que trata da contratação acima mencionada.

Valor: R\$ 6.786.299,92 (seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Contratada: ZFM ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA..

Elemento de Despesa: Projetos Especiais - Centro de Inovação (4490.5181).

Base Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 23 de abril de 2014.
Prof. Udo Schroeder
Vice Reitor da FURB

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO EDITAL Nº 005/2013 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA
 EDITAL Nº 005/2013



A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados.

A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	107	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Gibran José Dambrowski	O Carro dos Sonhos	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 045/2013, Área: Cinema e Vídeo. Modalidade: Produção de Roteiro Cinematográfico intitulado "O Carro dos Sonhos", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Clausula Sexta – Da Contrapartida Social e do produto Cultural	20.000,00	29/05/2014	10/03/2015	até 05/06/2015

Blumenau, 27 de março de 2015.

Sylvio João Zimmermann Neto
 Presidente
 Fundação Cultural de Blumenau

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO EDITAL Nº 005/2013 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA
 EDITAL Nº 005/2013



A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados.

A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	093	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Rafaela Moreira da Costa	Brasileirando – Edição e Finalização da Segunda Temporada	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 065/2013, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção de Audiovisual intitulado “Brasileirando – Edição e Finalização da Segunda Temporada”, de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Clausula Sexta – Da Contrapartida Social e do produto Cultural	29.070,00	29/05/2014	08/04/2015	até 05/05/2015

Blumenau, 23 de abril de 2015.

Sylvio João Zimmermann Neto
 Presidente
 Fundação Cultural de Blumenau

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****22/2015**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório Nº 22/2015

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 13/2015

Forma de julgamento: menor preço global

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA ZERO KM, ANO/ MODELO 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, POR CONTA DO CONTRATO 0365966-92/011 ESTABELECIDO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA. Abertura das propostas 08/05/2015 às 13h. Edital completo no site oficial do município: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br ou www.bll.org.br
Base legal: Lei 10.520/02 e demais legislações pertinentes

Bom Jardim da Serra(SC), 24 de abril de 2015.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****391.04.15 - P. FÉRIAS THAISE G. CABRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 391/15 de 24.04.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Thaise Gislaine Cabral, Ocupante do cargo de Procurador Geral do Município, Padrão I - Nível 37, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Gabinete do Prefeito, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 021/2015 de 23 de abril de 2015, para gozá-las a contar de 23 de abril com término no dia 22 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 02.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015

Auxiliar de Enfermagem

Nome:	Pontuação:
1 – Sônia Marcia da Silva Peres	2,00
2 – Marlene Hinckel Almeida	0,80

Bom Retiro, 24 de abril de 2015.

Antonio Carlos Farias

Jeferson Ulisses Nunes

Verlani Possenti

Patricia Iracema Floriani

EXTRATO CONTRATO 87/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 87/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro
Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME
Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.
Valor Total Medicamento Ético: R\$ 7.668,77 (sete mil seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 128/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratada: Lepi Indústria e Comercio de Relógios Ltda. ME.
Objeto: Prestação de obras/serviços de engenharia para aquisição e instalação de 01 (um) pórtico metálico de acesso ao município de Bom Retiro/SC.
Fica alterada a Cláusula Terceira (dos preços), aditivando o valor de R\$ 1.085,87 (um mil oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) devido a alterações no projeto original. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº128/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Contrato de Comodato
Comodante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Comodatário: Cooperativa de Agricultores Familiares da Serra Catarinense - COOAFASC
Objeto: Utilização de uma sala de 153m², situada nas dependências do Parque Municipal de Exposições Dieter Hornung, para comercialização de produtos coloniais produzidos e cultivados pelos agricultores e pequenas agroindústrias dos associados e também para as atividades pertinentes a lanchonete.

Bom Retiro, 24 de abril de 2015.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL19/2015 - PP07/2015SRP-SACOLÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº19/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2015-Registro de Preços

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de SACOLÕES ALIMENTARES, em atendimento a legislação municipal. Recebimento da documentação e julgamento das propostas: 11/05/2015 até as 15:30hrs. Local: na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 27 de Abril de 2015.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 19 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 12.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de veículo automotor para a Secretaria Municipal de Obras de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 27 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO 13 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 13/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 13/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 19/2015. Objeto: Aquisição de Peças para manutenção da motoniveladora RG B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 07.634586/00019-95. Itens: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, no valor total de R\$ 6.400,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 24/04/2015.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 013/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 013/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 013/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 013/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 24 de abril de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 013/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 24 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 014/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 014/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 014/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 014/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 24 de abril de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 014/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 24 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015

PREGÃO nº 023/2015

Processo Licitatório nº 047/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de equipamento de pintura de meio-fio.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/05/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 22/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EDITAL Nº 008/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 008/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 008/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 008/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de abril de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 008/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 23 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 008/2015 - RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO PROFESSOR HABILITADO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 008/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de PROFESSOR- HABILITADO, conforme segue:

Professor com atuação na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Anos Iniciais / Alfabetização

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ISABEL CRISTINA RODRIGUES	32.4
2	CARMEN LUCIA KNIHS	26.0
3	MONIQUE KAROLYNE DE OLIVEIRA	22.0
4	LICINIA DE SOUZA MAGALHÃES	18.2
5	LIDIANE DE SOUZA MAGALHÃES	11.8
6	LUCINÉA BARBOSA DE OLIVEIRA	11.0
7	JUCILANE MOTTA ZANDONAI DO AMARAL	10.6
8	JOSEFINA MARCOMINI	10.0
9	MARIA APARECIDA VANINI MACHADO	10.0
10	NILCILENE RIBEIRO DO NASCIMENTO	10.0
11	MARINA DA SILVA	10.0

Geografia / Historia / Arte / Filosofia / Cultura e Historia das Religiões

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	GILMAR ANTONIO MALLMANN FEIL	35.1
2	FLÁVIA BOSSONI DIONISIO	33.5
3	JULIANA MENEZES CORREIA	22.0

Matematica / Ciências

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ANA JÚLIA CUNHA	23.9
2	INES GABRIELA WEBER NUNES	22.0
3	LUDMILA DE SOUZA ANDRADE	22.0
4	LILIAN WUNSCH ROCHA	22.0

Professor com atuação na educação especial

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	DALVA BLANDINA MARCELINO	26.0

Professor com atuação na educação infantil

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	RITA DE CÁSSIA SÁ DE FREITAS PEREIRA	43.4
2	VIVIANI FRITZE	42.9
3	CÉLIA ÁVILA DE SOUZA	37.0
4	TATIANE LEITE DALLABRIDA	33.3
5	TEREZINHA DE SOUZA DA SILVA	31.2
6	JÉSSICA VANESSA GROH	27.5
7	SUELEN APARECIDA PAVESI	27.0
8	RITA DE CASSIA SANDERSON DOS SANTOS	26.5
9	DALVA BLANDINA MARCELINO	26.0
10	JOICE DE OLIVEIRA DUARTE	22.6
11	MONIQUE KAROLYNE DE OLIVEIRA	22.0
12	GISLAINE BRAZ DE OLIVEIRA	18.0
13	KENIA BATISTA DA COSTA	13.5
14	ROGÉLIA GARCIA	10.0

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos finais

Arte

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CINTIA TORRESANI PAGEL	33.0
2	MARLY GAIGUER	22.0

Ciências

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	DANIELLE TEIXEIRA DOS SANTOS	28.2
2	ANA JÚLIA CUNHA	23.9

3	INES GABRIELA WEBER NUNES	22.0
4	LUDMILA DE SOUZA ANDRADE	22.0

Ensino Religioso / Filosofia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	GILMAR ANTONIO MALLMANN FEIL	35.1

Língua Portuguesa

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ADRIANA SHIMURA YAMASHITA	23.1
2	JOÃO PAULO DA SILVA	22.7

Matemática

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	EDUARDO CORDEIRO NORONHA	26.0

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos iniciais

Professor de Anos Iniciais

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CÉLIA ÁVILA DE SOUZA	37.0
2	TATIANE LEITE DALLABRIDA	33.3
3	ISABEL CRISTINA RODRIGUES	32.4
4	TEREZINHA DE SOUZA DA SILVA	31.2
5	SANDRA GABI WINTER	27.8
6	JÉSSICA VANESSA GROH	27.5
7	DALVA BLANDINA MARCELINO	26.0
8	CARMEN LUCIA KNIHS	26.0
9	PATRICIA ALVES DE ASSIS	23.6
10	JOICE DE OLIVEIRA DUARTE	22.6
11	MONIQUE KAROLYNE DE OLIVEIRA	22.0
12	DENISE TARCIANA TACHINI	19.7
13	CLEOMARA WILLIANS TURMAN	18.4
14	LICINIA DE SOUZA MAGALHÃES	18.2
15	GISLAINE BRAZ DE OLIVEIRA	18.0
16	SONIA NASCIMENTO ARAUJO	16.0
17	MARISTELA VIEIRA AMORIM	15.9
18	SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI	15.0
19	KENIA BATISTA DA COSTA	13.5
20	LIDIANE DE SOUZA MAGALHÃES	11.8
21	LUCINÉA BARBOSA DE OLIVEIRA	11.0
22	JUCILANE MOTTA ZANDONAI DO AMARAL	10.6
23	DIELMA MONTEIRO DA SILVA MOREIRA DA SILVA	10.0
24	CRISTIANY DA SILVA	10.0
25	MARIA APARECIDA VANINI MACHADO	10.0
26	NILCILENE RIBEIRO DO NASCIMENTO	10.0

27	MARIA GICELMA DOS SANTOS	10.0
----	--------------------------	------

Professor com atuação no ensino médio

Arte

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	MARLY GAIGUER	22.0

Biologia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ANA JÚLIA CUNHA	23.9
2	INES GABRIELA WEBER NUNES	22.0
3	LILIAN WUNSCH ROCHA	22.0
4	LUDMILA DE SOUZA ANDRADE	22.0

Geografia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	JULIANA MENEZES CORREIA	22.0

Historia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	FLÁVIA BOSSONI DIONISIO	29.5

Lingua Portuguesa - Literatura Brasileira

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ADRIANA SHIMURA YAMASHITA	23.1
2	JOÃO PAULO DA SILVA	22.7

Matemática

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	EDUARDO CORDEIRO NORONHA	26.0

Sociologia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	LUCINEIA PINZAN FONSECA	22.0
2	SEVERINA DE ARAUJO CRISPÍM	22.0

Professor com atuação nos Programas de Leitura e Pesquisa (Biblioteca Escolar)

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	FLÁVIA BOSSONI DIONISIO	33.5
2	JOSEFINA MARCOMINI	26.0
3	PATRICIA ALVES DE ASSIS	23.6

Professor de Educação Física (educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	FRANCINE KLABUNDE	33.1
2	TAÍS CRISTÓVÃO DA SILVA	31.3
3	MARI CLER GOMES VITORINO	27.4
4	LUIZ RICARDO DE SOUZA	25.2
5	SABRINA CAVIQUIOLI	24.3
6	GUSTAVO LUIZ DE SOUZA VINOTTI	22.8
7	MARCUS VINICIUS CARIUS LETIERE	22.6
8	TIAGO SOARES DOS SANTOS	22.3
9	CLAYCE ALVES RIBEIRO	22.0
10	DANIELA MONTIBELLER RODRIGUES	22.0

Brusque, 23 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 008/2015 - RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO PROFESSOR NÃO HABILITADO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 008/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de PROFESSOR- NÃO HABILITADO, conforme segue:

Professor com atuação na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Anos Iniciais / Alfabetização

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	MILEIDE GONÇALVES ALBARNAS	7.5
2	SIMONE LIMAS MORETTE	6.9
3	ELAINE CRISTINA BERTO CONSOLARO	2.0
4	VIVIAN MACHADO FLORIANO RIBEIRO	1.6
5	MAIARA CUCO	1.0

Geografia / Historia / Arte / Filosofia / Cultura e Historia das Religiões

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	TATIANA MARIA BARTOS	11.2
2	ANDREIA PAULA DA SILVA	11.0
3	ANA CAROLINE GOBATTO	8.0
4	SANDRA HODECKER SCHARF	6.0
5	SEFANILDA PINA MAGNO SANTANA	6.0
6	VILMAR BALONI	1.0

Língua Portuguesa / Inglês

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	JAILTON ANTONIO DE SOUZA	8.5
2	JOICE DE OLIVEIRA DUARTE	1.0
3	ELISA ZIERKE DOS PASSOS DA MAIA	1.0

Matemática / Ciências

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	MARCIO AGUIAR	1.6
2	DORIVAL MANOEL DE SOUZA JUNIOR	1.0
3	LEONARDO LEITE FERRAZ DE CAMPOS	1.0
4	VILMAR BALONI	1.0

Professor com atuação na educação especial

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CÉLIA ÁVILA DE SOUZA	12.0
2	MARISTELA VIEIRA AMORIM	6.9
3	DELMA MARIA CHAVES MAIORKI	1.8
4	CLAUDINEIA NASCIMENTO	1.4
5	DEBORA MARA LEITE HODECKER	1.1
6	MARINA DA SILVA	1.0

Professor com atuação na Educação Especial - Intérprete

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CLAUDIO CESAR DA SILVA SANTOS	10.3
2	JOSE MAURICIO SOARES PINHEIRO	7.1
3	MARIA DE FATIMA COELHO PINHEIRO	4.0

Professor com atuação na educação infantil

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	SONIA NASCIMENTO ARAUJO	16.0
2	ROSILENE CASTRO DE OLIVEIRA	15.1
3	SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI	15.0
4	MICHELE GONÇALVES SCHWAMBERGER	14.0
5	DANIELA HERR MARTINS	12.8
6	ALINE DOS SANTOS	12.4
7	ELISA ZIERKE DOS PASSOS DA MAIA	12.2
8	GRACIELI MAGNAGNO REBELO	11.9
9	LETICIA BENVENUTTI	10.2
10	FRANCINE RAMOS DE CARVALHO	10.0
11	CLEOMARA WILLIAMS TURMAN	9.4
12	LICÍNIA DE SOUZA MAGALHÃES	9.2
13	MILEIDE GONÇALVES ALBARNAS	7.5
14	ANA PAULA DOS SANTOS LIMA	7.0
15	GABRIELA COELHO DE LEÃO MOREIRA	7.0
16	DELMA MARIA CHAVES MAIORKI	6.8
17	DEBORA MARA LEITE HODECKER	6.1
18	ROSELI FIDELIS RIBEIRO	6.0
19	ROSANI DOS SANTOS	6.0
20	ANA CAROLINE BEUTING COLZANI	6.0
21	ROCIANE DA SILVA RAMOS	6.0
22	NILCILENE RIBEIRO DO NASCIMENTO	6.0
23	DIENIFER DAIANA DO NASCIMENTO	6.0

24	VILMA APARECIDA MARTINS VIEIRA DE PAULA	6.0
25	TATIANA KLOSTER DE OLIVEIRA	6.0
26	AMANDA ALEXSSANDRA VAILATE FIDELIS	6.0
27	LIDIANE DE SOUZA MAGALHÃES	2.8
28	LUCINÉA BARBOSA DE OLIVEIRA	2.0
29	ELAINE CRISTINA BERTO CONSOLARO	2.0
30	VIVIAN MACHADO FLORIANO RIBEIRO	1.6
31	JULIANA MENEZES CORREIA	1.0
32	DIELMA MONTEIRO DA SILVA MOREIRA DA SILVA	1.0
33	ALTIERE SANTOS DA SILVA	1.0
34	JOSEFINA MARCOMINI	1.0
35	MARIA GICELMA DOS SANTOS	1.0
36	SEVERINA DE ARAUJO CRISPÍM	1.0
37	MARIA APARECIDA VANINI MACHADO	1.0
38	PATRICIA ALVES DE ASSIS	1.0
39	SEFANILDA PINA MAGNO SANTANA	1.0
40	CRISTIANY DA SILVA	1.0

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos finais

Arte

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	GIZELE CARLOS KHEMANI	16.8
2	ANDREIA PAULA DA SILVA	11.0
3	DENISE TARCIANA TACHINI	10.7
4	ADRIANO CAMARGO	6.9
5	SANDRA HODECKER SCHARF	6.0
6	GABRIELA COELHO DE LEÃO MOREIRA	2.0
7	SUZI CAROLINI TRANALI	1.0
8	ANA CAROLINE BEUTING COLZANI	1.0

Ciências

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CLAUDINEIA NASCIMENTO	6.4
2	JUCILANE MOTTA ZANDONAI DO AMARAL	1.6
3	LEONARDO LEITE FERRAZ DE CAMPOS	1.0

Ensino Religioso / Filosofia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	IVO QUARESMA DA ROSA	18.9
2	ISABEL CRISTINA RODRIGUES	11.4
3	MICHELE GONÇALVES SCHWAMBERGER	5.0
4	SUZI CAROLINI TRANALI	1.0

Geografia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	TATIANA MARIA BARTOS	11.2

2	JORGE ALBERTO SCHMITT PRUTEANU	1.0
---	--------------------------------	-----

Historia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	GABRIEL PEREIRA	6.0
2	JORGE ALBERTO SCHMITT PRUTEANU	6.0
3	MILEIDE GONÇALVES ALBARNAS	2.5
4	SUZI CAROLINI TRANALI	1.0

Língua Estrangeira - Inglês

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	LETICIA BENVENUTTI	5.2

Língua Portuguesa

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	BRUNA NATALIA RIBEIRO DE ALMEIDA	15.9
2	GLAUBER PEREIRA DE SOUZA	11.0
3	JAILTON ANTONIO DE SOUZA	8.5
4	FABIANA RODRIGUES DA SILVA DE OLIVEIRA	6.0

Matemática

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ANA PAULA FERREIRA	6.0
2	JOELSON OLIVEIRA SANTOS	2.2
3	MARCIO AGUIAR	1.6

Professor com atuação no ensino fundamental para os anos iniciais

Professor de Anos Iniciais

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	IVO QUARESMA DA ROSA	18.9
2	MICHELE GONÇALVES SCHWAMBERGER	14.0
3	DANIELA HERR MARTINS	12.8
4	ELISA ZIERKE DOS PASSOS DA MAIA	12.2
5	LETICIA BENVENUTTI	10.2
6	FRANCINE RAMOS DE CARVALHO	10.0
7	DEBORA MARA LEITE HODECKER	7.1
8	ANA PAULA DOS SANTOS LIMA	7.0
9	SIMONE LIMA MORETTE	6.9
10	DELMA MARIA CHAVES MAIORKI	6.8
11	VAGNER JOSE KOHLER	6.0
12	ROSANI DOS SANTOS	6.0
13	DJEINE MACHADO	6.0
14	ANA CAROLINE BEUTING COLZANI	6.0
15	DIENIFER DAIANA DO NASCIMENTO	6.0

16	VIVIAN MACHADO FLORIANO RIBEIRO	1.6
17	CLAUDINEIA NASCIMENTO	1.4
18	MAIARA CUÇO	1.0
19	ALTIERE SANTOS DA SILVA	1.0

Professor com atuação no ensino médio

Arte

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ADRIANO CAMARGO	6.9
2	SANDRA HODECKER SCHARF	6.0
3	CLÁUDIA STEINGRÄBER PADOANI	1.0

Biologia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	LEONARDO LEITE FERRAZ DE CAMPOS	1.0

Filosofia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	LUCINEIA PINZAN FONSECA	1.0

Física

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CRISLEINE REGINA HILLESHEIM	1.0
2	DORIVAL MANOEL DE SOUZA JUNIOR	1.0

Geografia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	TATIANA MARIA BARTOS	11.2

Historia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	GABRIEL PEREIRA	6.0
2	JORGE ALBERTO SCHMITT PRUTEANU	6.0

Língua Estrangeira - Espanhol

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	BRUNA NATALIA RIBEIRO DE ALMEIDA	15.9
2	GLAUBER PEREIRA DE SOUZA	11.0

Língua Portuguesa - Literatura Brasileira

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
--------	------	-----------

1	JAILTON ANTONIO DE SOUZA	8.5
---	--------------------------	-----

Matemática

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	MARCIO AGUIAR	1.6

Química

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	CRISLEINE REGINA HILLESHEIM	10.0

Sociologia

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	FRANCIELE RACOSKI	13.0
2	GILMAR ANTONIO MALLMANN FEIL	10.1

Professor com atuação nos Programas de Leitura e Pesquisa (Biblioteca Escolar)

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI	15.0
2	DANIELA HERR MARTINS	12.8
3	GRACIELI MAGNAGNAGNO REBELO	11.9
4	GLAUBER PEREIRA DE SOUZA	11.0
5	GABRIELA COELHO DE LEÃO MOREIRA	7.0
6	GABRIEL PEREIRA	6.0
7	FABIANA RODRIGUES DA SILVA DE OLIVEIRA	6.0
8	ANDREIA PAULA DA SILVA	6.0
9	ANA CAROLINE GOBATTO	3.0
10	MARINA DA SILVA	1.0

Professor de Educação Física (educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio)

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	THAILA FERNANDA SERPA	12.0
2	ANDRÉ FABIANO GNOATTO	10.0
3	FRANCIELLI THOMÉ	8.4
4	VALMIR MELO JUNIOR	6.4
5	ELIAS MELLO DE OLIVEIRA	6.0
6	ELVIS MARTINS	6.0
7	GABRIEL LUIZ ZEN	6.0
8	THUANY TOMASI	6.0
9	JEFERSON GONSALVES DOS SANTOS	6.0
10	ELISA GRAF FARIA	6.0
11	LUCAS DE SOUZA	6.0
12	TAIANE RIBEIRO FLOR	6.0
13	JOSE LUIS BAMBINETI	6.0
14	ELTON DE OLLIVEIRA	6.0
15	JEFERSON DE SOUZA VERTUOSO	6.0

16	ARTHUR JOSÉ FRUET	6.0
----	-------------------	-----

Brusque, 23 de abril de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL N° 009/2015 - RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 009/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, conforme segue:

COORDENADOR PEDAGÓGICO

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
1	ROSANIA SOARES CARMINATI	52.6
2	ELIAS FADEL SOBRINHO	37.1
3	MARIA APARECIDA VANINI MACHADO	26.0

Brusque, 23 de abril de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL N° 01/2015 - LRF 1° BIM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 1º Bimestre de 2015, disponível no site www.brusque.sc.gov.br - Link: Portal Transparência e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 637 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

1º Bimestre / 2015

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	494.354.661,62	494.354.661,62	45.014.575,53	45.014.575,53	449.340.086,09

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	SALDO A
	INICIAL	ATUALIZADA	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM.	REALIZAR
CORRENTES	283.315.850,00	283.065.815,98	56.324.860,14	37.107.603,98	245.958.212,00
CAPITAL	185.954.437,62	187.045.810,22	18.305.875,92	5.370.047,27	181.675.762,95
INTRA-ORÇAM.	12.559.884,00	12.559.884,00	1.513.759,15	1.472.822,27	11.087.061,73
R. CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
R. RPPS	12.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	12.074.490,00

TOTAL	494.354.661,62	495.196.000,20	76.144.495,21	43.950.473,52	451.245.526,68
-------	----------------	----------------	---------------	---------------	----------------

RESULTADO

SUPERAVIT				1.064.102,01	
-----------	--	--	--	--------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso I))

1º Bimestre / 2015

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses)	272.134.282,57
-----------------------------------	---------------------------	----------------

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso II))

1º Bimestre / 2015

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	1.521.739,10	1.521.739,10	1.155.499,80
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	1.344.952,61	1.344.952,61	1.414.653,06
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	2.866.691,71	2.866.691,71	2.570.152,86

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM. EMP.	ATÉ O BIM. LIQ.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR LIQUIDADAS
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	12.660.000,00	12.660.000,00	1.965.022,78	1.949.180,30	1.474.577,90
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp. Total	12.660.000,00	12.660.000,00	1.965.022,78	1.949.180,30	1.474.577,90
Resultado Previdenciário	4.624.490,00	12.660.000,00	901.668,93	917.511,41	1.095.574,96

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	379.145,14

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo V Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

1º Bimestre / 2015

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(7.851.962,80)	(7.851.962,80)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	79.294.065,12

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso III))

1º Bimestre / 2015

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	No bimestre	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	395.953.866,62	42.394.804,46	42.394.804,46	44.943.537,84

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	No bimestre Empenhadas	Até o bimestre Liquidadas	Até o bimestre Liquidadas - Ex.anterior						
Valor	481.917.244,40	75.256.538,81	43.088.246,40	35.400.496,51						

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(85.963.377,87)	(32.861.734,35)	(693.451,94)	9.553.041,33
---------------------	-----------------	-----------------	--------------	--------------

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 637 (LRF, Art. 53, inciso V))

1º Bimestre / 2015

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
RP Processados	7.289.771,97	0,00	6.299.800,76	989.971,21
RP Não Processados	8.003.189,61	77.010,00	2.589.594,53	5.336.585,08
Total	15.292.961,58	77.010,00	8.889.395,29	6.326.556,29

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LRF, art. 72º))

1º Bimestre / 2015

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	6.611.881,89
Contribuição ao FUNDEB	4.428.151,83
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	2.161.076,36
Pagamento dos Profissionais do Magistério	6.425.912,33
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	97,19%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	3.456.064,32
Ensino Fundamental	5.722.045,21
Outras Despesas (administração)	0,00
(-) Deduções	2.183.730,06
TOTAL p/ fins de apuração	6.994.379,47
% aplicado (art. 212 CF/88)	25,76%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

1º Bimestre / 2015

RECEITAS	Previsão Atualizada	Rec. Realizadas Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Créditos	91.878.985,00	1.003.117,40	90.875.867,60

	Dotação Atualizada	Desp. Execut. Empenhadas	Saldo Não Realizado
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	187.045.810,22	18.305.875,92	168.934,30

Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(95.166.825,22)	(17.302.758,52)	(77.864.066,70)
--	-----------------	-----------------	-----------------

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 637 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

1º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos (Rec. Alienação + Rend. Aplic.)	772.700,31

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de Ativos – Desp. Pagas	688.492,25

Saldo financeiro a aplicar	361.371,20
----------------------------	------------

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XII Port. 577 (LC 141/2012, art. 35))

1º Bimestre / 2015

DESPESAS Até o Bimestre

Atenção Básica	3.555.934,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.451.698,03
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	110.734,96
Vigilância Epidemiológica	185.201,94
Outras Subfunções	819.816,74

(-) Custeadas com recursos do SUS	5.676.149,54
(-) Consórcio	0,00
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	0,00
% aplicação p/fins da EC 29	20,06%

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 24/04/2014 no mural público da Prefeitura Municipal nos termos do art. 108 da LOM.

Brusque, 24 de abril de 2014.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

EDITAL Nº 013/2015 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO**RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 013/2015**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de AGENTE DE OBRAS e AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, conforme segue:

AGENTE DE OBRAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	JEFERSON LUIZ RAZINI	15
02	LUIZ GERALDO RIBEIRO	11,5
03	JOÃO MARIA LEMES DA SILVA	7,75
04	FRANCISCO DE OLIVEIRA	7,5
05	ANTONIO JACINTO	7
06	JOSÉ MARIA GOMES	7
07	VALDEMAR ROSA	6,75
08	GUIOMAR TEODORO DE SOUZA	6,75
09	OSMAR PEREIRA	6,5
10	MARIO ALVES PIRES	6,5
11	ALTAIR ROCHA	6,5
12	COSME DE MACEDO	6
13	ALEXANDRE JOSÉ ABREU	6
14	JOÃO JOSÉ DA SILVA	5,5
15	ANTONIO EUGENIO DA COSTA	5
-	CARLOS GIANESINI	4,25
-	MARCELO ARRUDA COMODE	4,5
-	REGINALDO BISPO PEREIRA	4
-	JOÃO MARIA SEOL PADILHA	3,75
-	MAYCON EDEWERTSON HODEKER	3,5
-	VICENTE BUCHIROLI	3,5
-	PAULO SERGIO LINO	3,5
-	RADSON GALVÃO DE CASTRO	3
-	ENIVALDO MIRANDA COSTA	3
-	REGINALDO OLIVEIRA LIMA	2,5
-	VALMOR JOSÉ PAULINI	2,5
-	JURANDIR HOINATZ	2,25
-	GILMAR BENEDITO DA SILVA	1,75
-	UBIRAJARA NASCIMENTO PIMENTEL	NAO COMPARECEU

-	EUCLIDES CESAR BARBOSA	NÃO COMPARECEU
-	JOÃO LIMA PEREIRA	NÃO COMPARECEU
-	NILSON PEREIRA	NÃO COMPARECEU
-	GERCI GRIGORIO DE FREITAS	NÃO COMPARECEU
-	MARCIO RICARDO MARQUES	NÃO COMPARECEU
-	VALDEMAR ALVES DOS SANTOS	NÃO COMPARECEU
-	SIDNEI CARDOSO	NAO COMPARECEU
-	SAMUEL KALBUSCH SANTANA	NÃO COMPARECEU
-	VALDEMAR SOKOLOWSKI	NÃO COMPARECEU

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	WANDERLEI SOARES DE MEDEIROS	87
02	JOSE ANTUNES PEREIRA	82
03	ADEMIR JOSE DOS SANTOS	47
04	JACKSON DOGNINI	45
05	JOSE CICERO DOS SANTOS	40
06	VALDECIR PAZA	34
07	JOSIANE LUCAS DE ARAUJO	34
08	FRANCISCO XAVIER PADILHA	29
09	JORGE LUIS FOPPA	26
10	MARCIO AMORIM	23
11	ALMIR COUTINHO	22
12	JOSÉ EVELÁSIO DIETRICH	22
13	DOMINGOS PAVESI	22
14	ARISTIDES SILVA	21
15	ADILSON FERREIRA DE LIMA	21
16	ANTONIO CARLOS DE QUADROS	20
17	WILLIAN PEREIRA SANTOS	18
18	ADRIELLI DAY	16
19	AZIEL SOUSA DA SILVA	14
20	PEDRO SANTOS SALOMÃO	12
21	MARCIO MARCELO PAVESI	11
22	DEAN CARLOS DE MELO	10
23	TAIZE ZORRER	09
24	GUSTAVO XAVIER DOS SANTOS	09
25	PAULO CESAR ALVES DA SILVA	08
26	JOSE VIEIRA DA SILVA	07
27	FREDSON MASCARENHAS DA SILVA	05
28	MANUEL SILVA SANTOS	03
29	ELIONEI SOUA DA FONSECA	03
30	ITAMAR VIEIRA CUNHA	02
31	CLAUDIR JOSE DE MORAIS	02
32	ANTONIO HERMES CELESTINO OLIVEIRA	02
33	MERCIO COSTA ALBUQUERQUE	02
34	ANDRE RICARDO DE JESUS TEIXEIRA	02
35	CASSIANO GERMANO GUSE	02
-	RODRIGO BORGES DE CHAVES	01
-	WERNO LANGER	00
-	CARLOS CANDIDO	00
-	MANOEL SILVESTRE DE ALMEIDA MARTINS	00
-	JOSEPH PIERRE ALPHONSE	00

-	COSME SOUZA DANTAS	00
-	ADILSON FERREIRA DE SOUZA	00
-	JEREMIAS DA SILVA AMARAL	00
-	EMERSON SOUZA SANTOS	00
-	JEFERSON JERONIMO LEMOS	00
-	OSCAR SCARPITTA	00
-	OSVALDO ALMEIDA DOS SANTOS	00
-	SANSÃO CORREIA DO NASCIMENTO	00
-	FLAVIO SANTOS PEREIRA	00
-	LEONARDO DOS SANTOS	00
-	ADILSON MACHADO FRANCO	00
-	ANTONIO ERLISON PIRES DE OLIVEIRA	00
-	DENER VISCONTI	00
-	WELLINGTON DE BRITO CARDOSO	00
-	JOÃO DOS SANTOS JUNIOR	00
-	CARLOS EDUARDO LEANDO	00
-	JULIANO LOPES ROCHA	00
-	NAYRON DE MELO DOS SANTOS	00
-	JACKENDY LOUIS	00
-	JEAN LOUIS JOSEPH	00

Brusque, 24 de abril de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL N° 014/2015 - RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 014/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MECÂNICO nas modalidades de veículos pesados, veículos leves, eletricitista automotivo e soldador, conforme segue:

MECÂNICO - veículos pesados
Sem candidatos inscritos

MECÂNICO - veículos leves

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	TIAGO PADILHA HERMES	6,5
-	JULIO CESAR LOPES	4
-	ANDRE DOS SANTOS PEDRA	NÃO COMPARECEU

MECÂNICO - eletricitista automotivo

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
-	MAURICIO KLEIN	3,5

MECÂNICO - soldador

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	RODRIGO GOMES RODRIGUES	10
02	VALDECI PAULINHO DOS SANTOS	7
-	HARRISON THIAGO DOS REIS SARDINHA	3,5
-	ANDERSON FANDARUFF	3

Brusque, 24 de abril de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO 057/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 057/2015

ESPÉCIE: serv. Manutenção, elétrica, latoaria, mecânica e pintura dos veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 013/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390303900.20000; VIGÊNCIA: até a data limite de 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2015; VALOR: R\$ 163.500,00 (Cento e Sessenta e Três Mil e Quinhentos Reais). CONTRATADA: Garage Auto Center Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de abril de 2015.
PUBLIQUE-SE
Roberto Bolognini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 034/2014, entre o Município de Brusque e a Mitra Metropolitana de Florianópolis, em 27/03/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a Locação de Imóvel usado pela Secretaria de Educação. Valor: R\$ 24.924,00. Fundamento legal: artigo 55, III, artigo 57, inciso II e artigo 62, §3º inc. I da Lei 8666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 005/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e DOM WILSON TADEU JÖNCK.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 004/2014 - FMAS

EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 004/2014 - FMAS

Espécie: 1º Termo de Apostilamento, Contrato nº 004/2014 - FMAS, entre o Município de Brusque e Nosso Sistema de Ônibus Brusque, em 17/04/2015. Objeto: Reajuste de Valor. Valor: R\$ 19.500,00. Fundamento legal: artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93 e acompanha nesse sentido o Decreto Municipal nº 7.568, de 30 de janeiro de 2015. Origem: Inexigibilidade nº 002/2014 - FMAS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Lilian Gisele Pereira do Nascimento.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2015 - FMS

Processo Licitatório n. 006/2015 - FMS
Pregão n. 003/2015 - FMS
Impugnante BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Despacho

Considerando que a Administração promoveu a suspensão do ato convocatório, devido a inafastável revisão do descritivo técnico, nos estritos quadrantes da legalidade (art. 37, caput da Constituição Federal), com a observância do art. 21, § 4º da Lei 8.666/93,

tenho que a impugnação perdeu o objeto.

Brusque (SC), 24 de abril de 2015.
RAFAEL LUIZ PINTO
Diretor Geral de Licitações e Contratos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2015 - FMS

Processo Licitatório n. 006/2015 - FMS
Pregão n. 003/2015 - FMS
Impugnante BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Despacho

Considerando que a Administração promoveu a suspensão do ato convocatório, devido a inafastável revisão do descritivo técnico, nos estritos quadrantes da legalidade (art. 37, caput da Constituição Federal), com a observância do art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, tenho que a impugnação perdeu o objeto.

Brusque (SC), 24 de abril de 2015.
RAFAEL LUIZ PINTO
Diretor Geral de Licitações e Contratos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 - FMAS

PREGÃO nº 001/2015 - FMAS
Processo Licitatório nº 007/2015 - FMAS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação para as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/05/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 24/04/2015

LILIAN GISELE PEREIRA DO NASCIMENTO
Secretária de Assistência Social e Habitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

PREGÃO nº 028/2015
Processo Licitatório nº 055/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de carretas para o transporte de maquinário (mini pá carregadeira).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/05/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 22/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 338/2009

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 338/2009

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 338/2009, entre o Município de Brusque e o Centro de Integração Empresa - Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE, em 27/03/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a prestação de serviço para recrutamento e seleção de estagiários em diversas áreas do conhecimento. Valor: R\$ 341.760,00. Fundamento legal: artigo 57, §4º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 085/2009. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: DIEGO FAGUNDES e ANÍBAL DIB MUSSI.

PORTARIA Nº 9.853, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.853, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Sílvia Helena Ristow do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotada na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.854, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.854, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Gustavo Espíndula Siqueira do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.855, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.855, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Tiago Rodrigo Roza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria de Saúde/Setor de Vigilância Sanitária, gratificação de função de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.856, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.856, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Maria Rosa Barni Ghislandi do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.857, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.857, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Osmar Duarte do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.858, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.858, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Sidnei Pavesi do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.859, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.859, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/09,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo nominados, ocupantes de cargos de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotados na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

- Ana Cláudia Machado
- Charles Demondie Barth
- Sandro Bertolini

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.860, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.860, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Luiz Fernando Zorzer do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.861, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.861, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 145/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidora Marcela dos Santos do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotada na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.862, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.862, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Priscilla Santos da Silva do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.863, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.863, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Silvania Bernardo do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.864, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.864, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Jaimer Francisco Werner do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.865, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.865, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Janice Imhof do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.866, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.866, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Agenor Dias do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Fundação Ecológica e Zobotânica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.867, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.867, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Gabriel Rodrigues da Costa Noel do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.868, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.868, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Valdir Hinselmann do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.869, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.869, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Marilene Carrano Barros Melara do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.870, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.870, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Aline Djulei Monguilhott Machado do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.871, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.871, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Ketria Spiazzi Angioletti do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.872, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.872, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Rodolfo Ryan Beuting do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.873, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.873, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Samuel Wagner Walendowsky do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.874, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.874, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Eliane Jeske Maurici do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.875, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.875, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Eduardo Serpa do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/04/2015.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.876, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.876, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Vera Lúcia Civinski, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.877, DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.877, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Halisson V. C. Kuhnen, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.883, DE 23 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 9.883, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de MÉDICO, CIRURGIÃO DENTISTA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM e ENFERMEIRO, conforme abaixo nominados:

MÉDICO

GUSTAVO HENRIQUE FAVARETTO

CIRURGIÃO DENTISTA

ELISA REMOR DE SOUZA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

LOURDES TERESINHA NEMET

ENFERMEIRO

ROSANE HERMANN

GREYCE DE SOUZA LOBO MAYER

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito

se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

ANEXO I - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$)
NÍVEL SUPERIOR						
01	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	Habilitação obtida em curso nível superior, na área de Educação.	06	40 HORAS	1.146,29
02	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	GESTÃO ESCOLAR	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, em Pedagogia.	06	40 HORAS	2.568,32
03	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	GESTÃO ESCOLAR	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, em Pedagogia.	04	20 HORAS	1.284,16
04	PROFESSOR	ARTE	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	04	40 HORAS	2.568,32
05	PROFESSOR	ARTE	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
06	PROFESSOR	ARTE	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
07	PROFESSOR	CIÊNCIAS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
08	PROFESSOR	CIÊNCIAS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
09	PROFESSOR	CIÊNCIAS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	10 HORAS	642,08
10	PROFESSOR	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	02	40 HORAS	2.568,32
11	PROFESSOR	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$)
12	PROFESSOR	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	05	20 HORAS	1.284,16
13	PROFESSOR	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.	02	40 HORAS	2.568,32
14	PROFESSOR	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.	07	20 HORAS	1.284,16
15	PROFESSOR	ENSINO RELIGIOSO	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
16	PROFESSOR	ENSINO RELIGIOSO	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
17	PROFESSOR	GEOGRAFIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
18	PROFESSOR	GEOGRAFIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
19	PROFESSOR	HISTÓRIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	40 HORAS	2.568,32
20	PROFESSOR	HISTÓRIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	10 HORAS	642,08
21	PROFESSOR	INGLÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	40 HORAS	2.568,32
22	PROFESSOR	INGLÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
23	PROFESSOR	INGLÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$)

24	PROFESSOR	MATEMÁTICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
25	PROFESSOR	MATEMÁTICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
26	PROFESSOR	MATEMÁTICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	10 HORAS	642,08
27	PROFESSOR	PORTUGUÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	40 HORAS	2.568,32
28	PROFESSOR	PORTUGUÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	30 HORAS	1.926,24
29	PROFESSOR	PORTUGUÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	01	20 HORAS	1.284,16
30	PROFESSOR	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área da Educação, com complementação e ou Pós-graduação na área de Educação Especial.	06	40 HORAS	2.568,32
31	PROFESSOR	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área da Educação, com complementação e ou Pós-graduação na área de Educação Especial.	02	20 HORAS	1.284,16
32	PROFESSOR	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área da Educação, com complementação e ou Pós-graduação na área de Educação Especial.	04	10 HORAS	642,08

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES**AUXILIAR DE BIBLIOTECA:**

- Controlar e selecionar o recebimento do material bibliográfico;
- Efetuar o preparo físico do material bibliográfico;
- Auxiliar na elaboração de murais, folhetos, cartazes, manuais, painéis e na preparação de feiras e/ou exposições escolares;
- pesquisar, preparar, organizar e atualizar base de dados do acervo, cadastrar alunos e professores e usuários, realizar a manutenção de banco de dados;
- realizar levantamentos bibliográficos, pesquisas e disseminação das informações manuais e automatizadas;
- coletar dados e elaborar relatórios estatísticos;
- realizar atividades administrativas de biblioteca;
- atender e orientar os alunos e professores sobre funcionamento, utilização de materiais, regulamento e recursos da unidade de informação, bem como divulgar material bibliográfico recebido;
- executar cobrança de taxas e aplicar penalidades;
- localizar material no acervo;
- listar, organizar e manter atualizado o acervo bibliográfico;
- executar tarefas do serviço de comutação bibliográfica;
- indexar títulos e artigos de periódicos;
- executar atividades relacionadas a Biblioteca Digital;
- colaborar nos programas de treinamento;
- realizar o inventário do acervo;
- guardar material nas estantes, repor fichas, organizar fisicamente o acervo;
- ordenar fichas catalográficas e inseri-las no catálogo geral;
- preparar tecnicamente o material para encadernação, restauração e outros reparos;
- receber, conferir e organizar o controle de obras a serem restauradas e/ou conservadas;
- solicitar ordem e silêncio nas dependências da biblioteca sempre que necessário;
- dar baixa do material restaurado/conservado e encaminhar para o processamento físico;
- restaurar e conservar material bibliográfico e outros documentos, encadernar, gravar e outros procedimentos quando necessário;
- proceder a desinfecção de material bibliográfico, fazer velatura e/ou remendo, utilizando técnicas e materiais apropriados;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

- Contribuir para que a escola cumpra seus objetivos;
- Promover o acesso e permanência do aluno na escola, comunicando ao Diretor os casos de baixa frequência e evasão escolar, participando ativamente nas soluções dos problemas apresentados;
- Coordenar o Conselho de Classe em todas as suas etapas;
- Contribuir para que a avaliação tenha a função de informar sobre o processo pedagógico, subsidiando os profissionais da educação na revisão e na dinamização do mesmo;
- Contribuir para que a organização das turmas e do horário escolar considere a realidade social dos educandos;
- Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão dos educandos por qualquer motivo;
- Trabalhar cooperativamente com outros profissionais e seguimentos, cujos objetivos sejam voltados para o desenvolvimento integral da

criança e do adolescente;

- Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento pedagógico do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Ativar o processo de integração escola família comunidade;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento pedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do Projeto Político Pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à Unidade Escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais éticos, visando à construção da cidadania;
- Participar na elaboração do Regimento Escolar;
- Buscar atualizar-se permanentemente;
- Colaborar na construção da autoestima do aluno, visando à aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento das reais necessidades do aluno;
- Executar outras atividades compatíveis com a sua função, inclusive na organização e desenvolvimento das atividades do Grêmio Estudantil;
- Promover a articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;
- Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais mais adequados aos alunos, coerentes com as concepções de homem e de sociedade que direcionem a ação pedagógica;
- Viabilizar a globalidade do conhecimento;
- Oportunizar que a escola cumpra com sua função social de socialização e construção do conhecimento;
- Avaliar o desempenho da Escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Assessorar a Direção e as demais atividades e serviços da escola;
- Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas;
- coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos da Unidade Escolar que possibilitem constante avaliação do processo educacional;
- contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações Escolares, Associação de Pais e Professores, Grêmio Estudantil, Conselhos Escolares;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, acompanhando o seu cumprimento;
- articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação;
- colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional.

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 5º ANO) E FUNDAMENTAL II (6º ao 9º ano)

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo

objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino;

- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e paradidático, dentro da legislação educacional vigente;
- Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente;
- Cumprir os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos;
- Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo motor dos mesmos;
- Participar e/ou organizar eventos sociais, culturais e pedagógicos;
- Elaborar e executar a regência de classe e atividades afins;
- Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção;
- Participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros;
- Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico;
- Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno;
- Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente;
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissionais;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, em sua área de atuação, quando convidado;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres sempre que for solicitado.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Participar do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças;

- Participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica;
- Colaborar permanentemente no processo de desenvolvimento das atividades técnico/pedagógicas;
- Receber e acatar criteriosamente a orientação e as recomendações no trato e atendimento à clientela;
- Realizar registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento infantil;
- Participar das reuniões com pais e responsáveis;
- Disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
- Auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;
- Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
- Estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados;
- responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;
- cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade;
- dominar noções primárias de saúde;
- ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
- acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
- manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais;
- requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades;
- zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda;
- observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais,
- solicitando os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos;
- utilizar com racionalidade e economicidade e conservar os equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho;
- observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer das crianças;
- participar de programas de capacitação corresponsável;
- Executar outros encargos semelhantes.

PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS:

- elaborar, executar e avaliar o Plano Individual de AEE, contemplando:
 - a) a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos;
 - b) a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade;
 - c) o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos;
 - d) o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos de 4 a 6 (seis) alunos;
- programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
- atuar como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constitui o atendimento educacional especializado dos alunos com: deficiência, altas habilidades e síndromes;
- participar efetivamente da identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis,

- considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
- estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
- orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
- atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com: deficiência, altas habilidades e síndromes ao currículo e a sua interação no grupo;
- informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA); ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA); ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores;
- articular, com gestores e professores, para que o Projeto Pedagógico da Instituição de Ensino se organize coletivamente numa perspectiva de Educação Inclusiva.
- Acompanhar e orientar os alunos que necessitam de atendimento domiciliar por necessidade médicas, bem como orientar ao professor na condução do processo ensino aprendizagem desses alunos. (Os que fazem quimioterapia);
- Acompanhar e orientar os alunos que necessitam de atendimento diferenciado por necessidades médicas. Bem como orientar ao professor na condução do processo ensino aprendizagem desses alunos. (alunos com surto psicóticos).
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Cumprir os dias letivos e horas/aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino/aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos.

ANEXO II - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Todos os Cargos.	Conhecimento Técnico-profissional	20	10	100
	Legislação Educacional	10	10	50
	Português	10	10	50

ANEXO III - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS.

1. Interpretação de textos. 2. Funções da linguagem. 3. Colocação pronominal. 4. Acentuação gráfica. 5. Pontuação. 6. Ortografia. 7. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. 8. Regência nominal e verbal. 9. Crase. 10. Concordância nominal e verbal. 11. Tempos e modos verbais. 12. Aspectos sintáticos e semânticos. 13. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. 14. Sentido dos vocábulos no texto. 15. Significação das palavras. 16. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA TODOS OS CARGOS.

Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de Caçador, LC 286/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador LC nº 56/2004.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO/PROFISSIONAL

CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Mídias Contemporâneas. Pesquisa bibliográfica e eletrônica. Noções de organização de bibliotecas. Conceito de texto e leitura. Tipologia Textual. Gêneros textuais. Intertextualidade. Autoria e plágio. História da Leitura. Práticas de Leitura. Leitura e relações entre textos. Elaboração de projetos de leitura. Papel do Auxiliar de Biblioteca. Ética. Noções de Informática: Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Internet: E-mail, Segurança na internet, vírus e antivírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociais da

educação. Organização do sistema educacional brasileiro. Estrutura legal da educação no Brasil. Planos e políticas públicas da educação brasileira. Didática e trabalho pedagógico. O currículo escolar e seus fundamentos. As funções sociais da escola pública contemporânea. Perspectivas metodológicas. Planejamento educacional: conceitos, características, modalidades e níveis de planejamento. e gestão educacional. Planejamento escolar e de ensino O projeto político pedagógico como instrumento de gestão democrática. Relação família - escola. Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico. Pedagogia de Projetos e Projetos de Trabalho. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. A Avaliação no Processo de Apropriação do Conhecimento; Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. O processo de socialização: abordagem psicossocial nas teorias de Piaget e Vigotski. A Função Social dos Especialistas em Assuntos Educacionais na sociedade Contemporânea. Avaliação institucional e do desempenho escolar. Avaliação escolar: concepções e práticas. Conselho de Classe. Conselho Escolar. Relação conhecimento, escola e cultura. Escola Inclusiva - acolhimento, socialização e aprendizagem. Ação integrada dos especialistas na coordenação pedagógica da escola, (ações, procedimentos e técnicas).

CARGO: PROFESSOR

ÁREA DE ATUAÇÃO - ARTE

1. História da Arte: movimentos, artistas e obras. 2. História da Arte Catarinense: artistas e obras. 3. Arte: linguagens, materiais e conceitos. 4. Arte-educação: propostas metodológicas. 5. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. 6. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. 7. A Educação Musical no contexto atual. 7. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais em Artes.

CARGO: PROFESSOR

ÁREA DE ATUAÇÃO - CIÊNCIAS

1. Biologia Molecular: compostos químicos celulares: água, sais minerais, carboidratos, lipídios, proteínas, ácidos nucleicos e vitaminas. 2. Vírus e Bactérias. 3. Célula eucariótica animal e vegetal: estrutura e funcionamento: Membrana plasmática, Citoplasma e organelas e núcleo. 4. Divisão Celular: Mitose e Meiose. 5. Reprodução Humana. 6. Métodos Contraceptivos e DSTs. 7. Conceitos Fundamentais da Ecologia: espécie, população, comunidade, ecossistema, habitat, nicho ecológico, biomas, biosfera. 8. Teia e Cadeia Alimentar. 9. Relações Ecológicas. 10. Evolução Biológica. 10. Estrutura e funcionamento do corpo humano: os sistemas e órgãos. 11. Biodiversidade: Reino Protista: algas e protozoários. 12. Reino Fungi, 13. Reino Animalia. 14. Reino Vegetal. 15. Histologia Vegetal. 16. Organologia Vegetal - Os Órgãos Vegetais. 17. Fotossíntese. 18. O Crescimento e os Movimentos Vegetais. 19. Histologia Humana: Tecidos Epiteliais, Tecidos Conjuntivos; Tecido Muscular e Tecido Nervoso. 20. Substâncias químicas e suas propriedades. 21. Luz e cor. 22. Ondas mecânicas e eletromagnéticas.

CARGO: PROFESSOR

ÁREA DE ATUAÇÃO - EDUCAÇÃO FÍSICA

1. A História da Educação Física. Metodologia para o ensino da Educação Física. Função social da Educação Física. Educação Física adaptadas: como trabalhar o conceito de inclusão. Concepções psicomotoras na Educação Física escolar. Processo avaliativo na Educação Física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Biomecânica. Fisiologia. Esporte e regras: Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica - Ginástica Geral; Ginástica Artística; Ginástica Rítmica. Recreação: Jogos e recreação. Psicomotricidade.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL

01. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Vol.1 e 2. 02. Plano Nacional pela Primeira Infância/2010. 03. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil. 04. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 05. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. 06. Avaliação na educação infantil. 07. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. 08. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 09. Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- ENSINO RELIGIOSO

1. História, legislação e concepções de Ensino Religioso no Brasil e Santa Catarina. 2. Diversidade cultural religiosa e o estudo do fenômeno religioso no cotidiano escolar. 3. O Ensino Religioso como componente curricular: objeto, objetivos, conteúdo, metodologia, linguagem e avaliação. 4. Proposta curricular de Santa Catarina: implementação do ensino religioso: ensino fundamental. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. (2001) 5. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER/2009). 6. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- GEOGRAFIA

A didática e a metodologia do ensino da Geografia. Geografia Física, Humana e Econômica. Aspectos geográficos do Município de Caçador; Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geo-econômica; Brasil - Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação; Brasil - Regiões Geo-econômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica - Conflitos Mundiais Contemporâneos. Geografia Crítica. Temas Transversais. Parâmetros Curriculares Nacionais em Geografia.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- HISTÓRIA

A Pré-História; as sociedades da antiguidade; a sociedade medieval; as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas com o desenvolvimento do comércio e da vida urbana; a expansão marítima e o processo de colonização da América; Reforma Protestante; Renascimento Cultural; o Iluminismo; a Revolução Industrial; a Revolução Francesa, conflitos mundiais do século XX; a escravidão e a resistência negra no Brasil; economia e sociedade do Brasil Colônia; o processo de independência do Brasil; as lutas internas do Primeiro Império; as questões internas e as lutas externas no Segundo Império; a República Velha; A República Nova; Os governos militares e a redemocratização; a História de Santa Catarina; a História da região de Caçador; o mundo contemporâneo: a globalização, o conflito no Oriente Médio, o terrorismo, os problemas do meio-ambiente. Parâmetros Curriculares Nacionais em História.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- INGLÊS

1. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. 2. Conhecimento de aspectos linguísticos-estruturais

e gramática funcional. 3. Estrutura da sentença 4. Frase nominal 5. Substantivo Genitivo 6. Adjetivo (graus comparativo e superlativo) - 7. Locuções adjetivas 8. Artigos Numerais 9. Pronomes 10. Frase verbal 11. Verbo (modo, forma, tempo) Auxiliares Modais Locuções verbais. 12. Verbos irregulares 13. Voz ativa/passiva. 14. Advérbios. 15. Locuções Adverbiais 16. Preposições 17. Conjunções 18. Processos de formação de palavras. 19. Discurso indireto.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos, conhecimento vocabular. 2. Variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua. 3. Ortografia, Significação das palavras - antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos. 4. Formação e estrutura das palavras - uso de prefixos e sufixos. 5. Classes de palavras - flexões e emprego de: substantivos, adjetivos, pronomes e verbos. 6. Regência nominal e verbal. Crase. 7. Concordância nominal e verbal. 8. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos atribuídos pelas conjunções). 9. Estrutura do período e da oração: aspectos sintáticos e semânticos. 10. Pontuação. 11. Acentuação gráfica.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- MATEMÁTICA

1. Operações fundamentais com números naturais, inteiros e racionais. 2. Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. 3. Cálculo algébrico: produtos notáveis, fatoração. 4. Equações do 1º grau, do 2º grau, logarítmicas e exponenciais. Inequações do 1º grau, do 2º grau. Sistema de equações e inequações do 1º e do 2º grau. 5. Funções: polinomial do 1º grau, quadrática, exponencial e logarítmica. 6. Sequências: progressões aritméticas e progressões geométricas. 7. Trigonometria: razões trigonométricas no triângulo retângulo, lei dos senos, lei dos cossenos, identidades trigonométricas. 8. Matrizes: operações, determinante de ordem n. 9. Resolução de sistemas de equações lineares. 10. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações. 11. Probabilidade. 12. Geometria plana: semelhança de polígonos, relações métricas no triângulo retângulo, circunferência (área e comprimento), área e perímetro de figuras planas. 13. Geometria Espacial: área e volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. 14. Geometria Analítica: ponto, reta, equação da circunferência, elipse, hipérbole e parábola. 15. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. 16. Noções de estatística: população, amostra e medidas de tendência central; análise e interpretação de gráficos. 17. Funções e Equações Trigonômicas.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Educação Especial no Brasil: conceito e história. Deficiência: Concepções e características específicas. Altas Habilidades: concepções. Legislação Brasileira sobre Educação Especial. Políticas públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O processo de Inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular (educação infantil, ensino de jovens e adultos). Transtorno invasivo de desenvolvimento. Tecnologia Assistiva. Comunicação Suplementar Alternativa. Libras. Língua Portuguesa para Surdos. Comunicação Aumentativa e Alternativa. Ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos. Técnicas de promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

ANEXO IV - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015
ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

TIPO DE RECURSO:	1 - CONTRA GABARITO
	2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA
	3 - CONTRA PONTUAÇÃO TÍTULO
NOME DO CANDIDATO:	
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

Assinatura do candidato

DECRETO Nº 6.373

DECRETO Nº 6.373, de 16 de abril de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ANTÔNIO CARLOS CASTILHO e CARLOS ANTONIO SOTEL, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de veículo e equipamentos inseríveis, abaixo relacionados, no estado em que se encontram, para posteriormente serem levados a leilão:

I. Um (01) veículo Ford Escort GL 16V F 115 CV, importado, 04 portas, ano 1998, Placas CYE-1430, Código nº 32.082; estado de conservação regular;

II. Dois (02) caldeirões a gás, capacidade de 60 kg cada, 200 litros cada, cor alumínio, Códigos nº 17.439 e nº 17.440, estado de conservação bom.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.378

DECRETO Nº 6.378, de 24 de abril de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do provável excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância de R\$ 1.066.097,93 (um milhão, sessenta e seis mil, noventa e sete reais e noventa e três centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.066.097,93

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Provável Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 22 - Transferência de Convênios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5.901/2014, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador - SC, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, que se regerá pelas Leis Complementares 56/2004 e 286/2014 e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto do Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Prefeitura Municipal de Caçador - SC reserva-se o direito de admitir o número total ou parcial dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas no Anexo I deste Edital.

1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, as vagas e demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.

1.3. O candidato para se inscrever deverá acessar o site do IBAM

(www.ibam-concursos.org.br), clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso Público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Caçador.

1.5. As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

2.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da posse no cargo);

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei;

2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 A legislação municipal reserva às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) dos cargos públicos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador.

3.2. Para este Concurso, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.

3.3. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.4. Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

3.5. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

3.5.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.5, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.6. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO

4.1. Período: de 28 de abril a 25 de maio, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.1. Os interessados em se inscreverem e que não possuem acesso à internet, poderão fazer a inscrição na Secretaria Municipal de Educação de Caçador, situada à Rua Curitibaanos, 600 - Centro, Caçador, no horário de funcionamento da mesma.

4.1.2. Valores de inscrição: R\$ 60,00 - sessenta reais.

4.2. O candidato deverá acessar o site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 28 de abril e 24h00 (vinte e quatro) horas do dia 25 de maio de 2015.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o

efetivo pagamento do valor de inscrição. O candidato poderá verificar a confirmação de sua inscrição no site (www.ibam-concursos.org.br) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.5. O pagamento da inscrição deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o encerramento bancário do dia 26/05/2015, dia seguinte ao encerramento das inscrições, caso contrário não será considerado.

4.6. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.7. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos, nem devolução de valores.

4.8. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que efetivadas com o pagamento, só poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma delas.

4.9. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura de Caçador não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivado por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

5. CONCURSO PÚBLICO

5.1. Provas

5.1.1. As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pontos em número igual ou superior ao estabelecido no Anexo II.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas

5.2.1. As provas serão realizadas no Município de Caçador no dia 14 de junho de 2015, às 09 horas, para todos os cargos e terão a duração de 03 (três) horas.

5.2.2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Comissão de Acompanhamento do Concurso, reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.2.3. O local da realização das provas constará do cartão de confirmação de inscrição a ser acessado via Internet, a partir de 08/06/2015, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato ou no link Documentação do Concurso.

5.2.4. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.2.5. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Concurso Público.

5.2.6. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.7. O candidato deverá comparecer aos locais de prova munidos de documento original de identidade oficial e com fotografia, e de caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.8. Serão considerados documentos de identidade: Cédula

Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA etc.); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.8, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, em cartão de identificação específico.

5.2.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campanhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vedar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.11. Os candidatos só poderão sair do local de realização do certame após 01 (uma) hora do início da prova, podendo levar o caderno de provas.

5.2.12. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.13. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.14. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.15. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.16. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.17. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.18. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.19. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.20. A Comissão de Acompanhamento de Concurso da Prefeitura Municipal poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

5.2.21. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores já tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.22. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, conforme os critérios a seguir:

□ Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível acumular até 10 pontos.

□ Mestrado: reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.4. Não serão considerados como títulos as especializações exigidas como requisito de escolaridade/formação para investidura no cargo.

5.4. Apresentação de títulos:

5.4.1. Para fins de cumprimento dos prazos legais, os títulos deverão ser enviados para análise, para o IBAM/SC - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, situado na Rua Joinville - n. 876 - Loja 01- Vila Nova - CEP 89035-200, Blumenau/ SC através de Sedex ou AR, postados, exclusivamente no período de inscrições.

5.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição, nome do candidato e o cargo para o qual concorre. Não serão analisados os títulos sem indicação dos dados acima.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos obedecerá ao critério a seguir:

O total de pontos dos candidatos será obtido pela adição dos pontos a eles atribuídos em cada um dos núcleos das provas objetivas e de títulos, quando for o caso.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Concurso, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, 195 - Centro, no horário das 13h00 às 19h00, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas;

c) seja apresentado digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

7.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender aos critérios estabelecidos no item 7.2.

7.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7.5. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.7. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso Público descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para todos os cargos:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-Profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação Educacional;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03, a partir do qual serão aplicados os demais critérios estabelecidos.

8.3. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, em ordem decrescente de pontuação, será publicado no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso.

8.4. Após decididos todos os recursos, será publicada uma relação final, com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação, nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.5. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Concurso, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao órgão de gestão de pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.6. Os gabaritos serão divulgados no dia 15/06/2015, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

9. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

9.1. Após a homologação os candidatos poderão ser nomeados a qualquer tempo, durante a vigência deste Concurso, através de portaria publicada no Mural de Atos da sede da Prefeitura do Município de Caçador/SC.

9.2. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso, inclusive os deficientes, serão convocados para a comprovação dos requisitos exigidos nos itens 2 do presente Edital, através de Edital de Convocação, publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), devendo apresentar-se em 30 dias a contar da data de sua publicação.

9.2.1. Após a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital, o candidato classificado será encaminhado para Exame Admissional, devendo naquela oportunidade apresentar, obrigatoriamente, os laudos dos seguintes exames:

☐ Exames com data de realização inferior a 90 dias:

a) Hemograma Completo;

b) Glicemia de jejum;

c) Perfil Lipídico (CT, LDL, HDL e Triglicerídios);

d) TGO-TGO- Gama GT;

e) Ácido Úrico;

f) Uréia e Creatinina;

g) V.D.R.L (sorologia para Lues);

i) Exame de urina (EQU);

j) Exame parasitológico de fezes;

k) TSH (US) e T4 livre;

l) HBSAG;

m) Toxicológico de larga janela de detecção;

n) Laudo psiquiátrico;

o) Laudo reumatológico;

p) Teste de esforço (esteira ou bicicleta) com laudo do médico cardiologista.

☐ Exames com data de realização inferior a 01 ano:

a) Eletrocardiograma de repouso (com laudo); e

b) RX do Tórax - P.A e perfil - Levar o laudo e as radiografias;

c) Audiometria tonal e vocal, com laudo de fonoaudiólogo ou otorrinolaringologista;

d) Screening visual;

9.2.2. É obrigatório que conste no carimbo de identificação do emitente do laudo a especialidade do profissional.

9.3. Os candidatos convocados deverão ainda apresentar, quando da realização do exame admissional, declaração de "nada consta" de auxílio doença (PESNOM - Pesquisa por nome) ou histórico de perícia médica (HISMED) e Informações do Benefício (INFBEN) onde consta o CID e o período de afastamento da doença, ambos emitidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, expedido no máximo, há um ano. Os documentos deverão estar assinados e carimbados por servidor do INSS devidamente identificado.

9.4 Os exames médicos a que se refere o item 9.2.1 e a conclusão pericial são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram, podendo a Administração Municipal solicitar outros exames específicos além dos previstos neste edital para melhor avaliar as condições de saúde do candidato.

9.5. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso Público, e junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Caçador, após a homologação do resultado do Concurso Público.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

10.2. A homologação do Concurso será feita por ato do Prefeito Municipal de Caçador, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

10.3. O Concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, por ato do Prefeito Municipal de Caçador.

10.4. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do concurso público em qualquer de suas fases.

10.5. Será excluído do certame o candidato que:

a) faltar a prova objetiva;

b) não atingir a pontuação mínima na prova objetiva;

c) deixar de assinar o cartão-resposta;

d) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;

e) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;

f) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;

g) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

10.6. O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do Regime Estatutário, na forma da Lei Complementar Municipal 56/2004 e Lei Complementar Nº 286, de 2014.

10.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas.

10.8. A aprovação em concurso público não gera direito à nomeação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Caçador, dentro do prazo de validade do Concurso em conformidade ao número de vagas constantes do Anexo I deste Edital, respeitada a ordem de classificação.

10.9. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet, através do site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Concurso Público a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

10.10. Após a homologação, o candidato deverá manter atualizado

seu endereço, junto à Prefeitura Municipal de Caçador, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.

10.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.12. São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III e IV que o acompanham.

10.13. O presente Edital e demais atos relativos ao Concurso estarão disponibilizados no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

Caçador, 23 de abril de 2015.

COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 289

LEI COMPLEMENTAR Nº 289, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos Agentes Comunitários de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica concedido aos Agentes Comunitários de Saúde, revisão geral anual de seus vencimentos, no índice de 8,84% (oito vírgula oitenta e quatro por cento), seguindo o percentual de reajuste do salário mínimo nacional, conforme prevê o art. 9º da Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências.

Parágrafo único. Aos demais servidores ocupantes de empregos públicos criados pela referida Lei, será assegurada revisão geral anual da remuneração na mesma data e índices dos demais servidores do Quadro de Pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI COMPLEMENTAR Nº 290

LEI COMPLEMENTAR Nº 290, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral aos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica concedido aos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas, servidores nomeados em cargos de provimento em comissão, 3,145% (três inteiros e cento e quarenta e cinco milésimos por cento) sobre seus vencimentos, referente às perdas salariais verificadas no período de abril de 2014 a março de 2015, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, e aumento real de 0,829% (oitocentos e vinte e nove milésimos por cento), totalizando 4,00% (quatro inteiros por cento), extensivo aos Inativos e Pensionistas com paridade, a contar de 1º de abril de 2015.

Parágrafo único. Para os detentores de mandato eletivo e agentes políticos do Poder Executivo, será concedido 3,145% (três inteiros e cento e quarenta e cinco milésimos por cento) sobre seus vencimentos, referente às perdas salariais verificadas no período de abril de 2014 a março de 2015, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, a contar de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, fica fixado o Piso Salarial dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em R\$ 871,90 (oitocentos e setenta e um reais e noventa centavos), a contar de 1º de abril de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.220

LEI Nº 3.220, de 24 de abril de 2015.

Autoriza a homologar Desistência nos Autos nºs 012.96.000870-7 e 012.96.000874-0, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a homologar Desistência nos Autos da Ação de Desapropriação dos bens da Massa Falida Sulca S/A nº 012.96.000870-7, em que é Autor o Município de Caçador e Ré Sulca S/A Indústria Sulbrasileira de Calçados, e, nos Autos da Ação de Reversão de Propriedade de Imóvel nº 012.96.000874-0, em que é Autor o Município de Caçador e Ré Massa Falida de Sulca S/A - Empresa Sulbrasileira de Calçados.

Art. 2º A ação nº 012.96.000870-7, ajuizada pelo Município, foi fundamentada no Decreto nº 1.024, de 05 de agosto de 1994, que previa o interesse social para fins de desapropriação da área total de 15.165,00m² (quinze mil, cento e sessenta e cinco metros quadrados), sendo o conjunto de benfeitorias construídas no local estabelecido como sede da Massa Falida.

Parágrafo único. A ação referida foi julgada procedente em favor do Município de Caçador, o qual obterá a propriedade do imóvel, sendo o conjunto de benfeitorias, mediante o pagamento de

indenização, no valor atualizado até o mês de fevereiro de 2015, de R\$ 24.837.514,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e quatorze reais).

Art. 3º A ação nº 012.96.000874-0 ajuizada pelo Município, foi fundamentada na Lei nº 25, de 06 de julho de 1972 e no Decreto nº 1.023, de 05 de agosto de 1994, que revertia para o patrimônio do Município, o terreno doado à Sulca S/A Indústria Sulbrasileira de Calçados, tendo em vista a falência da donatária.

Parágrafo único. A referida ação está pendente de julgamento.

Art. 4º Para que se efetive a plena desistência das ações mencionadas nos autos supracitados, é condicionante que após a aprovação desta Lei, os imóveis e o terreno a que se referem os autos serão levados à hasta pública e o montante que restar após o pagamento do passivo da Massa Falida, passará integralmente ao Erário Público Municipal, fulcrado no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, o que é garantido pela Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Fica concedido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da homologação judicial da desistência, para que os ocupantes do local objeto desta Lei providenciem as alternativas de instalações de suas empresas.

Art. 6º Os honorários de sucumbência fixados pelo Juízo de primeiro grau serão suportados pelo Município por eventuais valores recebidos como crédito proveniente da sobra de ativo, assim como as custas processuais, as quais o Município é isento.

Parágrafo único. No caso de não reverter créditos ao Município não serão reclamadas importâncias entre as partes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.221

LEI Nº 3.221, de 24 de abril de 2015.

Denomina via pública - RUA VEREADOR ADÃO KOSTANTIUK.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica denominada de RUA VEREADOR ADÃO KOSTANTIUK, a Rua "D", do Loteamento Dona Edí, no Bairro Paraíso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de abril de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 29/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 029/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 026/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE LANCHE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPES DE TRABALHO DURANTE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/04/2016

1ª Publicação.

LEI COMPLEMENTAR N.º 079/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 079/2015

Altera a Lei Complementar Municipal n.º 026, 18 de dezembro de 2009.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o símbolo do cargo de Diretor de Proteção e Defesa Civil, previsto no Anexo XVI da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

N.º	CARGO	SÍMBOLO
01	Diretor de Proteção e Defesa Civil	CC-2

Art. 2º A alteração prevista na presente Lei Complementar não produzirá efeito retroativo.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 16 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.795/2015

LEI N.º 2.795/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO TRAMANDAÍ", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "W", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7428, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 16 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Erê**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO 023/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 023/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE, CNPJ nº 83.731.927/0053-50. OBJETO: A aquisição de gêneros alimentícios agricultura familiar. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Nº 02/2015. VALOR: R\$ 21.078,50. DOTAÇÃO: 05.01- 2022 - 33.90.30.07- 220 - 137 - Programa supl. Alimentar. VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2015, Campo Erê/SC, em 20/03/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Vitor Henrique Kollet pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: ROBERTO ANDRE JUNGES ME, CNPJ nº 17.246.004/0001-57. OBJETO: A aquisição de gêneros alimentícios agricultura familiar. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Nº 02/2015. VALOR: R\$ 7.227,00. DOTAÇÃO: 05.01- 2022 - 33.90.30.07- 220 - 137 - Programa supl. Alimentar. VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2015, Campo Erê/SC, em 20/03/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Roberto Andre Junges pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 029/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 17.542.364/0001-04. OBJETO: A aquisição de Implementos Agrícolas. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06/2015. VALOR: R\$ 16.480,00. DOTAÇÃO:

07.01	1040	44905240	1908	134	Maq e equip agríc e Rodov.
07.01	1040	44905240	1908	100	Maq e equip agríc e Rodov.

Contrato de repasse nº: 1.019388-80/2014/ MAPA/CAIXA. VIGÊNCIA: assinatura até 22/04/2016, Campo Erê/SC, em 22/04/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e João Batista Panazzolo pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 030/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: RENATO ZANELLA ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 17.339.584/0001-27. OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06/2015. VALOR: R\$ 57.140,00. DOTAÇÃO:

07.01	1040	44905240	1908	134	Maq e equip agríc e Rodov.
07.01	1040	44905240	1908	100	Maq e equip agríc e Rodov.

Contrato de repasse nº: 1.019388-80/2014/ MAPA/CAIXA. VIGÊNCIA: assinatura até 22/04/2016, Campo Erê/SC, em 22/04/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Renato Zanella pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 031/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: MILENIUM COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.137.076/0001-02. OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06/2015. VALOR: R\$ 19.860,00. DOTAÇÃO:

07.01	1040	44905240	1908	134	Maq e equip agríc e Rodov.
07.01	1040	44905240	1908	100	Maq e equip agríc e Rodov.

Contrato de repasse nº: 1.019388-80/2014/ MAPA/CAIXA. VIGÊNCIA: assinatura até 22/04/2016, Campo Erê/SC, em 22/04/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Juliano Alexius Martini pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 032/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: ZANON ARQUITETURA E DESIGN LTDA ME, CNPJ nº 21.223.054/0001-96. OBJETO: Prestação de serviços Técnicos Profissionais de arquitetura e urbanismo. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 07/2015. VALOR: R\$ 3.400,00 mensais. DOTAÇÃO:

08.01	2039	33903905	948	100	Manut das Ativ da Sec. Mun. da Cid e Desenv
-------	------	----------	-----	-----	---

VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2015, Campo Erê/SC, em 23/04/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Jocelito Antonio Zanono pela contratada.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 06/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇOS Nº06/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15 de maio de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, TOMADA DE PREÇOS do tipo menor preço global tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS REGULARES (PARALELEPIPEDO) EM VÁRIAS RUAS DO BAIRRO SENHOR BOM JESUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30 min às 11horas 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 27 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.277/15 DE 24/04/2015 RESCINDE CONTRATO DE COMODATO COM A COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.277/15 DE 24/04/2015

RESCINDE CONTRATO DE COMODATO COM A COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Art. 1º - Fica, por este ato, RESCINDIDO o contrato de comodato, autorizado pela Lei 3.552 de 12/08/2010, celebrado com a Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado Ltda - CNPJ: 02.484.235/0003-93 referente ao Veículo, Caminhão Bau, Placa MIA 3976- Certificado DETRAN/SC 7796089423, com as seguintes características:

VW 17.180 EURO3 WORKER

TIPO: CHASSI VW 17.180 EURO3 WORKER

MARCA: VOLKSWAGEN

ANO FAB./MOD: 2010/2010

CHASSI: 9533182T7AR039080

COMBUST: DIESEL

RENAVAM: 331449 04

COR: BRANCO GEADA

POTÊNCIA: 173 CVS

CAP.PBT: 16.000 KG

NR. MOTOR: G1T122554

CMT: 28.800 KG

COD. FINAME: 224.130-5

CLÃS. FISCAL: 87042210

Art. 2º - A rescisão ocorre pelo descumprimento do Artigo 3º da Lei 3552/10 que autorizou o Contrato de Comodato, devendo o caminhão ser entregue na Prefeitura dentro de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos SC 24 de abril de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.278/15 DE 24/04/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.165/2015**

DECRETO Nº 7.278/15 DE 24/04/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.165/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 196.750,00 (Cento e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.165/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.279/2015 DE 24/04/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.163/15**

DECRETO Nº 7.279/15 DE 24/04/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.163/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.163/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**LEI N.º. 4.161/2015 DE 24/04/2015 AUTORIZA
CELEBRAR ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.161/2015 DE 24/04/2015

AUTORIZA CELEBRAR ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio autorizada a firmar acordo judicial nos Autos da Ação Indenizatória nº 014.08.005082-8 e Ação de Execução nº 014.14.002728-2, movidas por Vanessa de Lima.

Art. 2º. O acordo a ser firmado consiste no pagamento da importância de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) à Vanessa de Lima, em quatro prestações mensais iguais no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas por dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 24 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.159/2015 DE 24/04/2015 AUTORIZA
A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ATIVOS, INATIVOS
E PENSIONISTAS, DE SUAS FUNDAÇÕES E
AUTARQUIA : AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS
E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO,
AOS DETENTORES DE MANDATOS ELETIVOS,
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS,**

LEI Nº 4.159/2015 DE 24/04/2015

AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, DE SUAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIA; AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO, AOS DETENTORES DE MANDATOS ELETIVOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal aos servidores públicos da Administração Direta, Poder Legislativo, Fundações e Autarquia, inativos e pensionistas, aos detentores de mandatos eletivos e aos Secretários Municipais.

Art. 2º - O percentual de revisão anual referido no artigo 1º será aplicado sobre os vencimentos do mês de março, utilizando-se o índice do IPCA-IBGE de 8,13% (oito vírgula treze por cento), acumulado no período de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 3º - O percentual de revisão anual dos subsídios dos detentores de mandatos eletivos e dos Secretários Municipais também será de 8,13 % (oito vírgula treze por cento), correspondente ao índice econômico do IPCA-IBGE para ao período de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Paragrafo único- A revisão geral anual dos subsídios dos vereadores, fica limitada as determinações constitucionais, não podendo ultrapassar, em caso de aplicação da presente lei, o limite máximo previsto pela Constituição Federal.

Art. 4º- Serão feitos três lançamentos na folha de pagamento dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, incluindo Fundações e Autarquia, bem como Secretários Municipais, nos seguintes percentuais: de 5,13% (cinco vírgula treze por cento) no mês de abril do corrente ano; 1,5% (um vírgula cinco por cento) no mês de junho do corrente ano e 1,5% no mês de agosto do corrente ano.

Art. 5º - Aplicam-se os percentuais de revisão geral aos ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º- Os professores com habilitação em magistério que tiveram seus vencimentos reajustados em janeiro do corrente ano em 13,01%, em virtude da lei federal do piso do magistério, não terão revisão geral de que trata a presente lei.

Art. 7º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos que integram o Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo, Autarquias e Fundações, mediante a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.160/2015 DE 24/04/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº. 3.664/11 DE 03/08/2011 QUE AUTORIZOU DOAÇÃO DE IMÓVEL URBANO A ENTE PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.160/2015 DE 24/04/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 3.664/11 DE 03/08/2011 QUE AUTORIZOU DOAÇÃO DE IMÓVEL URBANO A ENTE PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O Parágrafo único do Artigo 2º da Lei nº 3.664/11 de 03/08/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. (...)

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça terá o prazo até 31/12/2018 para iniciar a construção.”

Art. 2º. O artigo 4º da lei nº 3.664/11 de 03/08/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. O imóvel reverterá ao patrimônio do município sem qualquer ônus, se o donatário der a ele destino diverso do previsto no artigo anterior, e no caso de não iniciar a obra no prazo fixado.”

Art. 3º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.162/2015 DE 24/04/2015 AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES OU EMPREGADOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SAMU INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 01/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.162/2015 DE 24/04/2015

AUTORIZA A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES OU EMPREGADOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SAMU INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, a título de recuperação de perdas inflacionárias, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal aos servidores ou empregados públicos do Quadro de Pessoal do SAMU, instituído pela Lei Complementar nº 01/2007.

Art. 2º - O percentual de revisão referido no artigo 1º será aplicado sobre os vencimentos do mês de março do corrente ano, utilizando-se o índice do IPCA/IBGE de 8,13 (oito vírgula treze por cento), acumulado no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 3º - Para pagamento da revisão geral anual serão feitos três lançamentos na folha de pagamento dos servidores públicos municipais do SAMU, nas seguintes datas e percentuais: de 5,13% (cinco vírgula treze por cento) no mês de abril do corrente ano; 1,5% (um vírgula cinco por cento) no mês de junho do corrente ano e 1,5% no mês de agosto do corrente ano.

Art. 4º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos devidos ajustes e atualizações no quadro de vencimentos que integra o Plano de Cargos e Salários dos Servidores ou Empregados Públicos do SAMU, mediante a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições

em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.163/2015 DE 24/04/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.163/2015 DE 24/04/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 1.044 - Reequipamento da Saúde - Fdo Mun. Da Saúde
Elemento de despesa: 31 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.00 0008 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde
Elemento de despesa: 32 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.00 0008 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.164/2015 DE 24/04/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº. 2.581/00 DE 24/02/2000 QUE CRIOU O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.

LEI Nº 4.164/2015 DE 24/04/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2.581/00 DE 24/02/00 QUE CRIOU O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O caput do art. 23 da lei nº 2.581/00 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23- O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos e gratuito na escola pública, terá como objetivo a formação básica do cidadão mediante:"

Art. 2º. Fica criada no Título III - DOS NIVEIS DE EDUCACAO E ENSINO - a Seção V, denominada DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, constituída pelos artigos 29,30 e 31 da lei nº 2.581/00.

Art. 3º. Fica revogado o art. 3º da lei nº 3.264/07 de 17/12/07, que alterou dispositivo da lei 2.581/00.

Art. 4º. O caput do art. 24 da lei nº 2.581/00 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24- O ensino fundamental regular do Sistema Municipal de Ensino é oferecido em nove séries contínuas e articuladas, abrangendo nove anos de estudos."

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.165/2015 DE 24/04/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.165/2015 DE 24/04/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 196.750,00 (cento e noventa e seis mil setecentos e cinquenta reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 121 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJETO ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes
Elemento de despesa: 127 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 36.750,00

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 1.028 - Reequipamento da Assistência Social do Município
Elemento de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de despesa: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJETO ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal
Elemento de despesa: 125 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 26.750,00
ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 1.031 - Implantação de Projetos Habitacionais - Fdo Habitacional
Elemento de despesa: 7 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
UNIDADE: 02 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS
PROJETO ATIVIDADE: 1.033 - Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação
Elemento de despesa: 8 - 4.5.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 24 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1007/15

PORTARIA Nº1007/15 de 22/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARITANIA HELENA BRANDALISE DE DEUS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARITANIA HELENA BRANDALISE DE DEUS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1008/15

PORTARIA Nº 1008/15 de 22/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VIRIDIANE LAIS BETIOLO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ROSEMARY RECALCATI, encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VIRIDIANE LAIS BETIOLO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1009/15

PORTARIA Nº 1009/15 de 22/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ELISANGELA GONÇALVES RECALCATTI, encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1017/15

PORTARIA Nº1017/15 de 22/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEONICE PADILHA DA COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA encontra-se em auxílio doença,
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LEONICE PADILHA DA COSTA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1018/15

PORTARIA Nº1018/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOZIELE APARECIDA CARNEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária HERTA MATIA TELLES DURLI encontra-se em auxílio doença,
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOZIELE APARECIDA CARNEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1019/15

PORTARIA Nº1019/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1020/15

PORTARIA Nº 1020/15 DE 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAURO ROSA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LAURO ROSA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1021/15

PORTARIA Nº 1021/15 DE 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARGEU GONÇALVES THIBES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ARGEU GONÇALVES THIBES, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1022/15

PORTARIA Nº 1022/15 DE 22/04/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA DE FATIMA CANDIDA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDREIA DE FATIMA CANDIDA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1023/15

PORTARIA Nº 1023/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LURDES DE FATIMA VARELA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LURDES DE FATIMA VARELA DOS SANTOS, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1024/15

PORTARIA Nº 1024/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE APARECIDA CARPES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSANE APARECIDA CARPES, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1025/15

PORTARIA Nº 1025/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRACIELA BRITO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da

Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GRACIELA BRITO DA SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1026/15

PORTARIA Nº 1026/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE MACHADO DUTRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária MARIA ZENAIDE DE SOUZA, encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CRISTIANE MACHADO DUTRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1027/15

PORTARIA Nº 1027/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VERA LUCIA GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VERA LUCIA GONÇALVES WALTER, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1028/15

PORTARIA Nº 1028/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUSEMARA MEIRA FRANZEN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária JANDIRA CATARINA VEDDY, encontra-se em licença prêmio,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JUSEMARA MEIRA FRANZEN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1029/15

PORTARIA Nº 1029/15 DE 22/04/2015
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE BASTOS IACOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.
RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DAIANE BASTOS IACOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1030/15

PORTARIA Nº 1030/15 de 22/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIMARA ANTUNES GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária SIMONE DIAS OLIVEIRA, encontra-se em auxílio maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SIMARA ANTUNES GONÇALVES para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 026/2015

EDITAL Nº. 026/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de abril de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 026/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: FISCAL II

NOME: FRANCILOIZE WILHIANE Bär

EDITAL Nº. 027/2015

EDITAL Nº. 027/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório,

ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de abril de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 027 /2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

PALOMA DA SILVA NAIZER

PUBLICAÇÃO ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 15/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 58/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 15/2015, QUE TEM POR OBJETO SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE PALCO EM ALVENARIA, COM ÁREA TOTAL DE 541,71 M², NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO BAIRRO PIEDADE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias, do mês de abril do ano de 2015, às 10h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e José Marcos Carvalho, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, representada pelo Sr. Elvino Augusto Júnior, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, representada pelo Sr. Jerson Lopes de Oliveira e F.F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, representado pelo Sr. Marco Aurélio Ferrari Ramos. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo

de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura da proposta das empresas habilitadas no certame, qual seja, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de R\$ 523.617,37, em 2º a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA com o valor global de R\$ 524.406,25, em 3º a empresa F. F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, com o valor global de R\$ 524.938,50, A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de R\$ 523.617,37. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison
Presidente Secretário

Tarcisio Fuck José Marcos Carvalho
Membro

J. LUMA CONSTRUTORA LTDA
Elvino Augusto Júnior

J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA
Jerson Lopes de Oliveira

F.F. RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA M.E
Marco Aurélio Ferrari Ramos

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 39/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/15
HOMOLOGAÇÃO: 24/04/15
CONTRATADO: INVIO SAT SEGURANÇA LTDA EPP CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SEGURANÇA HUMANA DESARMADA NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)
DATA: 24/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 46/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 76/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 46/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA, LIMPADOR DE PISO CONCENTRADO, PAPEL TOALHA, DETERGENTE CONCENTRADO EM PÓ E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas

até as 09h00min do dia 15/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 10-15/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 10-15/2012

SUPRESSÃO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo nº. FMS 10-15/2012 referente ao contrato nº. FMS 15/2012. Data do Aditivo: 22/04/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA CONCLUSÃO DA OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL, NA RUA EMÍLIO SCHOLTZ, CENTRO, COM ÁREA TOTAL DE 1.574,26 M2. Contratada: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ: 02.091.041/0001-66. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica, através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO do contrato, o valor de R\$ 22.627,45 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos). Portanto, o valor global do presente contrato, que era de R\$ 982.714,58 (novecentos e oitenta e dois mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos), passará a ser de R\$ 960.087,13 (novecentos e sessenta mil oitenta e treze centavos) em virtude do acréscimo do item supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 11-15/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 11-15/2012

ACRÉSCIMO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo nº. FMS 10-15/2012 referente ao contrato nº. FMS 15/2012. Data do Aditivo: 22/04/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA CONCLUSÃO DA OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL, NA RUA EMÍLIO SCHOLTZ, CENTRO, COM ÁREA TOTAL DE 1.574,26 M2. Contratada: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ: 02.091.041/0001-66. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 9.780,87 (nove mil setecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos). Portanto, o valor global do presente contrato, que era de R\$ 960.087,13 (novecentos e sessenta mil oitenta e treze centavos), passará a ser de R\$ 969.868,00 (novecentos e sessenta e nove mil oitocentos e sessenta e oito reais) em virtude do acréscimo do item supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 047/2015

DECRETO Nº 047, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Altera redação do artigo 6º e do inciso IV, § 1º, do artigo 13º do Decreto nº 46, de 29 de maio de 2012, bem como atualiza os valores das diárias do SIMAE, constante no ANEXO II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei orgânica municipal e pelo art. 69 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 04 de abril de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 6º do Decreto nº 46, de 29 de maio de 2012, que regulamenta o regime de concessão de diárias aos servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 6º Entende-se por diária o período compreendido de vinte e quatro (24) horas, em viagem, contando da partida do servidor, considerando-se como uma diária a fração de tempo superior a dezesseis (16) horas.

Parágrafo único. O servidor terá direito somente a metade do valor da diária quando:

I - o tempo de deslocamento for igual ou superior a cinco (05) horas e que o servidor necessitar fazer refeição no período e não exigir pernoite;

II - nos casos em que é fornecido alojamento ou outra forma de pousada, de modo que o servidor que viaje não precise pagar.”

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 13º do Decreto nº 46, de 29 de maio de 2012, que regulamenta o regime de concessão de diárias aos servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 13. Os valores pecuniários das diárias estabelecidos no ANEXO II deste Decreto poderão ser alterados por ato do Chefe do Poder Executivo, quando se verificar ocorrência na variação das despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana nos deslocamentos dos servidores do SIMAE.

§ 1º Conforme os locais de deslocamento, os valores das diárias serão acrescidos da seguinte forma:

I- 160%: viagem internacional;

II- 90%: viagem a Capital Federal;

III- 70%: viagens as Capitais Estaduais;

IV- 50%: Viagens a cidades com mais de 150.000 habitantes.”

Art. 3º Ficam alterados os valores constantes no ANEXO II, do Decreto nº 46, de 29 de maio de 2012, passando os mesmos a corresponderem aos valores estabelecidos no Anexo Único deste Decreto.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento do SIMAE.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal - SC, em 23 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO E VALORES DAS DIÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO CARGO / FUNÇÃO	DIÁRIA NORMAL	DIÁRIAS ACRESCIDAS DE:			
		50%	70%	90%	160%
Função de Direção e Assessoramento	220,00	330,00	374,00	418,00	572,00

Funções de Confiança (chefia) e demais cargos	185,00	277,50	314,50	351,50	481,00
---	--------	--------	--------	--------	--------

Decreto 048/2015

DECRETO No 048, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 629.327,35 (seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 629.327,35 (seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.12.361.0065.1029	CONST, AMPL. GINÁSIOS ESPORTES JUNTO ESC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-222	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	215.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-220	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	130.000,00
44900000-221	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	35.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-223	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	60.000,00
0501.12.361.0065.2035	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO-PEDAGÓ	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-224	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	12.000,00
0501.12.361.0065.1031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-225	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	142.000,00
0501.12.361.0065.2037	AQUIS. E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-226	Aplicações Diretas	0358	00	R\$	35.327,35
	Total	0358	00	R\$	629.327,35

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0358 "Recursos Salário Educação", no valor de R\$ 629.327,35 (seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Salário-Educação	0358	00	R\$	629.327,35
Total	0358	00	R\$	629.327,35

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 049/2015

DECRETO No 049, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.375,08 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 7.375,08 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1501.18.541.0050.2021	MANUT, AMPL. RESTRUT. HORTO FLORESTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-010	Aplicações Diretas	0000	00	R\$	3.000,00
1501.18.544.0050.2024	PROTEÇÃO DE FONTES NATURAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-011	Aplicações Diretas	0000	00	R\$	4.375,08
	Total	0000	00	R\$	7.375,08

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 7.375,08 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0000	00	R\$	7.375,08
Total	0000	00	R\$	7.375,08

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 050/2015

DECRETO No 050, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.815,15 (dez mil, oitocentos e quinze reais e quinze centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.815,15 (dez mil, oitocentos e quinze reais e quinze centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1401.16.482.0140.2070	REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-004	Aplicações Diretas	3024	55	R\$	6.858,06
33900000-005	Aplicações Diretas	3000	00	R\$	3.957,09
	Total			R\$	10.815,15

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Fundo Municipal de Habitação de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 3.957,09 (três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos) e na fonte 3024 "Transferências de Convênios Outros", no valor de R\$ 6.858,06 (seis mil, oitocentos

e cinquenta e oito reais e seis centavos), na forma do quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Transferências Convênios Outros	3024	55	R\$	6.858,06
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	3000	00	R\$	3.957,09
Total			R\$	10.815,15

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0003/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada....: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. Valor.....: 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais) Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015 Processo_Licitatório....: 0003 / 2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: Contratação de empresa para fornecimento de apólice de seguro para veículo do Fundo de Assistência Social, especificamente do veículo Fiat Uno Vivace 1.0, placas MLN 7942, ano de fabricação e modelo 2014/2014, de propriedade do Fundo Municipal de Assistência Social, doado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.	
Capinzal, 24 de Abril de 2015	

FMAS CONTRATO 0151/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0151/2015 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada....: MECANICA DALEOSIR LTDA Valor.....: 4.275,00 (quatro mil duzentos e setenta e cinco reais) Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2015 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00082 / 2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO de horas/homens para serviços de chapeação em geral para a frota da Municipalidade.	
Capinzal, 24 de Abril de 2015	

FMS CONTRATO 0151/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0151/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA	
Valor.....: 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)	
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-	
rio.....: 00082 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO de horas/homens para serviços de	
chapeação em geral para a frota da Municipalidade.	
Capinzal, 24 de Abril de 2015	

Lei 3.167/2015

LEI Nº 3.167, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento da diferença decorrente da ausência de revisão geral anual para as Conselheiras Tutelares do Município de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a efetuar o pagamento da diferença decorrente da ausência de revisão geral anual para as Conselheiras Tutelares do Município de Capinzal, conforme a seguir especificado:

I - Marisete da Motta, referente ao período de 09/2013 à 04/2014, no valor de R\$ 565,30 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos);

II - Sandra Faccin, referente ao período de 09/2013 à 04/2014, no valor de R\$ 565,30 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos);

III - Doraci Bazzo, referente ao período de 09/2013 à 13/04/2014, no valor de 525,23 (quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos);

IV - Silvana Dias Batista Nardi, referente ao período de 18 à 30/04/2014, no valor de R\$ 28,26 (vinte e oito reais e vinte e seis centavos);

V - Neize Melissa Weiss, referente ao período de 09/2013 à 04/2014, no valor de R\$ 565,30 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos);

VI - Roseli Fátima da Silva, referente ao período de 09/2013 à 04/2014, no valor de R\$ 565,30 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.168/2015

LEI Nº 3.168, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo transferir recursos financeiros ao Coral São Paulo Apóstolo, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros no valor de R\$ 7.880,00 (sete mil, oitocentos e oitenta reais), no presente exercício, ao Coral São Paulo Apóstolo, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.765.098/0001-78, com sede à Rua dos Almeida, nº 22, Centro, nesta cidade de Capinzal.

Parágrafo único. A transferência de que trata a presente Lei objetiva estabelecer um sistema de cooperação técnico-financeira com a finalidade de custear despesas com a contratação de maestro-regente e manutenção das atividades da entidade.

Art. 2º Fica o Coral São Paulo Apóstolo obrigado a proceder à prestação de contas dos recursos recebidos, na forma da legislação vigente.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária na Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0151/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0151/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA	
Valor.....: 50.445,00 (cinquenta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 24/04/2015 Término: 25/04/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2015 Processo_Licitató-	
rio.....: 00082 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO de horas/homens para serviços de	
chapeação em geral para a frota da Municipalidade.	
Capinzal, 24 de Abril de 2015	

PORTARIA 110/2015

PORTARIA Nº 110, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Patricia Viganó Zanini, matrícula nº 407511/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Sirlei Marli Gerhardt, designada para responder pela Direção desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 111/2015

PORTARIA Nº 111, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Carmem Maletzke Markus, matrícula nº 327131/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, para atuar na Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 112/2015

PORTARIA Nº 112, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (10) horas semanais, da servidora Lidiane Koch Tobaldini, matrícula nº 330680/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Tania Lucia Bazzi Angeli, que está à disposição da Coordenação pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 113/2015

PORTARIA Nº 113, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Juliano Kloss, matrícula nº 330221/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar junto à Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 114/2015

PORTARIA Nº 114, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 314510/16, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Creche Municipal Primeiros Passos, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 115/2015

PORTARIA Nº 115, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Joelice Mascarello, matrícula nº 329924/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena, em substituição a titular Lianmar Terezinha Galio Masson, que está à disposição do Apoio Pedagógico.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 116/2015

PORTARIA Nº 116, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Janice Salete da Silva, matrícula nº 311790/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 118/2015

PORTARIA Nº 118, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mavis Capeletti, matrícula nº 138207/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 119/2015

PORTARIA Nº 119, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Melania Alves Perotoni, matrícula nº 331945/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Tania Luci Bazzi Angeli, à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 120/2015

PORTARIA Nº 120, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lourdes Vidi Dambros, matrícula nº 330809/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Sandra Mara Turatto, à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 121/2015

PORTARIA Nº 121, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 323365/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, à disposição da Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 122/2015

PORTARIA Nº 122, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Keli Polo, matrícula nº 330396/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Nancy Grisner Franke, em gozo de Licenças Prêmio.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 31 de julho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 123/2015

PORTARIA Nº 123, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambrós, matrícula nº 322849/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em substituição a titular Nancy Grisner Franke, em gozo de Licenças Prêmio.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 31 de julho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 124/2015

PORTARIA Nº 124, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lilian Mendes Moreira Dalmaria, matrícula nº 323721/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Eloá Salete Toaldo Giumbelli, readaptada conforme atestado médico.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 125/2015

PORTARIA Nº 125, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removido, em caráter temporário, pelo processo originado pelo edital 030/2014, o servidor Sergio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 318949/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 126/2015

PORTARIA Nº 126, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, pelo processo originado pelo edital 030/2014, a servidora Lucélia Alves Dalposso, matrícula nº 323829/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho para o Centro Municipal de Educação Infantil, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PROTARIA 117/2015

PORTARIA Nº 117, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Karla Luciana Vicari Menegás, matrícula nº 323560/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha, em substituição a titular Helena Dupont Leder, à disposição da Direção da Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/14/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/14/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0132/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Execução de pontos de junção com o uso de serviço de torno e solda em tubos e conexões de ferro fundido, para montagem dos barriletes de 03 (três) conjuntos moto bomba da Estação Elevatória de Água Tratada CB-09.

TIPO: Menor Preço Por Item (pontos de junção)

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 11 de maio de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de abril de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN01/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN01/2015

PROCESSO Nº CAO/0155/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC

OBJETO: CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA E/OU RECEBIMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA EMITIDAS PELO SIMAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

VALOR: R\$ 1,20 (UM REAL E VINTE CENTAVOS). POR FATURA COBRADA/RECEBIDA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 25, DA LEI 8666/93.

CAPINZAL/SC, 27 DE ABRIL DE 2015.

SIDNEI PENZO

DIRETOR

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 06/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 05/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 12 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 12 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 24 de Abril de 2015.
VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

AVISO DE LICITAÇÃO 23/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 23/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 12/2015
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE PASSEIO ZERO KM PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 11 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 11 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 24 DE ABRIL DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA RP 10/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina		
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL		
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS		
Ata Nº.:	10/2015	
Detentora:	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.	

Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
4	AMACIANTE DE ROUPAS 5 LITROS, ASPECTO FÍSICO VISCOSO, TENSOATIVO, CATIONICO, ESPESSANTE, SEQUESTRANTE, AGENTE CONTROLADOR DE PH,	gl	3319FLEX	30,000	7,9600	238,80	
	CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRANCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE CETIL TRIMETIL AMONIO.						
5	APARELHO DE BARBEAR C/7 UND DE 3 LAMINAS DESCARTÁVEL	pt	2216BIC	40,000	7,3500	294,00	
11	ESCOVA DE LAVAR ROUPA MADEIRA	un	DESAFIO	10,000	3,3500	33,50	
13	ESPONJA DUPLA FACE C/10 UND	pt	BETANIN	30,000	4,6900	140,70	
15	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA SIMPLES GOFRADO. COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS CELULÓSICAS.TAM. 21X22CM PCT C/50UND.	pt	POMME	200,000	1,0900	218,00	
17	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS EM ALGODÃO (COTONETE) CX C/75UND	cx	1381USE	20,000	2,3500	47,00	
27	PAPEL TOALHA EM BOBINA. DIMENSÕES: 20CM X 200MT. GRAMATURA: 32G/M². CELULOSE: 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO. CAIXA COM 6	cx	3418DELLY	6,000	70,0000	420,00	
	BOBINAS DE 200 METROS. OBS: FORNECER DISPENSERS NECESSÁRIOS EM REGIME DE COMODATO.						
29	RODO BORRACHA DUPLA 45CM	un	1245DESAFI	4,000	19,0000	76,00	
31	SABONETE LÍQUIDO ANTISEPTICO CX C/ 4 UND 05 LITROS. (APRESENTAÇÃO DE FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E REGISTRO NA ANVISA, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	cx	RAMALETFL	1,000	100,0000	100,00	
	DA EMPRESA E AMOSTRA NA RESPECTIVA EMBALAGEM NO ATO DA LICITAÇÃO. OBS: FORNECER DISPENSER EM REGIME DE COMODATO.						
33	SACO DE LIXO 40 LITROS C/100UND	pt	1397AZEPLA	30,000	12,3000	369,00	
34	SACO DE LIXO 60 LITROS C/100UND	pt	1396AZEPLA	30,000	27,6800	830,40	
35	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO INFECTANTE 100LTS C/100UND	pt	1917AZEPLA	50,000	43,0000	2.150,00	
36	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO INFECTANTE 30 LITROS C/100UND	pt	1696AZEPLA	50,000	17,0000	850,00	
37	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSOINFECTANTE 60 LITROS	pt	AZEPLAST	10,000	23,9000	239,00	
	C/100 UND						

Vigência : Início : 23/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 03/2015.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 11/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina							
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL							
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS							
Ata Nº.:	11/2015						
Detentora:	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA						
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.						
Fornecedor: 1298 - SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	

18	HIGIENIZADOR DE MÃOS EM SPRAY , REFIL DE 600ML COM HIDRATANTE. ELIMINA 99% DAS BACTERIAS, LIQUIDO ANTI-SEPTICO PARA AS MÃOS E BRAÇOS. CAIXA COM 6	un	PROLIM	2,000	29,5000	59,00
	REFIS 600ML. CADA REFIL DEVERÁ CONTER SUA PRÓPRIA VALVULA DE ACIONAMENTO. FORNECER TODOS OS DISPENSERS NECESSÁRIOS EM COMODATO.					
25	PAPEL HIGIENICO EM ROLO DE 300 METROS, FOLHA SIMPLES, GOFRADO, BRANCO, MEDINDO 10CM X 300MTS,	cx	SAMPER	17,000	41,0000	697,00

COM GRAMATURA DE 19G/M², 100% CELULOSE VIRGEM, ACONDICIONADOS EM FARDOS, CAIXAS CONTENDO 08 ROLOS. (APRESENTAÇÃO DE FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E REGISTRO NA ANVISA, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E AMOSTRA NA RESPECTIVA EMBALAGEM NO ATO DA LICITAÇÃO.
OBS: FORNECER DISPENSER EM REGIME DE COMODATO.

26	PAPEL TOALHA DUAS DOBRAS, FOLHA SIMPLES, GOFRADO, BRANCO, MEDINDO 22X21CM, COM GRAMATURA DE 24G/M²,	cx	SAMPER	100,000	20,5000	2.050,00
38	SACO PARA LIXO - 20 LITROS - PACOTE COM 10	0 pt	AZEPLAST	50,000	7,9000	395,00

Vigência : Início : 23/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 03/2015.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 12/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		12/2015							
Detentora:		SCS COMERCIO LTDA ME							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.							
Fornecedor: 2363 - SCS COMERCIO LTDA ME									
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS Composição: Hipoclorito de sódio e água; Princípio Ativo: Hipoclorito de sódio; Teor de cloro ativo: 2.0% a 2,5% p/p.			gl	ECOVILLE	12,000	10,8000	129,60	
2	ALCOOL 98 GRAUS LIQUIDO 1000ML.			un	ARAUCARIA	10,000	5,9500	59,50	
3	ALVEJANTE DE TECIDOS PARA REMOÇÃO DE MANCHAS DE SANGUE, MEDICAMENTOS, ETC, ALVEJAMENTO E			un	ECOVILLE	50,000	12,7000	635,00	

DESCONTAMINAÇÃO DAS ROUPAS DE ALGODÃO E POLIESTER, EM PÓ, HOMOGENEO DE COR BRANCA COM PH ENTRE 7,5 E 8,5. COMPOSIÇÃO: AGENTE OXIDANTE SEQUESTRANTE COADJUVANTE. BALDE 05KG.

7	DESINFETANTE DE USO GERAL CONCENTRADO, DILUIÇÃO	cx	ECOVILLE	3,000	350,0000	1.050,00	
2	DETERGENTE CLORADO DILUIÇÃO, NA CONCENTRAÇÃO XIDO DE POTÁSSIO, CLORO ESTABILIZADO, SILICATO DE SÓDIO, ÁCIDOS GRAXOS, SEQUESTRANTES	un	ECOVILLE	1,000	350,00	350,00	

10	DETERGENTE DE LOUÇAS NEUTRO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIONICOS, SEQUESTRANTE, CONSERVANTES, ESPESSANTE, CORANTE, FRAGANCIA E	un	ZAVASKI	100,000	1,3000	130,00	
	ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL. EMBALAGEM DE 500ML.						
12	ESCOVA DE LIMPAR VASO SANITÁRIO	un	DESAFIO	6,000	4,5000	27,00	
14	FLANELA 34 X 50CM	un	MARTINS	50,000	1,6000	80,00	
16	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA SIMPLES GOFRADO. COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS CELULÓSICAS.TAM. 30X31CM PCT C/50UND.	un	NOBRE	50,000	1,6000	80,00	
19	LIXEIRA C/ PEDAL 13,3 LITROS	un	ARQPLAST	4,000	26,7000	106,80	
20	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA 60 LITROS	un	ARQPLAST	4,000	29,0000	116,00	
21	LIXEIRA RESISTENTE 30,3 LITROS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE E PROLIPROPILENO COM PEDAL DE LONGA RESISTENCIA E TAMPA COM ENCAIXE PERFEITO, DIMENSÕES: 41,3 X 40 X 43,5CM.	un	ARQPLAST	10,000	38,0000	380,00	
22	LUVA LONGATE TAM. M	pr	VOLK	50,000	9,9500	497,50	
23	MEGA PANÃO EM ALGODÃO 80% E VISCOSE 20% 80 X 90CM.	un	MARTINS	60,000	4,9500	297,00	
24	PANO BRANCO ALVEJADO PARA LIMPEZA	pc	MARTINS	30,000	5,4500	163,50	
28	PERASEDIN 5 LITROS (ÁCIDO PERACÉTICO 4,5%, PEROXIDO DE HIDROGENIO 15%, ACIDO ACÉTICO 14%, ÁCIDO FOSFONICO 1%, ÁGUA 65%).	gl	PERASEDIN	3,000	1.100,0000	3.300,00	
30	SABÃO EM PÓ 5KG, TENSOATIVO NÃO IONICO E ANIONICO EFICIENTE NA REMOÇÃO DE PROTEINAS, AMIDO E GORDURA DE ROUPAS DE ALGODÃO E FIBRA MISTA. BRANQUEADOR	cx	INOVE	6,000	165,0000	990,00	
	O AMARELAMETO DAS FIBRAS, ATRAVÉS DE TENSOATIVOS E SEQUESTRANTES PRESENTE EM SUA FORMULA. CAIXA C/ 04 UNIDADES DE 05KG.						
32	SACO DE LIXO 100 LITROS C/100UND	pt	SCS	50,000	25,5000	1.275,00	
39	SAPONACEO CREMOSO, LINEAR ALQUIBENZENO, SUFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, ESPESSANTES,	tb	CLASS	100,000	4,5000	450,00	
	ALCALINIZANTES, ABRASIVO, CONSERVANTES, FRAGANCIA E VEICULO. EMBALAGEM DE 300ML.						
40	SUPER PANÃO EM ALGODÃO 80% E VISCOSE 20%, 60 X 90CM.	un	MARTINS	40,000	3,7000	148,00	
41	TOALHA DE PRATO GRANDE DECORADA 75 X 100CM	un	MARTINS	10,000	3,7000	37,00	
42	VASSOURA DE PALHA	pc	COLONIAL	10,000	16,8000	168,00	
43	VASSOURA NYLON C/ CABO DE LATAN	un	DESAFIO	10,000	7,8000	78,00	

Vigência : Início : 23/04/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 03/2015.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA

GESTOR FMS

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTATOS 72 A 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
201	72/2015	09/04/2015	31/12/2015	45/2015	Não	6.000,00		CONTRATAÇÃO DE SHOW	HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME
202	Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA ASA DELTA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL. 73/2015	13/04/2015	31/12/2015	40/2015	Não	4.591,50		AQ DE BRINQUEDOS, ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL.	
203	Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. 74/2015	13/04/2015	31/12/2015	40/2015	Não	5.164,00		AQ DE BRINQUEDOS, ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL.	
204	Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. 75/2015	13/04/2015	31/12/2015	40/2015	Não	3.848,00		AQ DE BRINQUEDOS, ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL.	
205	Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. 76/2015	13/04/2015	31/12/2015	40/2015	Não	3.848,00		AQ DE BRINQUEDOS, ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL.	
206	Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTA EDITAL. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. 77/2015	16/04/2015	31/12/2015	43/2015	Não	25.147,00		AQ DE FOGOS DE ARTIFÍCIO AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME	
207	Objeto: AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS EVENTOS E SOLENIIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS/SC. DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS NO ANEXO I DESTA EDITAL. 78/2015	22/04/2015	22/04/2016	42/2015	Não	10.484,00		AQ DE FOGOS DE ARTIFÍCIO AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME	
208	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC. 79/2015	22/04/2015	22/04/2016	42/2015	Não	2.990,00		AQ DE MATERIAIS INFORMÁTICOS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.	
209	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC. 80/2015	22/04/2015	22/04/2016	42/2015	Não	61.233,00		AQ DE MATERIAIS INFORMÁTICOS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.	
210	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC. 81/2015	22/04/2015	22/04/2016	42/2015	Não	8.455,00		AQ DE MATERIAIS INFORMÁTICOS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.	
211	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC. 82/2015	24/04/2015	31/12/2015	41/2015	Não	33.520,00		LOCAÇÃO DE LINK HIPERLIG INFORMÁTICA LTDA ME	
	Objeto: LOCAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET - BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, COM 1 (UM) LINK DE INTERNET DEDICADO VELOCIDADE DE 20 MB FULL DUPLEX, COM GARANTIA DE 100% DE BANDA COM RESPECTIVO SUPORTE DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.								

Total: 11

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 042, DE 24.04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 042, DE 24.04.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 123 - Recursos Ordinários - Tesouro - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
123 - Recursos Ordinários - Tesouro - Exercício Anterior
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1009 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis Adm e Planej
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de abril de 2015.

José Braulio Inácio
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 08 de maio de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data

marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 27 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA N.º02-2015

ATO DA MESA N.º02/2015

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, às 16h00min, na Sala das Sessões, na Câmara Municipal desta Cidade, reuniram-se os Senhores membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, sob a Presidência do Vereador Nibar da Silva, onde por força da Lei n.0630 de 23.04.2015, ficou reajustado em 6,22% (seis virgula vinte e dois por cento) o subsídio mensal do Presidente e Vereadores desta Casa Legislativa, da mesma forma, ficam igualmente reajustados, no mesmo percentual, o subsídio mensal do Prefeito, Vice Prefeito, e Secretários Municipais, todos com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2015, de acordo com a Lei n. 0630 de 23.04.2015.

Tendo em vista que a Lei n.0630 de 23.04.2015 concedeu reajuste salarial de 6,22% a todos os funcionários Públicos Municipais, é legal que os subsídios fixados ao Presidente e Vereadores desta Câmara Municipal sejam corrigidos nos mesmos percentuais de reajustes salariais concedidos aos servidores públicos Municipais, de acordo com o que dispõe o art. 6º da Lei n. 0550 de 13.06.2012.

Registre-se e comuniquem-se as autoridades e demais interessados, dando-se ampla divulgação.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2015.

NIBAR DA SILVA
Presidente

AMILTON CARLOS WESTPHAL
Vice Presidente

CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER
1º Secretária

ANDRÉ SEBOLD
2º Secretario

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2015 (REGISTRO
DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2015

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A data de abertura foi alterada, conforme informações abaixo.

Objeto: Registro de preços de saibro à granel de primeira categoria, para manutenção das estradas vicinais do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 11/05/2015.

Abertura: Dia 11/05/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital Retificado em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 24 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/
PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Material de Limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO
PRESENCIAL SRP Nº 44/2015-PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC**

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 44/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição e serviço de plantio de mudas de flores de época e insumos para plantio de diversas espécies de plantas, e grama sempre verde em leiva (Axonopus compressus) conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/05/2015.

Abertura: dia 08/05/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 24 de abril de 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2015 -FMS

Contrato Nº : 50/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MH TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação, em lote único, serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Swithing (MPLS) em fibra ótica ou par metálico, para interligação das Unidades de Saúde ao Centro de Processamento de dados da Prefeitura de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 01/04/2015

Valor R\$: 54.199,92 (Cinquenta e Quatro Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 205 - 13.001.2101.333903997000000.01020000

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903997000000.01380002

Dotação : 225 - 13.001.2103.333903997000000.01380001

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903997000000.01380003

Dotação : 232 - 13.001.2104.333903997000000.01380004

Dotação : 228 - 13.001.2105.333903997000000.01020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2015 -FMS

Contrato Nº : 51/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GAP - GRUPO DE APOIO PSQUIÁTRICO S/S - ME

Licitação : Inexigibilidade 12/2015

Objeto : Contratação de serviços de clinica para internação da paciente Bruna Eduarda Do Prado Zampieron, portadora da patologia de Autismo Infantil, visando atender liminar de autos 0900055-35.2014.8.24.0019.

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 06/04/2015

Valor R\$: 149.760,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 368 - 13.001.2103.333903950000000.03380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2015 -FMS

Contrato Nº : 52/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ALCI N. BECKER & CIA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 4.472,00 (Quatro Mil e Quatrocentos e Setenta e Dois Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2015 -FMS

Contrato Nº : 53/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 9.751,00 (Nove Mil e Setecentos e Cinquenta e Um Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2015 -FMS

Contrato Nº : 55/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GESUL COMERCIAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 4.564,00 (Quatro Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2015 -FMS

Contrato Nº : 56/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GGL INDUSTRIA DE MOVEIS DE AÇO

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 7.275,00 (Sete Mil e Duzentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015 -FMS

Contrato Nº : 57/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 189,00 (Cento e Oitenta e Nove Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2015 -FMS

Contrato Nº : 58/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2015

Objeto : Aquisição de móveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos, visando a equipar o novo espaço destinado a abrigar a nova Farmácia Municipal, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprios.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/06/2015

Assinatura : 13/04/2015

Valor R\$: 8.817,25 (Oito Mil, Oitocentos e Dezessete Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905204000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905212000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905233000000.01380002

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905242000000.01380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2015 -FMS

Contrato Nº : 59/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, aos municípios de Joaçaba e Chapecó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 14/04/2016

Assinatura : 15/04/2015

Valor R\$: 76.650,00 (Setenta e Seis Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 368 - 13.001.2103.333903927000000.03380003

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA PRÓXIMA SESSÃO CONCORRENCIA Nº 02/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 02/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do Governo do Estado - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Proposta nº 13487 e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentou-se para participar do presente certame a empresa: BRITTER RODOVIAS LTDA. Procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, constando que a licitante deixou de apresentar o exigido no item 5.1 alínea "i", "i.2 ", Atestado e CAT referente ao Engenheiro Ambiental, e sendo portanto INABILITADA. Em razão da inabilitação da única licitante participante e, com fulcro no item 7.12, sendo "Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Município de Concórdia poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua inabilitação ou desclassificação", a Presidente oficializou que a licitante terá o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação dos documentos inexistentes, os quais deverão ser protocolizados no protocolo geral do município até às 17 horas do dia 08 (oito) de maio de dois mil e quinze. Com a ausência do representante legal da licitante a Presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos e se houver protocolo da nova documentação o proponente fica desde já convocado, a comparecer neste mesmo local, às 08h30min do dia 11(onze) de maio de 2015 para participar da sessão de abertura de nova documentação e julgamento de sua proposta de preço(Envelope 2).

Concórdia, SC, 24 de abril de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L.

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 03.215

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	11.640,70	0,00	Ordinária	812.729,45	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	9.471,35	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	634.996,95	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	8.749,89	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc. Anterior	593.862,35	0,00
Vinculada	721,46	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	37.499,90	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	2.169,35	0,00	Vinculada	3.634,70	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.169,35	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	177.732,50	0,00
	0,00	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	62.300,00	0,00
				115.432,50	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	496.300,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	496.300,00	0,00		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	865.184,97	0,00	Pagamento de restos a pagar	1.067.632,46	0,00
Valores restituíveis	812.729,45	0,00	Valores restituíveis	1.016.539,47	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	52.455,52	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	51.092,99	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	845.508,28	0,00		338.272,04	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	2.218.633,95	0,00		2.218.633,95	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:10:20

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 03.2015.



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	6.849,88	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	675.726,59	0,00
Ordinária	5.688,50	0,00	Ordinária	521.411,27	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	5.349,47	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	520.827,34	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	339,03	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	360,00	0,00
Vinculada	1.161,38	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	223,93	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	994,78	0,00	Vinculada	154.315,32	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	166,60	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	19.615,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	134.700,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	300.160,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	300.160,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	700.371,65	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	310.954,62	0,00
Inscrição de restos a pagar	675.726,59	0,00	Pagamento de restos a pagar	286.982,29	0,00
Valores restituíveis	24.645,06	0,00	Valores restituíveis	23.972,33	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	421.905,32	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	442.605,64	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.429.286,85	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.429.286,85	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:09:34

Notas:

LEVI ELÓI DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 03.2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	39.836,86	0,00	Ordinária	1.442.994,57	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	39.836,86	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.262.394,57	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	11.301,84	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	1.102.331,17	0,00
Vinculada	28.535,02	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	5.663,40	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	155.000,00	0,00
	0,00	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	180.000,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	974.100,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	974.100,00	0,00		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.491.557,31	0,00	Pagamento de restos a pagar	773.624,85	0,00
Valores restituíveis	1.442.994,57	0,00	Valores restituíveis	727.556,77	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	48.562,74	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	46.068,08	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	85.591,60	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	374.466,35	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.591.085,77	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.591.085,77	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:11:39

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 03.2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	110.603,06	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	1.490.795,21	0,00
Ordinária	2.453,99	0,00	Ordinária	1.184.395,55	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.453,99	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.184.395,55	0,00
Vinculada	108.149,07	0,00	Vinculada	306.395,66	0,00
01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	11.530,40	0,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	23.060,80	0,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	367,48	0,00	01350003 - PAEFI	61.010,62	0,00
01350003 - PAEFI	17.780,26	0,00	01350004 - PAIF	60.312,23	0,00
01350004 - PAIF	24.972,02	0,00	01350005 - IGD-SUAS	5.120,28	0,00
01350005 - IGD-SUAS	1.598,39	0,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos	69.038,35	0,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	41.372,16	0,00	01350007 - Programa ACESSUAS	12.626,67	0,00
01350007 - Programa ACESSUAS	970,20	0,00	01350008 - Criança e Adolescente	16.388,14	0,00
01350008 - Criança e Adolescente	868,99	0,00	01350009 - Bolsa Família	17.002,00	0,00
01350009 - Bolsa Família	6.657,92	0,00	01610002 - Básica Custeio	16.656,01	0,00
01610001 - Benefícios Eventuais	75,86	0,00	03350004 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	1.080,00	0,00
01610002 - Básica Custeio	734,00	0,00	03350005 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	810,40	0,00
01610003 - CREAS	789,45	0,00	03350007 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	12.005,00	0,00
01610004 - ABRIGO	431,94	0,00	03350008 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	9.926,66	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03610001 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social- Benefícios	1.358,50	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	402.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	402.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.493.084,10	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	398.685,58	0,00
Inscrição de restos a pagar	1.490.795,21	0,00	Pagamento de restos a pagar	396.396,69	0,00
Valores restituíveis	2.288,89	0,00	Valores restituíveis	2.288,89	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	507.667,01	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	623.873,38	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.513.354,17	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.513.354,17	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:12:46

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 03.2015

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)					
Ordinária	3.867,35	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	80.005,00	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.077,79	0,00	Ordinária	30.525,00	0,00
Vinculada	1.789,56	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.525,00	0,00
02060001 - FIA Demais Recursos	100,06	0,00	Vinculada	49.480,00	0,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	1.684,13	0,00	02090000 - FIA Imposto de Renda	30.000,00	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	5,37	0,00	06060001 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fui	3.400,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	06090000 - FIA Imposto de Renda - Superavit Exercício Anterior	16.080,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)					
Transf. Financeira Recebida	51.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)					
Inscrição de restos a pagar	80.012,87	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	532,87	0,00
Valores restituíveis	80.005,00	0,00	Pagamento de restos a pagar	525,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	7,87	0,00	Valores restituíveis	7,87	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)					
	142.556,31	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	196.893,66	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	277.436,53	0,00		277.436,53	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:14:01

Notas:

LAURI GARBOSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 03.2015.

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	9.043.223,24	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	39.039.686,88	0,00
Ordinária	94.810,41	0,00	Ordinária	110.092,98	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	94.810,41	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	110.022,98	0,00
Vinculada	8.948.412,83	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	70,00	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	25.114,99	0,00	Vinculada	38.929.593,90	0,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	68.015,72	0,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	8.211.462,94	0,00
01380002 - Atenção Básica	1.112.831,15	0,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	82.653,18	0,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	7.270.634,88	0,00	01380002 - Atenção Básica	2.246.357,86	0,00
01380004 - Vigilância em Saúde	350.858,26	0,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	27.996.968,46	0,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	119.680,54	0,00	01380004 - Vigilância em Saúde	197.556,62	0,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	5,11	0,00	01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	4,21	0,00
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	985,07	0,00	03020000 - Receitas de Impostos - Saúde - Exerc Ant	146.851,23	0,00
03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -Superavit E	287,11	0,00	03380001 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	924,53	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -Superavit E	1.600,00	0,00
			03380003 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -Superavit E	44.793,64	0,00
			03380006 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -Superavit E	421,23	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	5.250.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transf. Financeira Recebida	5.250.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	39.900.165,56	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	15.165.238,19	0,00
Inscrição de restos a pagar	39.039.686,88	0,00	Pagamento de restos a pagar	14.339.163,73	0,00
Valores restituíveis	860.478,68	0,00	Valores restituíveis	826.074,46	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	3.807.592,33	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	3.796.056,06	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	58.000.981,13	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+X)	58.000.981,13	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 14:08:34

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 03.2015.**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Março / 2015

INGRESSOS		Exercício Anterior	DISPÊNDIOS		Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual		ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	
Receita Orçamentária (I)	43.000.622,69	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	47.147.948,17	0,00
Ordinária	24.045.143,52	0,00	Ordinária	25.357.390,19	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	22.131.663,82	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	20.344.960,77	0,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	128.651,72	0,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	7.000,00	0,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	1.273.061,94	0,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	2.481.146,72	0,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	31.891,12	0,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	4.328,00	0,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS	1.339,28	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atual ao RPPS	1.400.000,00	0,00
01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	478.512,62	0,00	01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	62.715,22	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	3,02	0,00	03000002 - Recursos Ordinários FMDD - superavit exercício anterior	31.000,00	0,00
Vinculada	23.427.643,68	0,00	03000003 - Recursos Ordinários - Exercício anterior	1.026.239,48	0,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	7.207.171,96	0,00	Vinculada	21.790.557,98	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	4.324.301,78	0,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação	4.126.950,23	0,00
01070000 - Contribuição - CIDE	1.059,72	0,00	01070000 - Contribuição - CIDE	50,00	0,00
01080000 - Contribuição - COSIP	968.033,68	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	1.907.300,00	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	93.311,16	0,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	218.001,03	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Civil	93.425,28	0,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	287.257,03	0,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	160.432,59	0,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	345.939,02	0,00
01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	6.756.436,68	0,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	4.408.204,96	0,00
01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	750.715,22	0,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	1.452.785,90	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	283.522,27	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	5.455,90	0,00
01360000 - Salário Educação	988.112,86	0,00	01360000 - Salário Educação	2.483.166,82	0,00
01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.060,00	0,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	219.502,10	0,00
01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	92.048,71	0,00	01370003 - Programa Nac.Apolo ao Transporte - PNATE	239.009,76	0,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	19.260,00	0,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE	641.223,88	0,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	80.941,24	0,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo	3.700,00	0,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	1.540.751,19	0,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	2.702.009,08	0,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	48.354,07	0,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.260.952,47	0,00
01800000 - Outras Especificações	2.090,26	0,00	01800000 - Outras Especificações	374,37	0,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	16.615,01	0,00	03080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CC	255.133,19	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	4.472.164,51	0,00	03100000 - Convênio de Trânsito - Militar - Superavit Exercício Anterior	33.236,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	03110000 - Convênio de Trânsito - Civil - Superavit Exercício Anterior	44.200,56	0,00
Aportes	0,00	0,00	03180000 - Transf.fundeb - Sup. Exerc. Anter	570.532,78	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	50.820.632,09	0,00	03190000 - Transf. FUNDEB 40% - Sup. Exerc. Anter	357.000,00	0,00
Inscrição de restos a pagar	47.147.948,17	0,00	03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	6.918,21	0,00
Valores restituíveis	3.342.918,83	0,00	03360000 - Salário-Educação - Superavit Exercício Anterior	183.826,94	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	03370004 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	37.827,75	0,00
Outras Variações Aumentativas	329.765,09	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	8.668.135,09	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	22.688.033,56	0,00	Transf. Financeira Concedida	8.668.135,09	0,00
TOTAL (V) = (II+III+IV)	116.509.288,34	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	26.322.923,83	0,00
			Pagamento de restos a pagar	23.097.200,34	0,00
			Valores restituíveis	3.225.723,49	0,00
			Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
			Saldo em Espécie do Exercício (IX)	34.370.281,25	0,00
			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	116.509.288,34	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2015

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCORDIA, **Data Emissão** 23/04/2015, **Hora emissão** 14:04:46

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2015

DECRETO Nº 191/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sra. NEIDES PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 23 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 192/2015

DECRETO Nº 192, DE 23 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Art.78 - Inciso III - do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Concede 05 (cinco) dias consecutivos de licença por falecimento do irmão, à Sra .DIVA CORREA FIGUEIRÓ , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de 23/04/2015 à 27/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 23 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI Nº 1145/2015

LEI N. 1145/2015

“ALTERA LEI MUNICIPAL N. 1.136/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O Parágrafo Primeiro do Artigo Primeiro da Lei Municipal n. 1.136/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, sob n. 108.722, possuindo os seguintes limites e confrontações: ao Norte, com o lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, em 91,60 metros; ao Sul, com a Rua “Sem Nome”, em 91,60 metros; ao Leste, com a Rua 7 de Setembro, em 40,00 metros; ao Oeste, com área de APP do Lajeado e imóvel matriculado no CRI n. 7.785, em 40,00 metros.

Art. 2º Os Parágrafos Segundo e Terceiro do Artigo Segundo da Lei Municipal n. 1.136/2015 passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Lote nº 42 - ao Norte, com parte do lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, na extensão de 45,00 metros; ao Sul, com o lote n. 41 e parte do lote n. 46, na extensão de 29,00 metros; ao Leste, com a Rua 7 de Setembro, na extensão de 20,00 metros; e ao Oeste, com parte do lote n. 46, na extensão de 20,00 metros, perfazendo um total de 900,00 m² (novecentos metros quadrados).

§ 3º Lote nº 46 - ao Norte, com parte do lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, na extensão de 46,60 metros, e com parte do lote n. 42, na extensão de 16,00 metros; ao Sul, com a Rua “Sem Nome”, na extensão de 62,60 metros; ao Leste, com o lote n. 41 e com o lote n. 42, na extensão de 20,00 metros; e ao Oeste, com área de APP do Lajeado e imóvel matriculado no CRI n. 7.785, na extensão de 40,00 metros, perfazendo um total de 2.184,00 m² (dois mil cento e oitenta e quatro metros quadrados).

Art. 3º Fica autorizada a consolidação da Lei 1.136/2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1146/2015

LEI N. 1146/2015

AUTORIZA COLOCAÇÃO À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE XANXERE/SC, QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA, DECORRENTE DE ABALO FÍSICO DA ESPÉCIE TORNADO, BENS MATERIAIS E HUMANOS PARA COLABORAR NA RECUPERAÇÃO DO MUNICÍPIO VIZINHO.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a colocar à disposição do município de Xanxerê/SC, através de seu Prefeito Municipal, para trabalhar na recuperação/reconstrução dos bens danificados, cuja ação seja obrigação do ente público,

bens materiais e humanos, como máquinas, equipamentos e servidores, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, sem prejuízo do atendimento no município de origem.

Art. 2º A ação de socorro que trata o artigo primeiro decorre do abalo físico qualificado como Tornado de grande poder destruidor, que atingiu o município vizinho no último dia 20 de abril, causado danos e perdas de grande monta, conforme fazem prova relatórios, fotografias, e matérias veiculadas nos meios de comunicação.

Art. 3º A responsabilidade pelo transporte, manuseio e utilização dos bens de propriedade do município de Cordilheira Alta deslocados para o município de Xanxerê é de responsabilidade do município proprietário dos mesmos.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de abril de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 45/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2015

Contratado: CONSTRUTORA GHILHERME ARTHUR LTDA

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para obra de construção do Centro de Eventos 2º etapa - reprogramado com área de 571,90 m², localizado na Rua Almirante Barroso centro cidade de Coronel Freitas SC.

Valor: R\$ 323.053,59 (trezentos e vinte e três mil cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 20,21 E 22

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

7º TERMO ADITIVO Nº 20/2015 AO CONTRATO Nº 103/2012

Contratado: TRANSTRONCADOR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA - ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO do Contrato nº 103/2012 e do ADENDO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012, fica alterada a quantidade de km rodados diariamente para: "ROTA 10": 122 KM diários conforme contratado inicialmente, aditivado 25% do valor inicial totalizando 152,5 KM diários, conforme descrito na lei 8.666/93 art. 65, § 1º.

Vigência: 30/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 21/2015 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07B/2014

Contratado: JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07B/2014 - DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES, o valor contratual passa a ter a seguinte redação:

ITEM 6 - QUANT. 12 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER-JET MONO, FUNÇÕES IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR, FAX. ESPECIFICAÇÕES DE IMPRESSÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO (NORMAL, A4) NO MÍNIMO 18 PPM, CICLO DE TRABALHO (MENSAL, A4), ATÉ 8000 PÁGINAS, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS VELOCIDADE DO PROCESSADOR 400 MHZ, MEMÓRIA PADRÃO 64 MB - R\$ 857,94.

Vigência: 15/05/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 22/2015 AO CONTRATO Nº 02/2015

Contratado: LEANDRO PAGLIARI ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 02/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 20/05/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 20/05/2015

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 002/2015**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Coronel Freitas

Aviso de Licitação

A Câmara Municipal de Coronel Freitas SC, através do sua Presidente, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 02/2015.

Pregão Presencial nº 02/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS.

Entrega dos Envelopes: até às 14h00min horas do dia 08/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 14h15min horas do dia 08/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Rio Grande do Norte 740, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente (manhã das 08h00minh às 12h00minh e à tarde das 13h00minh às 17h00minh). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 33470424.

Coronel Freitas, SC, 24 de abril de 2015.

ISAURA CANDIDA PROVIN

Presidente

Coronel Martins**PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 024/2015 DE 03 DE ABRIL DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 024/2015 DE 03 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 024/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa para efetuar serviço de recuperação e substituição de peças nos veículos Micro Ônibus Escolar A6 Marcopolo ano 2004 placa MDW- 8611, Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2885 e Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2905, conforme resumo dos itens abaixo descritos, cujo detalhamento consta da Licitação na Modalidade de Convite n. 003/2015:

Relação dos itens da Licitação

Item	DESCRIÇÃO	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Substituição de Peças no veículo Micro Ônibus Escolar A6 Marcopolo ano 2004 placa MDW- 8611	1	3.700,00	3.700,00
2	Prestação de Serviços no veículo Micro Ônibus Escolar A6 Marcopolo ano 2004 placa MDW- 8611	1	3.100,00	3.100,00
3	Substituição de Peças no veículo Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2885	1	2.800,00	2.800,00
4	Prestação de Serviços no veículo Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2885	1	5.000,00	5.000,00
5	Substituição de Peças no veículo Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2905	1	3.500,00	3.500,00
6	Prestação de Serviços no veículo Micro Ônibus V8L Marcopolo ano 2009 placa MFM-2905	1	2.700,00	2.700,00
Total :			20.800,00	

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 30 de junho de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.648.349/0001-34

CONTRATADO: PARIS & CIA LTDA ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 027/2015 DE CONTRATO DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 027/2015 DE CONTRATO DE 24 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 003/2014 e CAIXA 1.012.136-80/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/12/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do contrato de Repasse nº 797669, de 27/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do MCIDADES, que passa ater a seguinte redação:

"DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 10.400,08 (dez mil e quatrocentos reais e oito centavos)."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato vinculado ao Contrato de Repasse/Termo de Compromisso ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: UNIÃO FEDERAL por meio da CEF- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 028/2015 DE CONTRATO DE 22 DE ABRIL DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 028/2015 DE CONTRATO DE 22 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONTRATO: 047/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do Contrato nº. 047, firmado entre as partes em 25/06/2014, consiste na pavimentação com pedras irregulares e drenagem pluvial em parte da Rua Aires.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até dia 23 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 04.260.696/0001-46

CONTRATADO: BRITADOR SÃO DOMINGOS LTDA- ME

DECRETO Nº 090, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 090, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

"Designa equipe técnica para atuação na Proteção Social de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Familiar"

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as servidoras municipais, Sra. Sandra Aparecida Scudella, ocupante do cargo de Assistente Social e Sra. Raquel Sbabo Fabris, ocupante do cargo de Psicóloga para atuar na Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Familiar, com carga horária semanal de 8 horas.

Art. 2º As profissionais ficarão responsáveis pela execução do serviço de acolhimento familiar conforme prevê as orientações técnicas dos serviços de acolhimento, organizadas pelo MDS.

Art. 3º A designação prevista neste Decreto não implica em acréscimo pecuniário ao vencimento que fazem jus atualmente as referidas servidoras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 17 de Abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ERRATA AO ANEXO DO CONTRATO Nº 019, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ERRATA AO ANEXO DO CONTRATO Nº 019, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração do teor do Anexo, do Contrato nº 019, de 18 de março de 2015, o qual possui erro na descrição da Contratada, onde lê-se:

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF: 422.927.519-68

CONTRATADA: RENATO DE VILLA

Leia-se:

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 17.648.340/0001-26

CONTRATADA: GILNEI ADANETE THESING ME

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 23 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2015 FUNREBOM**

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNREBOM CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0230/2015

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 01/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

CLUBMOTORS VEICULOS LTDA

CNPJ: 07.961.646/0001-84

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	1	<p>Veículo para serviços de busca e salvamento para o Corpo de Bombeiros Militar, destinado ao emprego em locais de difícil acesso, fora de estrada e situações de risco (áreas alagadas, com deslizamentos, atoleiros e outros obstáculos), com as seguintes especificações mínimas;</p> <p>1.1 Caminhoneta zero quilometro, na cor vermelho rubi padrão do CBMSC ou similar disponível pelo fabricante, cabine dupla, quatro portas para cinco ocupantes, com estribos laterais metálicos, com caçamba e tampa traseira. Motor a diesel, injeção eletrônica, equipado com turbo e intercooler com no mínimo 170cv (cavalos) de potência;</p> <p>1.2 Deverá possuir caixa de transmissão manual de cinco marchas a frente e mais uma a ré; o veículo deverá ser traçado(4x4) com reduzida e troca para 4X2 com veículo em movimento e vice versa para 4X4. Sistemas de freios com ABS e AEB, Air Bags duplo no painel frontal e protetor de cárter;</p> <p>1.3 Deverá ser montado sobre chassis com capacidade de carga mínima de 1.000Kg;</p> <p>1.4 Deverá possuir sistema de admissão de ar com snorkel externo; com 3 anos de garantia, caso o snorkel externo não seja original de fábrica a sua instalação no veículo não poderá ocasionar a perda da garantia ou restrições a mesma; sistema multimídia, com GPS atualizado, rodas aro 16" ou 17" no mínimo com pneus 255/70 de uso misto "todo o terreno" e estepe; tanque de combustível de no mínimo 70 litros;</p> <p>1.5 Os bancos deverão ser revestidos em neoprene, assoalho revestido em borracha ou vinil resistentes a água; vidros de todas as portas com acionamento elétrico, travamento elétrico das portas com alarme antifurto integrado de acionamento a distância e espelhos retrovisores com comando elétrico; ar condicionado original de fábrica, direção hidráulica com ajuste na coluna de direção, faróis alógenos e faróis de neblina;</p> <p>1.6 Deverá possuir rack de teto para no mínimo 30Kg, protetor de caçamba e capota marítima instalada, deverá ter no mínimo uma caixa lateral dentro da caçamba com chave, deverá possuir engate para reboque (tipo bola) com as devidas conexões elétricas para a transmissão de energia elétrica ao reboque;</p> <p>1.7 Deverá possuir CD player com auto falantes originais de fábrica; sensor de estacionamento e câmera de ré;</p> <p>1.8 Deverá possuir quebra mato frontal e Santo Antônio;</p> <p>1.9 Deverá vir com todos os equipamentos de série e obrigatórios de segurança, conforme Código de Trânsito Brasileiro.</p>	125.500,00	125.500,00

Vigência: 60 dias para a entrega

Garantia de assistência Técnica de 36 meses.

Correia Pinto/SC 27 de abril de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 10/2015 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS - FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 10/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ZAS GAS LTDA - EPP

CNPJ: 79.494.456/0001-05

Instrumento: Contrato nº 0224/2015 PMCP,0223/2015 FHMCP, 0222/2015 FMEC, 0221/2015 FMAS, 0220/2015 FMS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit	Preço Total
1	950	Carga de gás P13	35,00	33.250,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

DIORDENIS DA SILVA ALVES - ME

CNPJ: 13.824.845/0001-43

Instrumento: Contrato nº 0215/2015 PMCP,0216/2015 FHMCP, 0217/2015 FMEC, 0218/2015 FMAS, 0219/2015 FMS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit	Preço Total
2	70	Carga de gás P45	162,00	11.340,00

Vigência: 31/03/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 27 de abril de 2015

VÂNIO FORSTER - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 15/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 15/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E MEIOS-FIOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.302.396/0001-70

Instrumento: Contrato nº 0233/2015 PMCP

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	1.000	Tubo 20	15,75	15.750,00
2	5.000	Tubo 30	20,00	100.000,00
3	4.000	Tubo 40	27,00	108.000,00
4	3.000	Tubo 60	52,00	156.000,00
5	400	Tubo 1.00	223,00	89.200,00
6	400	Tubo 1.20	343,00	137.200,00
7	2.000	Meio fio 1m x 0,30 x 0,15 x 0,12	17,50	35.000,00
8	1.500	Tubo 60 com armação de ferro	84,00	126.000,00
9	600	Tubo 80 PA 1	147,00	88.200,00

Vigência: 08/04/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 27 de abril de 2015

VÂNIO FORSTER - Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 21/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 21/2015 - PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 12.05.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá**PREFEITURA****DECRETO Nº 875/15**

DECRETO Nº 875/15

AUTORIZA A IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 25 de abril de 2015, das 17:00 às 22:30 horas, bem como a interdição da Avenida Getúlio Vargas, frente a Praça Municipal, a partir das 18 horas do dia 24 de abril, até o recolhimento da estrutura de cobertura prevista para que acontece após o término do evento evangélico, tendo como responsável a os representantes da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, ficam sob inteira responsabilidade dos representantes da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 867/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO, RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL 002/2015 DOS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA ÁREA DA SAÚDE.

Corupá, 17 de abril de 2015

Homologação de Inscrição, Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 002/2015 dos cargos da administração municipal na área da saúde.

Segue abaixo, Homologação de Inscrição, resultado oficial da Classificação do Processo Seletivo do Edital 002/2015 de ACT's (admitidos em caráter temporário).
O resultado refere-se aos cargos da administração municipal de Corupá na área da saúde para o ano de 2015.

A Homologação e Classificação serão publicadas nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

Luiz Carlos Tamanini
Prefeito Municipal

Corupá, 17 de abril de 2015

Homologação de Inscrição e Classificação de professores Processo Seletivo Edital 002/2015

Classificação dos cargos:

Cargo: Fonoaudiólogo: 35h

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	08	Liana Moraes de Holanda	Fonoaudiologia	17 anos, 11 meses e 16 dias
02	06	Larissa Llaguno Pereira	Fonoaudiologia	-----

Cargo: Médico Ginecologista: 10h

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	03	Eros Castro	Medicina	6 anos, 7 meses e 7 dias
02	09	Thaís Stralioetto Lebttag	Medicina	4 anos
03	02	Taís do Nascimento Monteiro	Medicina	-----

Cargo: Médico Pediatra: 10h

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	01	René Chateaubriand Leonel	Medicina	1 ano, 11 meses e 16 dias

Cargo: Nutricionista: 20h

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	05	Elisa da Silva	Nutrição	3 anos, 11 meses e 19 dias
02	07	Caroline Hanne-mann	Nutrição	2 anos, 9 meses e 20 dias
03	04	Marina dos Santos Nagel	Nutrição	-----

Observação:

Os candidatos com inscrição homologada e classificados serão chamados conforme a necessidade do Município e em conformidade com os preceitos da Lei Complementar Municipal 014/09.

Os candidatos classificados que tiveram contratos em 2013 e 2014 ou dois contratos seguidos, somente poderão ser chamados a partir de julho de 2015.

PORTARIA Nº 3287/15

PORTARIA Nº 3287/15

NOMEIA O SERVIDOR SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, para ocupar o cargo em comissão de Assessoria de Controle Interno, percebendo a remuneração prevista no fator 40, conforme Lei Municipal nº 2097/13 e suas atribuições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3288/15

PORTARIA Nº 3288/15

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, DO SERVIDOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, do servidor MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3162/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3289/15

PORTARIA Nº 3289/15

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 5, AO SERVIDOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 5, ao servidor MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÚMERO DA ATA: 3/2015 (SEQUÊNCIA: 3)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 5/2015 - PR

Processo Administrativo:	5/2015
Processo de Licitação:	5/2015
Data do Processo:	04/02/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 3)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS PARA REFEITÓRIOS, DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CONFORME OFICIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, A AMOSTRA APRESENTADA PELA EMPRESA

BRINQMOVEIS LTDA, ESTÁ DE ACORDO COM O EXIGIDO EM EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA

CLASSIFICADA. FICA AGENDADA A DATA DE 29/04/2015 ÀS 14:00 HRS PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE

DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS QUE FORAM CLASSIFICADAS PARA A ETAPA DE LANCES.

Curitibanos, 24 de Abril de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Pregoeiro(a)

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO110 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato110 /2015

Contrato Nº.: 110/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA
Valor : 3.702,00 (três mil setecentos e dois reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO111 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato111 /2015

Contrato Nº.: 111/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DELCIR BOESING - ME
Valor : 3.354,00 (três mil trezentos e cinquenta e quatro reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO112 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato112 /2015

Contrato Nº.: 112/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - ME
Valor : 17.539,00 (dezesete mil quinhentos e trinta e nove reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO113 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato113 /2015

Aditivo Nº : 113/2015 - Contrato Nº.: 740/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 273/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO114 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato114 /2015

Contrato Nº.: 114/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ROANI COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
Valor : 2.571,30 (dois mil quinhentos e setenta e um reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 291/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO115 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato115 /2015

Contrato Nº.: 115/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA

Valor : 1.325,35 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 291/2014

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATOS 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 031/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Adimilson Ritter Vargas -EI

Objeto Serviços de lavagem para os veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social Valor R\$ 17.766,00 Origem: Processo 051/2015 Modalidade: Pregão nº 051/2015. Vigência: 17/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 17/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 032/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Luciana Pagliochi Schirmann -EI

Objeto Serviços de lavagem para os veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social Valor R\$ 12.980,00 Origem: Processo 051/2015 Modalidade: Pregão nº 051/2015. Vigência: 17/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 17/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 033/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Construtora e Incorporadora KR Ltda.

Objeto Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito Industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo). Origem: Processo 028/2015 Modalidade: Concorrência nº 028/2015. Vigência: 22/04/2015 à 21/04/2025. - Dionísio Cerqueira 22/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 034/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Transportadora Pampeana Ltda.

Objeto Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito Industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo). Origem: Processo 028/2015 Modalidade: Concorrência nº 028/2015. Vigência: 22/04/2015 à 21/04/2025. - Dionísio Cerqueira 22/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 035/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : L.A Importação e Exportação Ltda.

Objeto Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito Industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo). Origem: Processo 028/2015 Modalidade: Concorrência nº 028/2015. Vigência: 22/04/2015 à 21/04/2025. - Dionísio Cerqueira 22/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 011/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: : L.A Importação e Exportação Ltda.
Objeto Locação de Software Origem: AF 067/2015 compra direta Nº 38. Valor R\$ 3.510,00 -Vigência: 15/04/2015 à 14/01/2015.
Dionísio Cerqueira 22/04/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 045/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Trachell Equipamentos Elétricos Ltda.
Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços para execução de retirada e instalação da unidade geradora do hospital municipal, com instalação de quadro de distribuição com disjuntor de 12a, correspondente a capacidade do gerador 75 KVA Origem: CV 019/2015 Valor R\$ 9.850,00 -Vigência: 22/04/2015 à 21/05/2015.
Dionísio Cerqueira 22/04/2015
Deliziane L. dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 036/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Edio Murer -ME
Objeto .Contratação de empresa para produção de vídeo institucional para a Administração Municipal Origem: Processo 056/2015 Modalidade: Convite nº 056/2015. Valor R\$ 12.850,00 Vigência: 23/04/2015 à 23/05/2015. - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 012/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: : Lucas Tressoldi Cia Ltda. - ME
Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de adolescentes participantes dos programas sociais Origem: Processo 010/2015 Modalidade: Pregão nº 010/2015. - Valor R\$ 14.400,00 - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 037/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Assessoria e Transporte ND Ltda. --ME
Objeto . Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria pedagógica de pesquisa e formação continuada de professores . Origem: Processo 052/2015 Modalidade: Pregão nº 052/2015.. Valor R\$ 22.500,00 Vigência: 23/04/2015 à 22/01/2025. - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 038/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Assessoria e Transporte ND Ltda. -- ME
Objeto: Contratação de serviços de solda para os veículos, máquinas e equipamentos da Administração Municipal. Origem: Processo 053/2015 Modalidade: Pregão nº 053/2015.. Valor R\$ 24.400,00 Vigência: 23/04/2015 à 31/12/2025. - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão Presencial n. 062/2015. Objeto: Aquisição de trator de agrícola e aquisição de retroescavadeira para o Município de Dionísio Cerqueira.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 08/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 24/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão Presencial n. 063/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens de pneus para o Município de Dionísio Cerqueira. . Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 08/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 24/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 029/2015. Objeto: Aquisição de acessórios para a manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e propostas até as 16:30 horas do dia 08/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 24/04/2015.
João Stal - Gestor do FMS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 051/2015 Modalidade: Pregão nº 051/2015, Objeto Serviços de lavagem para os veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social Vencedores; Luciana Pagliochi Schirmann -. Valor R\$ 12.980,00 - Adimilson Ritter Vargas - Valor R\$ 17.766,00 Dionísio Cerqueira 17/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 028/2015 Modalidade: Concorrência nº 028/2015, Objeto Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito Industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo. Vencedores; Construtora e Incorporadora KR Ltda.-.- L.A Importação e Exportação Ltda., Transportadora Pampeana Ltda. - Dionísio Cerqueira 22/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos

interessados o resultado do Processo 060/2015 Modalidade: DL nº 060/2015, Objeto Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar dos alunos da rede Municipal de ensino diretamente da Agricultura Familiar. Vencedores; Cooperativa União do Oeste Ltda. Valor R\$ 31.998,00 , Ademir Zanardi -valor R\$ 3.494,60 - Lucimar T.B Dickel - Valor R\$ 3.496,20 - Valdir Antonio Baptistella - Valor R\$ 2.844,00 - Dionísio Cerqueira 22/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 056/2015 Modalidade: CV nº 056/2015, Objeto .Contratação de empresa para produção de vídeo institucional para a Administração Municipal Origem: Processo 056/2015 Modalidade: Convite nº 056/2015. Vencedor Edio Murer -ME - Valor R\$ 12.850,00 - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 010/2015 Modalidade: Pregão nº 010/2015, Objeto . Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de adolescentes participantes dos programas sociais. Origem: Processo 010/2015 Modalidade: Pregão nº 010/2015. Vencedor Lucas Tressoldi Cia Ltda -ME - Valor R\$ 14.400,00 -
Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Marilene Limberger - Gestora FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 052/2015 Modalidade :Pregão nº 052/2015, Objeto . Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria pedagógica de pesquisa e formação continuada de professores Origem: Processo 052/2015 Modalidade: Pregão nº 052/2015. Vencedor Assessoria e Transporte ND Ltda -ME - Valor R\$ 22.500,00 - Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 053/2015 Modalidade :Pregão nº 053/2015, Objeto . Contratação de serviços de solda para os veículo, máquinas e equipamentos da Administração Municipal. Origem: Processo 053/2015 Modalidade: Pregão nº 053/2015. Vencedor Albino Alves de Oliveira -ME - Valor R\$ 24.400,00.
Dionísio Cerqueira 23/04/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

ERRATA 01 - EDITAL PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

ERRATA 01

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO torna pública a retificação do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, para admissão em caráter de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal, no seguinte Item:

ANEXO II**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA****ADIÇÃO DOS SEGUINTE ITENS:****3.11 - Professor de Língua Portuguesa.**

Compreensão de textos contemporâneos. 2. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto. 3. O sistema ortográfico do português - emprego de letras. 4. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico. 5. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; o fenômeno da crase. 6. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo). 6.1 Formação de palavras - significado e sentido de morfemas. 6.2 Emprego das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 6.3 Flexão verbal - valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 6.4 Elipse. 6.5 Colocação de termos na oração. 6.6 Relações de sentido entre orações e segmentos de texto - conectores que conferem coerência e coesão ao texto. 6.7 Emprego dos sinais de pontuação. 7. Conotação e denotação - figuras de linguagem. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa.

3.12 - Professor de Inglês

Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais - língua estrangeira. 2. Compreensão de textos: estratégias de leitura; conceito de gênero textual e de tipo de texto; leitura e gêneros textuais; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. 3. Léxicogramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasal verbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; subordinação e coordenação. 4. Discurso: discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre e sua função comunicativa no texto. 5. Inglês escrito e falado, inclusive nas novas tecnologias de comunicação.

ERMO/SC, em 17 de Abril de 2015.

ANA PAULA NOLA BIZ

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologada a ERRATA 01 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015.

ALDOIR CODORIN

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

D. 040 - SAÚDE

Faxinal dos Guedes, 23 de Março de 2015.

DECRETO Nº 040/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, DEFINE TEMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI - Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. n.º 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, e considerando a decisão do Conselho Municipal de Saúde do dia 25 de maio 2015 e considerando a Lei Orgânica 8.142/90.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE de Faxinal dos Guedes, a realizar-se no dia 25 de maio de 2015, com início às 13 horas e término às 16 horas, no Clube Recreativo Itagiba do município de Faxinal dos Guedes tendo como tema principal "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS".

Art. 2º. Para organização e realização da IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE fica instituída a comissão, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Angela Cristina Trindade

Coordenador Geral: Sidiane Camilotti.

Coordenadores Adjuntos: Geni Maria Leoratto Bringhenti

Secretária Executiva: Suzete Lazzarotto Ramilo

Relatores: Eliete Graff Ampolini e Samara Lazzari Bravo

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Marcio Luis de Lima

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 041 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 041/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 6.160,00 (Seis mil e cento e sessenta reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 08 - Secretaria de Assistência Social;

Unidade 01 - Secretaria de Assistência Social;

Projeto Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades da Sec. De Assistência Social

Aplicações Diretas - 3.3.90.00 - 00.01.0000 - 92 - R\$ 6.160,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 08 - Secretaria de Assistência Social;

Unidade 01 - Secretaria de Assistência Social;

Projeto Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades da Sec. De Assistência Social

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 - 00.01.0000 - 93 - R\$ 6.160,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 27 de março de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 042 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 042/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.390,50 (Um mil e trezentos e noventa reais e cinquenta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Unidade 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Projeto Atividade 2.026 - Manutenção do Bloco de Gestão do SUS; 3.3.90.00.00.00.00 - 00.03.0070 - 19 - Aplicações Diretas - R\$ 1.390,50

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 (00.003.70 - Superávit - GESTÃO DO SUS.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 27 de março de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 043 - FUNDEB

Faxinal dos Guedes, SC, 27 de Março de 2015.

DECRETO nº 043/2015

RECONDUZ COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III, e em conformidade com a Lei 1.975/2007:

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconduzido para o mandato até 30 de abril de 2015 a comissão de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais de educação - FUNDEB;

I - Representante do Conselho Municipal de Educação

- a) Titular: Leonice Terezinha Baldissera
- b) Suplente: marcia Maria Trevisan

II - Representante do Conselho Tutelar

- a) Titular: Jaqueline Bonadiman Baptista
- b) Suplente: Gilmara Alice Cruzaro

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- a) Titular: Terezinha de Oliveira - Presidente do Conselho
- b) Suplente: Cleusa Maria Padoan

IV - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- a) Titular: Lindamir Terezinha Bianchi Cruzaro
- b) Suplente: Maritane de Ramos

V - Estudantes da Educação Básica Pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas.

- a) Titular: Gislaine Goes Lunkes
- b) Suplente: Daniella de Souza Droppa Casagrande

VI - Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

- a) Titular: Guilherme Soralue
- b) Suplente: Rosane das Neves Azevedo
- c) Titular: Hilem Funini
- d) Suplente: Ana Leticia Rossi Rebelatto

VII - Poder Executivo Municipal

- a) Titular: Adriano Francisco Conti
- b) Suplente: Sirley Trevisan

VIII - Representante Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente

- a) Titular: Marlene Daga
- b) Suplente: Odymar Olivio Bombassaro

IX - Representante Servidores Técnico - Administrativos das Escolas Básicas Públicas.

- a) Titular: Marlova Ritter Damo - Vice-Presidente do Conselho.
- b) Suplente: Janete Bonatto Gonçalves

X - Representante dos Professores da Educação Básica Pública

- a) Titular: Ilda Salete Tonet Felipe
- b) Suplente: Mary Stela Gregol Trevisan

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 27 de Março de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

D. 044 - NOMEIA FERNANDO

Faxinal dos Guedes, SC, 01 de Abril de 2015.

DECRETO nº 044/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor FERNANDO PILATTI, portador do CPF nº 894.531.319.20, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS - CC-06 de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 045 - CMDA

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de Abril de 2015.

DECRETO nº 045/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e a Lei Municipal 1850/2005;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme segue:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Titulares:

- 1) Sirlei Trevisan
- 2) Aline Dendena
- 3) Fernanda de Campos;
- 4) Eliete Ampolini

b) Suplentes:

- 1) Daniela Veiga
- 2) Monica Vacaro Padovan
- 3) Marlene Daga
- 4) Cintia Muniz Gusberti

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Titulares

- 1) Francieli Serezina de Figueredo
- 2) Sebastião Altair Lemes de Campos
- 3) Maria de lourdes Vicenzi Bender
- 4) Rosane Rodrigues

b) Suplentes

- 1) Simone Carmen Palaoro Dendena
- 2) Sirlei Gregianin
- 3) Cirlei Consoladora dos Santos
- 4) Lorena Bee

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 046 - PONTO

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Abril de 2015.

DECRETO nº 046/2015.

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o feriado de Tiradentes;

Considerando o princípio da economicidade do erário público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica facultado o ponto aos servidores públicos nas repartições públicas municipais no dia 20/04/2015 (segunda-feira).

Parágrafo único. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 047 - HOMOLOGA INSCRIÇÕES CONCURSO

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de Abril de 2015.

DECRETO nº 047/2015.

HOMOLOGA DEFINITIVAMENTE AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto 037/2015, DIVULGA através do presente instrumento de homologação os classificados do Processo Seletivo 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo 001/2015, com cargo, nota e classificação dos candidatos, conforme lista anexa.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 048 - EXONERA TATIANE

Faxinal dos Guedes, SC, 09 de Abril de 2015.

DECRETO nº 048/2015.

EXONERA SERVIDORA DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Senhora TATIANE TREVISAN, portadora do CPF nº 054.386.869-98, do exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROJETOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 049 - NOMEIA TATIANE TREVISAN

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Abril de 2015.

DECRETO nº 049/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora TATIANE TREVISAN, portadora do CPF nº 054.386.869-98, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SANEAMENTO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 050 - IPTU

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Abril de 2015.

DECRETO nº 050/2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto da Lei Complementar 020/2003. Alterada pela Lei Complementar 040/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alteradas as datas para a cobrança do IPTU e Taxas - Coleta de Lixo e Conservação, no calendário fiscal do Município de Faxinal dos Guedes para o exercício de 2015, conforme anexo

único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 050/2015

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015		
I – IPTU E TAXAS DE COLETA DE LIXO, CONSERVAÇÃO E EXPEDIENTE		
PARCELAS		VENCIMENTO
ÚNICA COM 20%(VINTE) POR CENTO DE ISENÇÃO NO IPTU		ATÉ 15/06/2015
1ª PARCELA		ATÉ 15/06/2015
2ª PARCELA		ATÉ 15/07/2015
3ª PARCELA		ATÉ 17/08/2015
4ª PARCELA		ATÉ 15/09/2015
5ª PARCELA		ATÉ 15/10/2015
6ª PARCELA		ATÉ 16/11/2015
II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		
MÊS DE COMPETÊNCIA	MENSAL	FIXO
JANEIRO	ATÉ 10/02/2015	
FEVEREIRO	ATÉ 10/03/2015	
MARÇO	ATÉ 10/04/2015	
ABRIL	ATÉ 11/05/2015	EM PARCELA ÚNICA ATÉ 11/5/2015
MAIO	ATÉ 10/06/2015	ATÉ 11 /05/2015
JUNHO	ATÉ 10/07/2015	ATÉ 10/06/2015
JULHO	ATÉ 11/08/2015	ATÉ 10/07/2015
AGOSTO	ATÉ 10/09/2015	ATÉ 10/08/2015
SETEMBRO	ATÉ 13/10/2015	ATÉ 10/09/2015
OUTUBRO	ATÉ 10/11/2015	
NOVEMBRO	ATÉ 10/12/2015	
DEZEMBRO	ATÉ 11/01/2016	
III - TAXA DE VERIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO REGULAR		
VENCIMENTO ATÉ 02 DE MARÇO DE 2015, JÁ CADASTRADOS		
ALVARÁ SANITÁRIO, VENCIMENTO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2015, JÁ CADASTRADOS.		
V – Os tributos não constantes do calendário fiscal, a serem recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.		

D. 051 - VALOR

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Abril de 2015.

DECRETO nº 051/2015.

ATUALIZA VALORES IMOBILIÁRIOS DAS TABELAS 05 E 06 DO ART. 27M DA LEI COMPLEMENTAR 040/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe

confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o disposto no art. 27M, parágrafo único da Lei Complementar nº 40/2005

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a atualização dos valores imobiliários constantes das tabelas 05 e 06 do Art. 27M da Lei Complementar nº 040/2005, de acordo com a avaliação da Comissão nomeada pelo Decreto 035/2015.

TABELA 5 - ART. 27M DA LCM 040/2005

TABELA 6 - ART. 27M DA LCM 040/2005

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

D. 052 - NOMEIA EVANDRO

Faxinal dos Guedes, SC, 22 de Abril de 2015.

DECRETO nº052/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado e empossado o Sr. EVANDRO LUIZ DE JESUS, portador do CPF nº 001.119.189-95, para o exercício do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS (Rolo Compactador) - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de Abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 053 - HOMOLOGA SELETIVO 001-2015

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Abril de 2015.

DECRETO nº 053/2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL COM NOTA E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto 037/2015, DIVULGA através do presente instrumento de homologação os classificados do Processo Seletivo 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo 001/2015, com cargo, nota e classificação dos candidatos, conforme segue:

PROCESSO SELETIVO 001/2015

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA (ATUAR COMO PROF DE DANÇA) – 20 HORAS – NÃO HABILITADO

Inscrição

Candidato

PORT.

MAT.

CONH. GERAIS

CONH. ESPEC.

T.P.O.

Prática

Títulos

Total

Situação.

Class.

17

CAMILA LIBARDONI PADILHA

0,30

0,56

0,28

1,60

2,74

0,00

0,15

2,89

APROVADO(A)

1º

24

ELIZANDRA CARLA DE FARIAS

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

AUSENTE

PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA (ATUAR COMO PROF. DE DANÇA) – 20 HORAS – HABILITADO

Inscrição

Candidato

PORT.

MAT.

CONH. GERAIS

CONH. ESPEC.

T.P.O.

Prática

Títulos

Total

Situação.

Class.

29

LARA BASSI SANDI

0,90

0,56

0,56

3,20

5,22

0,00

3,50

8,72

APROVADO(A)

1º

25

JUNGLES BENTHAS DOS PASSOS

1,50

0,56

0,00

2,00

4,06

0,00

4,22

8,28

APROVADO(A)

2º

8

DIANA DAMO

0,90

0,56

0,28

2,00

3,74

0,00

4,54

8,28

APROVADO(A)

3º

36

DAIANE BELLAVER

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

AUSENTE

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS - NÃO HABILITADO

Inscrição

Candidato

PORT.

MAT.

CONH. GERAIS

CONH. ESPEC.

T.P.O.

Prática

Títulos

Total

Situação.

Class.

20

DEONIDE MARIA TOMAZI

0,60

0,28
0,56
2,00
3,44
0,00
5,68
9,12
APROVADO(A)
1º

5
MARGARETE ANDREIKO
0,90
0,28
0,56
2,40
4,14
0,00
4,70
8,84
APROVADO(A)
2º

2
NELCI FOCESATO
0,60
0,28
0,00
1,60
2,48
0,00
3,98
6,46
APROVADO(A)
3º

7
VIVIANE GRIGOL GIRELLI
0,60
0,56
1,12
3,60
5,88
0,00
0,00
5,88
APROVADO(A)
4º

28
MARILIA GABRIELA DE SOUZA
0,90
0,28
0,28
2,80
4,26
0,00
0,80
5,06
APROVADO(A)
5º

12
EDILSE MARIA REBELATTO BAZI
0,60
0,56
0,28
2,80
4,24

0,00
0,00
4,24
APROVADO(A)
6º

16
RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES
0,00
0,28
0,00
3,20
3,48
0,00
0,47
3,95
APROVADO(A)
7º

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS - SEM HABILITAÇÃO

Inscrição
Candidato
PORT.
MAT.
CONH. GERAIS
CONH. ESPEC.
T.P.O.
Prática
Títulos
Total
Situação.
Class.

23
VERA LUCIA PINARELLO
0,90
0,28
0,28
3,20
4,66
0,00
1,48
6,14
APROVADO(A)
1º

27
IONE DONATTI DE ALMEIDA
0,90
0,00
0,56
1,60
3,06
0,00
1,60
4,66
APROVADO(A)
2º

14
MARCIA NE DE RAMOS
0,60
0,28
0,56
1,60
3,04
0,00
1,30

4,34
APROVADO(A)
3º

26
ANDREIA PADILHA DA SILVA
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
AUSENTE

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 40 HORAS – HABILITADO

Inscrição
Candidato
PORT.
MAT.
CONH. GERAIS
CONH. ESPEC.
T.P.O.
Prática
Títulos
Total
Situação.
Class.

33
JOSIANI SCHERNOSKI DOS SANTOS
0,90
0,00
1,12
2,80
4,82
0,00
1,50
6,32
APROVADO(A)
1º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 40 HORAS – NÃO HABILITADO

Inscrição
Candidato
PORT.
MAT.
CONH. GERAIS
CONH. ESPEC.
T.P.O.
Prática
Títulos
Total
Situação.
Class.

3
ROMIELI CAMBRUSSI DA SILVA
0,30
0,56
0,56
2,80
4,22
0,00
2,52

6,74
APROVADO(A)
1º

21
MARINA CORRÊA
0,30
0,56
0,56
4,00
5,42
0,00
0,00
5,42
APROVADO(A)
2º

13
LARISSA KOPSEL
0,90
0,84
0,28
1,60
3,62
0,00
0,00
3,62
APROVADO(A)
3º

22
DEBORA CARDOSO DE OLIVEIRA MENTA
0,30
0,56
0,00
2,00
2,86
0,00
0,00
2,86
APROVADO(A)
4º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HORAS – NÃO HABILITADO

Inscrição
Candidato
PORT.
MAT.
CONH. GERAIS
CONH. ESPEC.
T.P.O.
Prática
Títulos
Total
Situação.
Class.

31
DANIELA LUIZA GAZZOLA
0,60
1,12
0,28
2,40
4,40
0,00
1,32
5,72
APROVADO(A)

1º

4

KELLEN DALVANA BRUCHEZ

0,90

0,56

0,28

3,20

4,94

0,00

0,64

5,58

APROVADO(A)

2º

34

VANESSA ROBERTA CANDEIA BERTONCELLO

0,00

0,84

0,28

3,20

4,32

0,00

0,54

4,86

APROVADO(A)

3º

6

MARIANA GUBERT

0,90

1,12

0,84

2,00

4,86

0,00

0,00

4,86

APROVADO(A)

4º

30

DAIANA GUINZELLI FACCIN

1,20

0,84

0,00

2,40

4,44

0,00

0,00

4,44

APROVADO(A)

5º

9

DANIELA VEIGA

0,90

0,56

0,28

2,40

4,14

0,00

0,00

4,14

APROVADO(A)

6º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HORAS – SEM HABILITADO

Inscrição

Candidato

PORT.

MAT.

CONH. GERAIS

CONH. ESPEC.

T.P.O.

Prática

Títulos

Total

Situação.

Class.

32

LIDIANA GIRARDINI BAGGIO

0,30

0,56

0,56

2,40

3,82

0,00

0,04

3,86

APROVADO(A)

1º

Art. 2º - Descrição das abreviaturas - PORT.: LINGUA PORTUGUESA; MAT.: MATEMÁTICA; CONH.GERAIS: CONHECIMENTOS GERAIS; CONH. ESPEC.: CONHECIMENTO ESPECÍFICO; T.P.O: TOTAL DA PROVA OBJETIVA; CLASS.: CLASSIFICAÇÃO

Art. 3º - Esta homologação definitiva final entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, 24 de abril de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º EDITAL - EMPRESA PARA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2015. Processo licitatório nº: 0035/2015. Objeto: Prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do município de Faxinal Dos Guedes - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via web. Data do recebimento: 19/05/2015 as 09h 00min. Data da Abertura: 19/05/2015 as 09h 15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações. Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de abril de 2015. GERALCI JOÃO AMPOLINI, SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DE EDITAL 1TOMADA DE PREÇO LOCAÇÃO OXIGÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0005/2015. Processo licitatório nº: 0024/2015. Objeto: Contratação de empresa para locação de máquinas de oxigênio para oxigenoterapia domiciliar, conforme prescrição médica. Data do recebimento: 18/05/2015 as 14h00minh. Data da Abertura: 18/05/2015 as 14h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações. Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de abril de 2015. ANGELA CRISTINA TRINDADE, SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL.

EXTRATO DE EDITAL 1TOMADA DE PREÇO PROFISSIONAL DE CARDIOLOGIA

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0004/2015. Processo licitatório nº: 0023/2015. Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia para prestar atendimento e consultas específicas da área, no posto de saúde de Faxinal dos Guedes. Data do recebimento: 18/05/2015 as 09h00minh. Data da Abertura: 18/05/2015 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações. Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de abril de 2015. ANGELA CRISTINA TRINDADE, SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL.

EXTRATO DE EDITAL_REG PREÇOS ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS**

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0018/2015

Processo licitatório nº: 0034/2015

Objeto: Aquisição de acervo bibliográfico, contendo diversos títulos da literatura infantil e infanto juvenil, caixa e baús a serem destinados aos alunos da rede municipal de ensino do município de Faxinal Dos Guedes.

Data do Recebimento: 12/05/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 12/05/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE EDITAL_REG PREÇOS MARMITAS

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços exclusivo para ME e EPP.

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0017/2015

Processo licitatório nº: 0033/2015

Objeto: Aquisição de marmitas (almoço) para funcionários da secretaria de infraestrutura e transportes de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 11/05/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 11/05/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de abril de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

LICITAÇÃO 1DESERTA - DETONAÇÃO DE ROCHAS. DOC

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 0005/2015- PREGÃO PRESENCIAL 0005/2015. O Município de Faxinal dos Guedes - SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestar cursos de manicure/pedicure e aulas de muay thai para atividades da secretaria de assistência social, conforme discriminados no ANEXO I do Edital, com data de abertura para o dia 22/04/2015 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados.

Proceda-se as publicações legais.

Faxinal dos Guedes, 24 de abril de 2015.

LICITAÇÃO 2DESERTA - CONTRATAÇÃO DE CURSOS MANICURE MUAY THAI

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 0029/2015- PREGÃO PRESENCIAL 0014/2015. O Município de Faxinal dos Guedes - SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestar serviços de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos e acessórios necessários para a execução dos serviços, conforme discriminados no ANEXO I do Edital, com data de abertura para o dia 24/04/2015 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados.

Proceda-se as publicações legais.

Faxinal dos Guedes, 24 de abril de 2015.

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 56/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROGILDO BORDIGNON

OBJETO - Locação de terreno situado no Município de Forquilha, sito em Rio Cedro, Rodovia 108. Com área total de 250.000m², e as seguintes confrontações: sul com o Rio Cedro, Norte com terras de Vitorio Sachetti, leste com terras de Gerson Dagostin e ao Oeste com terras de José Colombo. Matrícula nº 22.848, para extração de cascalho nesta propriedade.

VALOR - O Locador pagará ao Locatário o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 3.152,00 (três mil cento e cinquenta e dois reais), que não sofrerá reajuste contratual.

VIGÊNCIA - 31/07/2015

DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (115)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 65/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 06 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 66/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO - contratação de empresa especializada para execução dos serviços de terraplanagem e drenagem na Rodovia Ema de César Cavalier Minatto, objetivando a recuperação e revitalização de estradas vicinais no Município de Forquilha/SC, por meio do Contrato nº. 800333/2013 e Processo nº. 2624.1014081-26/2013 - PRODESA, firmado junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Redação dada pela errata do Edital publicada em 15/04/2015 no Diário Oficial dos Municípios e no Diário Oficial da União).

VALOR - R\$ 271.771,87 (duzentos e setenta e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (128), (129) - PRODESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 63/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 23 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004_2015 SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0017/2015 - SF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2015 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação de nº 0004/2015 - SF, para inscrição da servidora Débora Peliser no 2º Simpósio Brasileiro Sobre Wetlands Construídos nos dias 11 a 13 de junho de 2015 na Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR em Curitiba/SC. Contratada: Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, inscrita no CNPJ sob nº 02.032.297/0001-00 Valor e pagamento: R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) até 27/04/2015. Fundamento Legal: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 24 de abril de 2015.

Eloi Regalin - Presidente da SANEFRAI

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008_2015- RP- 0005

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0008/2015 - SF

Registro de Preços Nº 0005/2015 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de conjuntos motobomba para instalação em poços artesianos da SANEFRAI, durante o período de abril a setembro de 2015.

Fica retificado a numeração dos itens sendo corretos os itens 1,2 e 3, conforme tabela abaixo:

CÓD.	ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO
7085	1	1	Unid.	Conjunto motobomba submersa 13 HP 11 estágios; trifásica 380v; 6" vazão 16 m³/h e altura manométrica 146,3 mca.
7086	2	1	Unid.	Conjunto motobomba submersa 35 HP 14 estágios; trifásica 380v; 6" vazão 45 m³/h e altura manométrica 147,3 mca.
7087	3	1	Unid.	Conjunto motobomba submersa 22,5 HP 11 estágios; trifásica 380v; 6" vazão 24 m³/h e altura manométrica 148,4 mca.

Desta forma, como tal alteração não afetará a formulação das propostas, permanece o prazo inicialmente estabelecido, ou seja, dia 05/05/2015 às 09:15. O credenciamento deverá ser feito junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 09:15 horas do dia 05 de maio de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo(SC), 24 de abril de 2015.

Eloi Regalin - Presidente da SANEFRAI

PORTARIA Nº 1014/2015

PORTARIA Nº 1014, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0599/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora GERUSA KRÜGER ZANNON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 054.502.939-25, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 27 de abril de 2015 até 31 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1015/2015**

PORTARIA Nº 1015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de SOLANGE TERESINHA DUARTE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 674.447.259-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1016/2015**

PORTARIA N.º 1016, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato de ALEXSANDRO DA COSTA LISBOA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 052.194.099-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL,

com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1017/2015**

PORTARIA Nº 1017, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a demissão de Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 109/2010, especialmente o art.131, inciso II e art. 133;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, o servidor ANDERSON GONÇALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.961.819-66, nomeada no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de abril de 2015, por abandono do cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1018/2015**

PORTARIA N.º 1018, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a ofício nº 026/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HENRIQUE DA ROSA MATTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 022.053.820-47, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1019/2015

PORTARIA N.º 1019, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a ofício nº 026/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HENRIQUE DIAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.670.479-19, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 071/2015 - CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATO Nº 071/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA
SURDI CONSTRUÇÕES LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado SURDI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua da Heraclides Vieira Borges, n.º 490, Bairro do Bosque, na cidade de Curitiba-SC - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 11 894 708 0001 5 neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor CIRO FONTAMA SURDI, doravante denominado de contratado, celebram entre si o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ENTRE OUTROS, PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, EM PARTE DAS RUAS, JOSÉ FAQUIM E JOSÉ DAROL NO MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO..

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato poderá e deverá ser realizada em instalações da empresa contratada, e ou, se for o caso nas dependências da prefeitura de Frei Rogério.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1. Para execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) que serão pagos em parcela única em até 10 dias após a execução dos serviços e mediante a apresentação da nota fiscal.

3.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula anterior.

4.2. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Segunda, e demais cláusulas enunciadas.

4.1. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública, aos equipamentos sob sua responsabilidade ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade 2.005 - Manutenção da Secretaria de Obras e
Serviços Públicos Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110
Código Reduzido - 135

CLÁUSULA SEXTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 - O presente Contrato está enquadrado dentro do limite de dispensa de Licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, baseados no que dispõe a lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998, publicada no Diário Oficial no dia 28 de Maio de 1998. (limites de Licitações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

7.1.1 - Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.1.2 - Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas no item 7.1.1 acima, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo com a gravidade da infração.

7.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

7.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.2.4 - Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

8.1.1 - Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

8.1.4 - Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

8.1.5 - Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.1.6 - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666/93;

8.1.8 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

8.1.9 - Supressão por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.1.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada

a situação;

8.1.11 - Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

8.1.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.13 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

8.1.14 - Judicialmente, nos termos da legislação.

8.2 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir do dia 17 de março até o dia 31 de dezembro do ano de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DAS PARTES.

10.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal. Sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

14.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO.

15.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 15 de abril de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

SURDI CONSTRUÇÕES LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS

1)

2)

DECRETO Nº. 708/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS.

DECRETO Nº. 708/2015, 17 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL E NOS FUNDOS MUNICIPAIS DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12º, inciso IV e art. 13º, parágrafo III, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	1.057	OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADA.	
ELEMENTO	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	108	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 70.000,00
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
ELEMENTO	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	105		R\$ 140.000,00
UND	03	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO – AMBIENTE.	
PROJ./ATIV.	2.045	MANUTENÇÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO – AMBIENTE.	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	34		R\$ 20.000,00
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
UND	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV.	2.062	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETI	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	APLICAÇÕES DIRETAS	
	1	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$ 240.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) da fonte de recurso próprios, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 17 de abril de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2015

Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa para execução de Tratamento Superficial Betuminoso em trechos de vias não pavimentadas no bairro Areias de Palhocinha, no município de Garopaba, correspondendo a uma área total de 8.372,00 m² (aproximadamente 1,196 Km de extensão e 7m de largura). Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 13/05/2015. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 13/05/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 24 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TP010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2015

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviço de ensaibramento de trecho da Rua Manoel Nicolau de Abreu, bairro Ambrósio, município de Garopaba -SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme contrato de convênio SDR Laguna nº 2014/2533, e especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 14h55min do dia 13/05/2015. A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 13/05/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 24 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO DESERTA TP008/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2015

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTA a Tomada de Preço 008/2015, que teve por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviço de ensaibramento de trecho da Rua Manoel Nicolau de Abreu, bairro Ambrósio, município de Garopaba -SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme contrato de convênio SDR Laguna nº 2014/2533.

Garopaba - SC, 23 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 075/2015

DECRETO N.º 075, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	20.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 022/2015. Processo nº 042/2015; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; CONTRATADO: INOVADORA

SISTEMAS DE GESTÃO LTDA CNPJ: 00.867.301/0002-06; Objeto: Contratação de empresa para fornecer licença de uso do sistema informatizado de gestão da Saúde; Valor Total: 62.700,00 (sessenta e dois mil setecentos e vinte reais) Data da Assinatura: 24/04/2015.

LEI Nº 1.876, DE 15 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1.876, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DENOMINA RUA NO BAIRRO PRAIA DA BARRA, MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua existente no bairro Praia da Barra, norte a sul, tem seu início na Rua dos Gaúchos, possui uma extensão de 52,00m (cinquenta e dois metros) de comprimento, por 10,00m (dez metros) de largura, com término na Fazenda do Ouvidor, terras da família Werlang, passa a ser denominada RUA YGARAPABA. Conforme croqui anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 23/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 66/2015

DECRETO Nº. 066, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

“Define o vencimento base do Professor Nível I, e dá outras providências”.

JOSE CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, a Lei nº 11.738/2008 que em seu art. 2º define o piso mínimo para os profissionais do magistério;

Considerando a Lei Municipal nº 1876 de 22 de abril de 2015, que concede revisão geral aos servidores municipais e dá outras providências,

Considerando o art. 2º da Lei nº 1876 de 22 de abril de 2015, que fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regularizar por Decreto, com efeito retroativo a janeiro/2015, o vencimento dos Professores Nível I a fim de adequá-lo a Lei 11.738/08, para o cumprimento do Piso Nacional do Magistério,

DECRETA:

Art. 1o. - O vencimento base do Professor Nível I constante no Anexo V do Quadro de Provimento Efetivo da Educação, da Lei Complementar nº 45/2009, com efeito retroativo à 01 de janeiro de 2015, será no valor de R\$ 1.917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), e deste vencimento serão calculados todas as demais vantagens individuais de cada servidor.

Parágrafo Único - Este valor será considerado como início de carreira, sendo aplicado também aos profissionais do magistério contratados por força da Lei Complementar nº 18/2002.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 004/2015

Processo PMG nº 014/2015 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: SEPAT Multi Service Eireli

Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e conservação, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Saneamento Ambiental.

VIGÊNCIA: 04/05/2015 a 03/07/2015

VALOR: R\$ 130.370,56 (cento e trinta mil trezentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 24/04/2015

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93.

LEI Nº 1876/2015

LEI Nº 1876, DE 22 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE REVISÃO GERAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSE CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e na conformidade do Artigo 37, Inciso X da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 1º de abril de 2015, aos servidores públicos municipais pertencentes ao quadro de pessoal, dos órgãos da Administração Direta; aos servidores contratados em decorrência de Convênios com o Estado e com a União destinados a execução de programas de governo; aos empregados públicos; aos Conselheiros Tutelares, aos estagiários, revisão geral de salário, na ordem de 8,28% (oito vírgula vinte e oito por cento), incidente sobre o vencimento vigente em 1º de abril de 2015.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regularizar por Decreto, com efeito retroativo a janeiro/2015, o vencimento dos Professores Nível I a fim de adequá-lo a Lei 11.738/08, para o cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Legislativo através de ato normativo próprio autorizado a conceder aos Agentes Políticos e servidores do Legislativo os mesmos índices que tratam o artigo 1º desta Lei.

§1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo através de ato normativo próprio autorizado a conceder aos agentes políticos do Poder Legislativo o percentual de 2% (dois por cento), correspondente ao período de Janeiro a Março/2013, com efeito retroativo a abril de 2014.

§2º - (VETADO)

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão apropriadas às dotações orçamentárias do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 61/2015

PORTARIA Nº 61, DE 24 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ESTUDO DOS VALORES DE MERCADO DOS IMÓVEIS PARA FINS DE COBRANÇA DE ITBI

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva, e considerando o disposto no artigo 1º do Decreto Municipal 158/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores Paulo Afonso Pereira da Rocha, Agente Administrativo; José de Paula Cordeiro, fiscal de postura; Anselmo Maoski, arquiteto; e Iolando de Assis, engenheiro civil, como membros da Comissão para estudo dos valores de mercado dos imóveis para fins de cobrança de ITBI, instituída pelo Decreto Municipal 158, de 24 de Outubro de 2014:

Parágrafo único: A presidência da referida Comissão ficará a cargo do servidor Paulo Afonso Pereira da Rocha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 444 de 24 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 65/2015

DECRETO Nº. 065 de 23 de abril de 2015

"Doa área de terra de propriedade do Município de Garuva a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, embasada na Lei nº 1.713 de 28 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nos termos do Art. 4º da Lei Ordinária Municipal n. 1.713 de 28 de agosto de 2013, doada a Secretária de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - Órgão Público do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina -, inscrita no Cadastro Nacional da pessoa jurídica - CNPJ sob n. 05.521.532/0001-98, com sede à Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, n. 303, CEP 88.034-496, Bairro Itacorubi, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, área de terra matriculada sob n. 2.235, perfazendo total de 5.320,13m² com as seguintes delimitações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 4, no limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba de coordenadas N 7119658.532 m e E 714035.772 m, deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 83°16'26"NE com 99.53 m até o vértice ponto P2, de coordenadas N 7119646.876 m e E 713936.932 m; deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 5°00'08"NO com 54.20 m até o vértice ponto P1, de coordenadas N 7119700.870 m e E 713932.206 m; deste, segue confrontando com Herdeiros de Hilário Ferrazza; com o seguinte rumo e distância: 84°15'28"NE com 100.00 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 7119710.875 m e E 714031.704 m; locado no limite da faixa de domínio a 40 m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba deste, segue confrontando com a faixa de domínio da BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul); com o seguinte rumo e distância: 4°26'38"SE com 52.50 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área total de 5.320,13m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área doada tem como finalidade específica a construção de prédio(s) e instalação do Centro de Atendimento ao Turista - CAT

Art. 3º Integra como ANEXO I do presente Decreto o MEMORIAL DESCRITIVO de levantamento elaborado pelos técnicos dessa municipalidade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 57 de 08 de abril de 2015 e demais disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

Município: GARUVA

Comarca: GARUVA UF: SC

Matrícula: 1.837
Área: 108.672,00 m².

DESCRIÇÃO ÁREA ATUAL

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 0=PP, sistema de coordenadas UTM: E= 713.999,610m e N 7.119.555,993 m, locado em um ponto distante 44,00m do limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba. Deste ponto segue confrontando com a propriedade de Dórico Paese no seguinte rumo e distância: 84°59'52"SO com 735,50m, sendo aí locado o ponto "1" assinalado por um marco de pedra. Deste ponto deflete para a direita confrontando com a propriedade de Rodolfo Helmuth Loewen no seguinte rumo e distância: 13°45'40"NE com 150,00m, sendo aí locado ponto "2". Deste ponto deflete para a direita confrontando com a propriedade de Herdeiros de Hilário Ferrazza no seguinte rumo e distância : 84°15'28" NE com 698,50m, sendo aí locado o ponto "3" do limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba. Deste ponto deflete para a direita fazendo frente para a referida rodovia , seguindo pelo limite da faixa de domínio no seguinte rumo e distância: 4°26'38"SE com 52,50m, sendo aí locado o ponto "4" ainda no limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba. Deste ponto deflete para a direita confrontando com a propriedade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER no seguinte rumo e distância: 19°25'33"SO com 108,33m fechando o perímetro e perfazendo uma área total de 108.672,00m².

DESCRIÇÃO ÁREA "B"**DESTINADA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL**

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 0=PP, sistema de coordenadas N 7119555.993 m e E 713999.610 m, locado em um ponto distante 44,00m do limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba; deste, segue confrontando com Dórico Paese; com o seguinte rumo e distância: 84°59'52"SO com 735.50 m até o vértice ponto 1, de coordenadas N 7119491.862 m e E 713266.912 m; deste, segue confrontando com Rodolfo HelmuthLoewen; com o seguinte rumo e distância: 13°45'40"NE e 150.00 m até o vértice ponto 2, de coordenadas N 7119637.557 m e E 713302.593 m; deste, segue confrontando com Herdeiros de Hilário Ferrazza; com o seguinte rumo e distância: 84°15'28"NE com 598.50 m até o vértice ponto P1, de coordenadas N 7119700.870 m e E 713932.206 m; deste, segue confrontando com Área A; com o seguinte rumo e distância: 5°00'08"SE e 54.20 m até o vértice ponto P2, de coordenadas N 7119646.876 m e E 713936.932 m; deste, segue confrontando com Área A; com o seguinte rumo e distância: 83°16'26"SO com 99.53 m até o vértice ponto 4, de coordenadas N 7119658.532 m e E 714035.772 m ; deste segue confrontando com Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - DNER; com o seguinte rumo e distância:19°25'33"SO e 108.33 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área total de 103.351,87m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

DESCRIÇÃO ÁREA "A"**DESTINADA AO C.A.T. (CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURÍSTA)**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 4, no limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba de coordenadas N 7119658.532 m e E 714035.772 m, deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 83°16'26"NE com 99.53 m até o vértice ponto P2, de

coordenadas N 7119646.876 m e E 713936.932 m; deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 5°00'08"NO com 54.20 m até o vértice ponto P1, de coordenadas N 7119700.870 m e E 713932.206 m; deste, segue confrontando com Herdeiros de Hilário Ferrazza; com o seguinte rumo e distância: 84°15'28"NE com 100.00 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 7119710.875 m e E 714031.704 m;locado no limite da faixa de domínio a 40 m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba deste, segue confrontando com a faixa de domínio da BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul); com o seguinte rumo e distância: 4°26'38"SE com 52.50 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área total de 5.320,13m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.372, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.372, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO PARA O CARGO DE ENCARREGADO DE SETOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o servidor PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO, portador do CPF nº 070.359.239-42, para exercer o cargo de Encarregado de Setor a partir de 15/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/04/2015.

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.373, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.373, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA QUEZIA DA SILVA POFFO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora QUEZIA DA SILVA POFFO, CPF nº 045.419.749-75, do cargo em comissão de Diretora de CDI, a partir de 22/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.807/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.374, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.374, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA QUEZIA DA SILVA POFFO DO CARGO EFETIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora QUEZIA DA SILVA POFFO, CPF nº 045.419.749-75, do cargo efetivo de Berçarista, a partir de 22/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.318/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.375, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.375, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA HELOISA SABINO SCHMIDT DO CARGO EFETIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora HELOISA SABINO SCHMIDT, portadora do CPF nº 078.551.499-61, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, nomeada pelo decreto 5.040/2012 a partir de 22/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.376, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.376, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA SUSAN THEISS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora SUSAN THEISS, CPF nº 004.953.179-4, do cargo de Diretora Pedagógica, a partir de 07/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.449/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/04/2015.

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6364, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6364, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA O DECRETO Nº 2905, DE 28 DE AGOSTO DE 2008, QUE CONCEDE GRATUITAMENTE O DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA ESTRUTURAL LTDA - ME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, considerando ainda o disposto na Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007, no Parecer e Deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Gaspar, através da Ata nº 02, de 30 de março de 2015 e no Contrato Particular de Cessão de Direito, firmado em 26 de março

de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 2905, de 28 de agosto de 2008, que concedeu gratuitamente o Direito Real de Uso de área pública em favor da empresa Estrutural Ltda. - ME, nos termos do art. 5º do Decreto nº 2.905/2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 14 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6365, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6365, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA MÓDULO STEEL ESTRUTURAS METÁLICAS - EIRELI ME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, considerando ainda o disposto na Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007, no Parecer e Deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Gaspar, através da Ata nº 02, de 30 de março de 2015 e no Contrato Particular de Cessão de Direito, firmado em 26 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa MÓDULO STEEL ESTRUTURAS METÁLICAS - EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 05.279.973/0001-25, o incentivo previsto no inciso III, do artigo 2º da Lei nº. 2.944, de 03 de dezembro de 2007, caracterizado pela concessão de direito real de uso de uma área pública de 4.821,34 m2 (quatro mil oitocentos e vinte e um e trinta e quatro metros quadros), localizado na Rua Luiz Franzói, no bairro Margem Esquerda.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão prevista no artigo anterior deverá utilizar o imóvel segundo a finalidade prevista no respectivo projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 3º O prazo de concessão será de até 10 (dez) anos, a contar de sua publicação, com possibilidade de prorrogação, mediante decreto específico.

Art. 4º São obrigações da concessionária, além daquelas previstas na Lei nº. 2.944/2007, e das que vierem a ser estabelecidas pelo Município, por ocasião da lavratura do instrumento de concessão:

I - zelar pela manutenção, higiene, segurança e conservação das áreas;

II - realizar as benfeitorias necessárias;

III - pagar as taxas, tarifas e preços públicos;

IV - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da utilização do objeto da presente concessão;

V - cumprir as cláusulas contratuais;

VI - comunicar ao Poder Público Municipal quaisquer ocorrências

relacionadas às áreas cedidas;

VII - responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros;

VIII - responsabilizar-se pela guarda das áreas;

X - dar início às atividades empresariais tão logo for liberada a sede pela empresa Estrutural EIRELI - EPP;

XI- Promover a alteração de seu endereço perante os órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Parágrafo único. É vedada a realização de qualquer obra ou serviço que altere a qualidade do objeto da concessão, sem o prévio consentimento da Administração Pública.

Art. 5º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral da Administração Pública, pelo decurso de seu prazo ou por acordo entre as partes, além das demais hipóteses previstas na Lei nº. 2.944/2007.

§ 1º Constituem motivos de rescisão unilateral do Termo de Concessão:

I - o descumprimento das condições estatuídas neste Decreto ou nas cláusulas que constarem do instrumento de concessão;

II - a transferência ou cessão, total ou parcial, do contrato a terceiros;

III - o desatendimento das determinações legais;

IV - a dissolução da sociedade;

V - razões de interesse público devidamente justificado, mediante processo administrativo;

VI - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

VII - o desvio da finalidade.

§ 2º A rescisão unilateral da concessão implica na retomada imediata das áreas, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 6º As benfeitorias realizadas nas áreas incorporar-se-ão ao patrimônio público municipal, sem direito à indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança da área constitui obrigação indeclinável e permanente da concessionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da concessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art. 8º Será firmado Termo de Concessão de Direito Real de Uso subsidiário a este Decreto, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações dos signatários.

Art. 9º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.660, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 3.660, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

ESTABELECE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTE DE OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor abaixo, da Secretaria de Transporte de Obras, fica lotado no seguinte órgão:

Servidor	Cargo	C/H	Lotação
Jorge Luiz Ritter	Motorista	40 horas	Secretaria Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16/04/2015.

Gaspar, 22 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 44/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 44/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARLISE NICOLETTI SCOTTINI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 26/04/2015, devendo folgar a partir de 27/04/2015 a 25/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 45/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 45/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ROGE BANDIERA PAIVA, ocupante do cargo efetivo de

Professor, lotado na Fundação Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 10/02/2008 a 23/03/2013, devendo folgar a partir de 03/05/2015 a 31/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 46/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 46/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ONIVALDO IGNACZUK, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 23/11/2008 a 16/12/2013, devendo folgar a partir de 03/05/2015 a 31/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 47/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 47/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) VLADELEIA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 07/05/2014, devendo folgar a partir de 04/05/2015 a 01/08/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 48/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 48/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARA LUCIA KOERICH SPENGLER, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 22/10/2008, devendo folgar a partir de 05/05/2015 a 02/08/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 49/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 49/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ANGELA TERESINHA DAROS, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/03/2009 a 09/03/2014, devendo folgar a partir de 05/05/2015 a 02/08/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PUBLICAÇÃO_TERMOSUSPENSÃO_CONTRATO_
SAF-43_2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº SAF-43/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC, com sede na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 - Praça Getúlio Vargas - Centro - CEP 89.110-000, considerando que existem indefinições, de ordem financeira, que necessitam de solução e que não dependem exclusivamente da Administração Municipal, RESOLVE determinar à empresa ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA. (03.087.273/0001-03), com fundamento no artigo 8º, parágrafo único, parte final, c/c inciso V, § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, a SUSPENSÃO DA CONTAGEM DOS PRAZOS CONTRATUAIS referente ao Contrato nº

SAF-43/2014 - cobertura da quadra escolar da E.E.B. Belchior, a partir da data de 18 de março de 2015.

Gaspar/SC, 06 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 15/2015

OBJETO: Aquisição de reagentes para uso em laboratório.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 13/05/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 13/05/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 22 de abril de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2015 - SAMAE

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 16/2015

OBJETO: Contratação de aterro para disposição de resíduos sólidos volumosos inservíveis.

CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. (95.886.735/0008-47).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DATA VIGÊNCIA: 27/04/2015

DATA VENCIMENTO: 31/12/2015

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 22 de abril de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 26/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 26/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS DESTINADO A INTEGRAR A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/05/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/05/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 24 de Abril de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL N 1997-2015-ALTERA LEI 1.954 (CMDCA)**

LEI MUNICIPAL Nº 1.997/2015

(De 23 de abril de 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.954/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 39 da Lei Municipal nº 1.954/2014, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos, mediante voto facultativo, direto e secreto, dos cidadãos do Município de Grão-Pará, de acordo com as regras do Edital a ser expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA."

Art. 2º. Fica revogado o Parágrafo Único do artigo 39 da Lei Municipal nº 1.954/2014, de 06 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 23 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 23 de abril de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PR 11/2015 MERENDA PRORROGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE PRORROGAÇÃO

DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 37/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 11/2015-PR

Fica prorrogada a data de abertura da licitação em epígrafe para o dia 12 de maio de 2015, às 14 h, em tendo em vista que não houve nenhum participante, As demais cláusulas do referido Edital permanecem inalteradas.

Grão-Pará/ SC, 01 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

RESOLUÇÕES CMDCA 2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o ano de 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, Lei Municipal Nº 1.628 de 17/10/2001, Lei Municipal Nº 1.939 de 27/11/2006 e em reunião ordinária no dia 01 de abril de 2015,

RESOLVE:

Aprovar o repasse mensal de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/SC, de acordo com o Plano de Ação para o ano de 2015.

Guaraciaba/SC, 01 de abril de 2015.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos Serviços e Programas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do IGD - PBF (Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família) do ano de 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, Lei Municipal Nº 1.628 de 17/10/2001, Lei Municipal Nº 1.939 de 27/11/2006 e em reunião ordinária no dia 01 de abril de 2015.

RESOLVE:

Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos Serviços e Programas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Programa Bolsa Família do ano de 2014.

Guaraciaba/SC, 01 de abril de 2015.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre a convocação da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, Lei Municipal Nº 1.628 de 17/10/2001, Lei Municipal Nº 1.939 de 27/11/2006 e em reunião ordinária no dia 01 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a VIII Conferência Municipal de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º A VIII Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em Guaraciaba/SC, no dia 09 de junho de 2015.

3º A VIII Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 4º Para a organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora, a ser definida em Resolução pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/SC, 01 de abril de 2015.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

RESULTAO FINAL EDITAL 001/2015

DECRETO Nº 209/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Final relativo ao Edital de Concurso Público nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Concurso Público nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, conforme segue:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A							
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
6	50343 - Lizangela Maria Parmigiani	12/03/1983	5,95	1,00	0,40	7,35	1º
18	48078 - Andreia Stumm	17/06/1992	5,25	1,60	0,20	7,05	2º
24	48262 - Raul Altayr Paloschi	24/07/1995	4,20	1,20	0,40	5,80	3º
9	48036 - Leticia Santin Da Silva	26/06/1994	3,15	1,40	0,60	5,15	4º
10	50615 - Claiton Cezar Neumann	17/03/1982	3,15	1,20	0,80	5,15	5º
2	50569 - Solange Cristina Klein	17/03/1992	3,50	1,00	0,60	5,10	6º
5	50845 - Bruna Caroline Welter	15/04/1994	3,15	1,60	0,20	4,95	Desc.
3	48672 - Cristiani Franck Weber	08/11/1983	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
19	48387 - Silvana Fatima Lunkes	21/10/1996	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.
16	48129 - Juliana Paula Franzosi	08/10/1991	2,45	1,80	0,40	4,65	Desc.
28	49995 - Jaqueline Maria Hubner	30/10/1993	3,15	1,20	0,20	4,55	Desc.
26	50621 - Juliane Vilma Zangalli Raqueles	19/01/1980	3,50	0,80	0,20	4,50	Desc.
17	48066 - Debora Luana Haupenthal	13/01/1995	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
25	48443 - Jussie Willian Batista Da Silva	23/11/1994	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
21	48082 - Karivan Isotton	13/08/1995	2,10	1,60	0,60	4,30	Desc.
4	50678 - Mariele Cristina Klein	31/05/1995	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
20	49266 - Cleonice Dolores Valmorbida	26/03/1988	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
13	50769 - Gabriela Ines Klaus Da Silva	29/11/1987	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.
23	50149 - Fabiana Arpini	01/09/1980	2,45	1,00	0,20	3,65	Desc.
8	49763 - Maikeli Regina Capelesso	23/09/1997	1,75	1,40	0,40	3,55	Desc.
15	49210 - Samara Cristina Romio	30/10/1991	2,10	1,20	0,20	3,50	Desc.
22	49729 - Cecilia Rauta	18/05/1994	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.
1	48598 - Tiane Rinaldi	10/01/1994	1,75	1,60	0,00	3,35	Desc.
7	48057 - Katia Regina Junges	11/01/1995	2,10	0,60	0,40	3,10	Desc.
14	49712 - Kelin Cristina Muhl	24/08/1987	1,75	0,80	0,40	2,95	Desc.
27	50613 - Natalia Pasqualon	24/12/1996	1,40	0,80	0,20	2,40	Desc.
ENGENHEIRO AGRÔNOMO Modalidade A							
Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
30	47202 - Joao Paulo Heckler	24/11/1966	5,60	1,80	1,00	8,40	1º
47	50614 - Jeronimo Luis Schmitt	14/07/1992	5,25	1,40	1,00	7,65	2º
31	50787 - Marcio Pelle	30/03/1979	5,25	1,60	0,60	7,45	3º
43	50229 - Evandro Klauck	05/07/1993	5,25	1,20	0,80	7,25	4º
38	48988 - Ronildo Sari Facco	10/10/1972	4,90	1,00	0,80	6,70	5º
29	48915 - Zequiel Ludwig	16/04/1992	4,55	0,80	1,00	6,35	6º
33	50781 - Fernando Schneider	07/11/1993	4,20	1,40	0,60	6,20	7º
46	49301 - Gustavo Henrique Liberalesso	22/09/1992	3,85	1,20	1,00	6,05	8º
37	49689 - Junior Kunz	25/04/1986	3,50	1,40	0,80	5,70	9º
34	48318 - Adriano Jose Ames	16/08/1974	2,80	1,60	1,00	5,40	10º
39	50583 - Eduardo Scholtze	17/08/1987	3,15	1,40	0,80	5,35	11º
51	49437 - Thiago Casanova	16/02/1987	3,50	1,20	0,60	5,30	12º
44	49530 - Sergio Luiz Thalheimer	18/06/1967	2,80	1,60	0,80	5,20	13º
40	50628 - Elemar Wohlmuth	30/01/1965	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.

41	50774 - Luis Carlos Panizzon	04/02/1986	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
42	49439 - Paulo Rafael Ferreira	17/11/1984	2,80	1,20	0,40	4,40	Desc.
45	50107 - Ismael Jose Welter	16/02/1988	2,10	1,40	0,80	4,30	Desc.
32	47527 - Leonardo Palu	03/05/1985	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
35	49053 - Felipe Ferronato	05/07/1985	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
49	50733 - Mateus Jose Bock	29/07/1991	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
50	49042 - Maiquel Andre Stulp	26/05/1988	1,75	0,60	0,60	2,95	Desc.

PEDREIRO/CARPINTEIRO | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
61	48076 - Sadi Siqueira	14/12/1989	4,55	1,80	0,40	6,75	1º
57	50824 - Claudemir Marion Da Rocha	08/09/1974	4,55	0,80	0,40	5,75	2º
58	49483 - Francisco Zangalli	03/11/1977	3,85	1,40	0,40	5,65	3º
59	48610 - Jocemir Vincenzi	28/01/1984	3,85	1,20	0,60	5,65	4º
60	50216 - Aderson Jose Vanot	11/03/1976	4,20	0,80	0,40	5,40	5º
52	48742 - Andre De Lima Pereira	02/05/1985	3,85	1,00	0,40	5,25	6º
53	49949 - Gilson Nunes Da Silva	03/12/1982	3,15	1,40	0,60	5,15	7º

PROFESSOR II NÍVEL I (ARTES) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
69	48228 - Tania Fatima Mattiello	02/07/1985	5,60	1,60	0,80	8,00	1º
65	49557 - Ana Claudia Anschau	25/04/1991	4,55	1,20	0,80	6,55	2º
62	46860 - Mirna Araujo Muniz	10/12/1981	3,50	1,20	0,80	5,50	3º
66	48287 - Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
68	48395 - Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	2,45	1,80	0,60	4,85	Desc.
63	50323 - Josiani Carlize Schneider	11/09/1991	2,80	1,40	0,40	4,60	Desc.
64	49434 - Marines Philipsen	26/09/1985	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
67	49472 - Marcia Fiameti	20/12/1979	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.

PROFESSOR II NÍVEL I (EDUCAÇÃO FÍSICA) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
87	49321 - Natieli Borla	11/03/1991	5,25	2,00	1,00	8,25	1º
85	50757 - Fernanda Lucia Rosanelli	09/04/1984	4,90	1,40	1,00	7,30	2º
82	50679 - Jacson Tiago De Luca	10/05/1993	4,90	1,40	1,00	7,30	3º
74	50131 - Eric Charles Novello	17/03/1994	5,25	1,00	0,80	7,05	4º
71	50686 - Lizabete Cora	01/11/1979	4,20	1,60	0,80	6,60	5º
79	48073 - Tiego Henrique Drumm	31/05/1983	4,55	1,00	1,00	6,55	6º
73	49238 - Jaqueline Scapin	15/07/1989	4,55	1,20	0,60	6,35	7º
81	48182 - Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	4,90	0,80	0,40	6,10	8º
75	48267 - Fernando Cavalli	21/11/1976	4,20	1,40	0,40	6,00	9º
76	49107 - Juliana De Maman	23/03/1992	3,50	1,40	1,00	5,90	10º
77	49552 - Edson Luis Zanatta	09/10/1977	4,20	0,80	0,80	5,80	11º
70	50364 - Acidio Pecos Valduga	17/07/1987	3,85	1,60	0,20	5,65	12º
83	46501 - Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	3,85	1,20	0,60	5,65	13º
86	48740 - Dionara Marcia Casagrande	05/11/1991	3,15	1,80	0,40	5,35	14º
72	48456 - Marcia Maria Ferronato	14/02/1992	3,50	1,20	0,40	5,10	15º
78	50426 - Jaqueline Bitner	02/04/1987	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
80	50175 - Simone Cristina Bencke	13/10/1979	1,75	1,00	0,80	3,55	Desc.
84	47624 - Sirlei Rubin	30/03/1993	1,40	1,00	0,60	3,00	Desc.

PROFESSOR NÍVEL I (SÉRIES INICIAIS) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
119	49980 - Daniela Bruzzo	26/04/1989	7,00	1,80	0,80	9,60	1º

122	48990 - Jusseli Teresinha Müller	28/12/1987	6,65	1,40	1,00	9,05	2º
120	48175 - Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	6,30	1,20	0,80	8,30	3º
108	48521 - Adriani Dorigon	26/03/1976	5,60	1,60	0,80	8,00	4º
90	48079 - Solange Turani	11/11/1991	5,95	1,20	0,80	7,95	5º
101	49220 - Greici Kely Muller	24/02/1993	5,95	1,20	0,80	7,95	6º
113	49918 - Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	5,60	1,40	0,80	7,80	7º
114	49029 - Keli Roberta Schäffer	02/12/1989	6,30	1,00	0,40	7,70	8º
121	48419 - Franciele Fernanda Carossi	04/02/1991	5,60	1,40	0,60	7,60	9º
98	50095 - Naiane Patricia Faust	03/09/1990	5,25	1,80	0,40	7,45	10º
110	48567 - Katia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	5,25	1,60	0,60	7,45	11º
92	48074 - Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	5,25	1,40	0,80	7,45	12º
89	50121 - Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	5,60	1,60	0,20	7,40	13º
103	50662 - Fabia Maria Kroth Borsatto	13/09/1973	5,60	1,20	0,60	7,40	14º
106	46972 - Elizane Favero Burin	02/12/1987	5,60	1,20	0,60	7,40	15º
117	49111 - Debora Trevisol	09/09/1981	5,95	0,80	0,60	7,35	16º
109	49067 - Ediane Benedito	08/10/1992	4,90	1,40	1,00	7,30	17º
105	49292 - Claudete Faust	02/01/1973	5,60	1,00	0,40	7,00	18º
95	50782 - Roselia Balbinot	07/10/1964	4,90	1,40	0,60	6,90	19º
100	49647 - Eduarda Noro	18/01/1993	4,90	1,40	0,60	6,90	20º
116	48033 - Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	5,25	1,20	0,40	6,85	21º
125	48972 - Janice Lourdes Viera	06/10/1979	5,25	1,20	0,20	6,65	22º
107	48406 - Loreci Marques	18/02/1975	5,25	1,00	0,40	6,65	23º
102	50625 - Luciane Lazzari	11/04/1987	5,25	1,00	0,40	6,65	24º
124	48653 - Andrieli Dos Santos Costa	09/07/1988	5,25	1,00	0,40	6,65	25º
118	48306 - Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	4,55	1,40	0,40	6,35	26º
104	49959 - Joceli Zaneti	02/07/1975	4,55	1,00	0,80	6,35	27º
91	50303 - Simone Maria Romio	26/02/1979	4,55	1,20	0,40	6,15	28º
94	49464 - Tania Gonzatti Hölscher	15/03/1975	4,55	1,00	0,60	6,15	29º
97	49254 - Mari Facin Rodrigues De Freitas	23/01/1979	4,90	0,80	0,20	5,90	30º
99	48022 - Marivane Luiza Romio	16/03/1979	3,50	1,40	1,00	5,90	31º
96	48676 - Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	4,20	1,20	0,40	5,80	32º
93	49328 - Maira Lucia Agostini	11/08/1983	3,85	1,00	0,40	5,25	33º
123	50598 - Cleusa Perondi Hanauer	11/10/1973	3,85	0,60	0,60	5,05	34º
88	47926 - Vera Lucia Scherer	20/07/1980	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
115	48792 - Jeanice Muller	17/04/1986	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.

SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO – SERVIÇOS BRAÇAIS) | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
127	48801 - Rafael Martinazzo	02/09/1995	5,25	1,40	0,60	7,25	1º

TELEFONISTA | Modalidade A

Ident.	Inscrição/Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
142	50573 - Rita De Cassia Roberto Hernandez Colhado	13/11/1976	5,60	1,80	0,40	7,80	1º
132	49774 - Eunice Argenton De Paula Ames	09/08/1982	5,60	1,80	0,40	7,80	2º
137	50770 - Catiane Luiza Brambilla	12/12/1995	5,25	1,80	0,40	7,45	3º
135	49201 - Ana Paula Reichert	09/02/1983	5,25	1,60	0,40	7,25	4º
146	50870 - Jheini Fernanda Bauer	30/10/1994	5,60	1,20	0,40	7,20	5º
136	49944 - Claudete De Lima	01/04/1986	5,60	1,20	0,20	7,00	6º
129	49122 - Tania Scalco Lolato	06/12/1977	4,20	1,60	0,60	6,40	7º
143	49768 - Marcia De Paula Petry	10/02/1987	4,20	1,20	0,60	6,00	8º
141	50548 - Paola Hoffmann Scapin	27/01/1993	4,20	1,20	0,60	6,00	9º
147	47844 - Geneci Rodrigues Da Silva	17/12/1983	3,50	1,60	0,80	5,90	10º
144	49978 - Maria Machado De Lima	01/01/1989	3,50	1,40	0,60	5,50	11º

130	49166 - Helena Maria Permeziani	17/01/1963	3,50	1,40	0,40	5,30	12º
138	50606 - Ismael Marcos Faust	11/03/1997	3,85	1,00	0,40	5,25	13º
139	50305 - Juliana Triquez	13/08/1983	3,50	0,80	0,80	5,10	14º
134	50570 - Marcieli Loch Klagenberg	10/06/1984	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
131	50741 - Luciane Bondan Santin	18/07/1982	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
145	48137 - Fabiane Maria Ludwig Radtke	15/06/1981	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
128	50630 - Lenir Maria Moraes De Oliveira Medina	31/05/1972	3,85	0,40	0,20	4,45	Desc.
133	49126 - Irani Maria Brambilla Liote	20/04/1962	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
140	50470 - Marisa Pereira	04/10/1984	2,10	1,20	0,60	3,90	Desc.
150	50240 - Eliandra Mara Arpini Di Domenico	20/07/1974	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 6 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba, 24 de Abril de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 08/2015- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 08/2015
Processo Licitatório: 08/2015
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR DA CRIANÇA.

Entrega dos Envelopes: 12/05/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 12/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de abril de 2015
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 453/2015

DECRETO Nº. 453/2015

Altera dispositivos do Decreto nº. 403/2014, que fixa datas de vencimentos dos tributos municipais para o ano de 2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas do artigo 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

- "a) Cota única;
b) Primeira parcela: 12/06/2015;
c) Segunda parcela: 10/07/2015;
d) Terceira parcela: 10/08/2015;
e) Quarta parcela: 10/09/2015;
f) Quinta parcela: 09/10/2015;
g) Sexta parcela: 10/11/2015."

Art. 2º. Ficam alteradas as alíneas do inciso I, artigo 5º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

- "a) até 12/06/2015 com 10% (dez por cento) de desconto;
b) até 10/07/2015 com 05% (cinco por cento) de desconto."

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 414/2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 454/2015

DECRETO Nº. 454/2015

Amplia o ensino fundamental no Município de Guaramirim, do 1º ao 9º ano.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que até o ano de 2014 havia nas escolas Municipais apenas o ensino fundamental anos iniciais, do 1º ao 5º ano;

Considerando a alínea "a" do inciso I e, inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº. 10/2010, que cria o Conselho Municipal de Educação de Guaramirim;

Considerando a Ata nº. 08/2014, do Conselho Municipal de Educação, do qual deliberou a implantação dos anos finais do ensino fundamental no Município de Guaramirim, gradativamente a partir de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Amplia os anos finais do ensino fundamental no Município, do 1º até o 9º ano, que ocorrerá gradativamente a partir de 2015 até o ano de 2018, da seguinte forma:

- I - 2015: 6º ano;
II - 2016: 7º ano;
III - 2017: 8º ano;
IV - 2018: 9º ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Cláudia Roberta Chiodini
Secretária de Educação

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARAMIRIM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 13/2015

Processo: Dispensa de Licitação nº 13/2015.

Base Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: FUFA-SC Comércio e Representação Ltda.

Objeto: Aquisição de tiras para glicemia e pacote de serviço para bomba de infusão, compatível com sistema de infusão contínua de insulina da marca Accu-Check, conforme determinação judicial no processo nº 026.2014.001373-7.

Preço Global: R\$ 2.610,00; Prazo: entrega imediata.

Dotação Orçamentária: órgão: 12 – unidade: 1 – Ação: 2038 – Vínculo: 10200 – subelemento: 33903036 – Material Hospitalar
Ratificação: em 24/04/2015, pelo Prefeito Municipal Lauro Fröhlich.

EXTRATO DO CONTRATO 005/2015- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 005/2015- PMG
Processo Licitatório nº: 038/2015

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Objeto do credenciamento: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA ATLETAS QUE TREINAM NO PÓLO CENTRAL (GINÁSIO RODOLFO JAHN) E REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC) EM JOGOS PROMOVIDOS PELA FESPORTE.
Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratado: Viação Canarinho Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 84.438.209/0001-21, com sede na Rua Roberto Ziemann, nº 460, bairro Czerniewicz, Jaraguá do Sul, SC.
Valor: R\$ 6.090 (seis mil e noventa reais).
Data da Assinatura: 15/04/2015 Vigência 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 15/04/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 04/2015- FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 04/2015

Processo de Licitação: 004/2014 - FMS
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor preço.
Objeto: Aquisição de veículo adaptado para transportes de pacientes cadeirantes.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Javel Jaraguá Veículos Peças e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 79.501.862/0001-58, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, Vila Lalau, município de Jaraguá do Sul - SC.
Valor do Contrato: R\$ 95.500,00 (noventa e cinco mil e quinhentos reais)
Data da Assinatura: 23/04/2015 Vigência: 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 24/04/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 342/2015

PORTARIA Nº. 342/2015
CONTRATA Catia Michelmann através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Catia Michelmann, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Professor de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 343/2015

PORTARIA Nº. 343/2015
CONTRATA Christiane Schurhaus Borges através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Christiane Schurhaus Borges, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Recepcionista, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 344/2015

PORTARIA Nº. 344/2015
CONTRATA Dirlene Taysa Berri através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Dirlene Taysa Berri, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Médico Clínico Cirúrgico, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 345/2015

PORTARIA Nº. 345/2015
CONTRATA Gabriela Frohlich através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Gabriela Frohlich, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 346/2015

PORTARIA Nº. 346/2015

CONTRATA Marcelo Pedro Ludwing através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Marcelo Pedro Ludwing, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Recepcionista, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 347/2015

PORTARIA Nº. 347/2015

CONTRATA Neusa Marisa Klippel Brehm através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Neusa Marisa Klippel Brehm, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 348/2015

PORTARIA Nº. 348/2015

CONTRATA Rosiane Cristina Petri de Souza através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Rosiane Cristina Petri de Souza, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 349/2015

PORTARIA Nº. 349/2015

CONTRATA Taise Cristina Pianezzer Franzener através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Taise Cristina Pianezzer Franzener, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Recepcionista, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 350/2015

PORTARIA Nº. 350/2015

CONTRATA Elisangela dos Santos Budal Obenaus através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Elisangela dos Santos Budal Obenaus, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 351/2015

PORTARIA Nº. 351/2015

CONTRATA Enir Ribeiro dos Santos através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Enir Ribeiro dos Santos, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 352/2015

PORTARIA Nº. 352/2015

CONTRATA Jessica Volles através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Jessica Volles, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 353/2015

PORTARIA Nº. 353/2015

CONTRATA Kelly Santos Lugarini através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Kelly Santos Lugarini, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 354/2015

PORTARIA Nº. 354/2015

CONTRATA Merlyn Ricardo Fukner através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Merlyn Ricardo Fukner, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 355/2015

PORTARIA Nº. 355/2015

CONTRATA Rafael Agnes Silva através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Rafael Agnes Silva, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 356/2015

PORTARIA Nº. 356/2015

CONTRATA Sueli Eccel Cattoni através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Sueli Eccel Cattoni, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 357/2015

PORTARIA Nº. 357/2015

CEONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Marisa Cristina Demetrio Melchiorretto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Marisa Cristina Demetrio Melchiorretto, na função de Diretora Administrativa, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 27 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Cíveis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 04 de maio de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Agente Administrativo	Cheila Vanessa Back	40h/s
Agente Administrativo	Ana Paula Vogel	40 h/s
Agente Comunitário de Saúde de Micro Area III ESF 2	Simone Kamer	40 h/s
Agente Comunitário de Saúde de Micro Area II ESF 1	Ivone Nórdio	40 h/s
Gari	Marcia Maria Moreira	40 h/s
Monitor de Creche	Sirlene Beatriz Lawless Keiber	40 h/s
Monitor de Creche	Ediane Daniela Dahmer	40 h/s
Monitor de Creche	Alana Bosa	40 h/s
Nutricionista	Karine Lazarotto	30 h/s
Nutricionista	Indiara Alnoch	20 h/s
Agente Sanitário	Suely Thais Reinisch da Rosa	40 h/s
Professor Artes	Brigida Rosa Poli	20 h/s
Professor Educação Física	Cristiana Reichert	20 h/s
Professor Portugues/Espanhol	Daniela Heleninha Ammon	10 h/s
Professor Especialista em Assuntos Educacionais Psicopedagogo	Rosmeri Ines Mattje Dalla Vecchia	40 h/s
Professor Educação Infantil	Francieli Fernanda Carossi	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 17 de abril de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 49

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 49/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 24/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: JCV CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de ponte em estrutura de concreto pre moldada sobre o Rio das Flores na Rua Dionísio Caramori, município de Guarujá do Sul, com as dimensões de 5,00 m x 10,30 m,

VALOR TOTAL: R\$ 59.941,20

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

LEI 2.416/2015

Lei nº 2.416/2015.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros a Associação dos Universitários de Guarujá do Sul e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2015, a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a Associação dos Universitários de Guarujá do Sul, com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 07.978.343/0001-74, com sede a Rua São Paulo, nº 218, Centro, neste município de Guarujá do Sul.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Artigo visam auxiliar a referida Associação na manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados em duas parcelas, sendo uma em cada semestre no exercício de 2015, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento de cada parcela dos recursos recebidos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário

(Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores, Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por contados itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

24 de abril de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

LEI 2415/2015

LEI Nº 2.415/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.04.122.0007.2.029

(41) 3.3.90.00-118- Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Soma R\$ 45.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, o seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo:

Projeto: 0801.26.782.0031.1.021
(146) 4.4.90.00-142- Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
Soma R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 24 DE ABRIL DE 2015.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.
Rosa Isabel Montagner
Secretária Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR 022/2015

LEI COMPLEMENTAR nº 22/2015.

Altera Artigo 16º pertencente à Lei Complementar nº 19/2014. Cria o anexo VII das atividades específicas do Cargo Auxiliar Legislativo pertencente ao Grupo II - Atividade de Nível Médio - ANM- II pertencente ao anexo I do quadro de cargos efetivos da administração direta da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul pertencente à Lei Complementar nº 19/2014.

Art. 1ºA Lei Complementar nº 19/2014 de 16 de Janeiro de 2015 e alterações posteriores passam a vigorar com a seguinte redação no art. 16:

“Art. 16º. Constituem partes integrantes desta Lei, os anexos I a VII”.

Art. 2º Cria o anexo VII das atividades específicas do Cargo Auxiliar Legislativo pertencente ao Grupo II - Atividade de Nível Médio - ANM- II pertencente ao anexo I do quadro de cargos efetivos da administração direta da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul da Lei Complementar nº 19/2014.

Parágrafo Único. O anexo I da presente lei apresenta as atividades específicas do cargo Auxiliar Legislativo.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais artigos e anexos da Lei Complementar nº 19/2014.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, serão oneradas à conta de dotações próprias, consignadas nos orçamentos municipais vigente à época de sua aplicação.

Art. 5ºA presente Lei passa a vigorar com a presente alteração na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
24de abril de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.
Certifique-se. Registre-se. Publique-se

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

ANEXO I

“ANEXO VII
ATIVIDADES ESPECÍFICAS
AUXILIAR LEGISLATIVO

Nome do Cargo	Atividades Específicas
AUXILIAR LEGISLATIVO	<ul style="list-style-type: none"> - Redigir ou participar da redação de projetos de lei, resoluções, atas, ofícios, memorandos, editais, requerimentos, correspondências, pareceres e demais documentos de circulação interna e externa; - Acompanhar as reuniões plenárias fazendo o registro das mesmas; realizando quando solicitado, a transcrição e supervisão das gravações das atas de reuniões das comissões e das sessões plenárias; - Proceder ao cadastramento de todo o trâmite das proposições e projetos e leis; - Coletar assinatura dos integrantes da mesa diretora e dos demais parlamentares nas atas e demais proposições e documentos; - Responder pela guarda do Livro de Atas e de outros documentos da Casa Legislativa; - Selecionar e arquivar processos, leis, publicações, atos normativos, atos administrativos e documentos diversos segundo normas preestabelecidas; - Controlar o expediente recebido e expedido pela Câmara; - Protocolar as proposições dos Vereadores e demais documentos recebidos e expedidos; - Autenticar documentos e preencher fichas de registro para formar processos, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes; - Proceder a pesquisas da legislação federal, estadual e municipal; - Organizar o sistema de referência e de índices necessários à pronta localização de documentos; - Realizar serviços de natureza administrativa, burocrática e outras atividades correlatas; - Executar serviços administrativos de maior complexidade sempre que necessário; - Zelar pela manutenção de máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade; - Operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos; - Desempenhar os demais serviços de secretaria.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 537/2015

PORTARIA Nº 537/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ADRIANA BERTUSO (Matr. 4127), a partir de 23 de abril de 2015, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, em substituição à Servidora Marília Morgana Zaccaron, enquanto perdurar o atestado desta, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, aprovada e classificada em 30º lugar pelo Processo Seletivo Nº 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538/2015

PORTARIA Nº 538/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ALCIDES JARENT-CHUK (Matr. 591), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, do Nível/Referência - 5/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 5/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de Julho de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539/2015

PORTARIA Nº 539/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADÃO PELENTIR (Matr. 607), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 540/2015

PORTARIA Nº 540/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADEMIR TOSATTI (Matr. 882), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 541/2015

PORTARIA Nº 541/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ALTIVIR JOÃO PARISOTTO (Matr. 884), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto

de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 542/2015

PORTARIA Nº 542/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO VANDERLEI FERREIRA (Matr. 1759), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 543/2015

PORTARIA Nº 543/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora CRISTIANE LISBOA LEOLATTO (Matr. 2705), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 12/1/B, para o Nível/Referência - 12/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544/2015

PORTARIA Nº 544/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora CARMEN SARTORI DA ESPADA (Matr. 08), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 9/I, para o Nível/Referência - 9/J, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 545/2015

PORTARIA Nº 545/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor DIRCEU ADÃO FELINI (Matr. 952), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/2015

PORTARIA Nº 546/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor DOMINGOS F. DA SILVA FILHO (Matr. 624), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19

de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/2015

PORTARIA Nº 547/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor EDSON LUIZ DE SOUZA (Matr. 2704), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 5/B, para o Nível/Referência - 5/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/2015

PORTARIA Nº 548/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor FLORENTINO CIRINO DOS SANTOS (Matr. 948), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549/2015

PORTARIA Nº 549/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor GELSON PIOVESAN (Matr. 712), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 550/2015

PORTARIA Nº 550/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor GILMAR CARMO KICH (Matr. 393), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/2015

PORTARIA Nº 551/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor GIOVANI BENETTI (Matr. 2701), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 14/B, para o Nível/Referência - 14/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/2015

PORTARIA Nº 552/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor IVAN SERGI BALESTRIN (Matr. 792), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553/2015

PORTARIA Nº 553/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JOÃO CALDEROLI NETO (Matr. 1842), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 5/D, para o Nível/Referência - 5/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 554/2015

PORTARIA Nº 554/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JOÃO DE SOUZA E OLIVEIRA (Matr. 198), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/H, para o Nível/Referência - 3/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2015

PORTARIA Nº 555/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JOAQUIM DE OLIVEIRA (Matr. 1381), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2015

PORTARIA Nº 556/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JOSÉ BENTO (Matr. 862), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 8/E, para o Nível/Referência - 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2015

PORTARIA Nº 557/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LENI APARECIDA SABEI (Matr. 2700), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Controlador de Políticas da Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 12/1/B, para o Nível/Referência - 12/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/2015

PORTARIA Nº 558/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2015

PORTARIA Nº 559/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor MÁRCIO ANTONIO DO VALLE (Matr. 1439), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/D, para o Nível/Referência - 3/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/2015

PORTARIA Nº 560/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARIFÁTIMA CASARIN (Matr. 958), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 8/E, para o Nível/Referência - 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561/2015

PORTARIA Nº 561/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor MOACIR FRANCISCO PEDRINI (Matr. 1571), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 5/D, para o Nível/Referência - 5/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei

Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/2015

PORTARIA Nº 562/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor NELSON SUTIL VARELA (Matr. 813), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 5/E, para o Nível/Referência - 5/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563/2015

PORTARIA Nº 563/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 7/E, para o Nível/Referência - 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564/2015

PORTARIA Nº 564/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor PAULO CEZAR DELEJAL BERTÉ (Matr. 516), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 12/1/E, para o Nível/Referência - 12/1/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 565/2015

PORTARIA Nº 565/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor SEBASTIÃO LOPES DE ANDRADE (Matr. 965), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 566/2015

PORTARIA Nº 566/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 11/M, para o Nível/Referência - 11/N, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de

agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/2015

PORTARIA Nº 567/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora SOLIDÉIA MARIA DA SILVA (Matr. 65), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 3/E, para o Nível/Referência - 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 568/2015

PORTARIA Nº 568/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor VALDOMIRO SCHRAEDER (Matr. 780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, 40 horas semanais, do Nível/Referência - 8/E, para o Nível/Referência - 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 569/2015

PORTARIA Nº 569/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 400/2015, que Contratou em Caráter Temporário, a Senhora VANESSA ELIZA MAZIERO (Matr. 4107), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, sendo que a mesma passará a substituir a servidora Marizete Andolphacto, que se encontra afastada em Atestado Médico, junto ao CMEI Criança Feliz, a partir de 22 de abril de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, reclassificada em 123º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

IPREVI/HO**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 09/2015**

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO SERVIDOR ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pelo servidor Antonio Dutra Conceição em 30.03.2015;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 981, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 499 de 09.04.2015;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor Antonio Dutra Conceição, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Classe "F", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 09 de abril de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 14 de abril de 2015.
JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho de Administração

Ibiam**PREFEITURA****DECRETO Nº 2750/2015**

DECRETO Nº 2750, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Sec. Municipal da Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Atividades Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 339000000 aplicações diretas

Fonte: 0101- Recursos de Impostos e Transferências

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Unidade: 0206 Sec. Municipal da Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Atividades Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000000 Aplicações Diretas

Fonte: 0101- Recursos de Impostos e Transferências

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 13 DE JANEIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2767/2015

DECRETO Nº 2767, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 07.02 - Secretaria de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244- Assistência Comunitária

Programa: 0801 - Assistência Social Geral

Atividade: 2031 - Manutenção da Secr. De Assist. Social

Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 1300 - Superávit Fin. Recursos Ordinários

Valor R\$ 15.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 05 DE MARÇO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2780/2015

DECRETO Nº 2780, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 13.227,03 (Treze mil, duzentos e vinte e sete reais e três centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLICIAMENTO

Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2020MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS PRÓPRIOS

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS PRÓPRIOS

Valor: R\$ 8.227,03

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2781/2015

DECRETO Nº 2780, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 13.227,03 (Treze mil, duzentos e vinte e sete reais e três centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLICIAMENTO

Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2020MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS PRÓPRIOS

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS PRÓPRIOS

Valor: R\$ 8.227,03

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2782/2015

DECRETO Nº 2782, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVENIO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Termo de Compromisso PAC204530/2013 do FNDE/MEC (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Ministério da Educação e Cultura) no valor de R\$ 382.372,80 (Trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia do Executivo
Unidade: 0206 Sec. Mun. de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 1008 Ampliação Rede Física Fundamental
Modalidade de Aplicação: 449000000 Aplicações Diretas
Fonte: 0132- Transf. de Convênios União/ Educação
Valor: R\$ 382.372,80

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Termo de Compromisso PAC204530/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 2783/2015

DECRETO Nº 2783, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 139.219,78 (Cento e trinta e nove mil, duzentos e dezenove reais e setenta e oito centavos) no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia do Executivo
Unidade: 0206 Sec. Mun. de Educação
Função: 12 Educação
Sub-função: 361 Ensino fundamental
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 1008 Ampliação Rede Física fundamental
Modalidade de aplicação: 449000000 Aplicações Diretas
Fonte: 0332- Superávit Transf. de Convênios União/ Educação
valor: R\$ 139.219,78

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

LEI Nº 569/2015

LEI Nº 569 DE 23 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inc I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder aos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo, a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, nos vencimentos e funções gratificadas

Art. 2º O percentual da revisão referida no art. 1º desta lei será

de 6,91%(seis virgula noventa e um por cento), calculado sobre o vencimento e função gratificada, e correspondente à inflação apurada, tendo como base o índice econômico - INPC no período de 01 de fevereiro de 2014 à 31 de janeiro de 2015.

Art. 3º Fica o Presidente do Poder legislativo Municipal autorizado a conceder reajuste nos vencimentos dos Servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo, na ordem de 1,09% (um virgula zero nove por cento)

Art. 4º Para lançamento na folha de pagamento dos servidores do Poder legislativo, será somado o índice da revisão geral (6,91%) e o índice de reajuste (1,09%) e feito um único lançamento no percentual de 8% (oito por cento).

Art. 5º Fica o Presidente do Poder legislativo Municipal autorizado a proceder os devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos dos servidores públicos do Poder legislativo, mediante a aplicação dos dispostos na presente lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotações e rubricas orçamentárias consignadas no orçamento do exercício de 2015.

Art. 7º Não se aplicam aos servidores do Poder legislativo Municipal o contido na lei 564/15 de 27 de fevereiro de 2015.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo de Ibiã, 23 de abril de 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

LEI Nº 570/2015

LEI Nº 570 DE 23 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso e dá outras Providências.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Ibiã.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos do idoso;

II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;

III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta Lei;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Especial Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Elaborar seu regimento interno;

XI. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII. Divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII. Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Art.3º. Aos membros do Conselho Municipal do idoso será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 4º. O Conselho Municipal do idoso é composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I - por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Educação;

d) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

II - por quatro representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a) Dois representantes dos Usuários (Idosos);

b) Um representante Clube de Mães;

c) Um representante App Eliziane Titon.

1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Todos os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto não desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, podendo o processo eleitoral ser acompanhado por um representante do Ministério Público.

§ 6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 5º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, a cada novo mandato.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 6º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
II - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 9º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 10º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 11º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 12º. O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á a cada trimestre ou extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13º. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 14º. As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 15º. A Secretaria Municipal Assistência Social, proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 16º. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 17º. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, como unidade orçamentária dentro do orçamento geral do município, instrumento

de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Ibiam.

Art. 18º. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I - dotação orçamentária da União, do Estado e Município;

II - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídica;

III - os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV - as advindas de acordos e convênios;

V - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VI - outras.

Art. 19º. O Fundo Municipal, unidade orçamentária dentro do orçamento geral do município ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, e encaminhada para apresentação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso.

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal Assistência Social, gerir o Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II - submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20º. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21º. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiam, 23 de abril de 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA 3 PRG 029 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - SINALIZAÇÃO VIÁRIA

ERRATA 3 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - MULTIENTIDADES

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 029/2015 - MULTIENTIDADES, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	8	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE REGULA- MENTAÇÃO (EM FORME DE DISCOS, OCTOGONAIAS) NAS DIMENSÕES DE 600 MM CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NA ESPESSURA DE 1.25 MM (CHAPA Nº 18). O FUNDO DA PLACA DEVERÁ SER PINTADO COM TINTA EPÓXI PRETO FOSCO A MÁXIMO 360 GRAUS. AS NOMEN- CLATURAS DAS PLACAS (SERÁ INFORMADO PELO SETOR RESPONSÁVEL) DEVERÃO SER TOTALMENTE REFLETIVAS, COM UTILIZAÇÃO DE ADESIVO PRISMÁTICO GT/VI ATEN- DENDO NORMA DO CONTRAN. O CONJUNTO DE FIXADORES (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS) DEVERÃO SER DE AÇO ZINCADO	90	M2	358,67	32.280,30

LEIA-SE:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	8	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE REGULA- MENTAÇÃO (EM FORME DE DISCOS, OCTOGONAIAS, ETC.) CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NA ESPESSURA DE 1.25 MM (CHAPA Nº 18). O FUNDO DA PLACA DEVERÁ SER PINTADO COM TINTA EPÓXI PRETO FOSCO A MÁXIMO 360 GRAUS. AS NOMENCLATURAS DAS PLACAS (SERÁ INFORMADO PELO SETOR RESPONSÁVEL) DEVERÃO SER TOTALMENTE REFLETIVAS, COM UTILIZAÇÃO DE ADESI- VO PRISMÁTICO GT/VI ATENDENDO NORMA DO CONTRAN. O CONJUNTO DE FIXADORES (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS) DEVERÃO SER DE AÇO ZINCADO	90	M2	358,67	32.280,30

A data de abertura da sessão pública já foi alterada na errata anterior, será no dia 07/05/2015 às 09:30 hs (nove horas e trinta minutos).

Ilhota, 24 de abril de 2015.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 075, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 075, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Altera a representação dos membros que compõem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 4.215/2013, de 13 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Em substituição aos representantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA ficam nomeados os seguintes membros titulares e suplentes:

I - Representando o Poder Público:

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação:

Titular: Eduardo dos Passos Nunes

Suplente: Luciene Martins

Representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

Titular: Paulo Juchem Sefton

Suplente: Romeu Pires Filho

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura:

Titular: Juliana da Silva Ignácio

Suplente: Rui Geraldo Rodrigues

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Everaldo de Paula

Suplente: Renata Tolentino da Rosa

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

Titular: Antônio Clésio Costa

Suplente: Hemerson Mafra

Representante da Área de Proteção Ambiental - APA da Baleia Franca;

Titular: Enise Maria Bezerra Ito

Suplente: Simão Marrul Filho

II - Representando a Sociedade Civil:

Entidade representativa dos empresários: ACIM - Associação Comercial e Industrial de Imbituba:

Titular: Jaime Pacheco Alves

Suplente: Adilson Silvestre

Entidade representativa dos trabalhadores: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria:

Titular: Claudio Souza de Ávila

Suplente: Gilberto Gonçalves Martins

Organizações não-governamentais ambientalistas: Projeto Baleia Franca:

Titular: Karina Groch

Suplente: Helder Canadas

Entidade representativa de comunidades: Associação Comunitária do Paes Leme:

Titular: Camilo Carvalho Damázio

Suplente: Ingrid Nascimento Silva

Instituição de ensino superior com atuação em Imbituba: UNISUL: Universidade do Sul de Santa Catarina:

Titular: Ezequiel de Souza

Suplente: Heitor Wensing Junior

Outras instituições ambientalistas com atuação no município: OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Imbituba:

Titular: Orlando Gonçalves Pacheco Junior

Suplente: Fernando Moretti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 077, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 077, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar do exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006 e,

CONSIDERANDO a quantidade e o prazo estimado para confecção dos carnês e o tempo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de junho de 2015, o prazo para pagamento da Cota Única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar referente ao Exercício de 2015.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

I - Primeira parcela: 10 de julho de 2015;

II - Segunda parcela: 10 de agosto de 2015;

III - Terceira parcela: 10 de setembro de 2015;

IV - Quarta parcela: 09 de outubro de 2015;

V - Quinta parcela: 10 de novembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 078, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 078, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - do exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006 e,

CONSIDERANDO a quantidade e o prazo estimado para confecção dos carnês e o tempo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento:

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 30 de junho de 2015 o prazo para pagamento da Cota Única do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - do Exercício de 2015, com 10% (dez por cento) de desconto.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

- I - Primeira parcela: 10 de julho de 2015;
- II - Segunda parcela: 10 de agosto de 2015;
- III - Terceira parcela: 10 de setembro de 2015;
- IV - Quarta parcela: 09 de outubro de 2015;
- V - Quinta parcela: 10 de novembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EDITAL SEAGP Nº 051/2015

EDITAL SEAGP Nº 051/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Abril a 24 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento

convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 051/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro

Flaviana de Souza Marques

EDITAL SEAGP Nº 052/2015

EDITAL SEAGP Nº 052/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Abril a 24 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada

pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de abril de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 052/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Visitador Sanitário
Carlos Alexandre da Silva

EDITAL SEAGP Nº 053/2015

EDITAL SEAGP Nº 053/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Abril a 24 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com

classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de abril de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 053/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Tania Mara Pires Machado

LEI Nº 4.549, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.549, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade - ISO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade - ISO, inscrita no CNPJ sob o nº 03.383.527/0001-30, no valor de até R\$ 5.424,00 (cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Artigo 1º, destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.550, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.550, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo a celebrar convênio com a Associação dos Estudantes de Imbituba em Florianópolis - ASSEIF, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação dos Estudantes de Imbituba em Florianópolis- ASSEIF, com o objetivo de:

I - disponibilizar à ASSEIF 1 (um) ônibus para o transporte de estudantes universitários de Imbituba com destino a Florianópolis e vice-versa, com idas aos domingos e retorno todas as sextas-feiras, durante o ano letivo de 2015.

Parágrafo único. Cabe à ASSEIF conceder 10 bolsas (gratuidade), a alunos que comprovem situação socioeconômica familiar, mediante avaliação social.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.551, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.551, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar despesas com as comemorações do Dia do Trabalhador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com as comemorações do Dia do Trabalhador.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GAB Nº 002, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA PMI/GAB Nº 002, de 23 de abril de 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 2.119/2001, de 15 de março de 2001, alterada pelas Leis nº 2.784, de 16 de dezembro de 2005 e 4.176, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, para um período de 02 (dois) anos, os seguintes membros titulares e suplentes:

I- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

Titular: Antônio Clésio Costa

Suplente: Hemerson Mafra

II - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: Ivan Vitória

Suplente: Cristiano João Abilio

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura:

Titular: Rui Geraldo Rodrigues

Suplente: Juliana da Silva Ignácio

IV - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação:

Titular: Eduardo dos Passos Nunes

Suplente: Jarlex Teixeira

V - Representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

Titular: Romeu Pires Filho

Suplente: Paulo Juchem Sefton

VI - Representante da Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM:

Titular: Santos Pacheco Alves

Suplente: Antônio Carlos Bandeira Guimarães Filho

VII - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL:

Titular: Paulo Sérgio Martins

Suplente: Marcos Luiz de Assis

VIII - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Imbituba:

Titular: Cesar de Oliveira

Suplente: Luiz Dario Rocha

IX - Representante do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba:

Titular: Custódio Juvenal Pacheco

Suplente: Flávio Mauricio

X - Representante do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCI-DADE:

Titular: Sérgio Augusto Costa

Suplente: Jaime Pacheco Alves

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 245/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 245, de 23 de abril de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) nos Processos Seletivos Simplificados - Edital nº 18/2014, Edital nº 01/2015 e Edital nº 03/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Isabela Nunes Costa	Professora I – 20h	076.018.289-21	PSS 18/2014	06/04/2015
Cristiane de Oliveira Maciel	Professora I – 40h	007.243.129-60	PSS 03/2015	15/04/2015
Guiomar Tavares de Carvalho	Professora I – 20h	205.354.648-43	PSS 01/2015	15/04/2015
Nádia Romagna da Rosa	Professora I – 20h	082.453.789-09	PSS 18/2014	15/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 246/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 246, de 24 de abril de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor ACIOLI DE AGUIAR, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 379.162.389-34, admitido em 26 de outubro de 1984, contrato nº 01, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 247/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 247, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor LEONARDO FREITAS DE SOUSA, Agente de Trânsito, inscrito no CPF sob o n.º 046.263.229-64, admitido em 01 de abril de 2010, contrato n.º 5400, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 248/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 248, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor BORIS FREITAS, Assistente Operacional, inscrito no CPF sob o n.º 029.436.469-20, admitido em 08 de março de 1985, contrato n.º 766, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 249/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 249, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor JOSÉ CARLOS MARTINS, Pedreiro, inscrito no CPF sob o n.º 377.315.139-04, admitido em 14 de novembro de 1996, contrato n.º 244, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2006 a 2011	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 250/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 250, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor LUCIANO GEREMIAS DA SILVA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 888.383.159-49, admitido em 13 de agosto de 2002, contrato nº 1762, referente ao quinquênio devido, remodelado em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2011 (remodelado)	23.04.2015 a 21.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 251/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 251, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ROSANE DE OLIVEIRA FERNANDES, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 749.732.589-20, admitida em 17 de março de 1988, contrato nº 486, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 252/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 252, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora TEREZINHA FRAGA VIEIRA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 455.111.529-00, admitida em 17 de fevereiro de 1994, contrato nº 543, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 253/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 253, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MICHELE FERREIRA DA SILVA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 020.014.579-79, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 398, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 254/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 254, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JOSIANE CARDOSO DE JESUS COSTA, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 008.002.729-60, admitida em 10 de novembro de 2009, contrato nº 5154, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 255/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 255, de 24 de abril de 2015.

Dispõe sobre a alteração a pedido da fruição da concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e o Processo nº 1141, de 27 de janeiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, a fruição da concessão de licença-prêmio, da servidora OSMARINA TEIXEIRA MACHADO DO CARMO, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 854.581.049-00, admitida em 07 de outubro de 1998, contrato nº 436, firmada junto a PORTARIA PMI/DGP nº 361, de 27 de julho de 2014, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Onde se lê:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	03.08.2015 a 31.10.2015

Leia-se:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.07.2015 a 30.07.2015 01.10.2015 a 30.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 02/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO Nº 15/2015

DISPENSA Nº 02/2015

Objeto: locação de imóvel para o funcionamento da casa lar do município de Imbituba.

Locatário: Imobiliária Leandro e Carol Ltda.

Valor Mensal: R\$ 1.300,00 Prazo: 09 meses

Valor Total: 11.700,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal do SEAST

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 088/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 088/2015
CONTRATADA: NADJA DE CARVALHO LAMAS.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da profissional Nadja de Carvalho Lamas, doutora em artes visuais, para ministrar formação continuada para os professores do ensino fundamental, da área de artes, com a finalidade de abordar a Linguagem e Linguagem Artística, Experiência Estética, Leitura e Releitura, a Produção/Criação do Artista, do Professor e da Criança. Formação continuada com duração de 08 (oito) horas/aula.

PRAZO: 10 de abril de 2015 a 10 de maio de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2015.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 090/2013

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 090/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, e pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MOVIMENTO VITAL FISIOTERAPIA LTDA ME, nova denominação empresarial da contratada BARBARA MAURICIO NASCIMENTO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.324.956/0001-28, com sede na rua Evald Braun, nº 334, sala 01, bairro Água Verde, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Barbara Mauricio Nascimento, brasileira, solteira, fisioterapeuta, inscrita sob CPF sob nº 040.545.349-37 e Cédula de Identidade nº 4.357.303, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e justificativa em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA - SUS aos usuários do SUS, a fim de apoiar as atividades operacionais do Secretaria de Saúde, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo do presente Contrato é de 25 de abril de 2015 a 25 de abril de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Secretário de Saúde
MOVIMENTO VITAL FISIOTERAPIA LTDA ME Barbara Mauricio Nascimento Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CÂMARA DE VEREADORES DE INDAIAL

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria nº 39/2014 se reunirá em Sessão Pública no dia 27/04/2015, às 15h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar os requerimentos de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda - ME., CNPJ nº 12.098.591/0001-60, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal). Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Indaial/SC, 23 de abril 2015.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

DECRETO 1/2015

Decreto Nº 1/15

Fica criado e aprovado o regulamento, premiação e divulgação do concurso de redação da Câmara de Vereadores de Indaial.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições contidas no art. 36 e art. 51 da Lei Orgânica Municipal; e art. 22 do Regimento Interno desta Casa, e demais dispositivos legais em vigor, autoriza a abertura e o regulamento do concurso de redação da Câmara de Vereadores de Indaial.

DECRETA:

Art. 1º - O Concurso de redação da Câmara Municipal de Indaial tem por objetivo o desenvolvimento do pensamento, a pesquisa, a criatividade, a originalidade e o raciocínio dos estudantes ao mesmo tempo em que os aproximam do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O concurso poderá ser realizado anualmente, sempre no mês de novembro.

§ 2º A Câmara firmará parceria com a Academia de Letras do Brasil - Seccional de Indaial (ALB - Indaial), para auxiliar na divulgação e correção das redações.

Art. 2º - O Tema será modificado anualmente pela mesa diretora e deverá ser divulgado com o regulamento até o final de setembro de cada ano.

Parágrafo Único - O concurso se divide em duas categorias, ensino fundamental e médio, com avaliações e premiações distintas.

Critérios de Participação

Art. 3º - Para participar do concurso de redação os interessados deverão atender aos seguintes critérios:

I. Alunos do 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e os de 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio das escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares, do município de Indaial.

II. As redações deverão ser inéditas;

III. Cada participante deverá concorrer individualmente, com apenas uma redação;

IV. A redação (texto dissertativo) deverá ser original, criativa, coerente, pertinente ao tema, com ideias e vocabulários compatíveis;

V. O texto, produzido em sala de aula, deverá ter no mínimo 20 e no máximo 35 linhas manuscritas;

VI. As redações passarão por pré-seleção nas escolas e somente três, em cada categoria, serão enviadas para a Comissão de Avaliação, composta pelos integrantes da ABL - Indaial;

VII. As redações deverão ser entregues até a segunda sexta-feira do mês de novembro.

§1º - As escolas enviarão as redações à Câmara Municipal de Indaial, por e-mail, para o endereço: concursoredacao@camaraindaial.sc.gov.br, devendo constar:

- a) Assunto;
- b) Nome da Escola;
- c) Nome do aluno, série, categoria, professor orientador e título das redações selecionadas;
- d) Anexo: arquivo das redações, de forma individual, scaneadas;
- d.1) O material scaneado deverá conter somente o título e o texto

da redação, sem identificação do autor.

§ 2º - Não serão aceitas redações fora dos padrões descritos.

Critérios para Avaliação de Redação:

Art. 4º - As redações serão avaliadas conforme critérios a seguir:

I. Adequação conceitual (5 pontos):

- a) Adequação ao tema (2,5 pontos);
- b) Adequação do título ao texto (0,5*);
- c) Originalidade e criatividade (1,0*);
- d) Presença da ideia central e ideias secundárias, com argumentação consistente - pertinência, suficiência e relevância (1,0*).

II. Continuidade e progressão (1,5 pontos):

- a) Distribuição, ordenação e encadeamento adequados das ideias (0,5*);
- b) Ausência de contradições (0,5*);
- c) Ausência de redundância (0,5*).

III. Adequação vocabular (1 ponto):

- a) Adequação do registro linguístico (0,5*);
- b) Propriedade e variedade do vocabulário (0,5*).

IV. Adequação formal (5 pontos):

- a) Estruturação de períodos (2,0*);
- b) Morfossintaxe (1,0*);
- c) Ortografia (1,0*);
- d) Pontuação (1,0*).

(*pontuação máxima a ser atribuída).

Art. 5º - Da Comissão Julgadora - Fase Final:

As redações pré-selecionadas pelas escolas serão avaliadas por uma Comissão Julgadora, composta pelos integrantes da ABL - Indaial.

Da Premiação:

Art. 6º - O concurso de redação será dividido em duas categorias, ensino fundamental e ensino médio, com avaliações distintas e com a seguinte premiação para cada categoria:

I. Premiação de acordo com a colocação conquistada:

- a) Primeiro colocado: um (1) notebook;
- b) Segundo colocado: um (1) tablet;
- c) Terceiro colocado: uma (1) câmera fotográfica digital;

II. As três (3) melhores redações, em cada categoria, serão publicadas no site da Câmara de Vereadores de Indaial;

III. A escola dos alunos vencedores, em cada categoria, receberá uma coleção de livros para acervo de sua biblioteca;

IV. A melhor redação, dentre as redações premiadas, em ambas as categorias, será publicada nos jornais impressos do Município;

V. Os vencedores serão comunicados por e-mail ou telefone;

VI. A entrega da premiação será realizada até o dia 10 de dezembro de cada ano.

VII. O professor orientador do aluno vencedor, primeiro colocado em cada categoria, também receberá um notebook.

Art. 7º Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios para desempate sucessivamente:

- I. Maior nota no quesito - adequação formal;
II. Maior nota no quesito - presença dos planos do texto e originalidade;
III. Menor idade.

Das Considerações Finais

Art. 8º - Ao enviar a redação, o candidato declara-se ciente e de acordo com as normas do presente Regulamento.

Art. 9º - As redações vencedoras serão publicadas no site da Câmara de Vereadores, a partir do dia seguinte da divulgação do resultado, e as primeiras colocadas, em cada categoria, serão publicadas em trinta (30) dias nos meios impressos da imprensa.

Art. 10 - As redações encaminhadas à Coordenação do concurso não serão devolvidas aos candidatos.

Art. 11 - Os candidatos do Concurso, ao enviarem suas redações, autorizam expressamente a divulgação de seus trabalhos somente em mídias, ficando vedada sua divulgação para fins comerciais.

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Concurso de Redação.

Art. 13 - As dúvidas, divergências ou situações não previstas neste regulamento, serão julgadas e decididas de forma soberana e irrecorrível pela Comissão Julgadora.

Art. 14 - Fica autorizada a realização de despesas com divulgação e aquisição da premiação do presente concurso.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de Abril de 2015.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

José Klock	
1º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

ATA DE R. DE PREÇOS Nº 12/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albina Titon, nº 148, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.484.029/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Vilmar Alquieri, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento do serviço descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0019/2015, Registro de Preços nº 0008/2015. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0019/2015.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	VALOR REGISTRADO R\$
01	Adesivos de identificação visual para caminhões e máquinas pesadas 30cm x 50cm em vinil adesivo com alta durabilidade, arte definida pelo Município.	Un	2,80
02	Placas de identificação de obras, pontes e avisos de alerta em chapa galvanizada 16, tamanho e arte definida pelo município, tendo como média o tamanho 60cm x 60cm	Un	40,00
05	Adesivo em vinil cast anti-bolha com alta durabilidade, arte definida pelo município, aplicado na forma de envelopamento em veículos oficiais do Município.	Un	95,00
06	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	m²	17,50
07	Lona 300g para Banners com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	m²	16,00
08	Adesivo vinil cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, arte determinadas pelo Município	m²	55,00

Iomerê, 01 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

VILMAR ALQUIERI
ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME

ATA DE R. DE PREÇOS Nº 13/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Inácio Schelbauer, nº 119, Bairro Vila Nova, na cidade de Mafra-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.430.560/0001-89, neste ato representado pelo Sr. xxx, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento do serviço descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0019/2015, Registro de Preços nº 0008/2015. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0019/2015.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	VALOR REGISTRADO R\$
03	Cartazes promocionais formato gráfico 2 (48x66cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	Un	1,10
04	Panfletos formato gráfico 22 (13x22cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	Un	0,09

Iomerê, 01 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

JEFERSON LOPES
LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME

CONTRATO CTACT15/020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/20

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, SANDI PAULA CHAICOSKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 095.544.309-14 e RG 6.247.704, residente em Iomerê, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços

de Assistente de Creche - comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,30 (um vírgula trinta) salários mínimos municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

SANDI PAULA CHAICOSKI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/21

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, TABATA ORTIZ DE OLIVEIRA MEDEIROS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 074.740.749-58 e RG 5.030.471, residente a Rua Alexandre Gaidex, Cidade Alta em Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Assistente de Creche - comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovados em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,30 (um virgula trinta) salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 08 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de

dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 08 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

TABATA ORTIZ DE OLIVEIRA MEDEIROS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/22

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, LUIZ EDUARDO MACIEL, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 077.269.159/27 e RG 5.828.673, residente a Rua Sergipe nº77, bairro Santa Gema, Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor I- não habilitado - comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - O CONTRATADO prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária do CONTRATADO será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,34 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 13 de abril de 2015 e tendo seu término

previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o CONTRATADO não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao CONTRATADO pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo CONTRATADO, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 13 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

LUIZ EDUARDO MACIEL
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/23

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, GIOVANA CRESTANI FRANCO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 034.969.739-60 e RG 4.182.307-9, residente na Linha Paulina - Iomerê - SC doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Agente Comunitário de Saúde -, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor equivalente a 01 (um) salário mínimo municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 15 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 15 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

GIOVANA CRESTANI FRANCO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/24

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, EDINA NAVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 024.116.169-02 e RG 3.535.525-5, residente na Rua Irmãos Guzzetti n.375 - Iomere SC. doravante denominado

simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor AEE, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,70 salários mínimos municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 22 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 16 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

EDINA NAVA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/25

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, JAINE PATRICIO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 079.710.829-75 e RG 5.615.960, residente na Rua Luiz Argenta - Floresta, videira - SC. doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor III, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,70 salários mínimos municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 17 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de

regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 16 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

JAINÉ PATRÍCIO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/26

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ELIANE RIBEIRO DE GOES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.622.379-73 e RG 3.569.453-0, residente na Rua Getúlio Damo - Bairro Aparecida - Videira, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor AEE, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de

Iomerê, equivalente a 1,70 salários mínimos municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 22 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 17 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI

ELIANE RIBEIRO DE GOES CONTRATANTE
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/027

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/27

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, JULIANA MARIA DIAS, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 088.030.459-61 e RG 5.467.757, residente em Videira -SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor I- Educação Fundamental, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE, decorrente da aprovação em processo seletivo nº 001/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais, sede e localidade de Bom Sucesso, conforme a necessidade da rede municipal de ensino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,34 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 24 de abril de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 23 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

JULIANA MARIA DIAS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/006 - FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GESTÃO SAÚDE LTDA.

CT15FMS/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa GESTÃO SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.556.416/0001-04, com endereço na rua Blumenau, nº 314 Centro, na cidade de Joinville-SC, neste ato representada pelo Sr. Willian Vieira da Silva, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto, serviços de consultoria administrativa, a ser desenvolvida na Unidade Sanitária do Município de Iomerê, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	09	<p>Serviços de consultoria técnica para organização administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da legislação que regula o funcionamento do Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, 8142/90, Portaria GM/MS/204/2007, Portaria GM/MS 2488/2011, Lei Federal 8080/90, Lei Federal 8142/90 e Decreto 7508/2011);</p> <p>- Serviços de Pesquisa e Avaliação Quadrimestral da percepção de usuários e não usuários com indicação do desempenho do nível de qualidade dos profissionais e que atendem na rede SUS municipal – 1 (uma_ pesquisas com abrangência de coleta no pós-atendimento com amostra de 0,5% total de atendimento, distribuídos entre Usuários e Não usuários;</p> <p>- Serviços de Auditoria do Sistema Municipal de Saúde – ano base 2014, com apresentação de um Mapeamento Epidemiológico e Produção Do Sistema Municipal de Saúde, identificando no mínimo: Perfil de Internações da população residente, com indicação das 10 principais incidências indicadas pelo Código Internacional de Doenças – CID 10, Classificadas por Faixa Etária, e Sexo; Perfil de Mortalidade da população residente no ano de 2014, identificando as 10 principais incidências conforme o Código Internacional de Doenças – CID 10, Classificado em Faixa Etária e Sexo; Tipologia Humana residente, classificada por faixa etária e Sexo; Desempenho do Município nos indicadores de: Mortalidade Infantil; Produção Ambulatorial de Consultas Médicas e Apoio Diagnóstico em Patologia Clínica e Exames de Média Complexidade;</p> <p>- Serviços de Consultoria Técnica para Elaboração da Política Municipal de Atenção à Saúde com edição do Livroto "BATA NA PORTA CERTA", A SER DISTRIBUIDO NOS DOMICILIOS DE IOMERÊ – TRABALHO LIMITADO A EDIÇÃO;</p> <p>- Serviços de Consultoria para Elaboração e Capacitação da população usuária no Uso Correto dos Serviços de Saúde, envolvendo todos os Agentes Comunitários e outras lideranças técnicas da Secretaria de Saúde – a Empresa deverá desenvolver proposta de denominação do Programa;</p> <p>- Serviços de Consultoria online para atendimento de dúvidas e/ou conflitos de gestão apresentadas por e-mail e/ou telefone com respostas através de Nota Técnica fundamentada num prazo de máximo de 48 horas;</p> <p>- Serviços de Consultoria Técnica presencial – 08 horas mês para assessoria do gabinete do secretario e das demais funções de comando da Rede nas questões e conflitos surgidos.</p>	5.350,00	48.150,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0002/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, independente de sua transcrição, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela prestação dos serviços da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, mensalmente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Executar os serviços, objetos deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

5.2 - Executar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

5.3 - Designar, para a prestação dos serviços, profissionais técnicos especializados para os respectivos serviços a serem prestados, sob pena de rescisão contratual.

5.4 - Demais obrigações inerentes a execução do contrato serão detalhadas quando da elaboração do contrato de prestação de serviços após a abertura do certame.

5.5 - Disponibilizar atendimento através de profissionais técnicos especializados, diretamente na sede da Prefeitura Municipal, pelo período de 10 horas mês e sem limite de consultoria virtual, telefone e internet.

5.6 - Ter disponível, em formato eletrônico, Biblioteca Virtual que contemple a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS e Orientações Gerais para Gestores, apresentados juntamente com a proposta de trabalho, desenvolvidos em Software livre com capacidade para atualização.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total dos equipamentos;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de 09 (nove) meses, iniciando-se na assinatura até 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Bloco Atenção Básica
Complem. Elemento	3390.3905 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	1138 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	020

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste

Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 01 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

GESTÃO SAÚDE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/007 - FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

CT15FMS/007

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albina Titon, nº 148, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.484.029/0001-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
05	Un/10	Adesivo em vinil cast anti-bolha com alta durabilidade, arte definida pelo município, aplicado na forma de envelopamento em veículos oficiais do Município.	95,00	950,00
06	m²/100	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	17,50	1.750,00
07	m²/100	Lona 300g para Banners com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	16,00	1.600,00
08	m²/50	Adesivo vinil cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, arte determinadas pelo Município	55,00	2.750,00
TOTAL				7.050,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 012/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0019/2015, Edital de Pregão Presencial nº 0019/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2015.

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Bloco Atenção Básica
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	1138 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	020

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 10 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI

CONTRATANTE

ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/008 - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINAL DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP.

CT15FMS/008

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Germano Decker, nº 78, Bairro Universitário, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.613/0001-70, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de link de Internet, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
05	08	Serviços para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde (Unidade Sanitária – centro): - Fornecimento de 01 link em fibra óptica, para acesso a internet, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de entrada e 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	235,00

06	08	Serviços para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde(Unidade Sanitária – Bom Sucesso): - Fornecimento de 01 link em rádio 5,8, para acesso a interlan, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 1 MBPS (um megabits por segundo) de tráfego de entrada e 1 MBPS (um megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	210,00
----	----	--	--------

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0015/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor mensal de R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 04.05.2015, com término previsto para 31.12.2015, podendo ser renovado.

3.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Secretaria de Saúde e Ação Social
Unidade Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Funcional	Manutenção das Atividades de Saúde
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0002 – Recursos Próprios
Reduzido	012

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

6.3 - A entrega total do objeto deste certame não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

6.1 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

6.2 - Prestar os serviços através de profissionais qualificados e material de qualidade, que garanta a continuidade e segurança dos serviços desempenhados pela administração municipal e demais órgãos.

DA CONTRATANTE:

6.3 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital.

6.4 - Fiscalizar, através do setor competente, os trabalhos da Contratada.

6.5 - Permitir o acesso, nas dependências da sede administrativa e demais órgãos, dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados como a serviço da empresa licitante vencedora.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso,

incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 10 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/009 - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A.

CT15FMS/009

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A. pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre -RS, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Douglas Tillmann, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os seguros abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito

comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de seguros de veículos com o Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
19	01	Seguro total veículo polo placas MMH5954	657,00
20	01	Seguro total veículo gol placas MMH5874	579,00
21	01	Seguro total veículo Fiat/doblo placas MKH2616	665,00
22	01	Seguro total veículo Fiat/doblo placas MIQ6084	579,00
23	01	Seguro total veículo gol placas MLD3024	534,00
24	01	Seguro total veículo gol placas MHC6968	483,00
25	01	Seguro total veículo gol placas MLD3044	571,00
26	01	Seguro total veículo gm classic placas MLV0616	419,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR TOTAL

2.1 - As apólices do presente contrato, serão fornecidas pelo preço total de R\$ 4.487,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais) sendo fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato/apólice.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou boleto, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica.

3.1.2 - O arquivo da nota deverá ser enviado no e-mail contab@iomere.sc.gov.br.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Complem. Elemento	3390.3969 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	012

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 87, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades:

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art.

78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura, apólice será de 04.05.2015 com duração até 04.05.2016.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0020/2015 - Pregão Presencial nº 0020/2015, através do órgão gerenciador Prefeitura.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- garantir durante toda a vigência contratual, as condições da proposta apresentada na abertura do certame, e o fiel cumprimento do objeto.
- caso venha acontecer sinistro, a empresa deverá prestar todo trabalho correspondente com a seguradora para atendimento ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o

em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 17 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GENTE SEGURADORA S.A.
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/010 - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CT15FMS/010

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa

na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. das Nações Unidas, nº 11.711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, neste ato representado pelo Sr. Gilberto Boff, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os seguros abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de seguros de veículos com o Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
17	01	Seguro total do veículo Renault ambulância placas MID9746	3.018,00
18	01	Seguro total do veículo Fiat/ducato ambulância placas MHK5397	1.860,00
33	01	Seguro do prédio da Unidade Sanitária de Iomerê	970,00
34	01	Seguro do prédio da Unidade Sanitária de Bom Sucesso	610,00
35	01	Seguro do prédio da Unidade Sanitária de Linha Paulina	580,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR TOTAL

2.1 - As apólices do presente contrato, serão fornecidas pelo preço total de R\$ 7.038,00 (sete mil e trinta e oito reais) sendo fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato/apólice.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou boleto, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica.

3.1.2 - O arquivo da nota deverá ser enviado no e-mail contab@iomere.sc.gov.br.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Complem. Elemento	3390.3969 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	012

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 87, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades:

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura, apólice será de 04.05.2015 com duração até 04.05.2016.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0020/2015 - Pregão Presencial nº 0020/2015, através do órgão gerenciador Prefeitura.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) garantir durante toda a vigência contratual, as condições da proposta apresentada na abertura do certame, e o fiel cumprimento do objeto.
- c) caso venha acontecer sinistro, a empresa deverá prestar todo trabalho correspondente com a seguradora para atendimento ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem

como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 17 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/032 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLEMIR SCHMITT - ME.

CT15/032

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CLEMIR SCHMITT - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Getúlio Vargas, nº 839, Centro na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.555.267/0001-21, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O objeto deste contrato é a contratação de serviços de assessoria de imprensa, a ser desenvolvida no Município de Iomerê, conforme segue:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1	09	Mês	<p>Assessoria de imprensa, com disponibilização de um profissional da área da comunicação, para produção de textos, fotos-reportagem, envio de materiais para a imprensa, alimentação do website da Prefeitura, administração de página do município nas redes sociais (tipo facebook) e demais redes, e acompanhamento de coletivas.</p> <p>- Produção de programas de rádio da Prefeitura de Iomerê, com a disponibilização de voz padrão regional, produção em estúdio apropriado a ser instalado na sede administrativa do município de Iomerê, com equipamentos compatíveis para o cumprimento do objeto, softwares apropriados devidamente legalizados, microfones, mesa de som e demais equipamentos necessários para o perfeito funcionamento. Disponibilização de profissional editor de áudio para serviços de captura, edição e finalização dos programas, e envio dos programas de rádio para as emissoras.</p> <p>- Editoração e diagramação de informativos com a disponibilização de profissional, bem como equipamentos compatíveis, softwares apropriados devidamente legalizados para serviços de editoração, diagramação e montagem de informativos impressos da Prefeitura de Iomerê; este trabalho não inclui serviços de impressão, os arquivos montados e aprovados pela Prefeitura serão fornecidos para as gráficas nos formatos apropriados.</p>	6.300,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0014/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 0014/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, independente de sua transcrição, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS E VALOR

4.1 - O pagamento pela prestação dos serviços do presente contrato do item 01 será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, mensalmente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, referente o item 02 será feito após a execução do trabalho em parcela única.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5 - O valor do contrato é de R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais), sendo os pagamentos mensais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Executar os serviços, objetos deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

5.2 - Executar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

5.3 - Demais obrigações inerentes a execução do contrato serão detalhadas quando da elaboração do contrato de prestação de serviços após a abertura do certame;

5.4 - Responder por danos materiais ou físicos causados, culposa ou dolosamente, por seus empregados, quando em serviço, a servidores da contratante ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo contrato, devendo ser adotadas providências necessárias, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após o comunicado da contratante.

Será de responsabilidade da contratante:

5.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva execução dos serviços objeto do contrato, por meio do Secretário de Administração e Finanças;

5.6 - Efetuar os pagamentos à contratada conforme o contrato.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções

legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total dos equipamentos;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de nove meses, iniciando-se na assinatura até 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Complem. Elemento	3390.3905 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	100 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	013

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 01 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CLEMIR SCHMITT - ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/033 - PMI

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ANILDO RODRIGUES DA SILVA ME.

CT15/033

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ANILDO RODRIGUES DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 395, Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.713.304/0001-76, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de prestação de serviços de limpeza, compreendendo em corte de grama, roçadas e capina, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	09	Serviços de corte de grama, roçadas, podas e capina, a serem desenvolvidos no perímetro urbano do município de Iomerê, em calçadas, praça, trevos, passeios e canteiros centrais das ruas.	2.999,00	26.991,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0018/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0018/2015, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, sendo reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 26.991,00 (vinte e seis mil novecentos e noventa e um reais), sendo em parcelas mensais de R\$ 2.999,00 (dois mil novecentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3999 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	067

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Prestar os serviços de acordo com as especificações exigidas;

8.2 - Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 - Disponibilizar todos os equipamentos de segurança (EPI), para todos os funcionários utilizarem durante a execução das atividades.

8.4 - É de inteira responsabilidade da empresa licitante vencedora o material, mão-de-obra necessários para a execução dos serviços.

8.5 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas.

8.6 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata.

8.7 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1,0 (um por cento) por dia de

atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 01 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ANILDO RODRIGUES DA SILVA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/034 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE FLORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME.

CT15/034

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Brasil, nº 07 Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.987.698/0001-92, neste ato representado pelo Sr. Amarildo Viecei, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de mudas de flores abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes

cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de mudas de flores de época, bem como efetuar o preparo do canteiro, adubação necessária, manutenção e tratamentos culturais, exceto necessidade de irrigação, conforme segue quantidades e descrições abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	5000	Amor perfeito gigante	0,65	3.250,00
02	7000	Boca de leão	0,63	4.410,00
03	4000	Petúnia	0,64	2.560,00
04	4000	Calendula	0,63	2.520,00
05	6000	Cravina	0,64	3.840,00
06	5000	Alisson	0,64	3.200,00
07	2000	Funcionaria	0,66	1.320,00
08	5000	Tagete	0,64	3.200,00
10	1000	Celozia	0,67	670,00
11	4000	Sálvia vermelha	0,67	2.680,00
12	2000	Sálvia azul	0,67	1.340,00
13	6000	Vinca colorida	0,68	4.080,00
14	4000	Tagetão	0,67	2.680,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 - As mudas de flores objeto do presente certame deverão ser plantadas nos canteiros do centro urbano do município, com espaçamento de 15cm x 15cm, com adubação sob raiz de 10 gramas de adubo químico na composição NPK 05/20/20. As espécies há serem plantadas em cada canteiro, serão determinadas pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a empresa vencedora deverá efetuar o plantio no prazo de até 30 dias após emitida autorização de início, pelo Município.

2.2 - O plantio das espécies de inverno deverá ocorrer entre o dia 22 de abril de 2015 à 22 de maio de 2015, o plantio de verão deverá ocorrer entre o dia 14 de outubro de 2015 à 10 de novembro de 2015.

2.3 - Todas as despesas com a preparação dos canteiros é de responsabilidade do vencedor.

2.4 - As mudas deverão ser de boa qualidade, livres de pragas e doenças, sob pena de substituição das mesmas e/ou rescisão contratual;

2.5 - As mudas deverão ser híbridas, ter no mínimo 30 dias de germinação e aproximadamente 10 cm de altura.

2.6 - Fazer replantio durante os 30 (trinta) primeiros dias (após o plantio);

2.7 - O proponente vencedor deverá fornecer assistência técnica especializada (com técnico com registro junto ao CREA-SC) durante o preparo dos canteiros e plantio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do contrato é R\$ 35.750,00 (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência da ata nº 010/2015.

3.2 - O pagamento pelo objeto do presente Contrato será feito em

favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: contab@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes dos serviços/objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015:

Órgão	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades Agropecuárias
Complem. Elemento	3390.3031 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	067

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0016/2015 - Pregão Presencial nº 0016/2015.

CLÁUSULA NONA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as

disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 02 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MIL PLANTAS IND. E COM. LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/035 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE FLORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP.

CT15/035

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Lauro Muller, nº 205 Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.934.912/0001-70, neste ato representado pelo Sr. Messias Savian Sobrinho, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de mudas de flores abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de mudas de flores de época, bem como efetuar o preparo do canteiro, adubação necessária, manutenção e tratamentos culturais, exceto necessidade de irrigação, conforme segue quantidades e descrições abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
09	3000	Mudas de onze horas	0,67	1.950,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 - As mudas de flores objeto do presente certame deverão ser plantadas nos canteiros do centro urbano do município, com

espaçamento de 15cm x 15cm, com adubação sob raiz de 10 gramas de adubo químico na composição NPK 05/20/20. As espécies há serem plantadas em cada canteiro, serão determinadas pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a empresa vencedora deverá efetuar o plantio no prazo de até 30 dias após emitida autorização de início, pelo Município.

2.2 - O plantio das espécies de inverno deverá ocorrer entre o dia 22 de abril de 2015 à 22 de maio de 2015, o plantio de verão deverá ocorrer entre o dia 14 de outubro de 2015 à 10 de novembro de 2015.

2.3 - Todas as despesas com a preparação dos canteiros é de responsabilidade do vencedor.

2.4 - As mudas deverão ser de boa qualidade, livres de pragas e doenças, sob pena de substituição das mesmas e/ou rescisão contratual;

2.5 - As mudas deverão ser híbridas, ter no mínimo 30 dias de germinação e aproximadamente 10 cm de altura.

2.6 - Fazer replantio durante os 30 (trinta) primeiros dias (após o plantio);

2.7 - O proponente vencedor deverá fornecer assistência técnica especializada (com técnico com registro junto ao CREA-SC) durante o preparo dos canteiros e plantio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do contrato é R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência da ata nº 011/2015.

3.2 - O pagamento pelo objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: contab@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes dos serviços/objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015:

Órgão	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades Agropecuárias
Complem. Elemento	3390.3031 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	067

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste,

aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0016/2015 - Pregão Presencial nº 0016/2015.

CLÁUSULA NONA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/036 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ONEVIO BETTONI ME.

CT15/036

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ONÉVIO BETTONI - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 83.686.238/0001-40, com endereço na Av. Dom Pedro II, nº 73 Centro, na cidade de Videira-SC, neste ato representada pelo Sr. Onévio Bettoni, denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto aquisição de materiais esportivos a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para atividades esportivas nas escolas e competições esportivas que serão desenvolvidas no ano de 2015, conforme segue:

ITEM	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
23	Un		Borracha para tênis de mesa, na cor vermelha densidade de 36	192,00	1.152,00
24	Un		Borracha para tênis de mesa, na cor preta densidade de 36	200,00	1.200,00
25	Un		Bola de tênis de mesa, com uma estrela diâmetro de 40mm	3,00	1.500,00

26	Un		Raquete paa tênis de mesa, empunhadura caneteira chinesa	62,00	744,00
27	Un		Raquetes para tênis de mesa, empunhadura clássica chinesa	65,00	1.300,00
28	Un		Rede de tênis de mesa com suporte	72,00	720,00
29	Par		Conjunto oficial de baralhos para jogo de canastra, material oficial	8,90	89,00
30	Un		Baralho do tipo espanhol, material oficial	8,90	89,00
31	Un		Mesa de tênis de mesa, tampo com 25mm em MDF	1.800,00	3.600,00
32	Un		Mesa de tênis de mesa, tampo com 15mm em MDF	460,00	1.840,00

Fazem parte deste instrumento, independente de transcrição, todos os termos e especificações constantes do Edital referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

2.1 - Emissão da Autorização de Fornecimento, o contratado terá o prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos para a entrega do objeto na Prefeitura Municipal, com sede na Rua João Rech, nº 500, Centro, Iomerê/SC. O município poderá adquirir somente o necessário.

2.3. A vigência do contrato se inicia na sua assinatura e vigorará até 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do Contrato é de R\$ 12.234,00 (doze mil duzentos e trinta e quatro reais).

3.2 - O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento no e-mail contab@iomere.sc.gov.br e aceita da Nota Fiscal Eletrônica. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter os seguintes dizeres: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, RUA JOÃO RECH, nº 500, CENTRO, IOMERÊ, SC, CNPJ 01.612.744/0001-20.

CLÁUSULA QUARTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

4.1 - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3390.3014 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	56

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- promover, através de seu responsável da Secretaria Municipal da Educação, o acompanhamento e a fiscalização do objeto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

6.3 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto de acordo com as especificações e quantidades de cada item, conforme solicitação.
- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da entrega do objeto, bem como toda e qualquer despesa com a entrega do material na sede administrativa do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES

8.1 - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10.1 - A inexecução e a rescisão do Contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações, em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 0017/2015, Processo Licitatório nº 0017/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

13.1 - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato,

bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	ONÉVIO BETTONI - ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/037 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TOTAL SPORTS LTDA ME.

CT15/037

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TOTAL SPORTS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 13.248.252/0001-86, com endereço na rua XV de novembro, nº 558 Centro, na cidade de Videira-SC, neste ato representada pelo Sr. Anderson Piroli, denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto aquisição de materiais esportivos a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para atividades esportivas nas escolas e competições esportivas que serão desenvolvidas no ano de 2015, conforme segue:

ITEM	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Un		Bola de futsal oficial max 1000	194,00	3.880,00
05	Un		Bola de futebol de campo em pu	103,00	1.030,00
06	Un		Bola espiribol com 58 A 62cm, peso de 420ª 450gr	105,00	315,00
07	Par		Rede de futsal oficial, com fio de seda, bitola 04	180,00	180,00
10	Par		Rede de futebol de campo, com fio de seda, bitola 04	500,00	1.000,00
11	M²		Rede de proteção, com fio de seda, 4mm com tratamento UV	8,70	2.444,70
13	Un		Placar de mesa, para marcação de pontos, dobrável em PVC	82,00	492,00
15	Un		Bambole de 75cm de diâmetro, parede 2mm com emenda ½"	4,00	160,00
16	Un		Bola de tênis quadra oficial tubo com 3 bolas	19,00	380,00
17	Un		Coletes polyester sendo 40 tamanho M e 20 P	14,80	888,00
18	Un		Apito fox 40	17,00	34,00
19	Un		Kit badminton com 4 raquetes, rede com suporte e 3 petecas	133,00	665,00
20	Un		Meia profissional de futebol, com sola atoalhada	11,60	232,00
21	Un		Meia profissional de futebol, com sola atoalhada branca	11,40	228,00
22	Un		Colchonetes 100 x 60 x 3mm, na cor azul	22,00	660,00

Fazem parte deste instrumento, independente de transcrição, todos os termos e especificações constantes do Edital referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

2.1 - Emissão da Autorização de Fornecimento, o contratado terá o prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos para a entrega do objeto na Prefeitura Municipal, com sede na Rua João Rech, nº 500, Centro, Iomerê/SC. O município poderá adquirir somente o necessário.

2.3 - A vigência do contrato se inicia na sua assinatura e vigorará até 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do Contrato é de R\$ 12.588,70 (doze mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

3.2 - O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento no e-mail contab@iomere.sc.gov.br e aceita da Nota Fiscal Eletrônica. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter os seguintes dizeres: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, RUA JOÃO RECH, nº 500, CENTRO, IOMERÊ, SC, CNPJ 01.612.744/0001-20.

CLÁUSULA QUARTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

4.1 - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3390.3014 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	56

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- promover, através de seu responsável da Secretaria Municipal da Educação, o acompanhamento e a fiscalização do objeto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

6.3 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto de acordo com as especificações e quantidades de cada item, conforme solicitação.
- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da entrega do objeto, bem como toda e qualquer despesa com a entrega do material na sede administrativa do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores,

pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES

8.1 - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10.1 - A inexecução e a rescisão do Contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações, em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 0017/2015, Processo Licitatório nº 0017/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

13.1 - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

TOTAL SPORTS LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/038 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOG. PEDAG. LTDA.

CT15/038

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOG. PEDAG. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.449.998/0001-67, com endereço na av. Kroeff, nº 1050 Santa Gema, na cidade de Videira-SC, neste ato representada pelo Sr. Nelson Ferreira, denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto aquisição de materiais esportivos a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para atividades esportivas nas escolas e competições esportivas que serão desenvolvidas no ano de 2015, conforme segue:

ITEM	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	Un		Bola de futsal oficial max 200	127,50	1.275,00
03	Un		Bola de futsal oficial max 100	124,50	1.245,00
04	Un		Bola de voleibol 7.0 microfilamentos em poliamida	218,00	4.360,00
08	Par		Rede de handebol oficial, com fio de seda, bitola 04	364,00	364,00
09	Un		Rede de voleibol oficial, 4 faixas, com porta antenas	129,00	258,00
12	Un		Bomba para encher bola, com tecnologia double action	24,00	72,00
14	Un		Cone de borracha com 50cm de altura	33,00	660,00

Fazem parte deste instrumento, independente de transcrição, todos os termos e especificações constantes do Edital referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

2.1 - Emissão da Autorização de Fornecimento, o contratado terá o prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos para a entrega do objeto na Prefeitura Municipal, com sede na Rua João Rech, nº 500, Centro, Iomerê/SC. O município poderá adquirir somente o necessário.

2.3 - A vigência do contrato se inicia na sua assinatura e vigorará até 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do Contrato é de R\$ 8.234,00 (oito mil duzentos e trinta e quatro reais).

3.2 - O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento no e-mail contab@iomere.sc.gov.br e aceita da Nota Fiscal Eletrônica. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter os seguintes dizeres: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, RUA JOÃO RECH, nº 500, CENTRO, IOMERÊ, SC, CNPJ 01.612.744/0001-20.

CLÁUSULA QUARTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

4.1 - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3390.3014 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	56

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) promover, através de seu responsável da Secretaria Municipal da Educação, o acompanhamento e a fiscalização do objeto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

6.3 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto de acordo com as especificações e quantidades de cada item, conforme solicitação.
- b) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- c) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da entrega do objeto, bem como toda e qualquer despesa com a entrega do material na sede administrativa do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES

8.1 - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10.1 - A inexecução e a rescisão do Contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei

Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações, em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 0017/2015, Processo Licitatório nº 0017/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

13.1 - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato,

bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOG. LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/039 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA - ME.

CT15/039

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Timbó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.634.342/0001-29, endereço na rua Benjamin Constant, nº 1394 Bairro Imigrantes, neste ato representado

pelo Sr. Claudio Ventura, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objetivo a contratação de empresa de prestação de serviços em pesquisas de opinião pública, com o objetivo principal de avaliar itens de satisfação (quantitativas e qualitativas). As entrevistas deverão ser realizadas em todo o Município de Iomerê por amostra de pessoas entrevistadas, em um número não inferior a 166 (cento e sessenta e seis) pessoas entrevistadas conforme segue:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	03	Contratação de empresa de prestação de serviços em pesquisas de opinião pública, com o objetivo principal de identificar os índices de satisfação (quantitativas e qualitativas) da população em relação aos serviços realizados pela Administração, em todas as áreas de atuação.	4.333,30

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - As pesquisas deverão ser realizadas abrangendo as Áreas Urbanas e Rurais do Município de Iomerê, SC, pelo método de amostragem, num universo mínimo de 166 (cento e sessenta e seis) pessoas maiores de 16 anos.

2.2 - Os assuntos/temas das pesquisas serão definidos em conjunto entre a Licitante vencedora e a Administração Municipal.

2.3 - A empresa vencedora deverá apresentar os relatórios e cruzamentos necessários para a melhor interpretação dos resultados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 12.999,90 (doze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

3.2 - O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

3.3 - A forma de pagamento será após a entrega do objeto contratado, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	03 – Secretaria de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária	01 – Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	2018 – Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Reduzido	13

CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

5.1 - O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0013/2015 - na modalidade de Pregão Presencial nº 0013/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

7.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

- executar e/ou fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nas Cláusulas primeira e segunda e seus parágrafos;
- responsabilizar-se por todos os custos inerentes aos estágios, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do contrato;
- responsabilizar-se pela integral prestação contratual, inclusive quanto às obrigações decorrentes da inobservância a legislação em vigor;
- desenvolver e apresentar previamente os planos amostrais, que devem contemplar aspectos de representatividade e proporcionalidade das circunscrições estabelecidas, de grande, médio e pequeno porte e, no caso dos entrevistados, plano amostral com segmentações de sexo, faixa etária e escolaridade;
- arcar nos preços ofertados, com todos os encargos civis, sociais, fiscais, previdenciários e trabalhistas que venham a decorrer do fornecimento do objetivo;
- arcar com todos os custos necessários para a execução completa dos serviços, pessoal, transporte, passagens, hospedagens, alimentação, serviços gráficos, materiais etc;
- solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução e entrega do objeto licitado, mesmos que para isso outra solução não prevista neste instrumento convocatório tenha que ser apresentada, para aprovação e implantação, sem ônus adicionais para o contratante, desde que de responsabilidade da licitante vencedora;
- todos os profissionais que realizarem os serviços deverão ser contratados pela empresa vencedora, ficando de inteira responsabilidade desta, os ônus dos contratos de trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista, das convenções sindicais e por quaisquer demanda jurídicas trabalhistas por ventura decorrente do contrato a ser celebrado.

7.2 - Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- efetuar o pagamento ajustado;
- manter sempre por escrito com a Contratada, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- a contratante não aceitará, sob nenhum pretexto a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - Os serviços porventura não executados durante a vigência do presente contrato serão automaticamente cancelados e o saldo do empenho será estornado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Videira - SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA - ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/040 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

CT15/040

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albina Titon, nº 148, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.484.029/0001-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Un/30	Adesivos de identificação visual para caminhões e máquinas pesadas 30cm x 50cm em vinil adesivo com alta durabilidade, arte definida pelo Município.	2,80	84,00
02	Un/40	Placas de identificação de obras, pontes e avisos de alerta em chapa galvanizada 16, tamanho e arte definida pelo município, tendo como média o tamanho 60cm x 60cm	40,00	1.600,00
05	Un/20	Adesivo em vinil cast anti-bolha com alta durabilidade, arte definida pelo município, aplicado na forma de envelopamento em veículos oficiais do Município.	95,00	1.900,00
06	m²/100	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	17,50	1.750,00
07	m²/300	Lona 300g para Banners com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	16,00	4.800,00
08	m²/150	Adesivo vinil cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, arte determinadas pelo Município	55,00	8.250,00
TOTAL				18.384,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 18.384,00 (dezoito mil trezentos e oitenta e quatro reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 012/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0019/2015, Edital de Pregão Presencial nº 0019/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Será de responsabilidade da contratada:

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- d) a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- e) correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- f) o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- a) fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) emitir o pagamento previsto no contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/041 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME.

CT15/041

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Inácio Schelbauer, nº 119, Bairro Vila Nova, na cidade de Mafra-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.430.560/0001-89, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
03	Un/4000	Cartazes promocionais formato gráfico 2 (48x66cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	1,10	4.400,00
04	Un/20000	Panfletos formato gráfico 22 (13x22cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	0,09	1.800,00
TOTAL				6.200,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 013/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0019/2015, Edital de Pregão Presencial nº 0019/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo,

também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/042 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINAL DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FORMATTO NET LTDA - ME.

CT15/042

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FORMATTO NET LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua rua Pedro Andreazza, nº 55, Bairro Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.373.376/0001-41, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de link de Internet, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
02	08	Serviços para atendimento das necessidades da Secretaria de Educação, CEMI Polo I(centro) e creche: - Fornecimento de 01 link em fibra óptica, para acesso a internet, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de entrada e 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	240,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0015/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor mensal de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), totalizando em R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 04.05.2015, com término previsto para 31.12.2015, podendo ser renovado.

3.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01 - Recursos Próprios
Reduzido	033

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

6.3 - A entrega total do objeto deste certame não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

6.1 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

6.2 - Prestar os serviços através de profissionais qualificados e material de qualidade, que garanta a continuidade e segurança dos serviços desempenhados pela administração municipal e demais órgãos.

DA CONTRATANTE:

6.3 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital.

6.4 - Fiscalizar, através do setor competente, os trabalhos da Contratada.

6.5 - Permitir o acesso, nas dependências da sede administrativa e demais órgãos, dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados como a serviço da empresa licitante vencedora.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções

legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ FORMATTO NET LTDA - ME
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/043 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINAL DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP.

CT15/043

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Germano Decker, nº 78, Bairro Universitário, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.613/0001-70, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de link de Internet, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	08	Serviços para atendimento das necessidades da sede administrativa(Prefeitura): - Fornecimento de 01 link em fibra óptica, para acesso a internet, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 5 MBPS (cinco megabits por segundo) de tráfego de entrada e 5 MBPS (cinco megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	400,00
03	08	Serviços para atendimento das necessidades da Secretaria de Educação – CEMI Polo II - Bom Sucesso: - Fornecimento de 01 link em rádio 5,8, para acesso a internet, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 1 MBPS (um megabits por segundo) de tráfego de entrada e 1 MBPS (um megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	210,00
04	08	Serviços para atendimento das necessidades da Câmara de Vereadores: - Fornecimento de 01 link em fibra óptica, para acesso a internet, com taxa de transmissão do tipo full, taxa de transmissão fornecida deverá suportar 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de entrada e 3 MBPS (três megabits por segundo) de tráfego de saída simultaneamente.	235,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0015/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor mensal de R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 04.05.2015, com término previsto para 31.12.2015, podendo ser renovado.

3.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Complem. Elemento	33.90.39.99 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 - Recursos Próprios
Reduzido	012

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

6.3 - A entrega total do objeto deste certame não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

6.1 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

6.2 - Prestar os serviços através de profissionais qualificados e material de qualidade, que garanta a continuidade e segurança dos serviços desempenhados pela administração municipal e demais órgãos.

DA CONTRATANTE:

6.3 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital.

6.4 - Fiscalizar, através do setor competente, os trabalhos da Contratada.

6.5 - Permitir o acesso, nas dependências da sede administrativa e demais órgãos, dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados como a serviço da empresa licitante vencedora.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 10 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP
CONTRATADO
Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/044 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SINAL-TEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME.

CT15/044

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SINAL-TEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Leoberto Leal, nº 176 Bairro São Vicente, na cidade de Herval d' Oeste-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.898.145/0001-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de pintura de meio-fio, lombadas e faixas de pedestre, no perímetro urbano do Município de Iomerê, com fornecimento de material (tintas e outros) e mão-de-obra, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor R\$
01	m³	Serviços de pintura de meio-fio e lombadas, com material e mão-de-obra, no perímetro urbano do município, em metragem e cores especificadas na proposta.	53.400,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0021/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0021/2015, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 14.04.2015, com término previsto para 31.12.2015.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da

seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3919 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	067

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

8.2 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

8.4 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço;

8.5 - Disponibilizar todos os equipamentos de segurança (EPI), para todos os funcionários utilizarem durante a execução dos serviços;

8.6 - É de inteira responsabilidade da licitante vencedora as despesas e encargos trabalhistas relativos à mão-de-obra para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de

qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 14 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/045 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FM PNEUS LTDA.

CT15/045

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC/453, Km 52,9, Bairro Industrial, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto o fornecimento de serviços de recapagem de pneus, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
04	30	Recapagem de pneu 1400-24	1.250,00	37.500,00
13	04	Recapagem de pneu 1400-24 XGLA-2	1.400,00	5.600,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0022/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0022/2015, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 16.04.2015, com término previsto para 31.12.2015.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 43.100,00 (quarenta e três mil e cem reais), sendo em parcelas conforme a necessidade dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3919 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

8.2 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

8.4 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, dos operadores exequentes do serviço;

8.5 - Todas as despesas com a captação e entrega na garagem da Prefeitura dos pneus, correrão por conta da empresa;

8.6 - A recapagem deverá ser do tipo "borrachudo" com sulco de no mínimo 25mm.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

FM PNEUS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/046 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP.

CT15/046

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA Duque de Caxias nº 314, Bairro Centro, na cidade de Rio dos Cedros-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.989.096/0001-27, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto o fornecimento de serviços de recapagem de pneus, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	04	Recapagem de pneu 18.4-30	1.530,00	6.120,00
02	04	Recapagem de pneu 12.4-24	790,00	3.160,00
05	06	Recapagem de pneu 19.5-24	1.750,00	10.500,00
07	06	Recapagem de pneu 12.5/80-18	698,00	4.188,00
10	02	Recapagem de pneu 23.1-26	2.659,00	5.318,00
12	02	Recapagem de pneu 16.9-24	1.915,00	3.830,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0022/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0022/2015, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 16.04.2015, com término previsto para 31.12.2015.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 33.116,00 (trinta e três mil cento e dezesseis reais), sendo em parcelas conforme a necessidade dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3919 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

8.2 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

8.4 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, dos operadores exequentes do serviço;

8.5 - Todas as despesas com a captação e entrega na garagem da Prefeitura dos pneus, correrão por conta da empresa;

8.6 - A recapagem deverá ser do tipo "borrachudo" com sulco de no mínimo 25mm.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento

da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/047 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RECAUCHUTADORA RODA LTDA.

CT15/047

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RECAUCHUTADORA RODA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC/135, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.512.624/0001-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto o fornecimento de

serviços de recapagem de pneus, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	50	Recapagem de pneu 1000-R20	495,00	24.750,00
06	06	Recapagem de pneu 12.16-5	634,00	3.804,00
08	12	Recapagem de pneu 275/80 R22.2	483,00	5.796,00
09	12	Recapagem de pneu 275/80 R22.2 Borrachudo	519,00	6.228,00
11	08	Recapagem de pneu 10.16-5	450,00	3.600,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0022/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0022/2015, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 16.04.2015, com término previsto para 31.12.2015.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 44.178,00 (quarenta e quatro mil cento e setenta e oito reais), sendo em parcelas conforme a necessidade dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3919 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

8.2 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

8.4 - São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, dos operadores exequentes do serviço;

8.5 - Todas as despesas com a captação e entrega na garagem da Prefeitura dos pneus, correrão por conta da empresa;

8.6 - A recapagem deverá ser do tipo "borrachudo" com sulco de no mínimo 25mm.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

RECAUCHUTADORA RODA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

ERRATA AO EDITAL DE ESCOLHA CONSELHEIROS TUTELARES 01/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES.
EDITAL Nº 0001/2015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital nº 0001/2015.

1. No item 01 "DO CARGO E DAS VAGAS";

No item 3. Lê-se Não será aceito a inscrição de conselheiro tutelar que já cumpriu dois mandatos consecutivos, conforme determina o artigo 132 da Lei nº 8.069/1990.

Iomerê, 24 de abril de 2015.
SIBELE M. FIORENTIN
Presidente do CMDCA

LEI 801/2015

LEI N. 801, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o município de Iomerê a firmar contrato de comodato com a Sociedade Atlético Recreativa e Esportiva de Iomerê - SAREI - dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1. Fica o Município de Iomerê autorizado a firmar contrato de comodato com a Sociedade Atlético Recreativa e Esportiva de Iomerê - SAREI - sociedade civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75 440 305/0001-13, com endereço na Rua Luiz Nora, s/n, centro, Iomerê, SC., tendo por objeto o campo de futebol de propriedade da referida Associação, nos termos da Minuta de Contrato de Comodato em anexo único, parte integrante desta Lei.

Art.2. O comodato firmado entre as partes tem por objeto a utilização por parte do comodatário do campo de futebol, situado junto à sede da sociedade, destinado a utilizá-lo em eventos educacionais, culturais, desportivos e de lazer, objetivando a promoção, difusão e o desenvolvimento da educação e do desporto no Município de Iomerê, e nas demais atividades a serem definidas a critério das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em razão do comodato, a sociedade fica isenta do pagamento do IPTU enquanto vigente o contrato.

Art.3. As obrigações e responsabilidades atribuídas a comodante e

ao comodatário constam no contrato a ser firmado entre ambos.

Art. 4. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art.5. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de abril de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N. 830/2015

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO

Contrato de Comodato que entre si celebram o Município de Iomerê e Sociedade Atlético Recreativa e Desportiva de Iomerê - SAREI

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a Sociedade Atlético Recreativa e Desportiva Iomerê - SAREI, sociedade civil de direito privado, inscrita no CNPJ 75 440 305/0001-13, com endereço na Rua Luiz Nora, sn/, Iomerê, SC, adiante denominada COMODANTE, neste ato representado pelo seu atual presidente Sr , e o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, daqui por diante denominado COMODATÁRIO, constituem o presente contrato de COMODATO, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A COMODANTE é proprietária e possuidora de um campo de futebol, localizado na Rua Luiz Nora, s/n, junto à sede da sociedade, o qual será cedido em comodato para o comodatário utilizá-lo em eventos educacionais, culturais, desportivos e de lazer, objetivando a promoção, difusão e o desenvolvimento da educação e do desporto no município.

Parágrafo Único. O Comodatário poderá utilizar, além do campo de futebol, somente os banheiros/vestiários localizados no mesmo local.

CLAUSULA SEGUNDA - O prazo de duração do presente contrato é de 01 (um) ano, a contar da data de publicação, podendo, ao seu término, ser renovado, caso haja conveniência e interesse das partes, ficando neste período, o COMODANTE isento do pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel onde localiza-se o campo de futebol, sendo cedido ao COMODATÁRIO para:

a) Fins educacionais, desportivos e de lazer, em projetos, ações ou programas que objetivem a promoção, difusão e o desenvolvimento da educação e do desporto.

b) Promover a efetiva participação da comunidade em suas dependências externas e internas, no desenvolvimento de atividades que incentive a cultura a educação e ao desporto amador.

CLÁUSULA TERCEIRA - O COMODATÁRIO não poderá dar ao imóvel destinações diversas das constantes na cláusula anterior, ficando assegurado ao mesmo a utilização do imóvel todos os dias da semana, assegurado o direito ao COMODANTE, na utilização do imóvel, em horários que não sejam ocupados pelo Comodatário.

CLAUSULA QUARTA - O COMODATÁRIO realizará todas as reformas

que forem úteis e necessárias no imóvel, desde que previamente autorizadas pela COMODANTE,

sem alterar a estrutura física, não lhe cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias nele realizadas, que ficarão incorporadas ao campo, para todos os efeitos, ficando ainda, responsável pela sua conservação, obrigando-se a devolvê-lo, findo o prazo contratual, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

CLAUSULA QUINTA - Caberá à COMODANTE a responsabilidade pelos pagamentos de taxas, faturas de água, energia elétrica, telefones, despesas de funcionamento, etc, relacionados à edificações existentes no local; ao COMODATÁRIO incumbirá tão somente as despesas de manutenção e conservação incidentes sobre o campo de futebol, a contar da publicação da Lei que autorizou a celebração do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - O COMODATÁRIO responsabiliza-se por todos e quaisquer danos, avarias, prejuízos que possam ocorrer pela utilização do campo de futebol, no todo ou em parte decorrentes de ações ou omissões de seus agentes, empregados ou terceiros, obrigando-se, nesses casos, a ressarcir o COMODANTE dos prejuízos causados ou recompor ao estado físico em que se encontrava.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá ao Comodante vistoriar, a qualquer tempo, o objeto deste comodato e, no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, adotar as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - Findo o comodato, qualquer que seja o motivo o COMODATARIO devolverá o campo de futebol cedido em perfeito estado de conservação e condições de uso.

CLÁUSULA NONA - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Videira, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas de presente termo, que não puderem ser resolvidas em comum acordo.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê,
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
SOCIEDADE ATLÉTICA RECREATIVA E ESPORTICA DE IOMERÊ

TESTEMUNHAS:

LEI 802/2015

LEI Nº 802, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral e aumento real na remuneração dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido a todos os servidores públicos municipal, conforme dispõe o artigo 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral de 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento) sobre sua remuneração, referente ao período de março de 2014 a fevereiro de 2015, de acordo com o Índice Geral de Preço Médio - IGPM,

fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, mais um aumento real de 3,16% (três vírgula dezesseis por cento), a partir de 1 de abril de 2015.

Parágrafo Único: Fica reajustado o Salário Mínimo Municipal - SMM, com iguais percentuais, passando de R\$ 724,60 (setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos) para R\$ 775,32 (setecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 2º. A revisão salarial e o aumento real de que trata a presente Lei se aplica a todos os servidores do Poder Executivo, incluindo-se os detentores de cargos em comissão; os servidores contratados em caráter temporário; os servidores efetivos e demais modalidades de vinculação jurídica previstas em lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de abril de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI 803/2015

LEI Nº. 803 DE 24 DE ABRIL 2015.

Faz revisão anual dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Iomerê fica reajustado em 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento) nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal, passando de R\$ 10.563,00 (dez mil quinhentos e sessenta e três reais) para R\$ 10.968,62 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Iomerê fica reajustado em 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento), nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal, passando de R\$ 2.746,38 (dois mil setecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), para R\$ 2.851,84 (dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 3º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Iomerê ficam reajustados em 3,84% (três vírgula oitenta e quatro por cento), nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal, passando de R\$ 4.753,36 (quatro mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), para R\$ 4.935,89 (quatro mil novecentos

e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos) a partir de 1 de abril de 2015.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de abril de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO Nº 007/15

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP - CT14/084.

TA15/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 73.461.196/0001-95 com sede Rua XV de novembro, nº 274 na cidade de Videira SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/084, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1. Após o início das obras de construção do prédio da escola municipal, necessário se mostrou a mudança na forma da execução das obras de fundações, que passarão de sapatas, para o tipo estacas, o que foi objeto de autorização por parte do FNDE, a teor da documentação que faz parte integrante do presente aditivo.

Art. 2. Considerando a mudança estrutural nas fundações, o valor do presente contrato sofrerá modificações.

Art. 3. Fica aditivado ao contrato acima epigrafado o valor de R\$ 90.434,19 (noventa mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

Art. 4. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 14 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 008/15

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE MUSICALIZAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E SÉRGIO CARLESSO - CT13/46, TA13/45, TA14/001 E TA14/007.

TA15/008

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. SÉRGIO CARLESSO, pessoa física, situada na cidade de Tangará/SC, inscrito no CPF sob o nº 049.806.078-02, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/46 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º. O valor a ser pago mensalmente, retroativo a 01 de abril de 2015, passa a ser de R\$ 1.953,00 (um mil novecentos e cinquenta e três reais).

Art. 2º. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/46 e aditivos TA13/46, e TA14/001 e TA14/007.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 14 de abril de 2015.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADA
SERGIO CARLESSO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 009/15

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE FONO AUDIÓLOGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E ADRIANE ADAM DOS SANTOS - CT14/031 e TA14/019.

TA15/009

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado ADRIANE ADAM DOS SANTOS, pessoa física, situada na Rua Antonio Marafon, nº 20 na cidade de Videira, inscrito no CPF sob o nº 579.210.329-15, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT14/031 o que fazem nos seguintes termos:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO ASSESSORIA SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR Processo Administrativo: 2/2015 Processo de Licitação: 2/2015 Data do Processo: 16/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2015
- b) Licitação Nr.: 2/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 01/04/2015
- e) Data da Adjudicação: 01/04/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DA SAÚDE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**GESTAO SAUDE LTDA - ME (4458)**

1	CONSULTORIA NA ÁREA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL	SRV	9,00	0,0000	5.350,00	48.150,00
Total do Fornecedor:						48.150,00
Total Geral:						48.150,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.038.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 72.600,00

Iomerê, 1 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO IMPRESSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 19/2015 Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 18/03/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2015
- b) Licitação Nr.: 19/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 09/04/2015
- e) Data da Adjudicação: 09/04/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO / CONFECÇÃO DE IMPRESSOS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA- ME (984)

1 ADESIVOS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS 30CM X 50CM	UN	30,00	0,0000	2,80	84,00
2 PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS, PONTES E AVISOS DE ALERTA	UN	40,00	0,0000	40,00	1.600,00
5 ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS	UN	30,00	0,0000	95,00	2.850,00
6 LONA PARA FAIXAS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	200,00	0,0000	17,50	3.500,00
7 LONA PARA BANNERS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	400,00	0,0000	16,00	6.400,00
8 VINIL DE ADESIVOS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	200,00	0,0000	55,00	11.000,00

Total do Fornecedor: 25.434,00

Iomerê, 9 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE****CNPJ:** 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 19/2015 - PR****Processo Administrativo:** 19/2015
Processo de Licitação: 19/2015
Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME (4697)**

3	CARTAZES PROMOIONAIS FORMATO GRÁFICO 2 (48x66CM), EM PAPEL COUCHÊ 250G, IMPRESSÃO 4X0 CORES	UN	4.000,00	0,0000	1,10	4.400,00
4	PANFLETOS FORMATO GRÁFICO 22 (13x22CM), IMPRESSÃO 4X0 CORES	UN	20.000,00	0,0000	0,09	1.800,00
Total do Fornecedor:						6.200,00
Total Geral:						31.634,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 9 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO RECAPAGEM PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 22/2015 Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 26/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2015
- b) Licitação Nr.: 22/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 14/04/2015
- e) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS EM RECAPAGEM DE PNEUS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 000983 - FM PNEUS LTDA	2	0,0000	43.100,00
- 004701 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	6	0,0000	33.116,00
- 003357 - RECAUCHUTADORA RODA LTDA	5	0,0000	44.178,00
	13		120.394,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 14 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO SEGUROS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2015 - PR Processo Administrativo: 20/2015 Processo de Licitação: 20/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2015
b) Licitação Nr.: 20/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 17/04/2015
e) Data da Adjudicação: 17/04/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS E IMÓVEIS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

GENTE SEGURADORA S.A (4703)

1 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MBY3717 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
2 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MLH6548 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
3 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MLQ2271 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
4 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MLQ2241 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
5 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MLP6471 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
6 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS MCK9194 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
7 SEGURO CONTRA TERCEIRO CAMINHÃO PLACAS QHD9205 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	247,00	247,00
8 SEGURO CONTRA TERCEIRO ÔNIBUS PLACAS MDA4255 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	455,00	455,00

Iomerê, 17 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 20/2015 Processo de Licitação: 20/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GENTE SEGURADORA S.A (4703)

10	SEGURO CONTRA TERCEIRO MICRO PLACAS QHE4645 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	340,00	340,00
11	SEGURO CONTRA TERCEIRO ÔNIBUS PLACAS QHD6304 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	451,00	451,00
12	SEGURO TOTAL PEUGEOT 408 PLACAS QHI3491 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.559,00	1.559,00
13	SEGURO TOTAL POLO SEDAN PLACAS MHW9782 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	539,00	539,00
14	SEGURO TOTAL GOL PLACAS MLV2684 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	571,00	571,00
15	SEGURO CONTRA TERCEIRO SAVEIRO PLACAS MIJ4818 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	141,00	141,00
16	SEGURO CONTRA TERCEIRO SAVEIRO PLACAS MHC0788 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	141,00	141,00
19	SEGURO TOTAL POLO PLACAS MMH5954 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	657,00	657,00
20	SEGURO TOTAL GOL PLACAS MMH5874 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	579,00	579,00
21	SEGURO TOTAL FIAT/DOBLO PLACAS MKH2616 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	665,00	665,00
22	SEGURO TOTAL FIAT/DOBLO PLACAS MIQ6084 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	579,00	579,00
23	SEGURO TOTAL GOL PLACAS MLD3024 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	534,00	534,00
24	SEGURO TOTAL GOL PLACAS MHC6968 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	483,00	483,00
25	SEGURO TOTAL GOL PLACAS MLD3044 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	571,00	571,00
26	SEGURO TOTAL GM CLASSIC PLACAS MLV0616 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	419,00	419,00

Total do Fornecedor: 10.413,00

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA SA (4705)

9	SEGURO CONTRA TERCEIRO VAN PLACAS MGX3200 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	162,00	162,00
---	--	-----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 162,00

Iomerê, 17 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	20/2015
	Processo de Licitação:	20/2015
	Data do Processo:	19/03/2015
Folha: 3/4		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (4704)**

17	SEGURO TOTAL AMBULÂNCIA SAMU PLACAS MID9746 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	3.018,00	3.018,00
18	SEGURO TOTAL FIAT/DUCATO PLACAS MHK5397 - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.860,00	1.860,00
28	SEGURO DO PRÉDIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	972,00	972,00
29	SEGURO DO GINÁSIO DE ESPORTES IOMERÊ - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.599,00	1.599,00
30	SEGURO DO GINÁSIO DE ESPORTES BOM SUCESSO - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.249,00	1.249,00
31	SEGURO DO GINÁSIO DE ESPORTES LINHA PAULINA - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.249,00	1.249,00
32	SEGURO DA ESCOLA INFANTIL - CRECHE - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.549,00	1.549,00
33	SEGURO DA UNIDADE SANITÁRIA DE IOMERÊ - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	970,00	970,00
34	SEGURO DA UNIDADE SANITÁRIA DE BOM SUCESSO - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	610,00	610,00
35	SEGURO DA UNIDADE SANITÁRIA DE LINHA PAULINA - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	580,00	580,00
Total do Fornecedor:						13.656,00

YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A (4702)

27	SEGURO DO PRÉDIO DA PREFEITURA - CONFORME EDITAL.	VIG	1,00	0,0000	1.300,00	1.300,00
Total do Fornecedor:						1.300,00
Total Geral:						25.531,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 17 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 20/2015 - PR

Processo Administrativo: 20/2015
Processo de Licitação: 20/2015
Data do Processo: 19/03/2015

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 17 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO SERV. LIMPEZA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 18/2015 Processo de Licitação: 18/2015 Data do Processo: 16/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2015
- b) Licitação Nr.: 18/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 01/04/2015
- e) Data da Adjudicação: 01/04/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE LIMPEZA, CORTE GRAMA, NO PERÍMETRO URBANO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
(em Reais R\$)					

LOTE: 1**ANILDO RODRIGUES DA SILVA - ME (4694)**

1	SERVIÇOS DE JARDINAGEM, CORTE DE GRAMA, ROÇADAS, MES PODAS E CAPINA.	MES	9,00	0,0000	2.999,00	26.991,00
Total do Fornecedor:						26.991,00
Total Geral:						26.991,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (67) Saldo: 215.784,82

Iomerê, 1 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO SERV. PINTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2015 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 21/2015 Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 26/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2015
- b) Licitação Nr.: 21/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 14/04/2015
- e) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE PINTURA DE MEIO-FIO, LOMBADAS E FAIXA DE PEDESTRES.

				(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1	- 000878 - SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA	1	0,0000	53.400,00
Total por Fornecedor:		1		53.400,00
Total:		1		53.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 14 de Abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ipumirim**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 18/05/2015 para os interessados com certificado cadastral vigente e às 17:00 horas do dia 15/05/2015 ou dia útil imediatamente anterior para os interessados que não possuírem cadastro ou estiverem com o cadastro de fornecedor vencido. A abertura dos envelopes contendo a documentação é prevista para às 09:00:00 do dia 18/05/2015. Objeto da licitação: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 24/04/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**PREFEITURA****DECRETO N.º 2.805/2015**

DECRETO Nº 2.805, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal Irineópolis (SC), no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 214, da Constituição Federal, Lei nº 9.394, de 20 de janeiro de 1996, que aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação do Município de Irineópolis (SC), para o próximo decênio, composta pelos seguintes membros:

1. Representantes da Educação Infantil
Dircéia Aparecida Senff Nicoluzzi
Maristela Braz de Oliveira Andrzejewski
Maria Jace Henning Zielinski
Cidilaine Zielinski
Sonia Maria Konopka
Rozeni de Fátima Tonet
Rosane de Cássia dos Santos Corrêa Prust.
2. Representantes do Ensino Fundamental I
Ermínio Pavarin
Roseli de Fátima Fragoso
Marilda Senn Michahouski
Mirian Rutenski Kozoski
Alessandro Ramos dos Santos
Tamara Tatiane Staciacki Guidini Ferreira
Jocelane Marciniak Bobrovicz
Márcia Edila Prust.
3. Representantes do Ensino Fundamental II
Quelson Marcelo Brito
Wiviane Henning
Maria Ivonete Rodrigues
Maria Pavarin.
4. Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Giliandra de Cássia Brand.
5. Representantes da Escola Especial Amor Perfeito - APAE
Cristiana Lech
Lirian Margareth Batschauer Oliveira.
6. Representante do FUNDEB
Regiane Konkell.
7. Representante do Conselho Municipal de Educação
Wilza Carla Henning.
8. Representante da Escola de Educação de Jovens e Adultos
Sonia Mara de Moraes Sagaz.
9. Representante do Conselho Tutelar
Arno Dilamar Nigrin.

10. Representante da Câmara de Vereadores
Cleusa Clarice de Lima.

11. Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Bernadete Konkol Fritzen.

12. Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário
Jéssica de Jesus Vieira.

13. Representante da Secretaria Municipal da Saúde
Daniela Aparecida Fritzen.

14. Representantes da Escola de Educação Básica Horácio Nunes
Edilson Prust
Lourdes Cristina Paratchuk.

15. Representantes da Administração Pública Municipal
Bernadete Schuster Longo
Maria Emília Schiessl Alberti.

16. Diretores da Rede Pública Municipal e Estadual
Soeli Konopka Binder
Maria Joana Bueno Popia
Valci Ilda Knoll Rosinski
Sezinanda Aparecida dos Santos
Rogério Natalício Senff
Andréia Aparecida Kaschuk Janiszewski
Rosangela Rosinski.

Art. 2º - A Comissão Organizadora ficará responsável por liderar e organizar um amplo e qualificado debate para validar a Proposta do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis /(SC), 22 de Abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

EDITAL 002/2015/SMDC

PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

EDITAL Nº 002/2015 SMDC

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Juliano Pozzi Pereira, torna público que se encontram abertas de 04/05/2015 a 29/05/2015 o processo de Inscrição e seleção para adesão ao PROGRAMA "NENHUMA CASA SEM LUZ" do município de Irineópolis, de acordo com o Decreto n. 2.580 de 14 de abril de 2014, que regulamenta a Lei Municipal n. 1.781/2014, de 18 de março de 2014, no que se refere aos procedimentos para operacionalização do Programa "Nenhuma Casa sem Luz, e dá outras providências.

1. DO OBJETO:

1.1. O Programa "Nenhuma Casa Sem Luz", compreende a operacionalização através da participação conjunta do poder público municipal e do proprietário ou usuário do domicílio na via pública beneficiada, competindo ao município à contratação da obra e formalização de convênio com a empresa permissionária de energia elétrica para executar a rede, dentro das técnicas de engenharia, concorrendo para tanto com recursos humanos materiais e financeiros. Os custos assumidos pelo município no momento da

execução da obra serão pagos pelos proprietários ou usuários ao município no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, utilizando-se no máximo 15% (quinze por cento) de sua renda familiar.

2. REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

2.1 Serão beneficiários os proprietários ou usuários, com recursos no montante de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, conforme disposto no § 2º do Art. 8º da Lei nº 1.781/2014, e cujos domicílios estejam localizados no quadro urbano do município de Irineópolis, no quadro urbano do Distrito de Poço Preto e nos seguintes pontos na Localidade de São Pascoal, município de Irineópolis:

2.1.1 Entroncamento próximo ao NE Presidente Adolfo Konder, que liga a Comunidade de São Pascoal às comunidades de Rio Preto, Colônia Litikoski;

2.1.2 Entroncamento que leva ao NE Presidente Adolfo Konder, próximo à residência de Carlos Gonchork;

2.1.3 Área de Irmãos Hobi, as margens da BR - 280, em São Pascoal;

2.1.4 Fundos do imóvel conhecido como Loteamento de Aroldo Iarroscheski;

2.1.5 Estrada que liga a Localidade de São Pascoal à Localidade de Aparecida dos Pardos, próximo à residência de Anastácio Pascoski;

2.1.6 BR - 280, em frente a propriedade rural de Nicolau Pechelabela;

2.1.7 Fundos do imóvel conhecido como Loteamento dos Screpecz e em frente à residência de Vitor Novacoski.

2.2 O proprietário ou usuário legal do imóvel deverá comprovar estar residindo no imóvel anteriormente a 30 de junho de 2013, através de comprovante de residência. (conta de água, telefone, fatura, envelope de endereço ou declaração de residência impressa ou do próprio punho, assinada pelo próprio interessado).

2.3 Apresentação de documento que comprove ser proprietário, podendo ser com recibo de próprio punho do possuidor ou usuário legal do imóvel.

2.4 Possuir renda familiar máxima de até 03 (três) salários mínimos nacional, mediante laudo específico do Departamento de Assistência e Triagem do município de Irineópolis.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. Aqueles que se enquadram nos requisitos poderão realizar sua inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, situada na Rua Bahia, nº 122, Centro, Irineópolis - SC, de 04 (quatro) de maio de 2015 a 29 (vinte e nove) de maio de 2015, no horário de 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min.

3.2. Para participação do Programa "Nenhuma Casa sem Luz" o candidato deverá ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal, além de encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

3.3. Possuir Idade mínima de 18 anos completos, no ato da inscrição.

3.4. Deverá preencher a Ficha de Inscrição, contendo dados pessoais do candidato, preenchida no local das inscrições e assinada pelo candidato.

3.5. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

3.5.1. Fotocópia do RG;

3.5.2. Fotocópia do CPF;

3.5.3. Fotocópia do Título de Eleitor;

3.5.4 Comprovante de residência no imóvel anteriormente a data de 30 de junho de 2013;

3.5.5 Documento comprobatório do candidato de ser o proprietário ou usuário do imóvel;

3.5.6 Comprovantes de renda familiar;

3.6. Os interessados em realizar a inscrição para o Programa "Nenhuma Casa sem Luz" deverão comparecer pessoalmente para realizar a inscrição, momento em que receberão um protocolo de inscrição e de entrega de documentação exigida.

3.7 As inscrições serão gratuitas.

4. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO:

4.1 Após a realização da inscrição e apresentação da documentação exigida, o candidato receberá visita domiciliar de um profissional do Departamento de Assistência e Triagem do município de Irineópolis, o qual fará o laudo específico comprovando a renda exigida, que será anexado aos documentos do candidato.

4.2 O candidato que apresentar a documentação exigida e que se enquadrar nos requisitos para adesão ao Programa "Nenhuma Casa sem Luz" será selecionado para ser beneficiado pelo referido Programa.

4.3 A classificação dos candidatos selecionados será publicada em forma de Edital, no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico www.irineopolis.sc.gov.br divulgado em rádio local, até as 17h00m do dia 15 de junho de 2015.

5. ETAPA DA IMPLANTAÇÃO DAS REDES:

5.1 Após o período de inscrição e seleção dos inscritos a adesão do Programa "Nenhuma Casa sem Luz", a Prefeitura Municipal de Irineópolis verificará a possibilidade e as datas para início da implantação das redes;

5.2 Os inscritos inseridos no Programa "Nenhuma Casa sem Luz" serão avisados através dos meios de comunicação do município de Irineópolis do período que se iniciará a implantação da rede, depois de verificados os procedimentos e documentações administrativas.

5.3 As etapas para a implantação das redes pode ocorrer separadamente por localidades em períodos distintos;

5.4 A primeira localidade a ser contemplada será atendida nos pontos específicos mencionados no item 2.1 deste Edital, na Localidade de São Pascoal;

5.5 A área urbana do município de Irineópolis e a área urbana da Localidade de Poço Preto serão previamente avisadas pelos meios de comunicação do município de Irineópolis as datas previstas para o início da etapa de implantação das redes;

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:

6.1 Após a etapa da implantação e instalação da rede, em decorrência do benefício recebido, o proprietário ou usuário, se compromete a reembolsar o município de Irineópolis, a contar do mês subsequente, com valor total aplicado na execução dos serviços ou obter parcelamento dos valores, se assim o desejar de até no máximo 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

6.2 Os custos assumidos pelo Município de Irineópolis no momento da execução da obra serão pagos pelos proprietários ou usuários ao município, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, utilizando-se no máximo 15% (quinze por cento) de sua renda familiar.

6.3 O proprietário ou usuário, que se enquadrar nos requisitos do Programa "Nenhuma Casa sem Luz" firmará Termo de Confissão de Dívida junto ao Município de Irineópolis, em modelo próprio, conforme ANEXO II deste Edital.

6.4 Em caso de descumprimento da forma de reembolso ao município de Irineópolis pelo beneficiário serão aplicadas as medidas descritas no ANEXO II no Termo de Confissão dos Débitos Municipais.

6.5 A implantação das redes e consequente atendimento aos candidatos selecionados serão realizados obedecendo à ordem de inscrição dos proprietários ou usuários no referido programa.

Irineópolis- SC, 24 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO: PROGRAMA "NENHUMA CASA SEM LUZ"

Nº da Inscrição	
Nome:	
Nº RG:	Nº CPF:
Endereço:	
Ponto de referência:	
Cidade:	Estado:
Nº Telefone:	Nº Celular:
Documentos necessários para inscrição: <input type="checkbox"/> Fotocópia do RG; <input type="checkbox"/> Fotocópia do CPF; <input type="checkbox"/> Fotocópia do Título de Eleitor; <input type="checkbox"/> Comprovante de residir no imóvel anteriormente a data de 30 de junho de 2013. <input type="checkbox"/> Documento comprobatório do candidato de ser o proprietário ou usuário do imóvel. <input type="checkbox"/> Comprovante de renda familiar;	

Irineópolis- SC, ____/____/____

Assinatura beneficiário (a)

Comprovante de Inscrição protocolo de entrega de documentos
PROGRAMA "NENHUMA CASA SEM LUZ"

Nº de Inscrição:	
Responsável Pela Inscrição:	
Data ____/____/____	Ass Responsável:
Documentos necessários para a inscrição:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

ANEXO II

TERMO DE CONFISSÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS
PROGRAMA "NENHUMA CASA SEM LUZ"
MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

MUNICÍPES/DEVEDORES: (qualificação completa, profissão, documentos pessoais e endereço completo - dos proprietários ou usuários do imóvel)

CREDOR: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, descrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa á Rua Paraná, nº 200, município de Irineópolis - SC. Neste ato representado por seu Prefeito Municipal.

1 - Os munícipes acima identificados, desejando usufruir dos benefícios previstos na Lei nº 1.781/2014 de 11/04/2014, reconhecem e se confessam devedores, em caráter irrevogável e irretratável, da Fazenda do Município de Irineópolis, da importância de R\$, conforme o demonstrativo de dívida em anexo (vide planilha devidamente rubricada e assinada).

2 - A importância ora confessada decorre dos valores provenientes da implantação de rede de fornecimento de energia elétrica prestado pelo Município de Irineópolis em favor, para fins de viabilização da instalação de luz em sua residência, enquanto beneficiário do Programa Municipal "Nenhuma Casa sem Luz", instituído através da Lei nº 1.781/2014 de 18/03/2014, regulamentada através do Decreto nº 2.580/2014 de 11/04/2014.

3 - Em decorrência do benefício recebido o proprietário/usuário, se compromete a:

- Reembolsar o Município de Irineópolis, no valor total constante da cláusula I;
- Obter parcelamento dos valores, se assim o desejar em até no máximo 24 (vinte e quatro) meses;

4 - Em caso de descumprimento de qualquer das alíneas prevista na cláusula anterior pelo beneficiário, a importância confessada na cláusula I considerar-se-á vencida, nos termos de notificação a ser enviada, devendo os devedores recolhe-la aos cofres municipais nos moldes do que autoriza a legislação municipal correlata, sob pena de inscrição em dívida ativa, cobrança administrativa com instrução de protesto extrajudicial por falta de pagamento, encaminhamento de dívida para inscrição junto aos órgãos de proteção ao crédito e/ou execução fiscal dos valores.

5 - No caso de vencimento da importância confessada, nos termos da cláusula 4, os valores serão inscritos na dívida ativa municipal, devidamente acrescidos de correção monetária, pelo IGP-M, calculado e divulgado pelo Fundação Getulio Vargas - FGV, bem como sofrerão a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser reembolsado.

6 - Para liquidação do débito municipal confessado, os devedores poderão requerer o seu pagamento em até no Máximo 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas.

7 - Nos termos previstos na legislação municipal acima citada, os devedores deverão efetuar o pagamento das parcelas por meio de boletos de cobrança bancária, a serem emitidos pela Fazenda Pública.

8 - Os devedores se declaram cientes e concordam, de forma irrevogável e irretroatável, que, no caso de ser efetuado a opção de parcelamento da dívida vencida, havendo atraso superior a 03 (três) parcelas consecutivas ou não, ocorrerá o vencimento extraordinário da integralidade do débito, cobrança administrativa com instrução de protesto extrajudicial por falta de pagamento, encaminhamento das dívidas para inscrição junto aos órgãos de proteção ao crédito e/ou execução fiscal judicial de todos os valores devidos, sem prévia notificação.

9 - Os devedores concordam desde já que o presente termo implica em formalização de pleno direito da dívida, obrigando-se as partes cumprir as condições ora pactuadas, uma vez que os valores confessados são líquido, certos e exigíveis.

10 - Uma vez adimplidas as exigências constantes da cláusula 3, o CREDOR Dara aos DEVEDORES, quitação total do presente termo, liberando-os dos eventuais encargos dele decorrentes.

11 - Fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Porto União - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as eventuais dúvidas ou questões oriundas da presente Confissão de Dívidas.

E para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos, os devedores firmam o presente instrumento em três vias, na presença das testemunhas que a este também subscrevem.

Irineópolis, de de 2015.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - Credor
CNPJ nº 83.102.558/0001-05
Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal

DEVEDORES:

Nome: _____ Nome da esposa, companheira, etc
CPF nº: _____ CPF nº

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:
CPF nº _____ CPF nº

ANEXO III

PLANILHA - DEMONSTRATIVO DE DÉBITO (Programa Nenhuma Casa sem Luz)

DADOS	
Nome do proprietário/usuário:	
CPF:	RG
Endereço Completo:	
Telefone:	Celular:
OPÇÃO DE PAGAMENTO	
() À Vista – no valor de R\$:	
() Parcelado – Em _____ parcelas mensais – no valor de R\$: _____ por mês.	

VALOR TOTAL DO DÉBITO				R\$:	
N. de Parcelas	Valor	Juros + Correção	Valor Pago	Rubrica	
				Representante da Prefeitura	Usuário
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					

23					
24					

Irineópolis (SC), em _____ de _____ de 2015.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2015

Secretaria Municipal de Educação

A Secretária Municipal de Educação do Município de Irineópolis, SC, torna pública, pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA para a contratação temporária de Professor para atuar no ano de 2015.

1- Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação do dia 27/04/2015 a 29/04/2015 das 08:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00hs.

2- Vagas

Professor de Educação Física	30 hs	Matutino e Vespertino	NE Presidente Adolfo Konder
------------------------------	-------	-----------------------	-----------------------------

3 - Critérios para escolha:

3.1 - Para Professores de Educação Física:

A - Licenciatura em Educação Física

b - Cursando Educação Física.

3.2 - Havendo dois ou mais interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.3 - Havendo dois ou mais profissionais não habilitados interessados na vaga será dada a preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso.

3.4 - Somente poderão escolher a vaga quem tiver em mãos o Diploma da graduação e ou atestado de frequência na fase atual e ou diploma de magistério e ter a idade igual ou superior a18 (dezoito) anos.

3.5 - Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação.

3.6 - Este edital justifica-se à necessidade urgente de profissionais na respectiva escola.

3.7 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 24 de abril de 2015.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2015

Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS:

Nome:		
RG:	CPF:	Data Nasc.:
Endereço:		Nº:
Bairro:	Cidade	
Fone Resid.:	Celular:	
Fone Recado:	E-mail:	

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

Irineópolis, _____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato Carimbo e assinatura responsável pela Inscrição

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 100/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2015.

"Altera a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, fixada pela Lei Complementar Municipal Nº 007/2001, de 15/10/2001 e dá outras providências."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Esta Lei promove alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, modifica dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 007/2001, de 15 de outubro de 2001 e alterações, e determina outras providências.

Art. 2º. Fica criado junto a Secretaria Municipal da Infraestrutura, o Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRANI, órgão municipal executivo de trânsito, com as seguintes competências:

I. - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II. - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;

III. - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

IV. - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V. - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI. - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII. aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;

VIII. fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;

IX. fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

X. implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI. arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII. credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;

XIII. integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;

XIV. implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV. promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI. planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII. registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;

XVIII. conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX. articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina - CETRAN;

XX. fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;

XXI. vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;

XXII. coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;

XXIII. executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semaforica;

XXIV. realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego;

XXV. elaborar o regimento interno do Departamento, de acordo com as disposições desta Lei e em consonância com o disposto na legislação de trânsito vigente.

Art. 3º Fica criado no Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, o cargo de Agente de Trânsito, que passará a integrar a tabela composta pelo GRUPO III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO, conforme quadro abaixo:

III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

Escolaridade: Ensino Médio Completo

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente de Trânsito	44	02	15	19

Parágrafo único. As competências e atribuições do cargo de

Agente de Trânsito estão descritas no Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. Fica criado também, no Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, de que dispõe a Lei Municipal nº 007/2001 de 15/10/2001 e alterações, o seguinte Cargo em Comissão - CC, com a respectiva quantidade, denominação e código:

Quantidade	Denominação	Código
01	Diretor de Departamento	CC

Art. 5º. O organograma da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, com as alterações dadas pela presente Lei passa a ter a representação definida no Anexo II, assim como, o Quadro de Pessoal Comissionado e o Quadro de Pessoal Efetivo, no GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA), passam a ter a composição prevista no Anexo III, partes integrantes desta Lei

Complementar.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 24 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeitura Municipal.

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2015.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO

CÓDIGO:

GRUPO: III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

GRAU DE INSTRUÇÃO: ENSINO MÉDIO COMPLETO + CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "AB"

DESCRIÇÃO SINTÉTICA

- Realizar tarefas inerentes à área de trânsito.
- Executar serviços de manutenção e segurança no trânsito;
- Executar atividades relativas à orientação e educação no trânsito;
- Executar a fiscalização do trânsito;
- Atuar e aplicar as penalidades legais relativas ao trânsito;
- Executar serviços de apoio administrativo;
- Executar outras tarefas correlatas

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito;
- cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte escolar rural e urbano, moto-táxi, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomotores, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito, no exercício regular do poder de polícia de trânsito;
- fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares e da programação operacional, estabelecidas para o sistema de transporte público, aplicar medidas administrativas e/ou autuar por irregularidades ocorridas;
- coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- fiscalizar o cumprimento das normas contidas no Artigo 95 do

Código Nacional de Trânsito, aplicando as penalidades previstas;

- implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo;
- credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar as medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
- fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no Código Nacional de Trânsito, além de dar apoio a ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;
- vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observadas para circulação;
- fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito;
- providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação;
- fiscalizar e manter o controle operacional dos pontos regulamentares de táxi, moto-táxi e transporte coletivo;
- auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia do Departamento Municipal de Trânsito;
- trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educativas;
- executar outras tarefas correlatas.

ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2015.

ANEXO III - LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2015.

QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO

Denominação	Número de vagas	Vencimento em R\$
Chefe de Gabinete	01	2.878,55
Diretor de Departamento	23	2.038,98
Procurador Geral do Município	01	2.878,55
Contador Geral do Município	01	2.878,55
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa	01	2.878,55

Carga horária semanal: dedicação exclusiva.

III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)
Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico - MED (conforme o cargo)

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Administrativo	44	16	15	19
Agente de Trânsito	44	02	15	19
Assistente de Educação	44	5	15	19
Assistente de Informática	44	4	15	19
Fiscal de Obras	44	1	15	19
Fiscal de Tributos	44	3	15	19
Técnico de Enfermagem	44	12	15	19
Técnico de Contabilidade	44	1	15	19
Técnico de Segurança do Trabalho	44	1	15	19
Técnico Agrícola	44	2	10	14

PORTARIA N º 135/2015

PORTARIA Nº. 135/2015 - REPUBLICAÇÃO.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Exonerar a pedido na data de 24/04/2015, a servidora KÁTIA SCHEFFER, nascida em 30/11/1989, portadora do CPF nº 070.820.319-12, RG. nº 5.219.343-8, SESP/SC, do cargo efetivo de Agente Sanitária (44h/sem), para o qual foi nomeada através da Portaria nº 104/2012 de 01/03/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/04/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 141/2015

PORTARIA Nº. 141/2015.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Exonerar a pedido na data de 30/04/2015, o servidor IVAN ENGEL, nascido em 12/05/1966, portador do CPF nº 638.611.789-15, RG. nº 1.456.087, SESP/SC, do cargo efetivo de Professor de Música (20h/sem), para o qual foi nomeado através da Portaria nº 359/2014 de 06/08/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/04/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 22 de Abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 142/2015

PORTARIA Nº. 142/2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 04/05/2015 a 03/05/2016, ao servidor efetivo PATRICK RICHARDT FLEITH.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 04/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIA Nº. 144/2015.

SUBSTITUI MEMBRO EM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - INCLUIR na Comissão de Processo Administrativo nº 007/2014, instituída pela Portaria nº 511/2014, a servidora ROSANA DONDA RUCKL código nº 192, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, designando-a para as funções de Secretária da referida Comissão, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos descritos na supracitada Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de Abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá**PREFEITURA****EDITAL 006 - PROCESSO SELETIVO 001/2015 - CONVOCAÇÃO**

EDITAL 06 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015 - 2º CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 27 de ABRIL 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

20	KELIN CATIA DE PICOLI
21	ADRIANA MARTIORI
22	DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON
23	AMANDA PAULA ROY PEREIRA DA SILVA
24	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS
25	SILIZANE PADILHA DOS SANTOS

Itá, 24 de abril de 2015

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

EDITAL CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o artigo 145, III da Constituição Federal, artigos 1º a 3º, do Decreto -lei 195/67 e artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 Código Tributário Nacional, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 105, de 10 de dezembro de 2013, faz saber, que por meio do presente EDITAL traz ao conhecimento dos munícipes interessados os custos relativos à execução de obra pública de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que será executada em vias localizadas no perímetro urbano do Município, para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com sua execução, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

Os passeios públicos a serem pavimentados e que é objeto do presente edital, compreendem os trechos da Avenida Tancredo Neves entre as Ruas 03, 39, Prefeito Leopoldo Nicolau Simon, 41, 64, 42, 44 e 45, tendo como confrontação os lotes relacionados no Anexo III deste edital.

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

Em atenção à alínea "a", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação dos passeios públicos" sobre o existente no local, compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo Anexo

I deste Edital.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

Atendendo exigência descrita na alínea "b", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66, o custo total da obra corresponde a R\$ 209.724,77 (duzentos e nove mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos). A área total da obra corresponde a 2.732,00 m², o custo por metro quadrado da obra será de R\$ 76,77 (setenta e seis reais e setenta e sete centavos). As demais especificações do projeto constam no Anexo I deste Edital, disponível na sede da Municipalidade.

3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A determinação do valor da contribuição de melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel beneficiado pela obra não podendo ser superior ao seu custo, obedecendo ao previsto no art. 198 da Lei Complementar Municipal nº 105/2013 e nos termos da alínea "c", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, conforme mapa constante do Anexo IV, ou seja, dos imóveis confrontantes ou beneficiados com as vias especificadas tendo como confrontação os lotes relacionados no Anexo III deste edital, conforme determina a alínea "d", inciso I, art. 82, da Lei 5.172/66.

5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes nos itens do Orçamento Quantitativo e Financeiro conforme Anexo III, do presente Edital.

6 - DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 106.963,97 (cento e seis mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos). Considerando que a área total da obra corresponde a 2.732,00 m², o custo por metro quadrado da obra será de R\$ 40,27 (quarenta reais e vinte e sete centavos).

7 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

Para Pagamento à vista (até 30 dias após a opção) com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor lançado. Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte em até 18 (dezoito) parcelas sobre o valor lançado, desde que a parcela seja igual ou superior a 60 (sessenta) UMRf.

8 - DA IMPUGNAÇÃO:

Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do presente Edital para interpor impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova indicando os fatos e fundamentos. O prazo impugnação é de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente edital.

9 - DO ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

O índice de Valorização individual de cada imóvel é de 100% (cem por cento), sobre o valor total aplicado em cada lote, tendo como parâmetro o custo da obra por metro quadrado, na sua área de abrangência.

Os interessados terão acesso a este Edital na íntegra, bem como seus Anexos, por meio do endereço eletrônico www.ita.sc.gov.br, ou pelo E-mail administracao@ita.sc.gov.br ou na sede do Município.

Itá, SC, 22 de abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 01/2015

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Itaiópolis - SC, TORNA PÚBLICO que está aberto o prazo para o registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e 13:30h às 17:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Paulo Klodzinski, 580, Centro. O edital completo e outras informações estão no site [HTTP://www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br). PAULO CESAR PRUNER FILHO. PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAIÓPOLIS

ERRATA - EDITAL CMDCA Nº 01/2015

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Itaiópolis - SC, torna público que:

Onde se Lê:

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 30/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e 13:30h às 17:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Paulo Klodzinski, 580, Centro.

Leia-se:

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e 13:30h às 17:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Paulo Klodzinski, 580, Centro. Itaiópolis, 13 de abril de 2015. PAULO CESAR PRUNER FILHO. PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAIÓPOLIS

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N. 70, DE 23 DE ABRIL DE 2015

DECRETO N. 70, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza prestação de serviços no município de Xanxerê - SC e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal especialmente as alíneas "f" e "o" do inciso I, artigo 75, mais a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais legislações pertinentes;

Considerando o Decreto nº 82/2015, de 21 de abril de 2015 do Município de Xanxerê SC, que declara estado de calamidade pública do Município de Xanxerê SC, em decorrência do tornado - COBRADE: 1.3.2.1.1

Considerando a Portaria nº 69 de 22 de abril de 2015 da Secretaria Nacional de Defesa Civil que reconhece o estado de calamidade pública do Município de Xanxerê SC, em decorrência do tornado - COBRADE: 1.3.2.1.1;

Considerando a disposição desta municipalidade de colaborar para a minimização os efeitos devastadores do referido fenômeno sobre a população;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam autorizadas as Secretarias Municipais de Itapiranga - SC a enviarem materiais, equipamentos, veículos e pessoal para prestarem socorro às vítimas, prestar serviços, auxiliar no restabelecimento das condições de vida, habitação, comunicação e saúde da população atingida, até o restabelecimento das condições mínimas.

Art. 2º As despesas decorrentes desta ação, correrão por conta das dotações orçamentárias do município de Itapiranga - SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Itapiranga - SC, 23 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 69, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 69, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Altera membro do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itapiranga, nomeado através do Decreto nº 105, de 12 de junho de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica alterado o inciso III art. 1º do Decreto nº 105, de 12 de junho de 2013 que nomeia o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itapiranga, o qual passa a ter a seguinte redação:

...

III - dois representantes de pais de alunos:

Deisi Flach Follmann e Karine Ritter Gützmann Berwanger - titulares,

Ana Beatriz Follmann Wermuth e Ivete Lúcia Reckziegel Kessler - suplentes;

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 22 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo quarto dia do mês de abril de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 22/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO DO ABRIGO PROVISÓRIO, BENEFÍCIO EVENTUAL E PARA SECRETARIA MUNICIPAL (EM REUNIÕES E EVENTOS), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	ARILSON JOSE ALVES

Analisado o documento foi achado conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	R\$ 22.563,99

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s)

vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 24 de abril de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
VALERIO PACHECO Membro		MARIZA APARECIDA FILLA Membro
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP ARILSON JOSE ALVES		

RH - PORTARIA Nº 0972/2015

PORTARIA Nº 0972/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) TEREZA IZOLINA MORAES, matrícula 592005, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0973/2015

PORTARIA Nº 0973/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROCHELE ANTONI, matrícula 593184, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA II,

na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0974/2015

PORTARIA Nº 0974/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JULIANE LAVORATTI KARAM, matrícula 1269666, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0975/2015

PORTARIA Nº 0975/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PATRÍCIA MEDEIROS, matrícula 593311, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapema, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0976/2015

PORTARIA Nº 0976/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) THALES AIMONE, matrícula 593443, investido (a) no cargo de VIGILANTE SANITÁRIO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Vigilância Sanitária, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0977/2015

PORTARIA Nº 0977/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula 598380, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0978/2015

PORTARIA Nº 0978/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MAURÍCIO DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 598577, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração - Divisão de Compras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0979/2015

PORTARIA Nº 0979/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DENISE DE SOUZA ZAGONEL, matrícula 602370, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0980/2015

PORTARIA Nº 0980/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SOLANE GODETI ZAGONEL, matrícula 602396, investido (a) no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Farmácia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0981/2015

PORTARIA Nº 0981/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IRENE FRANCO S. BARBOSA DOS SANTOS, matrícula 602655, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Atendimento Público e Expedição de Documentos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0982/2015

PORTARIA Nº 0982/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUIZ ZIEMBROS, matrícula 602671, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0983/2015

PORTARIA Nº 0983/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SIMONI DIAS FERNANDES DE SOUZA, matrícula 603031, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0984/2015

PORTARIA Nº 0984/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VOLNICE MARGARETE DA CUNHA STEIL, matrícula 603295, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração - Divisão de Patrimônio, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0985/2015

PORTARIA Nº 0985/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NILZA CHIAPETTI, matrícula 603368, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0986/2015

PORTARIA Nº 0986/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIANI BURATTI ZIEMBROS, matrícula 603813, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0987/2015

PORTARIA Nº 0987/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARGARIDA APARECIDA DA SILVA ESTEVÃO, matrícula 604089, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0988/2015

PORTARIA Nº 0988/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILMARA REGINA RAMOS, matrícula 604127, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Centro de Referência de Assistência Social, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0989/2015

PORTARIA Nº 0989/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAFAEL FERNANDO CEZARIO, matrícula 611662, investido (a) no cargo de FISIOTERAPISTA I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0990/2015

PORTARIA Nº 0990/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SINILDO BAUMEL, matrícula 604232, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0991/2015

PORTARIA Nº 0991/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOÃO JOSÉ DA CUNHA, matrícula 604496, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0992/2015

PORTARIA Nº 0992/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, matrícula 604585, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0993/2015

PORTARIA Nº 0993/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR, matrícula 604604, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças - IPESI, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0994/2015

PORTARIA Nº 0994/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARI STELA BARTECZKO, matrícula 604704, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0995/2015

PORTARIA Nº 0995/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - IPESI, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0996/2015

PORTARIA Nº 0996/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, matrícula 605018, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0997/2015

PORTARIA Nº 0997/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA, matrícula 605417, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Recursos Humanos - Divisão Pessoal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0998/2015

PORTARIA Nº 0998/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANICE MARIA GUIMARÃES MORARA, matrícula 605506, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0999/2015

PORTARIA Nº 0999/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIZA APARECIDA FILLA, matrícula 605611, investido (a) no cargo de TELEFONISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1000/2015

PORTARIA Nº 1000/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA, matrícula 605670, investido (a) no cargo de CONTADOR II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Divisão de Orçamento, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1001/2015

PORTARIA Nº 1001/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1002/2015

PORTARIA Nº 1002/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIZA RITA JUNG PERKOWSKI, matrícula 605760, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Pontal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1003/2015

PORTARIA Nº 1003/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GIOVANE TEREZINHA CARDOSO, matrícula 605778, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapoá, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1004/2015

PORTARIA Nº 1004/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VALDIRENE SOUZA, matrícula 605956, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1005/2015

PORTARIA Nº 1005/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIZA ZANETTI, matrícula 606383, investido (a) no cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1006/2015

PORTARIA Nº 1006/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIANE PEDROZA DOS SANTOS, matrícula 606472, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1007/2015

PORTARIA Nº 1007/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ILZA DE LOURDES BARBOSA CZARNECKI, matrícula 606510, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1008/2015

PORTARIA Nº 1008/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VALDIRIENE PERES CRISANTO, matrícula 606561, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1009/2015

PORTARIA Nº 1009/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARILUCE CABRAL, matrícula 606707, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1010/2015

PORTARIA Nº 1010/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, matrícula 606715, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1011/2015

PORTARIA Nº 1011/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA APARECIDA DE SOUZA DA SILVA, matrícula 606901, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapema do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1012/2015

PORTARIA Nº 1012/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIAN ANGELO GRASSI, matrícula 607380, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1013/2015

PORTARIA Nº 1013/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ISABEL GOMES DA SILVA, matrícula 607479, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1014/2015

PORTARIA Nº 1014/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSELICE PEREIRA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO, matrícula 607541, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração - Divisão de Patrimônio, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1015/2015

PORTARIA Nº 1015/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO, matrícula 607550, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Tesouraria, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1016/2015

PORTARIA Nº 1016/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDRE LUIZ SCHIAVON, matrícula 607576, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1017/2015

PORTARIA Nº 1017/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ARITANA KLUCK DA SILVA, matrícula 607584, investido (a) no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1018/2015

PORTARIA Nº 1018/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 607762, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Chefia de Gabinete, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1019/2015

PORTARIA Nº 1019/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALANE CRISTINA BUENO, matrícula 607770, investido (a) no cargo de FONOAUDIÓLOGO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1020/2015

PORTARIA Nº 1020/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DEBORA NIED-ZWIESCKI, matrícula 607843, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1021/2015

PORTARIA Nº 1021/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA, matrícula 607886, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1023/2015

PORTARIA Nº 1023/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1024/2015

PORTARIA Nº 1024/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALEX WILL, matrícula 610089, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1026/2015

PORTARIA Nº 1026/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro constatado na Portaria nº 1023/2015, de 27 de março de 2015, do servidor ALEXANDRE FAVARO DE SOUZA.

Retifica-se:

ARTIGO 1º - Onde lê-se: Fica lotado o Servidor ALEXANDRE FAVARO DE SOUZA na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, leia-se: Fica lotado o Servidor ALEXANDRE FAVARO DE SOUZA, na Secretaria de Educação. As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1027/2015

PORTARIA Nº 1027/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NOELI SCHWETLER SAIDEL, matrícula 614670, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1028/2015

PORTARIA Nº 1028/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDSON PROENÇA PEREIRA, matrícula 615471, investido (a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Vigilância Sanitária, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1029/2015

PORTARIA Nº 1029/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NADEA DA GRAÇA SILVA, matrícula 616303, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1030/2015

PORTARIA Nº 1030/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LORIANE PEREIRA DE ARZÃO BUENO, matrícula 616303, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1031/2015

PORTARIA Nº 1031/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DANIEL AMARAL DE FARIA, matrícula 616885, investido (a) no cargo de MÉDICO PSF, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1032/2015

PORTARIA Nº 1032/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JUREMA DO ROCIO SARTOR, matrícula 616982, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1033/2015

PORTARIA Nº 1033/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, matrícula 617245, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1034/2015

PORTARIA Nº 1034/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCOS ANTONIO MENDES, matrícula 617806, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Administração e Finanças - Conselho Tutelar, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1035/2015

PORTARIA Nº 1035/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CLAUDIO EDUARDO CIPRIANO, matrícula 619027, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Urbanos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1036/2015

PORTARIA Nº 1036/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1037/2015

PORTARIA Nº 1037/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LILIAN GOMES SILVA, matrícula 619612, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Urbanos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1038/2015

PORTARIA Nº 1038/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SONIA HELOISA

RAMOS RODRIGUES, matrícula 619914, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1039/2015

PORTARIA Nº 1039/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, matrícula 620076, investido (a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1040/2015

PORTARIA Nº 1040/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GABRIELA DE MELO BARBERO, matrícula 620149, investido (a) no cargo de NUTRICIONISTA II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1041/2015

PORTARIA Nº 1041/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARGARIDA APARECIDA GONÇALVES HAAS, matrícula 620327, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Centro de Referência de Assistência Social, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1042/2015

PORTARIA Nº 1042/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABRÍCIA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 620360, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Atendimento Público e Expedição de Documentos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1043/2015

PORTARIA Nº 1043/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARILUCE DO NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 621102, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1044/2015

PORTARIA Nº 1044/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROBERTO BADY SAAD, matrícula 621633, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1045/2015

PORTARIA Nº 1045/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VIVIAN BECKER, matrícula 621765, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINITRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 1046/2015

PORTARIA Nº 1046/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANTONIO PAULO TERCZIANY, matrícula 622001, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 1047/2015

PORTARIA Nº 1047/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIANA FRIGO DA SILVA, matrícula 622044, investido (a) no cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Farmácia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 1048/2015

PORTARIA Nº 1048/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PEDRO SERGIO DE OLIVEIRA, matrícula 622370, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 1049/2015

PORTARIA Nº 1049/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA, matrícula 622664, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

____/____/____

RH - PORTARIA Nº 1050/2015

PORTARIA Nº 1050/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDERSON DE PAULA DA SILVA, matrícula 622931, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Centro de Referência de Assistência Social, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1051/2015

PORTARIA Nº 1051/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARISTELA DE SOUZA, matrícula 623270, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1052/2015

PORTARIA Nº 1052/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CELSO CUNICO,

matrícula 623326, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1053/2015

PORTARIA Nº 1053/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 623393, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapoá, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1054/2015

PORTARIA Nº 1054/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FÁBIO ANTÔNIO DA PAIXÃO, matrícula 623547, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Farmácia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1055/2015

PORTARIA Nº 1055/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NINON ROSE DA ROSA PERES, matrícula 623741, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1056/2015

PORTARIA Nº 1056/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Pontal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1057/2015

PORTARIA Nº 1057/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDMILSON CARLOS PRESTES GOMES, matrícula 624136, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1058/2015

PORTARIA Nº 1058/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDER ELOY KWIA-TKOWSKI, matrícula 624195, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1059/2015

PORTARIA Nº 1059/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA MARIA DE SOUSA, matrícula 624330, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1060/2015

PORTARIA Nº 1060/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, matrícula 624381, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1061/2015

PORTARIA Nº 1061/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VANDERLEI DE SOUSA, matrícula 624390, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1062/2015

PORTARIA Nº 0962/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVANA BASE, matrícula 2518, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1063/2015

PORTARIA Nº 0963/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KARLA CRISTINA ESTEVAM DARO, matrícula 586714, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - E.S.F. Pontal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1064/2015

PORTARIA Nº 1064/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) AMARILDO DA SILVA, matrícula 624535, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1065/2015

PORTARIA Nº 1065/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) REINILDA FIORESE, matrícula 624608, investido (a) no cargo de ARQUITETO I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Urbanismo, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1066/2015

PORTARIA Nº 1066/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIANA NEHRING SILVEIRA BELO, matrícula 624748, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico - Fórum, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1067/2015

PORTARIA Nº 1067/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIMILIA SALLUM, matrícula 624861, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Convênios, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1068/2015

PORTARIA Nº 1068/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA LUIZA VALENTE DE OLIVEIRA, matrícula 656194, investido (a) no cargo de PSI-CÓLOGO I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Centro de Referência de Assistência Social, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1069/2015

PORTARIA Nº 1069/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VANILDO BAYER, matrícula 680575, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1070/2015

PORTARIA Nº 1070/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIS REGIANE BUENO DA SILVA COSTA, matrícula 706710, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1071/2015

PORTARIA Nº 1071/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, matrícula 720739, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1072/2015

PORTARIA Nº 1072/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCIANE DE OLIVEIRA, matrícula 728284, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Pontal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1073/2015

PORTARIA Nº 1073/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANGELICA REGINA HUCHAK SOUZA, matrícula 735485, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1074/2015

PORTARIA Nº 1074/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FLÁVIO ELIAS

GELAMO CUSTODIO, matrícula 738697, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1075/2015

PORTARIA Nº 1075/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MAYCSON TREVISAN, matrícula 739871, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS I, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico - Fórum, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1076/2015

PORTARIA Nº 1076/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FERNANDA LUZIA GHISLERI GRASEL, matrícula 774146, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Convênios, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1077/2015

PORTARIA Nº 1077/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula 781134, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1078/2015

PORTARIA Nº 1078/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NEUCI MORMITO FREIRE, matrícula 826936, investido (a) no cargo de TELEFONISTA, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1079/2015

PORTARIA Nº 1079/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EVELYNE KALINKE, matrícula 917729, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1080/2015

PORTARIA Nº 1080/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOÃO TETAR, matrícula 1024230, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1081/2015

PORTARIA Nº 1081/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RENATA DE AVIZ, matrícula 1150774, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Fiscalização de Tributos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1082/2015

PORTARIA Nº 1082/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCIANA HÜBL NARDO, matrícula 1153390, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1083/2015

PORTARIA Nº 1083/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DANIELE SANTOS KUROBA, matrícula 1154362, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1084/2015

PORTARIA Nº 1084/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PRISCILA DE SOUZA SILVA, matrícula 1183710, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapema, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1085/2015

PORTARIA Nº 1085/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula 1201956, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Recursos Humanos - Divisão Pessoal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1086/2015

PORTARIA Nº 1086/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAQUEL DE MELO SILVA, matrícula 1210408, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1087/2015

PORTARIA Nº 1087/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANE BATISTA, matrícula 1211064, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Chefia de Gabinete, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1088/2015

PORTARIA Nº 1088/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GISELE FABIANE DE SOUZA, matrícula 1211080, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico - Fórum, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1089/2015

PORTARIA Nº 1089/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LIDIANE PEREIRA, matrícula 1211099, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1090/2015

PORTARIA Nº 1090/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAQUEL TERESINHA STANKIEVICZ, matrícula 1211129, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1091/2015

PORTARIA Nº 1091/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSIANE MARQUES DE SOUZA SANSON, matrícula 1211935, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1092/2015

PORTARIA Nº 1092/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GRAZIELA DE NOVAIS, matrícula 1211943, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1093/2015

PORTARIA Nº 1093/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELTON LUÍS PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula 1213539, investido (a) no cargo de VETERINÁRIO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1094/2015

PORTARIA Nº 1094/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ADENILDO PEDRO COELHO, matrícula 1213580, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1095/2015

PORTARIA Nº 1095/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CLAUDINE ROSA GOMES, matrícula 1213580, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1096/2015

PORTARIA Nº 1096/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ, matrícula 1213610, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1097/2015

PORTARIA Nº 1097/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALLAN KORNETOFF, matrícula 1213628, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1098/2015

PORTARIA Nº 1098/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 1217356, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1099/2015

PORTARIA Nº 1099/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDUARDO FERNANDES WALTER, matrícula 1217410, investido (a) no cargo de ODONTÓLOGO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1100/2015

PORTARIA Nº 1100/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FLÁVIA JORDANA SANCHES, matrícula 1217461, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Centro de Referência de Assistência Social, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1101/2015

PORTARIA Nº 1101/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HELOIZA HELENA MOREIRA, matrícula 1221396, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1102/2015

PORTARIA Nº 1102/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PRICILA JUBANSKI GONÇALVES, matrícula 1239759, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração - Divisão de Compras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1103/2015

PORTARIA Nº 1103/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS, matrícula 1211064, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Chefia de Gabinete, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1104/2015

PORTARIA Nº 1104/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MONICA SIQUEIRA FRIZZO, matrícula 1240331, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Urbanismo, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1105/2015

PORTARIA Nº 1105/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) BRUNA FERNANDES DE SOUZA, matrícula 1240960, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Atendimento Público e Expedição de Documentos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1106/2015

PORTARIA Nº 1106/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANE SITADELA, matrícula 1245260, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Barra do Saí, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1107/2015

PORTARIA Nº 1107/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) BRUNA DANIELE PIACENTINI, matrícula 1256483, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Abrigo Institucional de Criança e Adolescente, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1108/2015

PORTARIA Nº 1108/2015.

De: 27 de março de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1470/2014, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) NEUCI MORMITO FREIRE, matrícula 826936, investido(a) no cargo de TELEFONISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1109/2015

PORTARIA Nº 1109/2015.

De: 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NEUCI MORMITO FREIRE, matrícula nº 826936, no cargo de TELEFONISTA, os seguintes Membros:

1º membro: Célia Maria Reinert

2º membro: Maria Nely dos Santos Silva

3º membro: Volnice Margarete da Cunha Steil

4º membro: Hilda Cristina Cardoso

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1110/2015

PORTARIA Nº 1110/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTINA BASTOS PEQUENO, matrícula 765074, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração - Divisão de Compras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1111/2015

PORTARIA Nº 1111/2015

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre interrupção de licença sem vencimentos, conforme Lei nº 76/2001.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica interrompida a licença sem remuneração do(a) servidor(a) MARIA HELENA ZANOTTO, matrícula 618560, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 02.02.15.

Itapoá - SC, 27 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº1022/2015

PORTARIA Nº 1022/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, matrícula 607908, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº1025/2015

PORTARIA Nº 1025/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DEBORA DA SILVA ESTEVÃO COELHO, matrícula 610348, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Saí Mirim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

Ituporanga**PREFEITURA****EDITAL Nº 024/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

EDITAL Nº 024/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2014 e Edital nº. 001/2014 e 002/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014 CONVOCA os candidatos relacionados nos Anexos I e II, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 23/04/2015 a 22/05/2015 e do horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 dos Editais nº. 001/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado aos candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 23 de abril de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ANEXO IEDITAL Nº. 01/2014
CONVOCA**CARGO: FARMACEUTICO**

Apresentar Diploma de Graduação de nível superior em Farmácia e Registrado no Órgão competente, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
05	RÓGER LOPES DOS SANTOS

CARGO: Psicólogo

Apresentar Diploma de Graduação em nível superior de Psicologia e Registro no CRP - SC - 12ª Região, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03	JOELMA DA SILVA

ANEXO I

EDITAL Nº. 02/2014
CONVOCA

CARGO: Professor Disciplina Artes - (40hs)
Além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 002/2014, apresentar Diploma de conclusão do curso em Licenciatura plena em Artes

CLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03	DENISE GESSER BUGMANN

Jacinto Machado

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº. 005/2015

CONVÊNIO Nº. 005/2015

Convênio de Concessão de auxílio financeiro que entre si fazem o Município de Jacinto Machado e o Centro de Tradição Gaúcha Recanto da Gávea objetivando custear despesas de manutenção.

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, com a sede à Rua Pool Jorge Zacca, 75, Bairro Centro, CNPJ nº 82.960.758/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor, ANTONIO JOÃO DE FÁVERI e de outro lado o CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA RECANTO DA GÁVEA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituído em 20 de março de 1991, inscrito no CNPJ sob o no. 80.991.185/0001-82, com sede na Estrada Geral Linha São Pedro, Bairro Gávea neste município, neste ato representado pelo Presidente VALDIOCELIO ROCHA EMERIM, celebram o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL E LOCAL

O presente Convênio de recurso Financeiro Fundamenta-se Lei nº. 777 de 17 de abril de 2015, e em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Jacinto Machado, sito à Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Bairro Centro, Município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A celebração do presente instrumento tem como objetivo conceder ao Centro de Tradição Gaúcha Recanto da Gávea o auxílio financeiro para manutenção no Parque de Exposições localizado no Município de Jacinto Machado - SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO

A manutenção do parque citado na Cláusula Segunda deste convênio será disponibilizada pelo Poder Executivo com máquinas, equipamentos e pessoal para limpeza e equipes de saúde e ambulância para o pronto atendimento ao público participante do evento, em complemento ao convênio a ser firmado, não alterando o valor do repasse das parcelas do Convênio vigente.

CLAUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

Para a execução do objeto de que trata a cláusula anterior, o município transferirá ao Centro de Tradição Gaúcha Recanto da Gávea de comum acordo entre as partes, a importância de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), a ser repassado em parcela única. Este recurso ocorrerá por conta do item orçamentário do Gabinete do Prefeito, vigente de 2015.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito.

Atividade: 2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLAUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação da parcela prevista na cláusula anterior será efetuada em parcela única.

CLAUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO

Caberá ao Centro de Tradição Gaúcha Recanto da Gávea a execução do objeto do presente Convênio, e a prestação de contas deveser formalizada dentro do que preceitua a Resolução TC - 16/94, de 21/12/94 e suas posteriores alterações.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Município e o Centro de Tradição Gaúcha Recanto da Gávea poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem materialmente ou formalmente inexecutável, ou ainda mútuo consentimento das partes.

CLAUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência iniciará no primeiro dia útil seguinte ao da assinatura e terminará 60 dias após o recebimento da parcela única.

CLAUSULA NONA - DO FORUM

Para diminuir eventuais dúvidas decorrentes da execução deste Convênio, fica eleito a Foro da Comarca de Turvo - (SC).

E por estarem acordes as partes, lavraram-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelos representantes juntamente com testemunhas abaixo:

Jacinto Machado - (SC), 23 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

VALDIOCELIO ROCHA EMERIM

PRESIDENTE DO C.T.G. RECANTO DA GÁVEA

TESTEMUNHAS:

Géssica Carolina Fröhlich Schilling Bráz Pereira Moro

LEI Nº. 777 DE 17 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº. 777 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS RECANTO DA GÁVEA DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, no exercício das suas legais atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro de TRADIÇÕES GAÚCHAS Recanto da Gávea com objetivo de fornecer auxílio financeiro e manutenção no Parque de Exposições no Município de Jacinto Machado.

Art. 2º. O valor do auxílio financeiro será no montante de R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), a ser repassado em parcela única para custear despesas com realização do XXV RODEIO CRIOULO NACIONAL.

Art. 3º. A manutenção do parque de exposições citado no art. 1º será disponibilizado pelo Poder Executivo com máquinas, equipamentos e pessoal para limpeza do parque de exposição e equipes de saúde e ambulância para pronto atendimento ao público participante do evento.

Art. 4º. Fica a entidade obrigada a prestar contas dos recursos no prazo de 60 (sessenta) dias, com base na legislação vigente.

Art. 5º. Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito.

Atividade: 2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 17 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.759 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4.759 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 863.254,65 (Oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 - BLATB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067

Valor: R\$ 142.952,70

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125 - BLAFB - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE BÁSICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 9.328,41

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125 - BLAFB - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE BÁSICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067

Valor: R\$ 11.925,15

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 96.048,39

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 - BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 500.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.126 - BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COMPONENTE MEDIC DISPENSAÇÃO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 103.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 24 DE ABRIL DE 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 43/2015/PMJ - PP 29/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus novos, destinados à manutenção de veículo da Frota Municipal e do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.

. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 20/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 20/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 302 DE 20 DE ABRIL DE 2015. (REPUBLICADA)

LEI COMPLEMENTAR Nº 302 DE 20 DE ABRIL DE 2015. (REPUBLICADA)

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/07 - LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica renumerado parágrafo único, passando a vigorar como § 1º e inserido o § 2º no Art. 100 da Lei Complementar nº 137/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100 (...)

§ 1º Nos imóveis em que incidam mais de uma zona urbana, adota-se o zoneamento urbano mais favorável, no critério de parâmetros urbanísticos menos restritivos.

§ 2º Em se tratando de parcelamento na forma de loteamento, a planta de zoneamento fica alterada automaticamente dentro dos limites do imóvel objeto do parcelamento, de acordo com a regra estabelecida pelo §1º deste artigo e após aprovação do projeto definitivo do loteamento.

Art. 2º Ficam alterados os incisos XI e XV do Art. 89 da Lei

Complementar nº 137/2077 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.89 (...)

" XI - Nas Zonas Residenciais em que o uso multifamiliar é permitido, os afastamentos laterais e de fundos obrigatórios serão de 1,50m para edificações multifamiliares, exceto quando unidades habitáveis estiverem situadas em cota negativa em relação à rua de acesso principal à edificação e nos casos de edificações multifamiliares com até dois pavimentos;"

(...)

"XV - nas Zonas Residenciais I, II, III, os afastamentos laterais serão livres para o uso residencial unifamiliar e para o uso residencial multifamiliar com até dois pavimentos;"

Art. 3º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 20 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ORDEM DE PARALISAÇÃO CONTRATO 177/2014/PMJ

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a paralisação dos serviços relativos aos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município objeto do Contrato nº 177/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ - Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 27/06/2014, haja vista a necessidade de atendimento ao disposto na licença ambiental nº 4012/2014 e análise técnica do projeto - conforme pedido protocolado sob o número 136742. A paralisação começará a contar de 27/04/2015 e perdurará pelo período de 30 (trinta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 24 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATADA

Simar José da Rosa

PORTARIA N.º 4251

PORTARIA Nº 4.251 DE 22 DE ABRIL DE 2015

"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) EMERSON VIEIRA, Professor Nível I (Licenciatura), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 2º. Ficando seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2011, ficando enquadrado como Professor Nível I (Licenciatura) A-1.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4252

PORTARIA Nº 4.252 DE 22 DE ABRIL DE 2015

"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 2º. Ficando seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2011, ficando enquadrado como Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção) I-06.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4253

PORTARIA Nº 4.253 DE 22 DE ABRIL DE 2015

"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) OUMAR CASSOL, Professor Nível I (Licenciatura), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de

dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 2º. Ficando seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2011, ficando enquadrado como Professor (Licenciatura) C-5.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4254

PORTARIA Nº 4.254 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVONE ZARPELON, Professor Com Magistério (Magistério - cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.295 de 11 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 1996 a 31 de janeiro de 2001 (90 dias), 01 de fevereiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003 (53 dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias - tendo em vista que a servidora protocolou licença em 27/03/2014 para o mesmo ano e pode usufruir em função de afastamento médico - processo nº 133746/2014), 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 215 (duzentos e quinze) dias, a partir de 22 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4255

PORTARIA Nº 4.255 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). EMERSON VIEIRA, Professor Nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 136.542 de 04 de dezembro de 2014, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4256

PORTARIA Nº 4.256 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) MIRIAN DOLZAN, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Educacional Frei Bruno, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 2º. Ficando seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2011, ficando enquadrado como Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção) H-08.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4257

PORTARIA Nº 4.257 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) PAULO HENRIQUE STROHER, Professor Pós Graduação Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Frei Bruno, de acordo com os critérios do art. 37, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o resultado do Edital n.º 03/2014/SME de remoção de professores da rede municipal de ensino, publicado em 08/01/2015.

Art. 2º. Ficando seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2011, ficando enquadrado como Professor Pós Graduação Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção) E-09.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4258

PORTARIA Nº 4.258 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"REENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REENQUADRAR, o(a) Sr.(a) VALERIA R-TEREZINHA FERREIRA, Professor (Licenciatura), com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Diretoria de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 11 de dezembro de 2011 em especial as disposições da Lei Complementar n.º 282 e 283 de 19 de dezembro de 2014, ficando enquadrado como Professor (Licenciatura) C-6.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4259

PORTARIA Nº 4.259 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ANDRESSA SANT'ANA REGINATTO, para exercer o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2012, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4260

PORTARIA Nº 4.260 DE 22 DE ABRIL DE 2015
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Senhor(a) CLAITON LUIZ DE SOUZA PINTO, do cargo de Professor Nível II (Pós Graduação), vinculado a Secretaria Municipal de Educação, em função do parecer da comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n.º 4.072/2015, acatado pelo Sr. Prefeito Municipal, em acordo com o art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de abril de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RECISAO 216/2015**RESCISÃO**

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 216/2015/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, doravante denominado PERMITENTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 216/2015/PMJ, firmado com CRISTIANO JOSÉ CALMINATTI, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº 908.088.869-91 e CI nº 2.634.720, com endereço na Rua 7 de Setembro, 381, centro, na cidade de Lacerdópolis, SC, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento na alínea "e" da cláusula quinta do mesmo, o TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 216/2015/PMJ, celebrado com o PERMISSIONÁRIO na data de 28 de janeiro de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº 83/2014/PMJ - Edital de Concorrência nº 10/2014/PMJ, homologado em 06/01/2015 (sequência 2 em 26/01/2015), cujo objeto era a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 02 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 10/2014/PMJ, localizado na Avenida XV de Novembro - em frente ao nº 180, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de 24 de abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

JOAÇABA (SC), 24 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - PERMITENTE

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

TERMO DE DESISTÊNCIA**TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) PATRICIA DE DEUS E SILVA, Cargo de Professor Nível I (Licenciatura - Matemática), classificado em 6º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA**PORTARIA JHL 088/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 088/2015 DE 24.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a (o) Servidor(a) Sr.(a) GLAUCIA MÉRI LOHMANN, Operador de ETA, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 1187/2015 de 24 de abril de 2015, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013(12 dias) para serem fruídos no período de 27 de abril de 2015 à 08 de maio de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de Abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 24 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 089/2015

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 089/2015 DE 24/04/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: Evald Hommerding Junior, Operadora de ETA, P-6, N-3, Ref-J-9, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, no período de 27 de abril de 2015 à 08 de maio de 2015, e que será exercido cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, por motivo de Licença Prêmio do titular.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de abril de 2015, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 24 de abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

BALANCETE FINANCEIRO MARÇO 2015**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.386.839,07	ORÇAMENTÁRIAS	869.853,24
RECEITA PATRIMONIAL	82.638,19	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	776.306,67
RECEITA DE SERVIÇOS	1.256.197,25	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	364.946,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.084,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	374.886,99
RECEITA DE SERVIÇOS	12.919,49	INVESTIMENTOS	36.473,32
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	93.546,57
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.366,08
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.180,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.048.926,07	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.453.041,90
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	177.194,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	171.608,56
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	871.731,88	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	902.260,04
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	379.173,30
SALDOS ANTERIORES	8.033.914,55	SALDOS ATUAIS	8.146.436,52
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.969.015,60	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.086.636,91
BANCO C/ MOVIMENTO	61.987,46	BANCO C/ MOVIMENTO	56.871,24
POUPANÇA	2.911,49	POUPANÇA	2.928,37
TOTAL	10.469.679,69	TOTAL	10.469.331,66

JOACABA, 24/04/2015

 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

 PATRICIA CALLEGARI WARKEN
 Contadora CRC SC 029205/O-3

Lages**PREFEITURA****PP 52-2015 PML**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 52/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de Sonorização e Iluminação

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 96.333,05

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2015

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5237.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.

Jadson de Oliveira Fretta

Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº1376/2014 - CPF 083.302.269-56

INFRATOR: PAULO SOMARIVA NANDI - Auto de Infração nº3006. Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411 e 557, caput, inciso V, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; 552 caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE

Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000023-A.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2597/2014 - CPF 216.419.328-80

INFRATOR: DAVID ANTÔNIO ALEIXO - Auto de Infração nº3081.
Infração Cometida: Comércio ambulante de frutas sem o devido alvará sanitário.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º e 557, caput, inciso XXXVI, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; 552 caput, Inciso I e 592, caput da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5223.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2424/2014 - CPF 986.355.309-34.

INFRATOR: ODILON GONÇALVES DE OLIVEIRA - Auto de Infração nº2980.

Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411 e 557, caput, inciso V, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal das Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; 552 caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº00000375.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2668/2014 - CNPJ 08.695.615/0001-91

INFRATOR: ABBS TRANSPORTES LTDA EPP - Auto de Infração nº2988.

Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411 e 557, caput, inciso V, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal das Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; 552 caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 161 UFIRM (cento e sessenta e uma Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000020-A.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº4856/2014 - CPF 702.062.520-72

INFRATOR: MARCELO DA COSTA MACIEL - Auto de Infração nº3026.

Infração Cometida: Por transportar produto sem a o devido alvará sanitário, e sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º e 557, caput, incisos XXXVI e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 592, caput da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000170.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2485/2014 - CNPJ 33.009.911/0285-72

INFRATOR: SOUZA CRUZ S.A- Auto de Infração nº3102.

Infração Cometida: Transportar produto em desacordo com a legislação sanitária, e sem a devida licença sanitária de transporte. Enquadramento Legal da Infração: Arts. 2º caput; 5º caput; 23; 411; 413 caput, §4º; 557, caput, Incisos XXVIII e XXXVII e 586 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 160 UFIRM (cento e sessenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5226.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2426/2014 - CPF 034.715.889-73

INFRATOR: TANI MIL PRODUTOS CASEIROS - JEANCARLA REDI-VO CANDIDO- Auto de Infração nº2987.

Infração Cometida: Transportar produto sem procedência, sem refrigeração adequada e sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411; 557, caput, Inciso V da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 100 UFIRM (cem Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000175.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2423/2014 - CPF 632.455.409-06.

INFRATOR: GILSON BACK BUSS - Auto de Infração nº3111.
Infração Cometida: Transportar produto em desacordo com a legislação sanitária, e sem a devida licença sanitária de transporte.
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 2º, caput; 5º caput; 23; 411, caput, Inciso I; 557, caput, incisos V, XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.
Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 552, caput, Inciso I da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 100 UFIRM (cem Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5225.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº1853/2014 - CNPJ 95.756.797/0001-68.

INFRATOR: FARIAS E KRUGER TRANSPORTES LTDA ME - Auto de Infração nº0000158.
Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; 23; 411, caput, 557, caput, incisos XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.
Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5224.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2470/2014 - CNPJ 10.820.663/0002-97

INFRATOR: SULFER SUCATAS LTDA ME- Auto de Infração nº3108.
Infração Cometida: Por transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 2º caput; 5º caput; 23; 411, caput; 557, caput, incisos XXVIII e XXXVII e 586 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550 caput, Inciso I; e 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 85 UFIRM (oitenta e cinco Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000050-A.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº986/2014 - CPF 980.923.020-04

INFRATOR: SÉRGIO PEREIRA LIMA - Auto de Infração nº3078.
Infração Cometida: Comercializar produtos sem o devido Alvará Sanitário, e comercializar produtos sem procedência e registro.
Enquadramento Legal da Infração: Art. 557, caput, incisos V, XXVIII e XXXVI da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 552 e 557 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5235.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº983/2014 - CPF 011.218.829-00

INFRATOR: DANIEL FAZENDEIRO CARVALHO - Auto de Infração nº3076.

Infração Cometida: Por comercializar produto sem o devido Alvará Sanitário e por comercializar produtos sem procedência e registro. Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; 23; 557, caput, incisos V, XXVIII e XXXVI da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput, inciso I; 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000310.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº149/2015 - CNPJ 06.066.618/0001-30

INFRATOR: HB TRANSPORTES LTDA ME- Auto de Infração nº2767. Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; 23; 557, caput, incisos XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008. Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 552, caput, Inciso I §1º e 2º da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c Art. 6º da Lei Complementar 302/2014.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2015
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5246.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Tva Antonio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº232/2015 - CNPJ 10.771.531/0001-31

INFRATOR: FONTE DAS ÁGUAS COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME - Auto de Infração nº3256.

Infração Cometida: Transportar produto sem a devida proteção contra raios solares, chuvas, excesso de calor, poeira e contaminação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; e 413 da Lei Complementar Municipal 187/2008; c/c Art. 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014

Enquadramento Legal da Penalidades: Arts. 5º, caput; 550, caput Inciso I; 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 24 de abril de 2015.
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA
Diretor de Vigilância Sanitária

Lauro Muller**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇO Nº18/2015 HMHL**

TOMADA DE PREÇO Nº18/2015 HMHL
PROCESSO Nº18/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para para contratação de empresas do ramo pertinente para reforma estrutural da sala de radiologia do Hospital Municipal Henrique Lage, no Município de Lauro Muller/SC, mediante o fracasso no processo 16/2015 HMHL maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de abril de 2015.
JAIR FERNANDES MADEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 012/2015 - FMS

CONTRATO Nº 012/2015

Contrato de aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, com capacidade para 05 pessoas, para atender as necessidades da Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO ELITE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Alameda Aristiliano Ramos, nº 1471, Bairro Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.270.397/0005-92, neste ato representada pelo Senhor MARCOS AUGUSTO VIEL, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 006/2015, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a aquisição de 01 (um) Automóvel Gol 1.0, zero quilômetro, na cor branca, com 05 (cinco) portas, para no mínimo 05 (cinco) ocupantes, ano de fabricação 2015, ano do modelo 2015, motorização bi-combustível (álcool e/ou gasolina), injeção eletrônica, com 999 cilindradas, oito válvulas, potência de 76CV, com direção hidráulica, com compartimento de bagagem de 285 litros de capacidade, com o banco traseiro em posição normal, capacidade do tanque de combustível 55 litros, bancos dianteiros reclináveis com encosto de cabeça com cinto retrátil de três pontas, banco traseiro rebatível com 3 lugares com encosto de cabeça com cinto de três pontas nas laterais e cinto de duas ou três pontas no centro, chave codificada, retrovisores, ar condicionado, rodas aro 14 (juntamente com estepe), garantia nacional, controle de poluição por veículos automotores e com todos os equipamentos de segurança exigidos no Código de Trânsito Brasileiro (extintor de incêndio, macaco compatível com peso e carga do veículo, chave do roda e chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para remoção de calotas), para atender as necessidades da Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2015, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 34.950,00 (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - Classificação Orçamentária:

05.01.10.301.0006.1.0204.4.90.00.00.00.00.0.3.0038 (47) - Aquisição de Veículos - Saúde

05.01.10.301.0006.1.0204.4.90.00.00.00.00.0.3.0038 (48) - Aquisição de Veículos - Saúde

II - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente preenchida.

III - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento inicial ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar veículo ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar o veículo com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar os serviços de garantia estipulados pelo fabricante sem ônus para o Município no período de valia desta.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento o veículo;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Capítulo XIII item 1 do Processo Licitatório nº 010/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a entregar o veículo aqui avençado e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de abril de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	AUTO ELITE LTDA MARCOS AUGUSTO VIEL Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 032/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 032/2015 - PMLL

Contrato para o Fornecimento de Alimentos para a Merenda Escolar.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal/SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal a Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, CPF nº 951.539.009-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, ANTONIO GILMAR COGNACO, brasileiro, pessoa física, produtor rural, residente e domiciliado à Localidade de Vargem dos Bugres, Zona Rural do Município de Leoberto Leal/SC, inscrito no CPF sob o nº 646.841.219-68, doravante denominado CONTRATADO, fundamentado nas disposições da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação nº 002/2015 - Processo Licitatório nº 016/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Leoberto Leal, verba FNDE/PNAE, onde o CONTRATADO se obriga a entregar em quantidades mensais: 70 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de banana branca, 35 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de batata inglesa, 18 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de cebola; 60 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de laranja; 60 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de maçã; 22 dúzias (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de ovos; 35 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de repolho; 18 litros (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e

Novembro) de suco de uva orgânico, a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os produtos devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas conservação e maturação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 7.767,00 (sete mil setecentos e sessenta e sete reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento será efetuado de forma mensal, em conformidade com a planilha de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato descrito na cláusula primeira será executado até o dia 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 5% do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Segunda, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato para o Fornecimento de Alimentos, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	ANTONIO GILMAR COGNACO Contratado
---	--------------------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 033/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 033/2015 - PMLL

Contrato para o Fornecimento de Alimentos para a Merenda Escolar.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal/SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal a Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, CPF nº 951.539.009-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, COOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRÍCOLA FAMILIAR SERRA TABOÃO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 20.432.884/0001-60, situada a Rua Evaldo Volkmann, nº 2846, Bairro Taboão, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ANGELO HERMANN, doravante denominada CONTRATADA, fundamentada nas disposições da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação nº 002/2015 - Processo Licitatório nº 016/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Leoberto Leal, verba FNDE/PNAE, onde a CONTRATADA se obriga a entregar em quantidades mensais: 17 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de abóbora menina; 32 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de aipim (mandioca); 24 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de beterraba; 36 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de cenoura; e 17 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro) de feijão, a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os produtos devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas conservação e maturação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADADO, o valor total de R\$ 1.909,68 (um mil novecentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento será efetuado de forma mensal, em conformidade com a planilha de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato descrito na cláusula primeira será executado até o dia 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 5% do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Segunda, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato para o Fornecimento de Alimentos, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666,

de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	COOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRÍCOLA FAMILIAR SERRA TABOÃO ANGELO HERMANN Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

DECRETO N.º 043/2015

DECRETO Nº 043, DE 24 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.142, de 23 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social, nas dotações com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.811,86
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.811,86
Função	10	Saúde	13.811,86
Sub-função	301	Atenção Básica	13.811,86
Programa	06	Saúde com Excelência	13.811,86
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	3.811,86
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.811,86
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.811,86
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.811,86
Fonte de Recursos	0.3.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União	3.811,86
Detalhamento	31	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (Superavit)	3.811,86

Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado	
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	10.000,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado (Superavit)	10.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			13.811,86

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - Superavit	0.3.0066/31	3.811,86
Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado (Superavit)	0.3.0064.72	10.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		13.811,86

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 22/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de uniformes escolares e camisetas para CME, no dia 12 de maio de 2015, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de abril de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 252/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 252/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011, A LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 E A LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do Art. 7º da Lei Complementar nº 179, de 24 de outubro de 2011, a Lei Complementar nº 226, de 16 de dezembro de 2013 e a Lei Complementar nº 245, de 26 de Novembro de 2014, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º
(...)

§ 3º. Caso o contratado temporário não possua a mesma qualificação/formação profissional exigida pelo cargo paradigma, a remuneração será o equivalente ao piso salarial profissional nacional proporcional à jornada de trabalho desempenhada.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS VICENTE

Secretário de Administração e Finanças em Exercício

Registrado e publicado,
Em, 23 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO PML.050.2014

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO - PML Nº 050.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 039.2014.

TOMADA DE PREÇO - PML Nº007.2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PML nº 050.2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 039.2014, Tomada de Preço PML nº 007.2014, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com o fito de aditar o objeto contratado, em função de alterações ocorridas.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, denominado CONTRATANTE e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.377.072/0001-40, com endereço na Rua Antônio Bevilacqua, 30, em Herval d'Oeste/SC, CEP 89610-000, representada por seu sócio administrador, SIMAR JOSÉ ROSA brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1.079.721 e inscrito no CPF/MF sob nº 437.061.009-59, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE COLETORES DE ESGOTO PARA A AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO TRATADO, EM DIVERSAS RUAS NOS BAIRROS JARDIM ITÁLIA E VILA ALEMANHA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA:

O presente termo aditivo tem por objeto alterar as cláusulas do contrato supramencionado, para fins de redução de valor e prorrogação de prazos, pelos fundamentos que seguem: Conforme o Termo de Compromisso TC PAC nº 0400/2011 firmado entre a FUNASA e o Município de Luzerna, foi realizado processo licitatório destinado a construção e ampliação da rede coletora de esgoto sanitário tratado, homologada em 22 de abril de 2014. A execução da obra respeitou a aprovação dos valores detalhados na Planilha Orçamentária tomando como referências os valores de mercado e preços SINAPI do ano base de 2013. No entanto, a Lei nº 12.546/2011 instituiu a Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB), desonerando a folha de pagamento sobre recolhimento de INSS patronal. Aliado a este dispositivo legal, no ano de 2013 foi sancionada a Lei Federal nº 12.844/2013, que inclui obras de infraestrutura sob a mesma espécie de contribuição previdenciária.

De tal modo, as obras iniciadas entre 01/01/2014 a 31/12/2014 deverão acrescer na composição do BDI o percentual de 2% (dois por cento) referente à CPRB, no que se refere à parcela de tributos. Por outro lado os encargos sociais diminuirão neste período em um percentual de 20% (vinte por cento), segundo os dispositivos legais citados, desonerando os custos unitários de serviços.

Portanto, todos os custos unitários que possuem referência no SINAPI, tanto para serviços como para insumos, incluindo os custos unitários das composições apresentadas, deverão ser ajustadas para a tabela SINAPI desonerada.

Assim presando pela legalidade, e a adequação do termo de compromisso a obra contratada será desonerada, conforme estabelece a legislação, visando garantir a execução de forma prática e eficaz para que todas as exigências legais do termo de compromisso sejam asseguradas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE PREÇO:

O presente instrumento tem por objeto SUPRIMIR do Contrato 050/2014 o correspondente ao valor de R\$ 78.157,31 (setenta e oito mil cento e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) do valor do contratado, nos termos previstos em sua Cláusula Sexta, no percentual de 11,81% (onze virgula oitenta e um por cento) no valor global da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS:

Ainda, o presente instrumento tem por objeto ADITIVAR o contrato supramencionado, para a execução da obra, por mais 120 (cento e vinte) dias em relação ao contrato vigente, dessa forma, o cronograma permanece vigente até a data de 22 de agosto de 2015. Ainda prorroga-se a vigência contratual contida na cláusula oitava fixando a vigente até a data de 31 dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO:

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

1. CLÁUSULA QUINTA - DO FORO:

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 22 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE _____

SIMAR JOSÉ ROSA

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

DECRETO 2024

DECRETO Nº 2024 de 24 de abril de 2015.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311, de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 1.267,63 (hum mil e duzentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal
Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União
..... R\$ 1.267,63
Detalhamento de Recursos 203 - Saúde Bucal

Art.2º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 8.881,11 (oito mil e oitocentos e oitenta e um reais e onze centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal
Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União
..... R\$ 8.881,11
Detalhamento de Recursos 204 - Programa Agentes Comunitários de Saúde

Art.3º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 8.477,23 (oito quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal
Fonte 67 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado
..... R\$ 8.477,23
Detalhamento de Recursos 202 - Co-financiamento

Art.4º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.5º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 15.205,53 (quinze mil e duzentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até esta data, na Fonte e detalhamento abaixo especificado, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal
Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União
..... R\$ 15.205,53
Detalhamento de Recursos 209 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Art.6º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de abril de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 0042015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015 de 10 de abril de 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: ASSISTENTE SOCIAL							
Ins-cr.	Candidato	Formação	Especialização	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
08	Mariana Viganó	6,00	3,00	8,00	--	17,00	1º
16	Suziane Vieira Sarmento	6,00	--	8,00	0,5	14,05	2º
01	Adiles Beal	6,00	--	8,00	--	14,00	3º*
09	Vanderleia da Silva	6,00	--	8,00	--	14,00	4º*
10	Lais Suellen Nascimento dos Santos	6,00	---	8,00	--	14,00	5º*
05	Carla Maria Colusso	6,00	--	5,05	0,5	12,00	6º
02	Daiana Cristina Samora Hoff	--	3,00	8,00	--	11,00	7º
11	Olivia Rech Silva	6,00	--	4,05	--	10,05	8º
17	Marlene Terezinha Theisen	6,00	3,00	--	--	9,00	9º
12	Josefa Torquato de Araújo	--	--	8,00	--	8,00	10º*

13	Inês Cleonice Schroeder Schneider	--	--	8,00	--	8,00	11*
06	Josceli de Fátima Pinto Massoco	--	--	8,00	--	8,00	12*
07	Diego Mauro Bairros	--	--	8,00	--	8,00	13*
03	Rosani Aparecida Issler	6,00	--	--	--	6,00	14
15	Lucelia Costacurta	--	--	5,00	--	5,00	15
04	Lauriane Sarita Matte	--	--	2,00	--	2,00	16
14	Maria Célia Ferreira da Silva	--	--	--	--	--	17

Critério de desempate conforme item 5.2, alínea "b". (maior idade)

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC), Edital nº 004/2015.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2015

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0006/2015 para a aquisição de doses de sêmem de gado leiteiro para melhoramento genético para fertilização, buscando também qualificar e estruturar a raça/espécie do gado, visando fortalecer o gado e aumentar a produção de leite do município de Macieira, baseada na Lei nº 546 de 25 de outubro de 2011 e Decreto nº 1470, de 18 de fevereiro de 2015, através da empresa ACCELERATED GENETICS DO BRASIL LTDA, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0023/2015.

Prazo de entrega: Em até 10 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

Vigência do Contrato: 60 dias.

Valor Total do Contrato: R\$ 6.008,90(seis mil oito reais e noventa centavos).

Pagamento: Em até 30 dias após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 24 de abril de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA 3324

PORTARIA N.º 3324/2015

Nomeia membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 003, de 19/12/1995,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

I- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL:

Noilir Manenti- TITULAR

Leida C Maurina- SUPLENTE

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Cezar A Pedrozo - TITULAR

Salete de F Pereira - SUPLENTE

III - REPRESENTANTES DAS CRECHES MUNICIPAIS:

Elaine Vicentin- TITULAR

Evani D Cardoso - SUPLENTE

IV - REPRESENTANTES DA UNIDADE SANITÁRIA:

Lucila C Serighelli - TITULAR

Simone L Gomes - SUPLENTE

V - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA SAÚDE:

Esther B Tasca - TITULAR
Angelina Setti - SUPLENTE

VI - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES
Patrícia Tasca Di Domenico - TITULAR
Luciana Locatelli - SUPLENTE

VII - REPRESENTANTES DO GRUPO DE IDOSOS:
Terezinha B Cesca - TITULAR
Maria Zimmer - SUPLENTE

VII - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:
Erondina Farinon - TITULAR
Josefina Guarnieri - SUPLENTE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de abril de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3325

PORTARIA N.º 3325/2015

“Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Juliana Bertotto, ocupante do cargo de Professora, de 60 dias, a contar de 26/03/2015, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 01 de abril de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3326

PORTARIA N.º 3326/2015

“Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Valda Antonio de Souza, ocupante do cargo de Vigia, por 12 meses, a contar de 27/03/2015, conforme resultado de perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 01 de abril de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3327

PORTARIA N.º 3327/2015

“Designa servidor que especifica, e dá outras providências.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 71, de 24/12/2014;

Considerando, a necessidade de designação de servidor para exercer as funções de operador de maquina media e pesadas até a realização de concurso público; fiscal dos serviços terceirizados por processo licitatório de ensiladeira equipada acoplada; e responsável pela fiscalização e manutenção da estação de tratamento de esgoto sanitário municipal.

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;
RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JAIRO BERNARDINO, ocupante do cargo efetivo de operador de maquinas leves, lotado na Secretaria de agricultura e meio ambiente, para exercer além de seus serviços, as funções de operador de maquina media e pesadas até a realização de concurso público, fiscal dos serviços terceirizados por processo licitatório de ensiladeira equipada acoplada; e responsável pela fiscalização e manutenção da estação de tratamento de esgoto sanitário municipal.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente de Ensino Médio FG-3, e valor fixado na Lei, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Esta portaria entra em vigor a partir deste mês, cessando os efeitos da portaria nº3275/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de abril de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3328

PORTARIA N.º 3328/2015

“Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal, Jante T Z Camuzzato, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 4(quatro) meses de Licença Premio, no período de 02/04/2015 a 31/07/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de abril de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3329

PORTARIA Nº 3329/2015

"Conceder Avanço de uma referencia."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27, da Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal,

Considerando a apresentação de 80 horas de curso, referente ao ano de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de Uma Referência, por aperfeiçoamento, para as Servidoras Públicas Municipais, Lotadas na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Marlene Aparecida dos Santos Cesca, Marylucy Setti e Cristiane Turmina, ascendendo uma Referência, a partir do próximo pagamento.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 3330

PORTARIA N.º 3330/2015

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Publica Municipal Terezinha de Jesus Eleuterio dos Santos, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de Serviços Gerais II, 30 dias de férias, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015.

FORNECEDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI).

CNPJ: 83.052.191/0039-35

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, em atendimento ao pequeno produtor rural do Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 52.056,00 (Cinquenta e dois mil e cinquenta e seis reais).

Mafra, (SC) 24 de abril de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 21/2015 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 21/2015 - Pregão Presencial - menor preço Item

Objeto: contratação de empresa para o transporte coletivo de estudantes do município de Maracajá que cursam o ensino superior e técnico, para a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - Unesc, ESUCRI, SATC e CEDUP no Município de Criciúma, através de aquisição de passagem, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo Anexo I

Entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 08/05/2015

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 08/05/2015

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08h30min as 12h e das 13h30min as 17h30min, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 24 de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

RESULTADO DE SORTEIO SUBCOMISSÃO TÉCNICA TP 15/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº 015/2015

OBJETO:

Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Maracajá(SC) na atividade institucional.

Considerando o que determina o artigo 10, da Lei 12.232/2010, torna público os nomes, que após sorteio, irão compor a Subcomissão Técnica.

- 1) Itaionara Recco - Jornalista
- 2) Fernando Vitor - Publicidade e Propaganda
- 3) Bianca Goulart - Jornalista

Maracajá, 24 de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 73/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 20 DE ABRIL DE 2015

Regulamenta o procedimento de permuta de bens, disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 034/2010 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A presente Lei Complementar regulamenta o procedimento de permuta de bens imóveis disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo Municipal permutar imóveis de propriedade do Município cujo uso foi outorgado a empresas através de contrato administrativo de concessão de direito real de uso.

Art. 2º No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrada em vigor desta Lei Complementar, o Poder Executivo Municipal lançará edital de chamamento, para que as empresas que firmaram Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Município, até 31 de dezembro de 2012, e que tenham cumprido integralmente, no prazo de três anos, os encargos assumidos, possam habilitar-se para permutar os imóveis de propriedade do Município de Maravilha nos termos desta Lei.

Art. 3º Para habilitar-se as empresas deverão formalizar proposta ao Município, e cumprir as seguintes condições:

- I - apresentar Certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal, INSS, e FGTS;
- II - apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas;
- III - apresentar cópia do Termo de Concessão de Direito Real de Uso firmado com o Município e eventuais termos aditivos;
- IV - comprovar por documentos oficiais, o cumprimento dos encargos assumidos no Contrato de concessão de direito real de uso, no período de três anos;
- V - comprovar por documentos oficiais o tempo de atividade empresarial, a contar da data da assinatura do termo;
- VI - comprovar por documentos oficiais a quantidade de empregos gerados que a empresa mantém em seu atual quadro;
- VII - comprovar por documentos oficiais a ampliação dos investimentos, a contar da data da assinatura do termo, conforme as alíneas abaixo:
 - a) Investimentos em máquinas e equipamentos;
 - b) Investimentos em valores;
 - c) Investimentos em área construída.

Art. 4º O Município permutará os imóveis, objeto desta Lei, por barracões e material de construção, mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômicos - CODEM.

§ 1º Os barracões, objeto da permuta, serão construídos em imóveis de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do projeto e destinados exclusivamente para a instalação de novas indústrias.

§ 2º Os tipos, quantidade, qualidade e especificações do material de construção constará de planilha elaborada pelo departamento técnico do Município e deverá ser entregue em data e local indicado pela Administração Municipal.

§ 3º O material de construção, objeto da permuta, será utilizado exclusivamente na construção de barracões, em imóveis de propriedade do Município, para a instalação de indústrias.

§ 4º Para efeitos desta lei poderá o executivo aplicar os recursos, objetos da permuta referida no caput deste artigo, para fins diversos, especialmente na educação, saúde, cultura, assistência social e habitação. NR

Art. 5º Os imóveis a serem permutados serão avaliados, conforme valor de mercado, através da Comissão de Avaliação do Município.

Parágrafo único. A avaliação recairá sobre o imóvel e a infraestrutura, objeto da concessão de direito real de uso.

Art. 6º Para a obtenção do valor da permuta, o valor base de que trata o art. 5º será minorado conforme a pontuação que a empresa obter, de acordo com os itens V, VI e VII do art. 3º da presente Lei, observado os critérios abaixo:

I - 20 pontos positivos por ano, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação, pelo cumprimento de tempo da atividade empresarial;

II - 20 pontos positivos por emprego gerado, até o limite de 1,0% (um por cento) do valor da avaliação;

III - pelo cumprimento do compromisso de ampliação de investimentos:

a) 2 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em máquinas e equipamentos, até o limite de 1,7% (um vírgula sete por cento) do valor da avaliação; NR

b) 3 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em edificações e equipamentos, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da avaliação; NR

c) 4 pontos positivos a cada 10 m² (dez metros quadrados) investido em barracões, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação.

Art. 7º O valor de cada ponto positivo será de 3 UFM (Unidade Fiscal Municipal), obtendo-se a partir deste cálculo o valor a ser minorado da avaliação para fins de permuta, mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômicos - CODEM.

Parágrafo único. O valor da permuta não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor base da avaliação de que trata o art. 5º.

Art. 8º Cumpridos os requisitos e condições previstas nesta Lei Complementar, a permuta será autorizada por Lei específica.

Parágrafo único. A permuta das áreas de que trata esta Lei somente será efetivada após a regularização das referidas áreas, devendo o executivo no prazo de um 1 (um) ano após a aprovação desta Lei regularizar todas as áreas onde estão localizadas as empresas que se enquadrarem nos demais itens solicitados para efetivação da permuta. NR

Art. 9º A empresa beneficiada com a presente Lei Complementar, deverá permanecer ativa no Município por no mínimo 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura da escritura pública, sendo que se vier a ser desativada neste período, fica o Município autorizado a executar a empresa e seus diretores proprietários na pessoa física inclusive, visando o ressarcimento do imóvel permutado, com valor de mercado atualizado.

Parágrafo único. As áreas permutadas deverão ser utilizadas exclusivamente para fins industriais, vedada a destinação para outros fins, não podendo ser sublocada ou subutilizada, devendo ainda, permanecer em funcionamento com o mesmo cadastro da empresa beneficiada. NR

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua

publicação.

Maravilha - SC, 20 de abril de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 10.2015 - AQUISIÇÃO BLOCOS DE CONCRETO E MÃO DE OBRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2015 - PMM

VALIDADE: 12 (doze) meses (14.04.2015 a 14.04.2016)

Aos quatorze dias do mês de Abril do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, residente e domiciliado neste Município, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 20/2015 - Pregão Presencial nº. 16/2015, homologado pelo Prefeito, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores para compra de blocos de concreto Intertravados, meio fio e mão de obra para pavimentações de vias, assentamento de meio fio e horas de serviço de pedreiro e servente, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de acima mencionado, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Empresas / Representantes	CNPJ
SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP, neste ato representado por LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI	06.957.836/0001-65
MONTE ALTO PAVIMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por JUNIOR CESAR ROQUES	19.891.158/0001-27
ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME, neste ato representado por CLAYTON MOORE DE OLIVEIRA SOUZA	09.275.258/0001-75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para compra de blocos de concreto Intertravados, meio fio e mão de obra para pavimentações de vias, assentamento de meio fio e horas de serviço de pedreiro e servente, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O objeto da licitação deverá ser entregue/iniciado parceladamente nos locais a serem definidos pela Secretaria Municipal de Obras ou Planejamento, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da ordem de compra ou convocação por escrito emitida pela secretaria responsável, onde constará o cronograma e prazo para execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte desta Ata, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Processo Licitatório nº. 20/2015 - Registro de Preço, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

4.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 362.700,00 (trezentos e sessenta e dois mil e setecentos reais), sendo os seguintes valores registrados pelas empresas:

Item	Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP	BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS - 30 MPA - DIMENSÕES 20X20X6 CM - PAVER E PODOTÁTIL	M2	Sólidos	2.500	R\$ 28,00	R\$ 70.000,00
02	SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO 25CM X 80CM X 8CM	M	Sólidos	1.500	R\$ 13,80	R\$ 20.700,00
Total do Fornecedor: R\$ 90.700,00							
03	ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	MÃO DE OBRA REFERENTE A MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS OU PARALELEPÍPEDOS.	UNID	Allserv	1,00000	R\$ 272.000,00	R\$ 272.000,00

03.01	ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	MÃO DE OBRA DESTINADA A PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM LAJOTAS, PARALELEPÍPEDOS OU PAVERS.	M2	ALL	20.000	R\$ 10,36	R\$ 207.200,00
03.02	ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ-MOLDA-DO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REJUNTAMENTO.	M	ALL	6.000	R\$ 8,30	R\$ 49.800,00
03.03	ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	HORAS DE PEDREIRO	HORAS	ALL	1.000	R\$ 8,44	R\$ 8.440,00
03.04	ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	HORAS DE AJUDANTE DE PEDREIRO.	HORAS	ALL	1.000	R\$ 6,56	R\$ 6.560,00
Total do Fornecedor: R\$ 272.000,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 362.700,00							

4.2. Este instrumento não obriga o município de Massaranduba - SC, adquirir os produtos/serviços nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Parágrafo único: O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual. Para a comprovação de aumento de preços pelo fornecedor, será levado em consideração apenas, notas fiscais emitidas no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura das propostas deste certame.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente.

6.2. A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao

CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2. Entregar/iniciar parceladamente nos locais a serem definidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da ordem de compra ou convocação por escrito emitida pela secretaria responsável, onde constará o cronograma e prazo para execução dos serviços.

10.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

10.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

10.1.7. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

10.1.8. Responsabilizar-se pela sinalização correta do espaço onde

estiver executando os serviços, através de placas ou faixas de sinalização, conforme normas de segurança;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

11.4. Acompanhar através de planilha de medição os serviços executados, atestando e enviando-a para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preços e o Edital do Processo Licitatório nº. 20/2015 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto da licitação tem vigência até 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

14.2. Findo o prazo previsto para o termino do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba - SC	14	de	Abril	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL

ALL SERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME CLAYTON MOORE DE OLIVEIRA SOUZA Contratada
--

SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI Contratada

LEI Nº 1669/2015

LEI Nº 1669/2015

Cria e institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba (CMPCM), dispondo sobre as diretrizes, composição e funcionamento deste Conselho e dá outras providências

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba - CMPCM, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas da Administração Municipal no setor cultural, tendo por finalidades e competências:

I - Propor e fiscalizar ações e políticas públicas de desenvolvimento da cultura, a partir de indicativos governamentais e/ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público;

II - Representar a sociedade civil de Massaranduba, junto ao Poder Público Municipal, no âmbito da Conferência Municipal de Cultura, em todos os assuntos que digam respeito à gestão cultural;

III - Promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas nas áreas da cultura;

IV - Colaborar na formulação das diretrizes da política cultural a ser implementada pela administração municipal, juntamente com os setores organizados;

V - Colaborar na articulação das ações entre os organismos públicos e privados da área cultural;

VI - Emitir e analisar pareceres sobre questão técnico-cultural, além de outros relativos a projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais da cidade de Massaranduba;

VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações culturais em desenvolvimento no Município;

VIII - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação e homologação do Chefe do Executivo Municipal;

IX - Fiscalizar a aplicação dos recursos constituídos do Fundo Municipal de Cultura;

X - Discutir e aprovar o Plano Municipal de Cultura, fiscalizando sua execução e participar da elaboração do Plano Estratégico de Cultura do Município;

XI - Articular com órgãos federais, estaduais, municipais e demais instituições de natureza cultural, visando a realização de parcerias e execução de programas culturais;

XII - Incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XIII - Opinar sobre os programas e ou projetos apresentados por instituições culturais para efeito de recebimento de subvenções e auxílios, ou orientá-los como forma de colaboração;

XIV - Sugerir ações que estimulem a produção e a difusão das diversas formas de manifestações culturais do Município;

XV - Opinar sobre o emprego dos recursos recebidos por instituições culturais através do Plano Municipal de Cultura e propor ao Chefe do Poder Executivo a abertura de procedimentos investigatórios quando entender conveniente;

XVI - Opinar sobre convênios e incentivá-los quando autorizados pelo Chefe do poder Executivo, visando à realização de exposições, festivais, congressos de caráter científico, artístico e literário, ações culturais diversas ou intercâmbio cultural com outras entidades;

XVII - Participar em eventos e ações que tratem de assuntos de relevância para área cultural;

XVIII - Promover a Conferência Municipal de Cultura de Massaranduba, a cada dois anos;

XIV - Propor instrumentos que assegurem a cidadania cultural através de acesso às produções culturais e de preservação à memória histórica, social, política e artística.

Art. 2º O Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba

(CMPCM), órgão colegiado integrante da estrutura do Sistema Municipal de Cultura de Massaranduba, é instância permanente, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, que atua na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do Município de Massaranduba.

Art. 3º O Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba será formado por representantes da sociedade civil e do poder público do Município de Massaranduba, constituindo-se em 16 (dezesseis) membros e seus suplentes nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, para um período de 02 (dois) anos de mandato, permitida uma única recondução.

§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPCM) serão escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio cultural do Município de Massaranduba;

§ 2º No caso de vacância de membro titular, será nomeado o membro suplente que completará o tempo do mandato.

§ 3º Nas ausências ocasionais e justificadas dos membros titulares, os membros suplentes deverão substituí-los, tendo direito à voz e voto.

§ 4º A função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba (CMPCM) não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

§ 5º Cada conselheiro efetivo ou indicado poderá representar um único segmento da sociedade civil.

§6º Os membros representantes do Poder Público Municipal, serão indicado pelo Chefe do Poder Executivo, levando em conta a seguinte disposição:

I - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo como membro nato;

II - Pessoa que responde pela cultura do município como membro nato;

III - 01(um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

IV - 01(um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Câmara de Vereadores;

VI - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Assistência Social de Massaranduba

V - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Saúde de Massaranduba;

Art. 4º Os 20 (vinte) membros representantes da Sociedade Civil serão indicados e eleitos por seus pares, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, levando em conta a seguinte disposição:

I - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da área do comércio e da indústria;

II - 01 (um) membro e 01 (um) membro suplente Artes Visuais;

III - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente área da educação do município de Massaranduba;

IV - 01 (um) membro titular e 01(um) membro suplente da área de Música;

V - 01 (um) membro titular e 01(um) membro suplente da área de literatura;

VI - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da área de Patrimônio e Memória;

VII - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente na área de Artesanato;

VIII - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente na área das tradições dos clubes de caça e tiro, ou outros clubes;

IX - 01 (um) membro titular e 01 (suplente) dos Grupos de danças;

X - 01 (um) membro titular e 01 (suplente) dos Grupos de Canto Coral.

Parágrafo Único Qualquer pessoa física pode se candidatar a ser eleita para representar um único setor da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Política Cultura de Massaranduba (CMPCM), independente de vinculação a qualquer instituição cultural.

Art. 5º O Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba elegerá o Presidente, Vice-Presidente e Primeiro e Segundo Secretários, na forma de seu Regimento Interno.

Parágrafo Único Ao Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural caberá, juntamente com os demais membros, o voto de quantidade e, nas votações que resultarem em empate, o voto de qualidade.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba, prestará o apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba (CMPCM).

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, ficando o Executivo Municipal, desde logo, autorizado a abrir créditos especiais necessários à sua cobertura.

Art. 8º As normas de funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba serão definidas em Regimento Interno, a ser elaborado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da aprovação desta Lei.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar no que couber, a presente Lei.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 24 de Abril de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 5.2015 P4.2015 - ERRATA 1 - AQUISIÇÃO DE TABLETS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4 / 2015
REGISTRO DE PREÇOS
ERRATA 1

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público, de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051/2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de TABLETS.

Onde se lê:

4 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

4.1.3. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, indicando a marca, modelo, prazo de garantia dos produtos e documento que comprove a procedência (fornecedor) de acordo com as especificações constantes no item 2 - DO OBJETO e Anexo II - Termo de Referência, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos e, de preferência, também por extenso.

Leia-se:

4.1.3. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, indicando a marca, modelo, prazo de garantia dos produtos e declaração do distribuidor oficial que comprove a autenticidade dos produtos de acordo com as especificações constantes no item 2 - DO OBJETO

e Anexo II - Termo de Referência, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos e, de preferência, também por extenso.

Onde se lê:

Anexos II e III

01	Tablet com processador Qualcomm quad-core 1.2GHz, 16Gb de armazenamento interno, 1,5Gb de RAM, cartão adicional de até 64Gb, WI-FI, 3G, Câmera HD 720p@30fps primária e 1.3MP secundária, Tela de 10.1" TFT capacitiva, resolução 1280x800 e multi-toque, cartão micro-SIM, Sistema Android v.4.4.2 (KITKAT) mínimo, som estéreo, MP3, Wave, GPS A-GPS e GLONASS, USB micro2.0, sensor acelerômetro, Bateria mínima de 6800 mAh Li-Po na cor preta. Capa de proteção, película protetora anti-risco fosca e caneta apontadora tipo estilete com ponta de borracha. Garantia mínima de 01 ano.
----	---

Leia-se:

01	Tablet com processador Qualcomm quad-core 1.2GHz, 16Gb de armazenamento interno, 1,5Gb de RAM, suporte para cartão expansível de até 64Gb, WI-FI, 3G, Câmera HD 720p@30fps primária e 1.3MP secundária, Tela de 10.1" TFT capacitiva, resolução 1280x800 e multi-toque, cartão micro-SIM, Sistema Android v.4.4.2 (KITKAT) mínimo, som estéreo, MP3, Wave, GPS A-GPS e GLONASS, USB micro2.0, sensor acelerômetro, Bateria mínima de 6800 mAh Li-Po na cor preta. Capa de proteção, película protetora anti-risco fosca e caneta apontadora tipo estilete com ponta de borracha. Garantia mínima de 01 ano.
----	---

Massaranduba, 23 de Abril de 2015.
CIRIO MARTINI
Pregoeiro

Meleiro

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 029/2015

CREDOR: COONAFOR - Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha.
CNPJ nº 12.046.131/0001-99
Rodovia Antônio Valmor Canela, nº 951, Bairro Santa Ana - Forquilha/SC

OBJETO: Chamamento público para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

VALOR: R\$ 31.777,50 (trinta e um mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é destinado à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC e justifica-se pelo atendimento Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Meleiro/SC, 24 de abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 172/2015

PORTARIA n.º 172/2015
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MÁRCIO ELIAS ALVES, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Educação, em substituição ao servidor Lindomar Francisco Damásio, em virtude de Licença Saúde, até o retorno do mesmo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 173/2015

PORTARIA n.º 173/2015
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor LINDOMAR FRANCISCO DAMÁSIO, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0115/2015

DECRETO Nº 0115/2015 DE 22.04.2015.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DA SERVIDORA DANIELA FRANDOLOSO MARINS, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, e ainda:

Considerando o pedido de rescisão do contrato apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido, o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário nº 003/2015, da Sra. DANIELA FRANDOLOSO MARINS, portadora do CPF nº 041.826.389-21, RG nº 4.815.804-6, das funções do cargo de Professor Ensino Superior deste município de Modelo/SC, a partir de 30.04.2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 22 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

RGF ANEXO 01 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:58

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.267.589,37	-
Pessoal Ativo	6.075.358,37	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	83.544,34	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	108.686,66	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	6.267.589,37	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		6.267.589,37

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	14.245.128,71
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	44,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60%	8.547.077,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	8.119.723,36
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 54%	7.692.369,50

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 57m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RGF ANEXO 02 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 07:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	816.742,51	736.112,42	700.190,45
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	485.596,36	404.966,27	343.238,28
Interna	485.596,36	404.966,27	343.238,28
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-
331.146,15	331.146,15	331.146,15	356.952,17
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	570.396,85	2.343.231,79	757.933,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	3.257.506,81	906.833,13
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	914.275,02	148.900,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	246.345,66	-1.607.119,37	-57.742,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.630.735,29	13.683.970,40	14.245.128,71
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	7,02	5,38	4,92
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	2,12	-11,74	-0,41
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	485.596,36	404.966,27	343.238,28
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	356.593,15	338.121,68	333.863,28
De Tributos	48.941,61	48.941,61	11.559,07
De Contribuições Sociais	307.651,54	289.180,07	322.304,21
Previdenciárias	307.651,54	289.180,07	322.304,21
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	129.003,21	66.844,59	9.375,00
Interna	129.003,21	66.844,59	9.375,00
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	-	-	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIENCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.443.079,70	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

Página: 2 de 2
22/04/2015 07:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-22.296,66	-914.275,02	-148.900,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	22.296,66	914.275,02	148.900,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	22.296,66	914.275,02	148.900,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 59m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RGF ANEXO 03 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	11.630.735,29	13.683.970,40	14.245.128,71
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 59m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RGF ANEXO 04 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 4
22/04/2015 08:00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.245.128,71	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 08h e 00m.

Página: 2 de 4
22/04/2015 08:00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre de

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Página: 3 de 4
22/04/2015 08:00

Página: 4 de 4
22/04/2015 08:00

RGF ANEXO 05 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 08:02

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
		R\$ 1,00		
Fonte de Recurso não Cadastrada		-	16.450,45	-16.450,45
Conv. FAS - MDSCF e FNAS		0,60	-	0,60
Convênio União MTUR Pavimentação rural - Asfaltamento - acesso turismo		57.353,65	-	57.353,65
Convênio Ministério das Cidades		12.575,98	-	12.575,98
Convênio Transporte Escolar -Estado		463,13	-	463,13
FUNDEB Profissionais da Educação		1.558,65	-	1.558,65
IGD - PBF -GESTÃO / BOLSA FAMÍLIA		6.521,85	-	6.521,85
IGD DO SUAS - GESTÃO		1.301,73	-	1.301,73
PISO BASICO FIXO -PSB - - CRAS		5.662,16	-	5.662,16
PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE PTMC - PSE		1.339,64	-	1.339,64
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		47,40	-	47,40
Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cras- Recursos FNAS		32.938,97	-	32.938,97
Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recursos FNAS		5,99	-	5,99
Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO		5.691,10	-	5.691,10
Recursos Convênio - Merenda Escolar PNAE União		70,17	-	70,17
Recursos PAR Educação MEC/FNDE		-	148.900,00	-148.900,00
Recursos de Impostos - SAUDE		8.092,78	-	8.092,78
Salario Educação		88.750,68	-	88.750,68
Transf. Convênios - Educação		89,30	-	89,30
Transf. Recursos - FNDE		2.999,98	-	2.999,98
Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI		43.323,69	-	43.323,69
Transferencia Uniao para Centro Eventos		68,06	-	68,06
Transferências Convênios Governo Estado Santa Catarina e Secretarias para obras, equipamentos, veículos M		83.076,89	-	83.076,89
Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magisterio em efetivo exercício na		1.840,63	-	1.840,63
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		353.773,03	165.350,45	188.422,58

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)	R\$ 1,00
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	16,38	-	16,38	
Recursos Ordinários	520.196,91	-	520.196,91	
Taxas FUNREBOM	17.396,23	-	17.396,23	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	537.609,52	-	537.609,52	
TOTAL (III) = (I+II)	891.382,55	165.350,45	726.032,10	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 08h e 01m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

RGF ANEXO 06 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 08:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-	-16.450,45	-
Conv. FAS - MDSCF e FNAS	-	-	-	-	0,60	-
Convênio União MTUR Pavimentação rural - Asfaltamento - acesso tur	-	-	-	-	57.353,65	-
Convênio Ministério das Cidades	-	-	-	-	12.575,98	-
Convênio Transporte Escolar -Estado	-	-	-	-	463,13	-
FUNDEB Profissionais da Educação	-	-	-	-	1.558,65	-
IGD - PBF -GESTÃO / BOLSA FAMILIA	-	-	-	-	6.521,85	-
IGD DO SUAS - GESTÃO	-	-	-	-	1.301,73	-
PISO BASICO FIXO -PSB - CRAS	-	-	-	-	5.662,16	-
PISO DE TRANSICÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE PTMC - PSE	-	-	-	-	1.339,64	-
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	-	47,40	-
Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 an	-	-	-	-	32.938,97	-
Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recur	-	-	-	-	5,99	-
Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO	-	-	-	-	5.691,10	-
Recursos Convênio - Merenda Escolar PNAE União	-	-	-	-	70,17	-
Recursos PAR Educação MEC/FNDE	-	148.900,00	-	-	-148.900,00	-
Recursos de Impostos - SAUDE	-	-	-	-	8.092,78	-
Salario Educação	-	-	-	-	88.750,68	-
Transf. Convênios - Educação	-	-	-	-	89,30	-
Transf. Recursos - FNDE	-	-	-	-	2.999,98	-
Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI	-	-	-	-	43.323,69	-
Transferencia Uniao para Centro Eventos	-	-	-	-	68,06	-
Transferências Convênios Governo Estado Santa Catarina e Secretarias	-	-	-	-	83.076,89	-
Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais	-	-	-	-	1.840,63	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	148.900,00	-	-	188.422,58	-
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	-	-	-	-	16,38	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidadados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidadados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários	-	-	-	-	520.196,91	-
Taxas FUNREBOM	-	-	-	-	17.396,23	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	537.609,52	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	148.900,00	-	-	726.032,10	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 08h e 03m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

RGF ANEXO 07 2º SEM. 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 08:04

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Semestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	6.267.589,37	44,00
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00	8.547.077,23	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00	8.119.723,36	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-42.292,10	-0,30
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<u>Valor Total</u>	-	726.032,10

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 08h e 04m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Página: 2 de 2
22/04/2015 08:04

RREO ANEXO 01 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 5
20/04/2015 11:08

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre		Até o Bimestre	%	
			(a)	(b)			
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	28.979.614,23	3.088.005,83	10,66	16.981.163,48	58,60	11.998.450,75
Receitas Correntes	19.625.114,23	19.625.114,23	2.720.432,35	13,86	14.245.128,71	72,59	5.379.985,52
Receita Tributária	1.446.740,00	1.446.740,00	168.877,41	11,67	994.665,50	68,75	452.074,50
Impostos	918.540,00	918.540,00	129.771,18	14,13	773.340,73	84,19	145.199,27
Taxas	278.200,00	278.200,00	30.886,12	11,10	213.104,66	76,60	65.095,34
Contribuição de Melhoria	250.000,00	250.000,00	8.220,11	3,29	8.220,11	3,29	241.779,89
Receita De Contribuição s	338.690,00	338.690,00	6.481,57	1,91	94.939,24	28,03	243.750,76
Contribuição s Economicas	338.690,00	338.690,00	6.481,57	1,91	94.939,24	28,03	243.750,76
Receita Patrimonial	111.600,00	111.600,00	52.263,43	46,83	104.978,43	94,07	6.621,57
Receitas De Valores Mobiliários	106.600,00	106.600,00	52.263,43	49,03	104.978,43	98,48	1.621,57
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receita Agropecuária	5.000,00	5.000,00	5.842,18	116,84	8.571,30	171,43	-3.571,30
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	5.842,18	116,84	8.571,30	171,43	-3.571,30
Receita Industrial	10.000,00	10.000,00	-	-	420,00	4,20	9.580,00
Receitas Da Indústria De Transformação	10.000,00	10.000,00	-	-	420,00	4,20	9.580,00
Receita De Serviços	180.000,00	180.000,00	116.313,21	64,62	231.766,29	128,76	-51.766,29
Transferências Correntes	17.228.084,23	17.228.084,23	3.372.452,67	19,58	12.886.959,68	73,64	4.541.124,55
Transferências Intergovernamentais	16.353.596,00	16.353.596,00	3.368.693,29	20,60	12.666.701,47	77,46	3.686.894,53
Transferências De Pessoas	50.000,00	50.000,00	-8.867,74	-17,74	4.322,80	8,65	45.677,20
Transferências De Convenios	824.488,23	824.488,23	12.627,12	1,53	15.935,41	1,93	808.552,82
Outras Receitas Correntes	305.000,00	305.000,00	-1.001.798,12	-328,46	122.828,27	40,27	182.171,73
Multas E Juros De Mora	113.000,00	113.000,00	15.157,86	13,41	48.035,23	42,51	64.964,77
Indenizações E Restituições	20.000,00	20.000,00	-1.084.181,68	-5.420,91	-	-	20.000,00
Receita Da Dívida Ativa	157.000,00	157.000,00	2.083,26	1,33	7.979,84	5,08	149.020,16
Receitas Correntes Diversas	15.000,00	15.000,00	65.142,44	434,28	66.813,20	445,42	-51.813,20

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RS 1.

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janerio a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	R\$ 1,00						
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	
					Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		%
						No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)=(d+e)			No Bimestre	(g)	(h)	((g+h)/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	28.979.614,23	1.406.346,09	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.744.378,46	-	55,11	
Despesas Correntes	16.866.614,23	372.101,99	17.484.852,22	981.785,10	12.400.529,24	3.105.754,70	13.358.932,57	-958.403,33	70,92	
Pessoal E Encargos Sociais	7.354.200,00	9.420,00	7.401.900,00	1.409.041,10	6.276.608,60	1.623.887,61	6.496.753,63	-220.145,03	84,80	
Juros E Encargos Da Dívida	50.000,00	-26.000,00	50.000,00	-17.284,96	6.615,04	126,09	6.862,26	-247,22	13,23	
Outras Despesas Correntes	9.462.414,23	388.681,99	10.032.952,22	-409.971,04	6.117.305,60	1.481.741,00	6.855.316,68	-738.011,08	60,97	
Despesas De Capital	11.899.000,00	952.144,10	11.899.000,00	-1.761.842,81	4.343.849,22	1.611.326,85	4.822.896,52	-479.047,30	36,52	
Investimentos	11.903.000,00	971.144,10	11.903.000,00	-1.674.859,25	4.129.832,78	1.545.972,63	4.598.142,80	-468.310,02	35,90	
Invers s Financeiras	70.000,00	-45.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	-	
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	320.000,00	26.000,00	320.000,00	-86.983,56	214.016,44	65.354,22	224.753,72	-10.737,28	66,88	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.000,00	-	190.000,00	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	28.979.614,23	1.406.346,09	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.744.378,46	-	55,11	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	28.979.614,23	1.406.346,09	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.744.378,46	-	55,11	
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	236.785,02	-	-	
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	28.979.614,23	1.406.346,09	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.981.163,48	-	55,88	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Abr/2015, 11h e 06m.

Página: 5 de 5
20/04/2015 11:08

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso I da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 02 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 8
22/04/2015 07:42

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')				R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		DESPESAS EXECUTADAS				%
			No Bimestre	Até o Bimestre	Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	%	
					No Bimestre	Até o Bimestre			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	((e+f)/Total (e+f))	((e+f)/a)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.744.378,46	0,00	100,00	0,00
Legislativa	700.000,00	700.000,00	147.759,93	643.604,96	147.759,93	643.604,96	0,00	3,84	91,94
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	147.759,93	643.604,96	147.759,93	643.604,96	0,00	3,84	91,94
Administração	2.282.886,23	1.867.386,23	198.950,19	1.708.168,90	321.640,01	1.708.168,90	0,00	10,20	91,47
Administração Geral	1.597.000,00	1.502.000,00	96.427,15	1.360.654,81	215.978,44	1.360.654,81	0,00	8,13	90,59
Administração Financeira	660.886,23	365.386,23	102.523,04	347.514,09	105.661,57	347.514,09	0,00	2,08	95,11
Administração de Receitas	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	120.500,00	128.500,00	8.545,15	86.477,79	22.271,15	86.477,79	0,00	0,52	67,30
Policimento	50.000,00	58.000,00	4.567,42	35.883,76	7.871,96	35.883,76	0,00	0,21	61,87
Defesa Civil	70.500,00	70.500,00	3.977,73	50.594,03	14.399,19	50.594,03	0,00	0,30	71,76
Assistência Social	1.016.000,00	1.091.974,00	68.150,42	609.804,91	164.678,88	609.804,91	0,00	3,64	55,84
Assistência ao Idoso	47.500,00	47.500,00	-20.319,36	17.635,54	2.473,69	17.635,54	0,00	0,11	37,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	239.000,00	249.000,00	-6.373,31	115.786,54	13.421,57	115.786,54	0,00	0,69	46,50
Assistência Comunitária	729.500,00	795.474,00	94.843,09	476.382,83	148.783,62	476.382,83	0,00	2,85	59,89
Saúde	4.923.800,00	4.923.800,00	263.378,13	3.215.147,14	664.751,69	3.215.147,14	0,00	19,20	65,30
	4.030.200,00	4.030.200,00	221.381,59	2.547.099,74	605.095,15	2.547.099,74	0,00	15,21	63,20
Atenção Básica	741.000,00	741.000,00	34.263,39	613.473,98	51.523,39	613.473,98	0,00	3,66	82,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.400,00	8.400,00	180,51	309,52	180,51	309,52	0,00	0,00	3,68
Suporte Profilático e Terapêutico	93.500,00	93.500,00	6.586,44	52.628,74	6.986,44	52.628,74	0,00	0,31	56,29
Vigilância Sanitária	11.000,00	11.000,00	154,00	382,68	154,00	382,68	0,00	0,00	3,48
Vigilância Epidemiológica	23.000,00	23.000,00	812,20	1.252,48	812,20	1.252,48	0,00	0,01	5,45
Alimentação e Nutrição	16.700,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.179.928,00	6.179.928,00	392.466,37	2.981.968,34	792.263,76	2.981.968,34	0,00	17,81	48,25
Educação	4.219.000,00	4.219.000,00	211.377,04	1.848.485,43	552.630,70	1.848.485,43	0,00	11,04	43,81
Ensino Fundamental									
Ensino Médio	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2 de 8
22/04/2015 07:42

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	%	%
			(a)	(b)	(c)	No Bimestre	Até o Bimestre	(d)	(e)	((e+f)/Total (e+f))
	Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,09
	Educação Infantil	1.746.928,00	1.746.928,00	177.893,61	1.049.978,37	223.637,34	1.049.978,37	223.637,34	1.049.978,37	6,27
	Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	3.195,72	5.704,54	3.195,72	5.704,54	3.195,72	5.704,54	0,03
	Educação Especial	100.000,00	100.000,00	0,00	62.800,00	12.800,00	62.800,00	12.800,00	62.800,00	0,38
	Cultura	194.000,00	294.000,00	45.831,15	133.209,78	54.380,86	133.209,78	54.380,86	133.209,78	0,80
	Difusão Cultural	194.000,00	294.000,00	45.831,15	133.209,78	54.380,86	133.209,78	54.380,86	133.209,78	0,80
	Direitos da Cidadania	125.000,00	125.000,00	8.494,45	12.406,25	8.494,45	12.406,25	8.494,45	12.406,25	0,07
	Assistência Comunitária	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Infra-Estrutura Urbana	0,00	25.000,00	8.494,45	8.494,45	8.494,45	8.494,45	8.494,45	8.494,45	0,05
	Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	0,00	3.911,80	0,00	3.911,80	0,00	3.911,80	0,02
	Urbanismo	3.713.000,00	4.533.722,91	61.677,77	2.213.012,93	575.709,67	2.213.012,93	575.709,67	2.213.012,93	13,22
	Infra-Estrutura Urbana	2.685.000,00	2.685.000,00	45.221,27	1.235.875,95	346.276,55	1.235.875,95	346.276,55	1.235.875,95	7,38
	Serviços Urbanos	47.000,00	47.000,00	-33.543,00	4.095,00	4.095,00	4.095,00	4.095,00	4.095,00	0,02
	Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Turismo	216.000,00	259.923,26	49.999,50	253.969,82	225.338,12	253.969,82	225.338,12	253.969,82	1,52
	Transporte Rodoviário	755.000,00	1.531.799,65	0,00	719.072,16	0,00	719.072,16	0,00	719.072,16	4,29
	Habitção	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habituação Urbana	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Urbano	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Gestão Ambiental	260.000,00	260.000,00	24.964,76	189.980,36	48.030,47	189.980,36	48.030,47	189.980,36	1,13
	Saneamento Básico Urbano	260.000,00	260.000,00	24.964,76	189.980,36	48.030,47	189.980,36	48.030,47	189.980,36	1,13
	Ciência e Tecnologia	147.000,00	147.000,00	2.500,00	137.530,96	2.500,00	137.530,96	2.500,00	137.530,96	0,82
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	147.000,00	147.000,00	2.500,00	137.530,96	2.500,00	137.530,96	2.500,00	137.530,96	0,82
	Agricultura	2.051.000,00	2.246.661,03	-138.808,90	1.016.731,82	148.894,98	1.016.731,82	148.894,98	1.016.731,82	6,07

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	% ((e+f)/Total (e+f))	% ((e+f)/a)
			Despesas Empenhadas		Liquidadas				
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)			
Recursos Hídricos	35.000,00	165.000,00	0,00	13.283,61	0,00	13.283,61	0,00	0,08	8,05
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	870.000,00	881.161,03	933,37	226.806,44	5.365,70	226.806,44	0,00	1,35	25,74
Defesa Sanitária Animal	53.000,00	53.000,00	0,00	29.438,50	5.330,00	29.438,50	0,00	0,18	55,54
Extensão Rural	1.083.000,00	1.137.500,00	-139.742,27	747.203,27	138.199,28	747.203,27	0,00	4,46	65,66
Indústria	250.000,00	235.000,00	4.995,60	212.531,90	11.415,60	212.531,90	0,00	1,27	90,44
Promoção Industrial	190.000,00	235.000,00	4.995,60	212.531,90	11.415,60	212.531,90	0,00	1,27	90,44
Produção Industrial	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	4.477.500,00	5.187.406,98	-1.153.798,78	2.309.285,76	685.556,17	2.309.285,76	0,00	13,79	44,52
Transporte Rodoviário	4.477.500,00	5.187.406,98	-1.153.798,78	2.309.285,76	685.556,17	2.309.285,76	0,00	13,79	44,52
Desporto e Lazer	1.769.000,00	1.734.581,17	-563.195,52	932.585,09	102.487,37	932.585,09	0,00	5,57	53,76
Turismo	1.330.000,00	1.345.581,17	-600.187,52	697.016,46	53.090,92	697.016,46	0,00	4,16	51,80
Desporto Comunitário	439.000,00	389.000,00	36.992,00	235.568,63	49.396,45	235.568,63	0,00	1,41	60,56
Encargos Especiais	540.000,00	540.000,00	-151.968,43	341.931,57	39.454,32	341.931,57	0,00	2,04	63,32
Serviço da Dívida Interna	370.000,00	370.000,00	-104.268,52	220.631,48	54.495,81	220.631,48	0,00	1,32	59,63
Transferências	170.000,00	170.000,00	-47.699,91	121.300,09	-15.041,49	121.300,09	0,00	0,72	71,32
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	28.979.614,23	30.385.960,32	-780.057,71	16.744.378,46	3.790.289,31	16.744.378,46	0,00	100,00	55,11

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 41m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a

pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35,

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')				R\$ 1,00						
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EXECUTADAS							
			Despesas Empenhadas		Liquidadas			Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	% ((e+f)/Total (e+f))	%
					Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre			
			(a)	(b)				(c)	(d)	(e)

inciso II da Lei 4.320/64.

inciso II da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Página: 5 de 8
22/04/2015 07:42

Saldo	
Executar	
(a-(e+f))	
13.641.581,86	
56.395,04	
56.395,04	
159.217,33	
141.345,19	
17.872,14	
0,00	
42.022,21	
22.116,24	
19.905,97	
482.169,09	
29.864,46	
133.213,46	
319.091,17	
1.708.652,86	
1.483.100,26	
127.526,02	
8.090,48	
40.871,26	
10.617,32	
21.747,52	
16.700,00	
3.197.959,66	
2.370.514,57	
48.000,00	

Página: 6 de 8
22/04/2015 07:42

Saldo
Executar
(a-(e+f))
25.000,00
696.949,63
20.295,46
37.200,00
160.790,22
160.790,22
112.593,75
0,00
16.505,55
96.088,20
2.320.709,98
1.449.124,05
42.905,00
10.000,00
5.953,44
812.727,49
1.000,00
1.000,00
0,00
0,00
70.019,64
70.019,64
9.469,04
9.469,04
1.229.929,21

Saldo
Executar
(a-(e+f))
151.716,39
10.000,00
654.354,59
23.561,50
390.296,73
22.468,10
22.468,10
0,00
2.878.121,22
2.878.121,22
801.996,08
648.564,71
153.431,37
198.068,43
149.368,52
48.699,91
190.000,00
190.000,00
0,00
13.641.581,86

Saldo
Executar
(a-(e+f))

RREO ANEXO 03 JAN/JAN/2014 A DEZ/2014

Página: 1 de 3
22/04/2015 07:43

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RREO - ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO		Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014						(últimos 12 Meses)	Atualizada 2014
		Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014							
RECEITAS CORRENTES (I)		1.297.806,21	1.272.765,17	1.359.542,53	1.640.226,43	1.683.875,87	1.194.630,23						16.214.982,47	21.876.874,23
Receita Tributária		1.137.768,87	1.288.505,15	1.174.792,38	1.090.049,52	1.315.618,13	1.759.401,98							
		47.554,54	46.805,33	60.581,51	54.507,92	71.004,91	102.694,99							
IPTU		121.390,72	181.645,53	66.458,51	73.144,13	93.111,66	75.765,75						994.665,50	1.446.740,00
		604,36	134,53	800,95	442,89	927,63	13.850,56							
ISS		26.145,26	87.909,68	6.703,54	9.682,54	12.125,83	6.689,90						166.017,67	183.140,00
		18.676,63	12.548,09	11.895,03	12.731,29	20.812,04	36.852,09							
ITBI		29.643,17	21.136,09	26.329,75	22.539,20	28.559,90	29.352,65						271.075,93	238.700,00
		10.820,00	6.229,13	14.970,77	17.950,50	26.407,82	23.910,24							
IRRF		30.590,72	6.706,62	16.040,00	18.479,98	14.244,40	8.951,50						195.301,68	160.000,00
		10.754,39	17.457,74	10.276,08	9.519,09	12.138,34	9.947,17							
Outras Receitas Tributárias		11.304,98	9.332,86	9.918,86	10.448,94	15.385,60	14.461,40						140.945,45	336.700,00
		6.699,16	10.435,84	22.638,68	13.864,15	10.719,08	18.134,93							
Receita De Contribuições		23.706,59	56.560,28	7.466,36	11.993,47	22.795,93	16.310,30						221.324,77	528.200,00
		9.302,06	8.247,83	1.183,76	9.766,30	11.198,80	9.524,44							
Receita Patrimonial		7.419,33	9.990,46	9.033,51	12.791,18	1.806,41	4.675,16						94.939,24	338.690,00
		1.845,03	2.621,02	4.837,31	2.502,73	6.299,00	5.019,19							
Receita Agropecuária		13.665,42	3.519,73	11.093,59	1.890,18	2.425,38	49.259,85						104.978,43	111.600,00
		-	-	-	-	-	-						8.571,30	5.000,00
Receita Industrial		-	-	-	-	-	-						420,00	10.000,00
		-	420,00	-	-	-	-							
Receita De Serviços		5.371,48	16.351,75	10.810,74	4.837,79	7.554,39	13.233,24						231.766,29	180.000,00
		8.369,03	7.608,25	33.657,25	7.659,16	6.257,31	110.055,90							
Transferências Correntes		1.230.417,43	1.195.586,68	957.811,19	1.106.702,04	1.276.252,38	1.060.007,14						14.656.813,44	19.479.844,23
		981.793,17	1.082.535,96	1.049.396,91	988.691,91	2.284.693,97	1.442.924,66							
Cota-Parte do FPM		594.831,34	635.192,90	376.793,59	430.046,10	573.089,30	429.779,99						5.653.735,07	6.463.400,00
		369.126,63	448.426,05	427.491,68	371.503,84	457.324,13	540.129,52							

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2014 a Dezembro/2014

R\$ 1,0												Previsão Atualizada 2014
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Total (Últimos 12 Meses)
	R\$ 1,0											
	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014						
	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014						
Cota-Parte do ICMS	322.029,52	305.992,80	308.108,66	308.502,85	319.479,17	312.353,10						
	283.357,22	304.519,93	337.734,81	336.848,40	371.407,37	357.747,48						3.868.081,31
Cota-Parte do IPVA	18.305,56	18.905,64	32.435,29	24.417,11	33.543,06	33.516,39						
	35.219,68	31.483,00	29.693,10	23.541,91	19.437,39	11.021,48						313.000,00
Cota-Parte do ITR	-	2,58	53,85	-	50,72	29,67						
	14,57	27,72	629,59	1.671,36	-	212,25						12.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.358,76	1.358,76	-	1.358,76	1.358,76	1.358,76						
	7.230,41	1.358,76	1.358,76	1.358,76	1.358,76	2.717,52						40.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.113,50	3.482,59	3.709,74	3.707,18	4.270,17	3.437,13						
	3.945,30	4.066,75	3.827,01	4.098,41	4.706,19	5.046,91						80.000,00
Transferências do FUNDEB	134.858,82	127.264,84	119.390,32	121.406,07	132.468,36	184.765,23						
	56.955,16	122.289,79	125.605,10	129.222,23	138.381,61	163.360,62						1.934.000,00
Outras Transferências Correntes	154.919,93	103.386,57	117.319,74	217.263,97	211.992,84	94.766,87						
	225.944,20	170.363,96	123.056,86	120.447,00	1.292.078,52	362.688,88						6.331.444,23
Outras Receitas Correntes	3.315,67	3.152,56	324.318,02	461.909,65	311.566,39	4.151,23						
	5.131,20	2.785,22	5.152,61	3.143,84	-1.077.973,35	76.175,23						305.000,00
DEDUÇÕES (II)	187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95						
	139.374,53	157.168,02	150.256,65	150.344,47	176.780,72	177.807,04						2.251.760,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95						
	139.374,53	157.168,02	150.256,65	150.344,47	176.780,72	177.807,04						2.251.760,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.110.519,40	1.080.474,82	1.216.003,16	1.487.357,63	1.497.817,82	1.038.551,28						19.625.114,23
	998.394,34	1.131.337,13	1.024.535,73	939.705,05	1.138.837,41	1.581.594,94						

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 43m.

Página: 3 de 3
22/04/2015 07:43

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		R\$ 1,00									
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Previsão Atualizada 2014
	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Total (Últimos 12 Meses)
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI									
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO									

RREO ANEXO 04 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 6
22/04/2015 07:44

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014
				Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
			Em 2014				Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			No Bimestre	Até o Bimestre				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS- RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO-RPPS (VII)=(II-VI)	-	-	-	-	-	-	-	-

Página: 4 de 6
22/04/2015 07:44

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	-
BENS E DIREITOS DO RPPS					
DO RPPS		nov/14	PERÍODO DE REFERENCIA		
			2014		2013

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014
				Até o Bimestre/ 2013
RECETAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECETAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+X-X)	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00				
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre			
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-	-	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 44m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 05 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 07:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Out/2014	Em 31/Dez/2014
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	816.742,51	657.343,01	700.190,45
DEDUÇÕES(II)	570.396,85	1.649.971,02	757.933,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	2.310.468,94	906.833,13
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	660.497,92	148.900,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	246.345,66	-992.628,01	-57.742,68
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	246.345,66	-992.628,01	-57.742,68
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre	Até o Bimestre	
	(c-b)	(c-a)	
VALOR	934.885,33	-304.088,34	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS			
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-145.348,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Out/2014	Em 31/Dez/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 45m.

Página: 2 de 2
22/04/2015 07:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 31/Out/2014	Em 31/Dez/2014
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER			
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983			
	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI			
	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			

RREO ANEXO 06 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 4
22/04/2015 07:47

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	19.518.514,23	2.668.168,92	14.140.150,28	11.594.225,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.446.740,00	168.877,41	994.665,50	797.488,77
IPTU	183.140,00	18.815,73	166.017,67	129.634,14
ISS	238.700,00	57.912,55	271.075,93	178.793,59
ITBI	160.000,00	23.195,90	195.301,68	109.793,90
IRRF	336.700,00	29.847,00	140.945,45	229.418,58
Outras Receitas Tributárias	528.200,00	39.106,23	221.324,77	149.848,56
Receta de Contribuição	338.690,00	6.481,57	94.939,24	95.205,73
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	338.690,00	6.481,57	94.939,24	95.205,73
Receta Patrimonial Líquida	5.000,00	-	-	-
Receita Patrimonial	111.600,00	52.263,43	104.978,43	36.509,75
(-)Aplicações Financeiras	106.600,00	52.263,43	104.978,43	36.509,75
Transferências Correntes	17.228.084,23	3.372.452,67	12.686.959,68	10.561.717,84
FPM	5.136.840,00	791.080,62	4.523.003,06	4.448.620,06
ICMS	3.471.200,00	583.890,69	3.098.413,10	2.739.948,59
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	8.620.044,23	1.997.481,36	5.065.543,52	3.373.149,19
Demais Receitas Correntes	500.000,00	-879.642,73	363.585,86	139.813,20
Dívida Ativa	157.000,00	2.083,26	7.979,84	13.499,73
Diversas Receitas Correntes	343.000,00	-881.725,99	355.606,02	126.313,47
RECEITAS DE CAPITAL(II)	9.354.500,00	367.573,48	2.736.034,77	973.146,44
Operações de Crédito(III)	1.000.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	10.000,00	-	-	374,50
Alienação de Bens(V)	550.000,00	31.175,00	31.175,00	279.140,40

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Transferências de Capital	7.354.500,00	336.398,48	2.704.859,77	693.631,54
Convênios	2.922.500,00	-	491.838,75	1.458,41
Outras Transferências de Capital	4.432.000,00	336.398,48	2.213.021,02	692.173,13
Outras Receitas de Capital	440.000,00	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(I+III+IV+V)	7.794.500,00	336.398,48	2.704.859,77	693.631,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	27.313.014,23	3.004.567,40	16.845.010,05	12.287.857,08

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)										R\$ 1,00										
DESPESAS PRIMÁRIAS										DESPESAS EXECUTADAS										
										DOTAÇÃO ATUALIZADA					Em 2014			Em 2013		
															LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
															No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	Bimestre	
DESPESAS CORRENTES(VIII)										17.350.816,22	2.617.204,21	12.400.529,24	-	10.830.022,92	-					
Pessoal e Encargos Sociais										7.345.720,00	1.480.998,23	6.276.608,60	-	6.130.594,00	-					
Juros e Encargos da Dívida(IX)										24.000,00	-121,13	6.615,04	-	17.585,24	-					
Outras Despesas Correntes										9.981.096,22	1.136.327,11	6.117.305,60	-	4.681.843,68	-					
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII+X)										17.326.816,22	2.617.325,34	12.393.914,20	-	10.812.437,68	-					
DESPESAS DE CAPITAL(XI)										12.845.144,10	1.173.085,10	4.343.849,22	-	1.494.938,97	-					
Investimentos										12.474.144,10	1.118.468,16	4.129.832,78	-	1.220.645,11	-					
Inversões Financeiras										25.000,00	-	-	-	-	-					
Concessão de Empréstimos(XII)										-	-	-	-	-	-					
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)										-	-	-	-	-	-					
Demais Inversões Financeiras										25.000,00	-	-	-	-	-					
Amortização da Dívida(XIV)										346.000,00	54.616,94	214.016,44	-	274.293,86	-					
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)										12.499.144,10	1.118.468,16	4.129.832,78	-	1.220.645,11	-					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)										190.000,00	-	-	-	-	-					
RESERVA DO RPPS(XVII)										-	-	-	-	-	-					
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)										30.015.960,32	3.735.793,50	16.523.746,98	-	12.033.082,79	-					
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)										-2.702.946,09	-731.226,10	321.263,07	-	254.774,29	-					
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES										-	-	-	-	-	-					
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL										VALOR CORRENTE										

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)	R\$ 1,00
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	373.814,23

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 45m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 07 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)										R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)										
EXECUTIVO										
DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA	-	5.099,40	5.099,40	-	-	-	-	-	-	-
DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO	-	1.462,85	1.462,85	-	-	-	-	-	-	-
FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL	-	290,12	290,12	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER	-	10.944,00	10.944,00	-	-	-	-	-	-	-
DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB	-	338,61	338,61	-	-	-	-	-	-	-
DEPART GERAL DA AGRICULTURA	-	3.841,60	3.841,60	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUN REQ CORPO BOMB. POL. MIL	-	320,08	320,08	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	22.296,66	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO										
CAMARA DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	22.296,66	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 48m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 08 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 8
22/04/2015 07:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					RECEITAS REALIZADAS		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre		Até o Bimestre	%	
			No Bimestre	(b)		(c)=(b)/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	997.540,00	997.540,00	135.322,33	786.533,33		78,85	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	225.140,00	225.140,00	24.296,65	177.718,70		78,94	
1.1.1-IPTU	213.650,00	213.650,00	19.504,34	180.251,34		84,37	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	12.000,00	12.000,00	5.261,96	11.482,07		95,68	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	218,96	218,96		0,88	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	-	-		-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	30.510,00	30.510,00	688,61	14.233,67		46,65	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	165.000,00	165.000,00	23.195,90	195.301,68		118,36	
1.2.1-ITBI	160.000,00	160.000,00	23.195,90	195.301,68		122,06	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	-	-		-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-		-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	57.982,78	272.567,50		100,69	
1.3.1-ISS	238.700,00	238.700,00	57.912,55	271.075,93		113,56	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	70,23	1.491,57		14,92	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	-	-		-	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	-	-		-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-		-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	29.847,00	140.945,45		41,86	
1.4.1-IRRF	350.000,00	350.000,00	29.847,00	140.945,45		40,27	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-		-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	13.300,00	13.300,00	-	-		-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-		-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-		-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-		-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-		-	

Página: 2 de 8
22/04/2015 07:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (c) = (b/a)x100	
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
2.1.Cota-Parte FPM	11.214.400,00	11.214.400,00	1.771.109,00	9.906.615,95	88,34	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.463.400,00	6.463.400,00	997.453,65	5.653.735,07	87,47	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	997.453,65	5.653.735,07	87,47	
2.2.Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	729.154,85	3.868.081,31	89,83	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	40.000,00	40.000,00	4.076,28	22.176,77	55,44	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	9.753,10	48.410,88	60,51	
2.5-Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	212,25	2.692,31	22,44	
2.6-Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	30.458,87	311.519,61	99,53	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.211.940,00	12.211.940,00	1.906.431,33	10.693.149,28	87,56	

Página: 3 de 8
22/04/2015 07:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.098.000,00	1.098.000,00	31.849,15	367.975,56	33,51
5.1 - Transferências do Salário-Educação	194.000,00	194.000,00	-23.743,25	118.654,21	61,16
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	4.362,00	36.576,00	57,15
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	72.000,00	72.000,00	2.963,52	23.708,16	32,93
5.5 - Outras Transferências do FNDE	762.000,00	762.000,00	46.573,32	187.343,63	24,59
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.000,00	6.000,00	1.693,56	1.693,56	28,23
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	329.000,00	329.000,00	-8.445,26	45.191,91	13,74
6.1 - Transferências de Convênios	328.000,00	328.000,00	-9.010,27	44.449,00	13,55
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	565,01	742,91	74,29
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.427.000,00	1.427.000,00	23.403,89	413.167,47	28,95

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.251.760,00	2.251.760,00	355.165,96	1.969.853,76	87,48
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.326.560,00	1.326.560,00	206.373,03	1.130.732,01	85,24
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	834.800,00	834.800,00	145.264,16	769.668,21	92,20
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	815,25	3.261,00	40,76
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	-403,27	56,49	0,35
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	2.400,00	2.400,00	21,00	516,97	21,54
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	64.000,00	64.000,00	6.422,14	65.619,08	102,53
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.944.000,00	1.944.000,00	303.069,97	1.563.394,63	80,42
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.934.000,00	1.934.000,00	301.742,23	1.555.968,15	80,45
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.327,74	7.426,48	74,26
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-317.760,00	-317.760,00	-53.423,73	-413.885,61	130,25

Página: 4 de 8
22/04/2015 07:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)								RS 1,00
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%	(g)= ((e-f)/d)x100
			LIQUIDADAS		(f)			
			No Bimestre	Até o Bimestre				
		(d)		(e)				
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.270.000,00	1.172.000,00	227.835,26	1.109.515,21	-	-	94,67	
13.1-Com Educação Infantil	650.000,00	552.000,00	102.088,23	551.789,66	-	-	99,96	
13.2-Com Ensino Fundamental	620.000,00	620.000,00	125.747,03	557.725,55	-	-	89,96	
14-OUTRAS DESPESAS	672.000,00	770.000,00	80.453,51	452.038,79	-	-	58,71	
14.1-Com Educação Infantil	110.000,00	208.000,00	25.635,35	190.101,60	-	-	91,40	
14.2-Com Ensino Fundamental	562.000,00	562.000,00	54.818,16	261.937,19	-	-	46,61	
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	1.942.000,00	1.942.000,00	308.288,77	1.561.554,00	-	-	80,41	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB								
VALOR								
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB								-
16.1 - FUNDEB 60%								-
16.2 - FUNDEB 40%								-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB								-
17.1 - FUNDEB 60%								-
17.2 - FUNDEB 40%								-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)								-
INDICADORES DO FUNDEB								
VALOR								
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)								1.561.554,00
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-(16.1+17.1))/(11)x100)%								70,97
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((14-(16.2+17.2)))/(11x100)%								28,91
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-((19.1+19.2)))%								0,12

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014.2		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%(c)=(b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.052.985,00	3.052.985,00	476.607,83	2.673.287,32	87,56

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
			No Bimestre	Até o Bimestre		
		(d)		(e)	(f)	$(g)=(e-f)/d \times 100$
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.567.928,00	1.567.928,00	229.997,00	1.027.538,22	-	65,53
23.1-Creche	320.000,00	392.400,00	68.685,92	252.389,44	-	64,32
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.000,00	168.000,00	25.635,35	167.967,39	-	99,98
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	250.000,00	224.400,00	43.050,57	84.422,05	-	37,62
23.2-Pré-Escola	1.247.928,00	1.175.528,00	161.311,08	775.148,78	-	65,94
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	690.000,00	592.000,00	102.088,23	573.923,87	-	96,95
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	557.928,00	583.528,00	59.222,85	201.224,91	-	34,48
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.052.000,00	3.052.000,00	350.472,02	1.517.524,86	-	49,72
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.000,00	1.182.000,00	180.565,19	819.662,74	-	69,35
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.870.000,00	1.870.000,00	169.906,83	697.862,12	-	37,32
25-ENSINO MÉDIO	74.000,00	74.000,00	3.195,72	5.704,54	-	7,71
26-ENSINO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	-	15.000,00	-	37,50
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	37.000,00	37.000,00	16.173,91	32.936,55	-	89,02
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.770.928,00	4.770.928,00	599.838,65	2.598.704,17	-	54,47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-413.885,61
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	7.426,48
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-406.459,13
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	2.951.522,21
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31x100%)	27,60

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
			LIQUIDADAS		(f)		
			No Bimestre	Até o Bimestre			
		(d)		(e)		(g)=(e-f)/d*100	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	194.000,00	194.000,00	52.600,26	85.278,50	-	43,96	
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	965.000,00	965.000,00	139.824,85	297.985,67	-	30,88	
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.409.000,00	1.409.000,00	192.425,11	383.264,17	-	27,20	
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.179.928,00	6.179.928,00	792.263,76	2.981.968,34	-	48,25	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014			(g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-	
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-
48-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.555.968,15
49-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.561.554,00
49.1-Orçamentário do Exercício		1.561.554,00
49.2-Restos a Pagar		-
50-(-)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.426,48
51-(-)-SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.840,63

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 49m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 09 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)		(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	-		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(d)	(e)	(f)	(g)=(d)-(e+f)
DESPESAS DE CAPITAL	12.845.144,10	4.343.849,22	-	8.501.294,88
(-)-Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)-Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.845.144,10	4.343.849,22	-	8.501.294,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-11.845.144,10	-4.343.849,22		-7.501.294,88

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 50m.

1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 10 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2014 a 2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior)+(c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 50m.

RREO ANEXO 11 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:51

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	550.000,00	31.175,00	518.825,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	31.175,00	368.825,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	-	150.000,00
TOTAL	550.000,00	31.175,00	518.825,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	63,59	31.175,00	31.238,59

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 51m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento das despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 12 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 3
22/04/2015 07:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	997.540,00	997.540,00	786.533,33	78,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	183.140,00	183.140,00	166.017,67	90,65
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	160.000,00	160.000,00	195.301,68	122,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	238.700,00	238.700,00	271.075,93	113,56
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	140.945,45	41,86
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	27.000,00	27.000,00	12.973,64	48,05
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	218,96	0,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.214.400,00	11.214.400,00	9.906.615,95	88,34
Cota-Parte FPM	6.463.400,00	6.463.400,00	5.653.735,07	87,47
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	2.692,31	22,44
Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	311.519,61	99,53
Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	3.868.081,31	89,83
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	48.410,88	60,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	22.176,77	55,44
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	22.176,77	55,44
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.211.940,00	12.211.940,00	10.693.149,28	87,56

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.135.200,00	2.135.200,00	1.141.680,82	53,47
Provenientes da União	1.771.200,00	1.771.200,00	1.054.630,97	59,54
Provenientes dos Estados	364.000,00	364.000,00	84.522,25	23,22
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	2.527,60	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.000,00	15.000,00	4.646,97	30,98
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.150.200,00	2.150.200,00	1.146.327,79	53,31

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	4.124.800,00	4.166.190,00	3.161.905,59	75,89	3.161.905,59	75,89	-
Pessoal e Encargos Sociais	1.801.000,00	1.723.290,00	1.456.895,04	84,54	1.456.895,04	84,54	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.323.800,00	2.442.900,00	1.705.010,55	69,79	1.705.010,55	69,79	-
DESPESAS DE CAPITAL	769.000,00	572.610,00	31.241,55	5,46	31.241,55	5,46	-
Investimentos	769.000,00	572.610,00	31.241,55	5,46	31.241,55	5,46	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.893.800,00	4.738.800,00	3.193.147,14	67,38	3.193.147,14	67,38	-

Página: 2 de 3
22/04/2015 07:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100	a pagar não Processados
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.687.200,00	1.687.200,00	1.119.691,69	35,07	1.119.691,69	35,07	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.628.200,00	1.628.200,00	1.115.926,94	34,95	1.115.926,94	34,95	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	59.000,00	59.000,00	3.764,75	0,12	3.764,75	0,12	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.687.200,00	1.687.200,00	1.119.691,69	35,07	1.119.691,69	35,07	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.206.600,00	3.051.600,00	2.073.455,45	64,93	2.073.455,45	64,93	-
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							19,39
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100]6							469.483,06
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Total	-	-	-	-	-		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)			Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-			-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO						
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)			Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-			-		

Página: 3 de 3
22/04/2015 07:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100	
Atenção Básica	4.030.200,00	3.845.200,00	2.525.099,74	79,08	2.525.099,74	79,08	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	613.473,98	19,21	613.473,98	19,21	-
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	309,52	0,01	309,52	0,01	-
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	52.628,74	1,65	52.628,74	1,65	-
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	382,68	0,01	382,68	0,01	-
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	1.252,48	0,04	1.252,48	0,04	-
Outras Subfunções	16.700,00	16.700,00	-	-	-	-	-
TOTAL	4.923.800,00	4.738.800,00	3.193.147,14	100,00	3.193.147,14	100,00	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 53m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 13 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 1
22/04/2015 07:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2014

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XII											RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014					Até o Bimestre (b)	SALDO TOTAL			
		No bimestre		2014				(c)=(a+b)			
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GABANTIAS DE PPP (II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I)-(II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP											
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS/(RCL) (%)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 54m.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI WÜLLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADOR(A) CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 14 BIM. NOV-DEZ 2014

Página: 1 de 2
22/04/2015 07:57

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		-		28.979.614,23	
Previsão Atualizada da Receita		-		28.979.614,23	
Receitas Realizadas		3.088.005,83		16.981.163,48	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-		0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		28.979.614,23	
Créditos Adicionais		-		1.406.346,09	
Dotação Atualizada		-		30.385.960,32	
Despesas Empenhadas		-780.057,71		16.744.378,46	
Despesas Executadas		3.790.289,31		16.744.378,46	
Liquidadas		3.790.289,31		16.744.378,46	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
Superávit Orçamentário				236.785,02	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		-780.057,71		16.744.378,46	
Despesas Executadas		3.790.289,31		16.744.378,46	
Liquidadas		3.790.289,31		16.744.378,46	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				14.245.128,71	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Executadas(V)					
Liquidadas		0,00		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-145.348,00	-288.637,76	198,58	
Resultado Primário		373.814,23	321.263,07	85,94	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		22.296,66	0,00	22.296,66	0,00
Poder Executivo		22.296,66	0,00	22.296,66	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		22.296,66	0,00	22.296,66	0,00

Página: 2 de 2
22/04/2015 07:57

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE		25%		
Liquidadas	2.951.522,21		27,60	
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL		60%		
Liquidadas	1.109.515,21		70,97	
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	4.343.849,22		8.501.294,88	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	31.175,00		518.825,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5				19,39
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Abr/2015, 07h e 56m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por forç art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LYSING COMERCIO ATACADISTA MATERIAL ELÉTRICO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Itajaí-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 14.694.138.0001.42, neste ato representada por: DANIEL TRILHA LOPES, cpf nº 976.785.380-49, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato

5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Tiver presentes razões de interesse público;
 - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 - Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
DANIEL TRILHA LOPES

LYSING COMERCIO ATACADISTA
MATERIAL ELÉTRICO LTDA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO**, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: **RAULUIZ TRANSPORTES E COMERCIO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.150.582/0001-57, neste ato representada por: GABRIEL LUIS MAZZOCHI, cpf nº 082.991.249-56, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDAD	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
37	ALICATE DE CRIMPAGEM	UN	5,00	FAMASTIL	29,00	145,00
38	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UN	5,00	FAMASTIL	38,50	192,50
39	ALICATE TORQUEZ 8"	UN	5,00	FAMASTIL	28,00	140,00
40	ALICATE UNIVERSAL 10"	UN	5,00	FAMASTIL	24,50	122,50
41	ALICATE UNIVERSAL 8"	UNI	8,00	FAMASTIL	17,50	140,00
42	ALVENARIT 1 LT	LT	200,00	OTTO	7,50	1.500,00
44	ANTI -FERRUGEM	KG	20,00	VONDER	7,75	155,00
45	APLICADOR DE SILICONE REFORÇADO	UN	15,00	FAMASTIL	26,00	390,00
46	ARAME FARPADO 500 MTS	RL	50,00	FAMASTIL	415,00	20.750,00
48	ARAME RECOZIDO	KG	100,00	GERDAU	11,50	1.150,00
49	ARCO DE SERRA	PC	5,00	FAMASTIL	16,90	84,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

50	AREIA FINA	MT3	100,00	GR MINERADOR A	118,00	11.800,00
51	AREIA	M3	100,00	GR MINERADOR A	115,00	11.500,00
52	ARGAMASSA 20 KG	SC	200,00	CERANFIX	9,60	1.920,00
53	ARGAMASSA 5 KG	SC	200,00	CERANFIX	8,00	1.600,00
54	ARGAMASSA AC1 20 KG	SC	100,00	CERANFIX	9,50	950,00
59	ARMÁRIO PLASTICO A42	UN	20,00	ASTRA	39,00	780,00
68	ASSOALHO DE PINUS 1a QUALIDADE	M2	200,00	I.C.S	28,98	5.796,00
72	BACIA PLASTICA PARA MASSA	PC	100,00	ASTRA	9,00	900,00
76	BASCULANTE DE FERRO 0,50 X 0,50	PC	20,00	BENORTE	23,00	460,00
77	BASE SUPER BRILHO PRETA EM LATA 18 LTS	UN	20,00	LUKSCOLOR	480,00	9.600,00
79	BEIRAL DE PINUS	M.L	100,00	I.C.S	6,50	650,00
81	BETONEIRA 130 LTS C/ MOTOR 1/2 CV	UN	1,00	MAQTRON	990,00	990,00
82	BETONEIRA 260 LTS C/ MOTOR 1 CV	UN	1,00	MAQTRON	1.950,00	1.950,00
83	BISNAGA TINTA DIVERSAS CORES 250 ML	UN	200,00	SHERWIN WILLIAMS	4,00	800,00
84	BLOCO DE CONCRETO COM FUNDO	UN	2.000,00	PRE-VALE	2,45	4.900,00
85	BLOCO DE CONCRETO SEM FUNDO	UN	2.000,00	PRE-VALE	2,45	4.900,00
95	BOMBA PARA ENCHER PNEUS	UN	2,00	ECCOFER	29,00	58,00
96	BOMBA SUBMERSA 80A 220V	PC	5,00	FAME	290,00	1.450,00
108	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 13,0MM	PC	10,00	VONDER	17,50	175,00
109	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 16,0MM	PC	10,00	VONDER	25,50	255,00
111	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 7,0MM	PC	10,00	VONDER	6,00	60,00
112	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 9,0MM	PC	10,00	VONDER	8,00	80,00
115	BROCA P/ FERRO 2,0MM	PC	10,00	VONDER	3,75	37,50
116	BROCA P/ FERRO 2,5MM	PC	10,00	VONDER	3,75	37,50
117	BROCA P/ FERRO 3,0MM	PC	10,00	VONDER	3,95	39,50
123	BROCA P/ FERRO 6,0MM	PC	10,00	VONDER	3,30	33,00
125	BROCA P/ FERRO 7,0MM	PC	10,00	VONDER	8,70	87,00
126	BROCA P/ FERRO 8,0MM	PC	10,00	VONDER	5,90	59,00
127	BROCA P/ FERRO 9,0MM	PC	10,00	VONDER	9,90	99,00
128	BROCA P/ MADEIRA 1/4	PC	10,00	VONDER	2,90	29,00
129	BROCA P/ MADEIRA 1/2	PC	10,00	VONDER	5,40	54,00
130	BROCA P/ MADEIRA 3/4	PC	10,00	VONDER	8,40	84,00
131	BROCA P/ MADEIRA 1	PC	10,00	VONDER	6,95	69,50
132	BROCA P/ MADEIRA 3/8"	PC	10,00	VONDER	3,95	39,50
133	BROCA P/ MADEIRA 5/16"	PC	10,00	VONDER	4,95	49,50
134	BROCA P/ MADEIRA 5/8"	PC	10,00	VONDER	6,65	66,50
135	BROCA P/ MADEIRA 7/16"	PC	10,00	VONDER	2,95	29,50
144	BUCHA FIXAÇÃO 10MM	UN	500,00	WURTH	0,25	125,00
145	BUCHA PARA FIO 100	UN	200,00	WURTH	0,55	110,00
147	BUCHA PLASTICA 12 MM	UN	200,00	WURTH	0,22	44,00
148	BUCHA PLASTICA 5 MM	UN	200,00	WURTH	0,19	38,00
150	BUCHA PLASTICA 7 MM	UN	200,00	WURTH	0,18	36,00
152	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 25 X 20MM	PC	100,00	KRONA	0,50	50,00
153	CABEÇOTE GALVANIZADO 1/2	UN	100,00	MANPLEX	3,90	390,00
154	CABEÇOTE GALVANIZADO 1 1/2"	UN	100,00	MANPLEX	5,90	590,00
155	CABEÇOTE GALVANIZADO 1 1/4"	UN	100,00	MANPLEX	6,90	690,00
166	CABO P/ ENXADÃO	PC	10,00	PARABONI	5,90	59,00
189	CABOS DE ENXADA	PC	15,00	PARABONI	6,40	96,00
190	CABOS DE PÁ	PC	15,00	PARABONI	6,40	96,00
191	CABOS DE PICARETA	PC	15,00	PARABONI	10,20	153,00
213	CAIXA DE GORDURA	PC	30,00	JAPI	99,00	2.970,00

PROCESSO LICITATÓRIO nº 61/2015

Página 2



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

219	CAIXA FERRAMENTA EM AÇO COM 3 GAVETAS	UNI	3,00	VONDER	49,00	147,00
227	CAL HIDRATADO 20 KG	SC	500,00	ITABRANCA	8,90	4.450,00
228	CAL VIRGEM C/ 20 KG	SC	50,00	ITABRANCA	8,90	445,00
229	CALHA PVC	UN	500,00	AMANCO	19,90	9.950,00
230	CAMARA P/ PNEU CARRINHO DE MÃO	UN	10,00	VONDER	9,20	92,00
238	CANAleta CONCRETO 30	UN	200,00	PRE VALE	18,20	3.640,00
239	CANAleta CONCRETO 40	UN	200,00	PRE VALE	24,25	4.850,00
240	CANAleta DE CONCRETO 20	UN	1.000,00	PRE VALE	24,85	24.850,00
248	CANO PARA FOGÃO A LENHA 110/120/130	UNI	20,00	BALFORT	19,90	398,00
250	CANTO UNIÃO PVC INTERNO E EXTERNO	PC	50,00	PASBIL	3,90	195,00
251	CANTONEIRA PINUS	M.L	1.000,00	I.C.S	4,40	4.400,00
252	CANTONEIRA PVC (BARRA C/ 6MT)	BR	20,00	PLASBIL	25,75	515,00
253	CAP ESGOTO 50MM (TAMPAO)	PC	200,00	KRONA	2,70	540,00
255	CAP ESGOTO 150MM	UN	500,00	KRONA	17,00	8.500,00
256	CAP ESGOTO 75MM	PC	500,00	KRONA	4,50	2.250,00
264	CARRINHO DE MÃO C/ CANTONEIRAS	UN	20,00	TRAMONTINA	195,00	3.900,00
265	CASCOREZ EXTRA 5 KG	PC	200,00	CASCOLA	64,50	12.900,00
267	CAVADEIRA DUPLA GRANDE	PC	50,00	PARABONI	44,00	2.200,00
268	CAVADEIRA DUPLA PEQUENA	UN	50,00	PARABONI	30,00	1.500,00
270	CAXILHO DE CEDRO 17 CM	UN	50,00	I.C.S	120,00	6.000,00
271	CAXILHO DE PINUS 14 CM	UN	150,00	I.C.S	49,00	7.350,00
272	CHAPA DE COMPENSADO NAVAL ESPESSURA MÉDIA	UIN	50,00	I.C.S	43,90	2.195,00
273	CHAPA DE MADERITE 12 MM 1,10 X2,20 M	UN	500,00	I.C.S	34,50	17.250,00
274	CHAPA DE MAREITE COLAFENÁLICA ESPESSURA M	UN	500,00	I.C.S	55,00	27.500,00
275	CHAPÉU PARA CANO FOGÃO A LENHA	UNI	10,00	BALFORT	19,75	197,50
276	CHAVE DE CANO Nº 2	UN	20,00	FAMASTIL	24,90	498,00
277	CHAVE DE CANO Nº 6	PC	20,00	FAMASTIL	27,50	550,00
282	CHAVE FILLIPS IMANTADA 1/4X5	UN	50,00	FAMASTIL	8,90	445,00
287	CIMENTO 50KG	SC	400,00	VOTORANTIM	31,50	12.600,00
289	CINTO CARPINTEIRO	PC	5,00	FAMASTIL	26,90	134,50
291	COLAR DE TOMADA C/ BORRACHA 110 MM	PC	50,00	KRONA	14,80	740,00
292	COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS 60MM X ¾	PC	100,00	KRONA	13,90	1.390,00
293	COLAR DE TOMADA COM BORRACHA 85 MM	PC	500,00	KRONA	14,90	7.450,00
294	COLAR DE TOMADA PVC 32 X 1/2 32 MM	PC	500,00	KRONA	25,50	12.750,00
295	COLAR DE TOMADAS C/ TRAVAS 40MM X ¾	PC	500,00	KRONA	24,50	12.250,00
298	CONE PARA SINALIZAÇÃO 75 CM	UN	30,00	ECCOFER	39,00	1.170,00
304	CONECTOR PARA LUZ	PC	20,00	MANPLEX	3,50	70,00
317	CORDA POLYESTER 4MM	KG	100,00	FAMASTIL	0,98	98,00
318	CORDA POLYESTER 6MM	KG	100,00	FAMASTIL	1,18	118,00
319	CORRENTE 10MM	KG	50,00	VONDER	12,80	640,00
320	CORRENTE 4 MM	KG	70,00	VONDER	15,45	1.081,50
321	CORRENTE 6 MM	KG	70,00	VONDER	16,50	1.155,00
322	CORRENTE 8 MM	KG	70,00	VONDER	19,70	1.379,00
323	CORTADOR DE GRAMA 500W	UN	5,00	FAMASTIL	149,00	745,00
324	CORTADOR DE PISO 50 CM	UN	2,00	CORTAG	105,00	210,00
325	CORTADOR DE PISO 75 CM	UN	2,00	CORTAG	112,90	225,80
378	DOBRADIÇA PARA MÓVEIS	UN	100,00	ECCOFER	0,95	95,00
387	ENGATE FLEXÍVEL 40 cm	PC	100,00	CENSI	3,50	350,00
389	ENGATE FLEXÍVEL INOX	PC	100,00	CENSI	16,00	1.600,00
390	Enxada com cabo	UN	50,00	PARABONI	22,50	1.125,00
391	ENXADÃO COM CABO	UN	30,00	PARABONI	25,00	750,00
392	ESCADA 6 DEGRAUS	PC	5,00	I.C.S	108,00	540,00
393	ESCADA DE MADEIRA 13/26 DEGRAUS	PC	5,00	I.C.S	239,00	1.195,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

394	ESCADA EXTENSIVA EM FIBRA DE VIDRO	UN	2,00	BOTA FOGO	2.290,00	4.580,00
395	ESCOVA DE AÇO 4 FILEIRAS	UN	50,00	FAMASTIL	3,70	185,00
396	ESPAÇADOR DE PISOS 5MM C/ 100 UN	PCT	100,00	VONDER	2,50	250,00
397	ESPATULA PLASTICO	PC	10,00	FAMSTIL	2,45	24,50
398	ESPELHO LISO 1"x5" ARAUCÁRIA BENIFICIADO	M.L	200,00	I.C.S	14,90	2.980,00
400	ESTILETE 9MM	PC	30,00	FAMASTIL	8,90	267,00
404	FACÃO 16"	UN	20,00	FAMASTIL	12,90	258,00
405	FECHADURA EXTERNA	PC	200,00	SOPRANO	27,00	5.400,00
406	FECHADURA CAIXA ESTREITA EXTERNA	PC	500,00	SOPRANO	29,50	14.750,00
407	FECHADURA INTERNA	UNI	500,00	SOPRANO	29,50	14.750,00
409	FECHADURA PORTA CORRER	PC	500,00	SOPRANO	22,00	11.000,00
410	FECHADURA TUBULAR	UNI	500,00	SOPRANO	41,00	20.500,00
412	FECHO CHATO AÇO ZINCADO 3"	PC	100,00	ECCOFER	2,90	290,00
413	FECHO CHATO AÇO ZINCADO 5"	PC	100,00	ECCOFER	6,95	695,00
422	FERROLHO CHATO 2.5 ZINCADO	PC	30,00	ECCOFER	2,90	87,00
423	FERROLHO CHATO 3.5 ZINCADO	PC	30,00	ECCOFER	2,90	87,00
424	FERROLHO CHATO 4" ZINCADO	PC	50,00	ECCOFER	3,00	150,00
425	FERROLHO FIO REDONDO 3"	PC	50,00	ECCOFER	3,90	195,00
426	FERROLHO FIO REDONDO 4"	PC	50,00	ECCOFER	4,90	245,00
427	FILTRO de LINHA	UN	50,00	TECFIL	36,75	1.837,50
451	FITA CREPE 19X10	UNI	100,00	ATLAS	4,70	470,00
452	FITA DE ALUMINIO 10 CM	M	150,00	OTTO	6,90	1.035,00
453	FITA DE ALUMINIO 15 CM	M	50,00	OTTO	8,50	425,00
454	FITA DE ALUMINIO 20 CM	M	50,00	OTTO	9,90	495,00
455	FITA DUPLA FACE	UN	80,00	WURTH	3,95	316,00
462	FITA ZEBRADA P/ SEGURANÇA ROLO C/ 100 MTS	RL	100,00	VONDER	12,90	1.290,00
463	FITILHO	RL	150,00	ECCOFER	11,25	1.687,50
464	FIXADOR CAL 150ML	M.L	100,00	FIXCAL	2,45	245,00
466	FOICE COM CABO DE MADEIRA	UNI	50,00	PARABONI	23,90	1.195,00
467	FORRO BENEFICIADO EM MADEIRA DE ARAUCÁRIA	M²	300,00	I.C.S	20,75	6.225,00
468	FORRO PINUS DE 2ª QUALIDADE	M²	500,00	I.C.S	9,90	4.950,00
469	FOSSA CEPTICA 0,80 X 0,80	PC	100,00	BAKOF TEC	194,50	19.450,00
470	FOSSA CEPTICA 0,90 X 0,90	PC	100,00	BAKOF TEC	224,00	22.400,00
472	FUNDO OLEO FOSCO 3,6 L	GL	50,00	RESICOLOR	38,50	1.925,00
473	FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL PARA CONCRETO E MAD	UN	5,00	SKIL	395,00	1.975,00
474	FURADEIRA 3/8 450 W	UN	5,00	SKIL	138,50	692,50
475	FURADEIRA MANUAL ARCO PARA PUAS	UNI	5,00	VONDER	64,50	322,50
476	FURADEIRA/PARAFUSADEIRA 12 V	UN	5,00	SKIL	236,50	1.182,50
477	FURADOR DE AZULEJOS ACOPLAVEL 1693 25 CM	PC	5,00	SKIL	115,00	575,00
478	GANCHO P/ CORRENTE P/ REBOCAR FORJADO 5/8	UN	20,00	VONDER	16,50	330,00
482	GRAMPEADOR PROFISSIONAL	UNI	5,00	VONDER	72,50	362,50
483	GRAMPO 1x9 PARA CERCA ARAME	KG	15,00	BENORT	8,90	133,50
486	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 106/08	UNI	50,00	ROCAMA	10,90	545,00
487	GRAMPO PARA FIO 8 MM	UN	300,00	MANPLEX	0,88	264,00
489	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR 3,6 LT	UN	50,00	OTTO	47,50	2.375,00
518	JIMO CUPIM INCOLOR 900 ML	PC	40,00	JIMO	26,90	1.076,00
519	JOELHO ESGOTO 45 150MM	PC	100,00	KRONA	25,90	2.590,00
520	JOELHO ESGOTO 45 200 MM	PC	100,00	KRONA	42,90	4.290,00
521	JOELHO ESGOTO 45° 100MM	PC	1.000,00	KRONA	5,20	5.200,00
525	JOELHO ESGOTO 90 200MM	PC	100,00	KRONA	52,50	5.250,00
528	JOELHO ESGOTO 90° 50MM	PC	1.000,00	KRONA	2,60	2.600,00
529	JOELHO ESGOTO 90° 75MM	PC	1.000,00	KRONA	3,40	3.400,00
532	JOELHO RIGIDO SOLDABEL 20MM PVC	PC	1.000,00	KRONA	1,20	1.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

533	JOELHO RIGIDO SOLDAVEL 25MM PVC	PC	500,00	KRONA	1,20	600,00
542	JUNÇÃO ESGOTO 150 MM	PC	500,00	KRONA	58,50	29.250,00
543	JUNÇÃO ESGOTO 200 MM	UN	500,00	KRONA	75,90	37.950,00
544	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO 100 mm	PC	200,00	KRONA	12,90	2.580,00
545	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO 100 X 75MM	PC	200,00	KRONA	9,70	1.940,00
546	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO 150 MM	PC	200,00	KRONA	58,75	11.750,00
559	LAMPADA INCANDESCENTE 100W	UNI	500,00	GE	1,90	950,00
578	LAPIS CARPINTEIRO	UNI	10,00	FABER CASTELL	1,90	19,00
579	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PARA PISOS E PAREDES	UN	5,00	FAMASTIL	430,00	2.150,00
583	LIXA AMARELA GR 100	M	100,00	NORTON	3,80	380,00
584	LIXA AMARELA GR 150	M	50,00	NORTON	3,80	190,00
585	LIXA AMARELA GR 80	M	20,00	NORTON	3,80	76,00
586	LIXADEIRA MADEIRA	UN	3,00	SKIL	322,00	966,00
604	LUVA DE ESGOTO 150 MM	PC	100,00	KRONA	14,90	1.490,00
605	LUVA DE FORRO AZUL C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA DN 100 110MM	PC	30,00	KRONA	45,50	1.365,00
608	LUVA ESGOTO 200 MM	PC	1.000,00	KRONA	13,90	13.900,00
611	LUVA ESGOTO 75MM	PC	1.000,00	KRONA	3,25	3.250,00
641	MADEIRA BENEFICIADA TIPO PAREDE DE ARAUCÁRIA	M²	200,00	I.C.S	61,75	12.350,00
642	MADEIRA DE EUCALIPTO	M3	50,00	I.C.S	1.100,00	55.000,00
643	MADEIRA DE PINHEIRO BRUTA	M3	30,00	I.C.S	1.100,00	33.000,00
644	MADEIRA DE PINUS PARA USO DIVERSOS	M3	30,00	I.C.S	548,50	16.455,00
645	MADEIRA DE PINUS PARA PAREDE BENEFICIADA	M²	200,00	I.C.S	31,90	6.380,00
648	MANGUEIRA DE GÁS	PC	100,00	MANTAC	7,25	725,00
649	MANGUEIRA NIVEL 5/16 X 1,5	MT	100,00	MANTAC	1,95	195,00
651	MANGUEIRA PRETA ½" - ROLO COM 100M	M	30,00	PIETROBOM	47,50	1.425,00
652	MANGUEIRA PRETA ¾" - ROLO COM 100M	M	30,00	PIETROBOM	64,00	1.920,00
653	MAQUINA COSTAL P/ PULVERIZAÇÃO 20 LTS	UN	5,00	JACTOR	135,00	675,00
654	MAQUINA MÁQUITA P/ DISCO DE VIDEA PREF. BOSCH	UN	4,00	BOSCH	355,00	1.420,00
655	MARRETA 4 KG	UNI	5,00	FAMASTIL	61,50	307,50
656	MARRETA 6 KG	UN	2,00	FAMASTIL	79,50	159,00
657	MARRETA DE BORRACHA 60 MM	UN	5,00	FAMASTIL	12,90	64,50
658	MARRETA DE BORRACHA 80 MM	UN	2,00	FAMASTIL	18,90	37,80
659	MARTELO COM CABO SINTÉTICO	UN	5,00	FAMASTIL	30,90	154,50
662	MASSA DE CALAFETAR 1KG	KG	50,00	VONDER	4,45	222,50
663	MASSA EPOXI 100 GR	UNI	50,00	RESICOLOR	21,90	1.095,00
664	MASSA PARA CALAFETAR 350 GR	UN	50,00	VONDER	4,45	222,50
685	MORÇA 2"	UN	2,00	MOTOMIL	96,50	193,00
686	MORÇA 5"	UN	2,00	MOTOMIL	168,50	337,00
691	PÁ COM CABO DE CORTE	UN	10,00	FAMASTIL	22,00	220,00
692	PALANQUE DE EUCALIPTO TRATADO 6 M ALTURA	UN	50,00	VIDA-LONGA	165,00	8.250,00
693	PALANQUE EUCALIPTO 2,20M 8 X 10	UNI	100,00	VIDA-LONGA	16,90	1.690,00
694	PALANQUE ALAMBRADO	UNI	200,00	VIDA-LONGA	24,50	4.900,00
695	PALANQUE PARA VARAL TIPO T	UNI	50,00	PRE VALE	88,50	4.425,00
696	PALANQUE RETO CIMENTO	UNI	400,00	PRE VALE	15,90	6.360,00
699	PARAFUSO 5/8X400MM GALVANIZADO	UN	500,00	VONDER	8,95	4.475,00
703	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 3"	PC	900,00	VONDER	0,68	612,00
704	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 2,1/2"	PC	900,00	VONDER	0,78	702,00
705	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 3"	PC	900,00	VONDER	0,98	882,00
706	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 3.1/2"	PC	900,00	VONDER	1,18	1.062,00



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE MONTE CARLO

707	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 5"	PC	900,00	VONDER	1,88	1.692,00
708	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 3,1/4"	PC	900,00	VONDER	0,98	882,00
709	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 6"	PC	900,00	VONDER	1,58	1.422,00
717	PARAFUSO MADEIRA 6,1 X 50,0MM	PC	900,00	VONDER	0,40	360,00
718	PARAFUSO MADEIRAB 4,2 X 30,0MM	PC	900,00	VONDER	0,79	711,00
719	PARAFUSO PARABOLT 3/8 X 3"	UN	900,00	VONDER	1,88	1.692,00
720	PARAFUSO PARABOLT 3/8X5"	UN	900,00	VONDER	2,88	2.592,00
724	PARAFUSO SEXT ROSCA SOBERBA 5/16 X 55	PC	50,00	VONDER	1,00	50,00
727	PASSA FIO	UN	10,00	VONDER	8,98	89,80
728	PASTA LUBRIFICANTE 900G	UN	50,00	KRONA	22,90	1.145,00
729	PASTILHA TIPO CERAMICA ESMALTADA TAM. 10 X10 CM EXTRA VÁRIAS	M2	500,00	ANGELGRES S	32,90	16.450,00
733	PEDRA LOUSA 25 X 50CM	PC	200,00	PRE VALE	2,98	596,00
734	PEDRA LOUSA 50 X 100CM	PC	200,00	PRE VALE	7,95	1.590,00
735	PEDRA LOUSA 50 X 50CM	PC	200,00	PRE VALE	4,95	990,00
736	PEDRA LOUSA MEIO FIO 30X100CM	UN	300,00	PRE VALE	6,95	2.085,00
738	PENEIRA ARO 55 TELA GROSSA AREIA	PC	8,00	VONDER	11,90	95,20
739	PENEIRA PARA AREIA	UN	2,00	VONDER	16,50	33,00
740	PERA ELÉTRICA	PC	50,00	FAME	5,90	295,00
741	PICARETA COM CABO	UN	10,00	PARABONI	44,00	440,00
742	PILAR DE EUCALIPTO 6,0m X 20cm TRATADO	UN	40,00	I.C.S	165,50	6.620,00
747	PINCEL 3 1/4"	UNI	30,00	ATLAS	2,98	89,40
754	PISO CERAMICO 30 X 30 TIPO A 1º QUALIDADE P/ CHÃO	M2	500,00	PISO FORTE	13,90	6.950,00
755	PISO CERAMICO 30 X 30 TIPO A 1º QUALIDADE P/ PAREDE	M2	500,00	PISO FORTE	13,90	6.950,00
756	PISO CERAMICO 30X30 TIPO A ANTIDERRAPANTE DE ALTA PRESSÃO	M²	300,00	PISO FORTE	15,90	4.770,00
764	PORTA CADEADO 2 1/2"	UN	40,00	MANPLEX	2,98	119,20
765	PORTA CADEADO 5"	UN	5,00	MANPLEX	6,98	34,90
766	PORTA CHAPEADA PINUS INTERNA 70CM X 2,10M	PC	50,00	I.C.S	51,50	2.575,00
767	PORTA CHAPEADA PINUS INTERNA 80CM X 2,10M	PC	50,00	I.C.S	51,50	2.575,00
768	PORTA DE MADEIRA INTERNA 1,00M L X 2,10 M A C/ FECHADURA	UN	20,00	I.C.S	161,00	3.220,00
769	PORTA SANFONADA 0,80 X 2,10 M CINZA/ AREIA	UNI	50,00	PLASBIL	92,20	4.610,00
770	PORTA START COM RABICHO CERGE	UN	800,00	FOX LUX	3,95	3.160,00
771	POSTE EUCALIPTO 3,0M 11 X 15	UNI	100,00	VIDA LONGA	36,50	3.650,00
772	POSTE EUCALIPTO 3,5 M 11 X 15	UNI	50,00	VIDA LONGA	36,50	1.825,00
773	POSTE EUCALIPTO 4,0M X 16 X 20	UNI	50,00	VIDA LONGA	85,50	4.275,00
774	POSTE EUCALIPTO 5,0M 10 X 12	UNI	100,00	VIDA LONG	70,50	7.050,00
775	POSTE PADRAO 6M	UNI	30,00	PRE VALE	330,00	9.900,00
776	POSTE PADRAO 7M	UNI	30,00	PRE VALE	360,00	10.800,00
777	PRANCHA DE EUCALIPTO 2" X 30 CM X 4,00 METROS	UN	30,00	I.C.S	1.500,00	45.000,00
778	PRANCHA DE EUCALIPTO PARA PONTE	M3	30,00	I.C.S	1.500,00	45.000,00
779	PREGO 12 X 12.	KG	50,00	GERDAU	11,40	570,00
790	PREGO PARA FORRO PVC	UNI	20,00	BENORT	11,90	238,00
791	PROJETOR 100V LEVE	UN	30,00	MANPLEX	24,50	735,00
796	PROTECAO DE PIA INOX 1,60M	PC	50,00	SCHIAVINI	42,90	2.145,00
797	PROTECAO DE PIA INOX 1.20M	PC	50,00	SCHIAVINI	32,90	1.645,00
798	PROTETOR CONTRA RAIO 220 V 20KA	UNI	15,00	MANPLEX	54,50	817,50
799	PRUMO METAL	PC	10,00	FAMASTIL	16,95	169,50
800	FORRO PVC 100MM X6M BRANCO	M²	1.000,00	PLASBIL	15,95	15.950,00



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE MONTE CARLO

813	RALO REDONDO	PC	20,00	KRONA	4,95	99,00
814	RALO SECO QUADRADO	PC	20,00	KRONA	6,40	128,00
815	RASTEL COM CABO	UNI	5,00	FAMASTIL	15,00	75,00
837	REDUÇÃO ESGOTO 150 X 100 MM	PC	20,00	KRONA	13,95	279,00
838	REDUÇÃO ESGOTO 50 X 40MM	PC	20,00	KRONA	1,75	35,00
839	REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 40 // 32MM	UN	200,00	KRONA	2,75	550,00
857	REGISTRO GALVANIZADO 1 1/2"	UN	5,00	DOCOL	66,00	330,00
858	REGISTRO GALVANIZADO 1"	UN	5,00	DOCOL	56,50	282,50
859	REGISTRO GALVANIZADO 110MM C/ BORRACHA	UN	10,00	DOCOL	282,50	2.825,00
860	REGISTRO GALVANIZADO 2"	UN	5,00	DOCOL	203,50	1.017,50
861	REGISTRO PRESSAO 25MM	PC	200,00	DOCOL	10,05	2.010,00
862	REGUA PEDREIRO ALUMINIO 3M	UNI	5,00	VONDER	35,95	179,75
864	REGULADOR DE GAS P/ FOGÃO INDL COM DISPOSITIVO SEGURANÇA ALT	UN	15,00	ALIANÇA	49,00	735,00
870	RODAPÉ DE PINUS 1"x2"	M.L	500,00	I.C.S	3,98	1.990,00
871	RODIZIO P/ CORTINA	PC	500,00	VONDER	0,59	295,00
872	RODO MÉDIO C/ CABO	UN	30,00	VONDER	9,98	299,40
873	ROLDANA VARAL N 6	PC	80,00	FAMASTIL	5,98	478,40
874	ROLETE PARA PAPEL HIGIENICO	PC	50,00	ASTRA	2,98	149,00
881	ROUDANA LOUÇA ISOLADOR TIPO PIMENTÃO	UN	100,00	FAMASTIL	4,27	427,00
882	SELADOR ACRILICO 18L	LT	50,00	LUKSCOLOR	73,00	3.650,00
883	SELADOR MADEIRA 18 L	LT	50,00	LUKSCOLOR	186,99	9.349,50
886	SERRA CIRCULAR 110 MM	UN	20,00	VONDER	17,89	357,80
887	SERRA CIRCULAR 4" 24 DENTES	UN	20,00	VONDER	14,89	297,80
888	SERRA CIRCULAR 7" 36 DENTES	UN	20,00	VONDER	31,89	637,80
889	SERRA CIRCULAR PROFISSIONAL	UN	4,00	VONDER	401,59	1.606,36
890	SERRA PARA MARMORE PROFISSIONAL	UN	2,00	SKIL	378,75	757,50
891	SERRA TICO TICO PROFISSIONAL 400 W	UN	2,00	SKIL	344,50	689,00
893	SERROTE LAMINA 50 CM DENTE MÉDIO	PC	5,00	FAMASTIL	28,80	144,00
898	SOLDADOR ELÉTRICO 100 W 220 V	UN	5,00	FAME	29,00	145,00
899	SOLVENTE C/ 5 LTS	LAT A	50,00	LUKSNova	45,00	2.250,00
910	SUPORTE PARA LAGE 25CM	UN	500,00	I.C.S	3,97	1.985,00
911	SUPORTE PARA LAGE 30 CM	UN	30,00	I.C.S	4,27	128,10
912	TALHADEIRA SEXTAVADA 8"	PC	5,00	FAMASTIL	12,90	64,50
917	TAMPA QUADRADA PARA VASO SANITÁRIO	UN	50,00	ASTRA	75,00	3.750,00
921	TE ESGOTO 150 mm	UNI	300,00	KRONA	28,75	8.625,00
922	TEE ESGOTO 200 MM	PC	100,00	KRONA	78,50	7.850,00
923	TE ESGOTO 40 mm	PC	500,00	KRONA	1,70	850,00
926	TE ESGOTO 75 X 50	PC	500,00	KRONA	8,90	4.450,00
927	TEE PBA C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA 75 MM	PC	200,00	KRONA	49,50	9.900,00
933	TE SOLDAVEL 85 MM	UNI	1.000,00	KRONA	5,95	5.950,00
936	TELA ALAMBRADO 1,00 X 25 MT	RL	30,00	BENORT	166,80	5.004,00
937	TELA ALAMBRADO 1,80 X 25M (ROLO)	RL	30,00	BENORT	315,50	9.465,00
938	TELA ALAMBRADO 1.20 X 25M (ROLO)	RL	30,00	BENORT	205,00	6.150,00
939	TELA ALAMBRADO 1.50 X 25M (ROLO)	RL	30,00	BENORT	262,00	7.860,00
940	TELA SOLDAVEL FIO 16	M3	50,00	BENORT	175,00	8.750,00
941	TELHA ALUZINCO 0,50 MM PARA LATERAIS	M²	100,00	MECAL	35,50	3.550,00
942	TELHA ALUZINCO 0,50MM PARA COBERTURA	M²	500,00	MECAL	35,50	17.750,00
949	TELHA DE BARRO PORTUGUESA	UN	2.000,00	HOBUS	1,98	3.960,00
950	TELHA TRANSLUCIDA 0,50 MM PARA COBERTURA E LATERAIS	M²	500,00	HOBUS	21,90	10.950,00
951	TELHÃO PARA CANO FOGÃO A LENHA	UNI	10,00	BENORT	25,90	259,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

956	TERMINAL DE CORTINA	PC	500,00	VONDER	0,88	440,00
964	TESOURA CORTAR CHAPA ALUMINIO	UN	5,00	VONDER	26,50	132,50
965	TESOURA CORTAR GRAMA	UNI	8,00	FAMASTIL	17,50	140,00
966	TESOURA PODA	UNI	10,00	FAMASTIL	15,95	159,50
967	THINNER 5 L	GL	50,00	LIKSCOLOR	46,00	2.300,00
968	THINNER 900 ML	LT	50,00	LUKSCOLOR	8,90	445,00
970	TIJOLO DE VIDRO	UN	300,00	MANPLEX	12,90	3.870,00
971	TIJOLO MACICO.	milh.	2.000,00	LORENZETTI	0,98	1.960,00
972	TIJOLO VASADO	PC	2.000,00	LORENZETTI	1,88	3.760,00
974	TINTA ACRILICA 18 LTS SEMI BRILHO	LT	30,00	LUKSCOLOR	348,00	10.440,00
975	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 3,6L	GL	50,00	LUKSCOLOR	73,00	3.650,00
976	TINTA AGRILICA PROFISSIONAL 18 LT	LT	30,00	LUKSCOLOR	98,00	2.940,00
977	TINTA AGRILICA PROFISSIONAL 3,6L	GL	50,00	LUKSCOLOR	29,50	1.475,00
978	TINTA AGRILICA S.B BRANCO 3,6 L	UNI	50,00	LUKSCOLOR	63,00	3.150,00
979	TINTA ESM. SINTÉTICO BASE D AGUA 3,6 L	GL	50,00	LUKSCOLOR	74,50	3.725,00
980	TINTA ESMALTE 900ML	GL	60,00	LUKSCOLOR	17,00	1.020,00
981	TINTA FUNDO BRANCO 18 LTS	UN	20,00	LUKSCOLOR	182,00	3.640,00
982	TINTA OLEO 18 L	LT	30,00	LUKSCOLOR	172,00	5.160,00
983	TINTA OLEO 3,6 L	GL	50,00	LUKSCOLOR	47,00	2.350,00
984	TINTA PVA LATEX 18 LT SUPRALIT	LT	30,00	SUPRALIT	79,59	2.387,70
985	TINTA SPRAY 250 GR (CORES)	LT	40,00	LUKSCOLOR	10,50	420,00
1002	TORNEIRA BICA MOVEL	PC	500,00	JAPI	32,00	16.000,00
1012	TRENA AÇO 7.5M X 25MM	PC	10,00	FAMASTIL	19,90	199,00
1013	TRENA FIBRA 50M	PC	10,00	FAMASTIL	35,90	359,00
1014	TRILHO CORTINA DUPLO	MT	200,00	VONDER	3,95	790,00
1015	TRILHO TRIPLIO CORTINA	MT	200,00	VONDER	5,95	1.190,00
1017	TUBO DE ESGOTO 100MM	BR	2.000,00	KRONA	36,50	73.000,00
1018	TUBO ESGOTO 150 MM	PC	500,00	KRONA	105,00	52.500,00
1019	TUBO ESGOTO 40MM 6M	BR	500,00	KRONA	15,00	7.500,00
1020	TUBO ESGOTO 50MM 6M	BR	500,00	KRONA	27,00	13.500,00
1021	TUBO ESGOTO 75 MM 6M	BR	500,00	KRONA	37,90	18.950,00
1022	TUBO FOFO DN 100 110MM	UN	200,00	KRONA	49,50	9.900,00
1023	TUBO GALVANIZADO 1 1/4" BARRA 6 M	BAR	50,00	MANPLEX	129,00	6.450,00
1024	TUBO GALVANIZADO 1" BARRA 6 M	BAR	50,00	MANPLEX	132,00	6.600,00
1025	TUBO GALVANIZADO 6M 1 1/2" NBR 5597 OU 5598	UN	200,00	MANPLEX	195,00	39.000,00
1026	TUBO GALVANIZADO 6M 2" NBR 5597 OU 5598	UN	200,00	MANPLEX	250,00	50.000,00
1035	UNIÃO DE CANTONEIRA PVC	PC	100,00	PLASBIL	2,48	248,00
1036	VALVULA - ACABAMENTO PARA VALVULA	UN	100,00	ASTRA	38,75	3.875,00
1042	VASSOURA JARDIM PLASTICA FIXA	UNI	50,00	FAMASTIL	16,95	847,50
1043	VASSOURA TIPO GARI	UNI	50,00	FAMASTIL	13,90	695,00
1044	VEDACIT RAPIDISSIMO 3,6	GL	300,00	OTTO	28,90	8.670,00
1045	VIGA DE EUCALIPTO DE 40 CM X 40 CM X 11,00 METROS	UN	30,00	VIDA LONGA	1.500,00	45.000,00
1046	VIGA DE EUCALIPTO DE 40 CM X 40 CM X 6,00 METROS	UN	30,00	VIDA LONGA	1.500,00	45.000,00
1047	VISTA PARA PORTA DE MADEIRA	JG	80,00	CESCONETO	19,90	1.592,00
1051	Y PBA C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA 85 MM	PC	50,00	KRONA	88,00	4.400,00
1052	Y PUC PBA GALVANIZADO 110 MM	PC	50,00	KRONA	120,00	6.000,00
1053	Y SOLDAVEL PVC 75 MM	PC	50,00	KRONA	63,59	3.179,50
R\$						1.592.882,21

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUENO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 – Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02-duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO RAULUIZ TRANSPORTES E COMERCIO LTDA
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA GABRIEL LUIS MAZZOCHI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:
ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, **O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente **MUNICÍPIO**, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: **DENIZARTE RUTHES ME** pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 73.358.418/0001-49, neste ato representada por: DOUGLAS RUTHES, cpf nº 054.167.849-38, doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	R\$/UND	R\$ TOTAL
1	ABRAÇADEIRA CAIXA DE PADRÃO	UN	50,00	GASPARZINHO	13,00	650,00
6	ABRAÇADEIRA NYLON 3,5 X 150 MM - 100 UND	UNI	500,00	VONDER	0,12	60,00
7	ABRAÇADEIRA P/ CX PADRÃO P/ POSTE	UN	100,00	GASPARZINHO	13,00	1.300,00
8	ABRAÇADEIRA PARA PONTALETE 1.1/2	UNI	1.000,00	GASPARZINHO	5,20	5.200,00
12	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 38X51	UN	1.000,00	VONDER	3,40	3.400,00
13	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 1/2	UN	200,00	GASPARZINHO	0,70	140,00
14	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 3/4	UN	200,00	GASPARZINHO	0,70	140,00



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE MONTE CARLO

15	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 1 1/2"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,85	170,00
16	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 1 1/4"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,78	156,00
17	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 1"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,88	176,00
18	ABRAÇADEIRA TIPO D C/ CHAVETA 2"	UN	200,00	GASPARZINHO	1,55	310,00
19	ABRAÇADEIRA TIPO U 3/4	UN	200,00	GASPARZINHO	0,68	136,00
20	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/2"	UN	200,00	GASPARZINHO	1,10	220,00
21	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/4"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,85	170,00
22	ABRAÇADEIRA TIPO U 1"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,68	136,00
23	ABRAÇADEIRA TIPO U 1/2"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,45	90,00
24	ABRAÇADEIRA TIPO U 2"	UN	200,00	GASPARZINHO	1,65	330,00
25	ADAPTADOR DN 100 DE 110 ROSCAVEL	UN	35,00	PLASTILIT	18,30	640,50
27	ADAPTADOR SOLDAVEL PVC 20 MM	PC	500,00	PLASTILIT	0,65	325,00
29	ADESIVO 75 G	TUB	1.000,00	PLASTILIT	4,00	4.000,00
31	ALÇA PRE FORMADA 16MM	UN	200,00	GASPARZINHO	1,60	320,00
32	ALÇA PRE FORMADA 25 MM	UN	200,00	GASPARZINHO	2,85	570,00
33	ALÇA PRE FORMADA 35 MM	UN	200,00	GASPARZINHO	3,50	700,00
34	ALICATE AMPERIMETRO	UN	2,00	DISMA	56,00	112,00
56	ARMAÇÃO BRAQUETE 2 X 2	PC	50,00	GASPARZINHO	13,70	685,00
57	ARMAÇÃO BRAQUETE 3 X 3	PC	50,00	GASPARZINHO	13,50	675,00
60	ARRUELA DE ACABAMENTO 3/4	UN	200,00	GASPARZINHO	0,55	110,00
61	ARRUELA DE ACABAMENTO 1 1/2"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,90	180,00
62	ARRUELA DE ACABAMENTO 1 1/4"	UN	200,00	GASPARZINHO	0,95	190,00
63	ARRUELA DE ACABAMENTO 1"	UN	200,00	GASPARZINHO	1,10	220,00
65	ARRUELA DE ACABAMENTO 2"	UN	200,00	GASPARZINHO	2,30	460,00
69	ASTE DE COBRE 1,20 M	PC	50,00	ENERBLU	15,50	775,00
71	BACIA LAVATÓRIO LOUÇA COR BRANCA	UNI	20,00	FIORI	56,00	1.120,00
74	BARRAMENTO MONOFÁSICO 55MM	M.L	50,00	ENERBLU	39,50	1.975,00
75	BARRAMENTO TRIFÁSICO 55MM	M.L	50,00	ENERBLU	44,00	2.200,00
87	BOCAL FIXO E27 DE PLASTICO	UNI	100,00	ENERBLU	2,25	225,00
88	BOCAL FIXO E40 DE PLASTICO	UNI	80,00	ENERBLU	6,80	544,00
91	BOCAL P/ INT. PENDENTE	PC	50,00	ENERBLU	2,25	112,50
92	BOIA ELETRICA TENSÃO 100 - 250 V	PC	100,00	FAME	27,50	2.750,00
94	BOMBA DOSADORA VAZÃO E PRESSÃO DE 0 A 10 BAR	PC	20,00	EXATTA	889,00	17.780,00
97	BORRACHA P/ COLAR DE TOMADA 40MM	PC	200,00	PLASTILIT	9,90	1.980,00
98	BORRACHA P/ LUVIA PBA DN 40 DE 50MM	UN	100,00	PLASTILIT	1,90	190,00
99	BORRACHA PARA COLAR 60 MM	PC	200,00	PLASTILIT	6,90	1.380,00
138	BUCHA DE ACABAMENTO 1 1/2"	UN	500,00	GASPARZINHO	2,40	1.200,00
139	BUCHA DE ACABAMENTO 1 1/4"	UN	500,00	GASPARZINHO	2,40	1.200,00
140	BUCHA DE ACABAMENTO 1"	UN	500,00	GASPARZINHO	1,10	550,00
141	BUCHA DE ACABAMENTO 1/2"	UN	500,00	GASPARZINHO	1,10	550,00
142	BUCHA DE ACABAMENTO 2"	UN	500,00	GASPARZINHO	2,90	1.450,00
143	BUCHA DE ACABAMENTO 3/4"	UN	500,00	GASPARZINHO	0,95	475,00
161	CABO COXIAL BRANCO	M.L	100,00	PERLEX	1,60	160,00
162	CABO MULTIPLEXADO 10MM	M.L	150,00	CORFIO	2,85	427,50
163	CABO MULTIPLEXADO 16 MM	M.L	100,00	CORFIO	4,90	490,00
164	CABO NÚ 35MM	M.L	100,00	CORFIO	11,80	1.180,00
165	CABO NÚ 35MM NORMATIZADO	UN	500,00	CORFIO	11,80	5.900,00
167	CABO PP 2 X 1,5	M.L	800,00	CORFIO	1,55	1.240,00
170	CABO PP 2 X 4	M.L	800,00	CORFIO	4,20	3.360,00
172	CABO PP 3 X 2,5	M.L	800,00	CORFIO	4,20	3.360,00
173	CABO PP 3 X 4	M.L	800,00	CORFIO	6,50	5.200,00
174	CABO PP 4 X 1,5	M.L	500,00	CORFIO	3,90	1.950,00
176	CABO PP 4 X 2,5	M.L	500,00	CORFIO	4,45	2.225,00
177	CABO PP 4 X 4	M.L	500,00	CORFIO	4,90	2.450,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

179	CABO QUADRIplex 16MM	M.L	500,00	CORFIO	8,00	4.000,00
180	CABO QUADRIplex 25MM	M.L	500,00	CORFIO	16,90	8.450,00
181	CABO QUADRIplex 35 MM	M.L	500,00	CORFIO	22,90	11.450,00
182	CABO ROLO PRESSÃO 23 CM	PC	15,00	ATLAS	6,40	96,00
183	CABO SINTENAX 1KV 06MM	M.L	500,00	CORFIO	5,90	2.950,00
185	CABO SINTENAX 1KV 16 MM	M.L	500,00	CORFIO	8,70	4.350,00
186	CABO SINTENAX 1KV 25 MM	M.L	500,00	CORFIO	9,90	4.950,00
187	CABO SINTENAX 1KV 35 MM	M.L	500,00	CORFIO	14,50	7.250,00
196	CAIXA 4 X 2 SISTEMA X 10MM	PC	20,00	FAME	2,90	58,00
197	caixa de agua com tampa c/ capacidade 1.000 lts	UN	10,00	FIBRAOESTE	258,00	2.580,00
198	CAIXA DE ATERRAMENTO	PC	100,00	CONDULET	8,80	880,00
199	CAIXA DE ATERRAMENTO PVC	UN	50,00	CONDULET	8,00	400,00
201	CAIXA DE DESCARGA PARA VASO SANITÁRIO	UN	75,00	ATLAS	17,50	1.312,50
202	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO 04 DJUNTORES	UN	50,00	FAME	215,00	10.750,00
203	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO 12 JUNTOS	UN	50,00	FAME	205,00	10.250,00
204	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO 24 JUNTOS	UN	50,00	FAME	290,00	14.500,00
205	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO 36 JUNTOS	UN	50,00	FAME	360,00	18.000,00
206	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 01 DJUNTOR	UN	50,00	FAME	7,50	375,00
208	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 06 DJUNTOR	UN	50,00	FAME	19,50	975,00
210	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 24 DJUNTOR	UN	50,00	FAME	305,00	15.250,00
211	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 36 DJUNTOR	UN	50,00	FAME	305,00	15.250,00
212	CAIXA DE FERRAMENTA EM AÇO COM 5 GAVETAS	UNI	3,00	DEPECIL	62,00	186,00
214	CAIXA DE LUZ 4X2	UN	50,00	PLASTILI	0,30	15,00
217	CAIXA DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO 06 DIJUNTORES	UN	50,00	OLIFE	217,00	10.850,00
218	CAIXA EQUIPOTENCIALIZAÇÃO ALUMINIO BEEP	UN	50,00	OLIFE	148,00	7.400,00
220	CAIXA MEDIDOR BIFASICA	PC	20,00	OLIFE	94,00	1.880,00
222	CAIXA PADRÃO TRIFÁSICA EM ALUMINIO	UN	10,00	OLIFE	99,00	990,00
223	CAIXA PARA AR-CONDICIONADO C/ TOMADA	PC	10,00	MECTRONIC	24,00	240,00
225	CAIXA PASSAGEM 50X50	UN	50,00	OLIFE	79,00	3.950,00
226	CAIXA PROVISÓRIA ENTRADA DE LUZ 25X16X12	UN	50,00	OLIFE	34,00	1.700,00
231	CAMPANHA SOBRE POR	UN	50,00	FAME	9,50	475,00
232	CAMPANHA EMBUTIDA	UN	50,00	FAME	11,50	575,00
233	CAMPANHA EXTERNA	UN	50,00	FAME	9,90	495,00
234	CAMPANHA SEM FIO BIVOLT	UN	50,00	FAME	49,00	2.450,00
235	CANAFLEX 1 1/4	M.L	100,00	VIATUBO	3,95	395,00
236	CANAFLEX 1 1/2	M.L	200,00	VIATUBO	4,40	880,00
237	CANAFLEX 2"	M.L	100,00	VIATUBO	3,90	390,00
241	CANAleta SISTEMA X 10MM C/ 3M	UN	75,00	PERLEX	11,50	862,50
242	CANAleta SISTEMA X 20MM C/ 3M	UN	75,00	PERLEX	8,80	660,00
243	CANAleta SISTEMA X 20X10X2M BRANCO C/ DIVISÓRIA	UN	100,00	PERLEX	6,30	630,00
244	CANAleta SISTEMA X 40MM C/ 3M	UN	75,00	PERLEX	14,50	1.087,50
246	CANAleta SISTEMA X 50MM C/ 3M	UN	75,00	PERLEX	19,50	1.462,50
247	CANAleta SISTEMA X 50X20X2 BRANCO C/ DIVISÓRIAS	UN	75,00	PERLEX	22,00	1.650,00
249	CANO TRIPLEX 16 MM	UN	75,00	CORFIO	8,40	630,00
257	CAP PBA C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA 75 MM	PC	200,00	PLASTILIT	19,90	3.980,00
258	CAP ROSCAVEL 1/2"	PC	500,00	PLASTILIT	0,85	425,00
260	CAP SOLDAVEL 20MM	PC	500,00	PLASTILIT	0,85	425,00



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE MONTE CARLO

262	CAP SOLDAVEL 40MM	PC	500,00	PLASTILIT	2,60	1.300,00
263	CAPA DE MURO	PC	200,00	CANELINHA	2,95	590,00
279	CHAVE DE FENDA 1/8 X 5"	PC	50,00	DISMA	4,00	200,00
280	CHAVE DE FENDA IMANTADA 1/4X5	UN	50,00	DISMA	6,80	340,00
284	CHUVEIRO SUPER DUCHA 4T	UN	50,00	FAME	35,50	1.775,00
285	CHUVEIRO TIPO DUCHA ELETRONICA QUENTE E FRIO	UN	20,00	FAME	35,50	710,00
297	COLUNA PARA BACIA DE LAVATÓRIO EM LOUÇA	UNI	25,00	LOGASA	46,50	1.162,50
306	CONEXÃO CANALETA 20 MM	UN	50,00	PERLEX	3,20	160,00
307	CONEXÃO CANALETA 40 MM	UN	50,00	PERLEX	3,30	165,00
308	CONJUNTO DE LIGAÇÃO VASO SANITÁRIO	CJT	100,00	BLUKIT	12,80	1.280,00
310	contactor aux. cw 04-31	PC	150,00	RCG	64,90	9.735,00
311	CONTACTOR AUX. CWM 018-10	PC	150,00	RCG	94,50	14.175,00
312	CONTACTOR CWM 09-10	PC	150,00	RCG	138,00	20.700,00
313	CONTACTOR CWM 110 AUX. CW 04-22	PC	150,00	RCG	119,00	17.850,00
314	CONTACTOR CWM 110 AUX. CW 07-10	PC	150,00	RCG	114,00	17.100,00
315	CONTACTOR CWM 12-10	PC	150,00	RCG	104,00	15.600,00
316	CONTACTOR CWM 32-10	PC	150,00	RCG	106,00	15.900,00
327	CUMEEIRA 5mmX1000mm	PC	100,00	ISDRALIT	29,90	2.990,00
328	CURVA 180° PVC RIGIDO 3/4	UN	500,00	GASPARZINHO	1,00	500,00
329	CURVA 180° PVC RIGIDO 1 1/2"	UN	500,00	GASPARZINHO	3,50	1.750,00
331	CURVA 180° PVC RIGIDO 1"	UN	500,00	GASPARZINHO	1,90	950,00
332	CURVA 180° PVC RIGIDO 2"	UN	500,00	GASPARZINHO	5,50	2.750,00
333	CURVA 180° PVC RIGIDO 1/2	UN	500,00	GASPARZINHO	1,80	900,00
334	CURVA 90° PVC RIGIDO 1/2	UN	500,00	GASPARZINHO	1,90	950,00
335	CURVA 90° PVC RIGIDO 3/4	UN	500,00	GASPARZINHO	2,00	1.000,00
336	CURVA 90° PVC RIGIDO 1 1/2"	UN	500,00	GASPARZINHO	3,00	1.500,00
337	CURVA 90° PVC RIGIDO 1 1/4"	UN	500,00	GASPARZINHO	4,00	2.000,00
338	CURVA 90° PVC RIGIDO 1"	UN	500,00	GASPARZINHO	3,90	1.950,00
339	CURVA 90° PVC RIGIDO 2"	UN	500,00	GASPARZINHO	5,00	2.500,00
341	CURVA ELETRODUTO 1 90 GRAUS	PC	500,00	GASPARZINHO	1,70	850,00
352	DISJUNTOR BIFÁSICO 20 A	UN	100,00	SOPRANO	100,00	10.000,00
353	DISJUNTOR BIFÁSICO 30 A	UN	100,00	SOPRANO	44,00	4.400,00
354	DISJUNTOR BIFÁSICO 40 A	UN	100,00	SOPRANO	44,00	4.400,00
355	DISJUNTOR BIFÁSICO 50 A	UN	100,00	SOPRANO	54,00	5.400,00
356	DISJUNTOR BIFÁSICO 60 A	UN	100,00	SOPRANO	57,00	5.700,00
357	DISJUNTOR BIFÁSICO 70 A	UN	100,00	SOPRANO	68,00	6.800,00
358	DISJUNTOR BIPOLAR 20 A	PC	150,00	SOPRANO	68,00	10.200,00
359	DISJUNTOR MINI-4 AH MONO POLAR	UNI	150,00	SOPRANO	6,00	900,00
370	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 A	UN	100,00	SOPRANO	62,00	6.200,00
371	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A	UN	100,00	SOPRANO	63,00	6.300,00
372	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 A	UN	100,00	SOPRANO	70,00	7.000,00
373	DISJUNTOR TRIFÁSICO 60 A	UN	100,00	SOPRANO	73,00	7.300,00
374	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70 A	UN	100,00	SOPRANO	76,00	7.600,00
381	ELETRODUTO PVC RIGIDO 1 1/2"	UN	100,00	GASPARZINHO	10,60	1.060,00
401	EXTENSAO CABO PP 2 X 1,50 10 MT	PC	50,00	PERLEX	24,00	1.200,00
402	EXTENSÃO UNIVERSAL 10M	PC	50,00	PERLEX	24,00	1.200,00
403	EXTENSÃO UNIVERSAL 5M	PC	20,00	PERLEX	17,00	340,00
431	FIO CABINHO FLEXIVEL 16 MM	M.L	300,00	SIL	7,40	2.220,00
435	FIO COBRE ISOLADO PRETO 2,5 MM2 750 V	M	500,00	SIL	1,50	750,00
439	FIO SILICONE 1,5 MM ALTA TEMPERATURA	M.L	200,00	SIL	3,80	760,00
440	FIO SILICONE 2,5 MM ALTA TEMPERATURA	M.L	200,00	SIL	5,80	1.160,00
441	FIO SOLIDO 1,5MM	MT	800,00	SIL	0,90	720,00
442	FIO SOLIDO 10 MM	M.L	800,00	SIL	4,10	3.280,00
443	FIO SOLIDO 16MM	M.L	200,00	SIL	6,50	1.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

445	FIO SOLIDO 4,0MM	MT	950,00	SIL	2,00	1.900,00
458	FITA ISOLANTE 5 M	UNI	50,00	FAME	1,50	75,00
480	GANCHOS C/ ARRUELAS DE METAL E BORRACHA COM PORCA	UN	500,00	DISCPAR	5,90	2.950,00
481	GLOBO VIDRO BOCA 10	UNI	10,00	ENERBLU	5,90	59,00
484	GRAMPO FIO MIGUELÃO	UN	200,00	ENERBLU	1,80	360,00
485	GRAMPO MIGUELÃO	PC	100,00	ENERBLU	1,80	180,00
491	INTERRUPTOR 01 TS	UN	200,00	PERLEX	5,30	1.060,00
495	INTERRUPTOR 03 TS	UN	200,00	PERLEX	11,20	2.240,00
504	INTERRUPTOR HORÁRIO	PC	100,00	DISMA	65,00	6.500,00
505	INTERRUPTOR SISTEMA X 1 + CAMPANHIA OU PULSADOR	UN	100,00	PERLEX	16,00	1.600,00
510	INTERRUPTOR SISTEMA X 03 TP	UN	100,00	PERLEX	10,00	1.000,00
511	INTERRUPTOR SISTEMA X 03 TS	UN	100,00	PERLEX	7,00	700,00
513	INTERRUPTOR SISTEMA X 1 TP + TU 10A	UN	500,00	PERLEX	6,40	3.200,00
515	INTERRUPTOR SISTEMA X 2 TP + TU 10A	UN	200,00	PERLEX	10,00	2.000,00
516	INTERRUPTOR SISTEMA X 2 TS + TU 10A	UN	100,00	PERLEX	8,80	880,00
530	JOELHO ESGOTO 90° 150 MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	26,00	26.000,00
534	JOELHO SOLDÁVEL 32mm	UNI	200,00	PLASTILIT	2,00	400,00
536	JOELHO SOLDAVEL 90° 20MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	0,80	800,00
537	JOELHO SOLDAVEL 90° 25MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	0,80	800,00
538	JOELHO SOLDAVEL COM ROSCA 20MM 1/2"	PC	1.000,00	PLASTILIT	1,90	1.900,00
540	JOELHO SOLDAVEL PVC 85 MM	PC	100,00	PLASTILIT	38,00	3.800,00
561	LAMPADA INCANDESCENTE 40W	UNI	500,00	PHILLIPS	1,70	850,00
568	LAMPADA MISTA 500 W BOCAL E-27	UN	500,00	OSRAN	25,50	12.750,00
588	LUMINARIA 1 SPOTS	PC	100,00	BLUMENAU	10,50	1.050,00
589	LUMINARIA 2 SPOTS	PC	100,00	BLUMENAU	20,00	2.000,00
591	LUMINÁRIA DE EMERGENCIA 2X8 W	UN	200,00	DISMA	24,50	4.900,00
592	LUMINÁRIA DE EMERGENCIA 8 W	PC	200,00	DISMA	24,50	4.900,00
601	LUMINÁRIA FLUORESCENTE ELETRONICA 1X40W	PC	100,00	BLUMENAU	35,00	3.500,00
603	LUMINÁRIA FLUORESCENTE ELETRONICA 2X40W	PC	100,00	BLUMENAU	41,00	4.100,00
612	LUVA LISA SOLDAVEL 85 MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	17,00	17.000,00
613	LUVA LISA SOLDÁVEL DN 32 40MM	UN	1.000,00	PLASTILIT	3,00	3.000,00
614	LUVA LISA SOLDÁVEL DN 60 75 MM	UN	1.000,00	PLASTILIT	14,90	14.900,00
615	LUVA LISA SOLDAVEL DN 75 85MM	UN	1.000,00	PLASTILIT	25,00	25.000,00
616	LUVA LISA SOLDAVEL PVC 60 MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	7,00	7.000,00
617	LUVA LR 25MM PVC	PC	1.000,00	PLASTILIT	1,80	1.800,00
618	LUVA LR PVC 20 MM	UNI	1.000,00	PLASTILIT	1,40	1.400,00
619	LUVA LR PVC 40 MM	PC	200,00	PLASTILIT	5,90	1.180,00
620	LUVA LR PVC SOLDAVEL 60 MM	PC	100,00	PLASTILIT	4,90	490,00
621	LUVA LR SOLDAVEL 75 MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	18,00	18.000,00
622	LUVA LR SOLDAVEL 85 MM	PC	100,00	PLASTILIT	22,00	2.200,00
623	LUVA PBA DN 100 DE 110 C/ BORRACHA PVC	PC	100,00	PLASTILIT	28,50	2.850,00
624	LUVA PBA DN 75 85MM	UN	100,00	PLASTILIT	25,00	2.500,00
625	LUVA PBA PVC 60 MM	PC	200,00	PLASTILIT	10,00	2.000,00
626	LUVA RIGIDA SOLDAVEL DE 32MM PVC	PC	200,00	PLASTILIT	2,20	440,00
627	LUVA RIGIDA SOLDAVEL DE 40MM PVC	PC	200,00	PLASTILIT	3,30	660,00
629	LUVA SOLDÁVEL 20mm	UNI	2.000,00	PLASTILIT	1,35	2.700,00
630	LUVA SOLDAVEL 25 X 20MM	PC	2.000,00	PLASTILIT	1,45	2.900,00
631	LUVA SOLDÁVEL 25mm	UNI	2.000,00	PLASTILIT	1,35	2.700,00
632	LUVA SOLDÁVEL 32mm	UNI	500,00	PLASTILIT	2,15	1.075,00
633	LUVA SOLDÁVEL 50mm	PC	100,00	PLASTILIT	2,75	275,00
634	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA	PC	300,00	PLASTILIT	1,45	435,00



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

	20MM X 1/2"					
636	LUVAS ELETRODUTO 1"	UNI	100,00	GASPARZINHO	1,70	170,00
637	LUVAS ELETRODUTO 1/2"	UNI	50,00	GASPARZINHO	1,50	75,00
638	LUVAS ELETRODUTO 3/4"	UNI	50,00	GASPARZINHO	1,30	65,00
665	MATA JUNTA 20X10 COTOVELO EXTERNO BRANCO	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
666	MATA JUNTA 20X10 COTOVELO INTERNO BRANCO	UN	50,00	PERLEX	2,90	145,00
667	MATA JUNTA 20X10 FINAL BRANCA	UN	50,00	PERLEX	2,90	145,00
668	MATA JUNTA 20X10 LUVA BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
669	MATA JUNTA 20X10 TE BRANCA	UN	10,00	PERLEX	2,90	29,00
670	MATA JUNTA 40X20 COTOVELO EXTERNO BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
671	MATA JUNTA 40X20 COTOVELO INTERNO BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
672	MATA JUNTA 40X20 FINAL BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
673	MATA JUNTA 40X20 TE BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
674	MATA JUNTA 50X20 COTOVELO EXTERNO BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
675	MATA JUNTA 50X20 COTOVELO INTERNO BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
676	MATA JUNTA 50X20 FINAL BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
677	MATA JUNTA 50X20 LUVA BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
678	MATA JUNTA 50X20 TE BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
679	MATA JUNTA SISTEMA X 20X10 COTOVELO 90 BRANCO	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
680	MATA JUNTA SISTEMA X 40X20 COTOVELO 90 BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
681	MATA JUNTA SISTEMA X 50X20 COTOVELO 90 BRANCA	UN	100,00	PERLEX	2,90	290,00
683	MEIO TIJOLO	milh.	500,00	RAINHA	0,70	350,00
684	MICTÓRIO COMPLETO	UNI	20,00	FIORI	219,00	4.380,00
721	PARAFUSO POSTE 1/4 X 6" GALVANIZADO	PC	900,00	FIX	8,80	7.920,00
722	PARAFUSO POSTE 5/8 X 7" GALVANIZADO	PC	900,00	FIX	9,00	8.100,00
726	PARAFUSO TELHEIRO	UIN	800,00	FIX	0,84	672,00
750	PINO FEMEA PADRÃO 2 P + T 20A	UN	200,00	FAME	4,40	880,00
751	PINO FEMEA PADRÃO 2P + T 10A	UN	200,00	FAME	4,40	880,00
752	PINO MACHO PADRÃO 2 P + T 10A	UN	200,00	FAME	4,90	980,00
753	PINO MACHO PADRÃO 2 P + T 20A	UN	200,00	FAME	5,50	1.100,00
758	PLUG ADAPTADOR 2P + T	UN	50,00	DANEVA	7,90	395,00
761	PONTALETE GALVANIZADO NBR 5597 OU 5598 1 1/2	UN	30,00	USIMINAS	78,00	2.340,00
762	PONTALETE GALVANIZADO NBR 5597 OU 5598 2"	UN	30,00	USIMINAS	124,00	3.720,00
763	PORCA 5/8 QUADRADA GALVANIZADA	UN	200,00	FIX	1,00	200,00
792	PROJETOR LEVE P/ 200	UN	30,00	TASCHIBRA	27,00	810,00
795	PROLONGADOR P/ CABO PINTURA	PC	5,00	ROMA	24,50	122,50
801	QUADRO DE COMANDO 320X190X140	UN	10,00	OLIFE	140,00	1.400,00
802	QUADRO DE COMANDO 400X300X200	UN	10,00	OLIFE	225,00	2.250,00
803	QUADRO DE COMANDO 480X380X220	UN	10,00	OLIFE	225,00	2.250,00
804	QUADRO DE COMANDO 500X400X200	UN	10,00	OLIFE	225,00	2.250,00
805	QUADRO DE COMANDO 600X400X200	UN	10,00	OLIFE	860,00	8.600,00
806	QUADRO DE COMANDO 600X480X170	UN	10,00	OLIFE	860,00	8.600,00
807	QUADRO PARA 3 MEDIDORES	UN	10,00	OLIFE	690,00	6.900,00
808	QUADRO PARA 4 MEDIDORES	UN	20,00	OLIFE	790,00	15.800,00
809	QUADRO PARA 6 MEDIDORES	UN	10,00	OLIFE	940,00	9.400,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

810	QUADRO PARA 08 MEDIDORES	UN	5,00	OLIFE	1.110,00	5.550,00
811	QUADRO PARA 9 MEDIDORES	UN	5,00	OLIFE	1.410,00	7.050,00
812	QUADRO PARA DOIS MEDIDORES	UN	10,00	OLIFE	600,00	6.000,00
816	REATOR 1 X 40w	PC	20,00	RCG	16,00	320,00
817	REATOR 2 X 20W	PC	20,00	RCG	20,50	410,00
818	REATOR 2 X 40W	PC	20,00	RCG	19,50	390,00
831	REDUÇÃO 110/85 PBA C/ JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA 8MM	UN	50,00	PLASTILIT	35,00	1.750,00
832	REDUÇÃO DE 25P/20 - CURTA PVC	PC	1.500,00	PLASTILIT	0,95	1.425,00
833	REDUÇÃO DE 32P/25 - CURTA PVC	PC	300,00	PLASTILIT	1,20	360,00
834	REDUÇÃO DE 75P/60 - CURTA PVC	PC	300,00	PLASTILIT	13,90	4.170,00
835	REDUÇÃO E27-E40	UN	50,00	ENERBLU	11,00	550,00
836	REDUÇÃO E40-E27	UN	50,00	ENERBLU	11,00	550,00
840	REFLETOR RETANGULAR 400W E27	UN	50,00	TASCHIBRA	46,50	2.325,00
841	REFLETOR RETANGULAR 400W W40	UN	50,00	TASCHIBRA	42,50	2.125,00
848	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 32MM BORBOLETA	UN	30,00	PLASTILIT	15,00	450,00
852	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 75MM BORBOLETA	UN	20,00	PLASTILIT	85,00	1.700,00
853	REGISTRO BORBOLETA SOLDÁVEL 85MM PVC	PC	50,00	PLASTILIT	105,00	5.250,00
855	registro com rosca pvc 25mm	PC	500,00	PLASTILIT	13,00	6.500,00
856	REGISTRO ESFERA 3/4"	PC	200,00	PLASTILIT	9,00	1.800,00
868	RESISTENCIA PARA CHUVEIRO	UN	50,00	LORENZETTI	10,00	500,00
869	RESISTENCIA 5400W TORNEIRA	UN	20,00	LORENZETTI	10,00	200,00
900	SOQUETE P/ LAMPADA FLUORESCENTE	PC	50,00	ENERBLU	1,90	95,00
902	SPUD LIGAÇÃO VASO SANITARIO	PC	50,00	ASTRA	3,75	187,50
903	SPUD PARA PVC BRANCO HIDRARIO	PC	50,00	TASCHIBRA	7,70	385,00
904	START 20W	UN	100,00	DISMA	1,90	190,00
905	START 40 W	UN	100,00	DISMA	1,90	190,00
906	SUPORTE DE CAIXA PARA POSTE	PC	50,00	GASPARZINHO	14,90	745,00
908	SUPORTE PARA DISJUNTOR PVC MONOFÁSICO	UN	500,00	SOPRANO	2,90	1.450,00
909	SUPORTE PARA GLOBO	PC	50,00	DISMA	2,90	145,00
913	TAMPA DE FERRO PADRÃO CELESC 125 KN	UN	15,00	UNIAO	750,00	11.250,00
914	TAMPA DE FERRO PADRÃO TELESC	UN	10,00	UNIAO	500,00	5.000,00
915	TAMPA OVAL PARA VASO SANITÁRIO	UN	50,00	HERC	16,40	820,00
916	TAMPA PARA VALVULA	PC	500,00	ASTRA	0,95	475,00
928	TE PLUGUE 3 SAIDAS	PC	500,00	DANEVA	6,90	3.450,00
929	TE SOLDÁVEL 20mm	PC	2.000,00	PLASTILIT	1,50	3.000,00
930	TE SOLDÁVEL 25 X 20MM	PC	1.000,00	PLASTILIT	1,30	1.300,00
931	TE SOLDÁVEL 25 mm	PC	2.000,00	PLASTILIT	1,50	3.000,00
932	TE SOLDÁVEL 32 mm	UNI	1.000,00	PLASTILIT	2,50	2.500,00
943	TELHA AMIANTO 3 MM X 2400 X 550	UNI	500,00	ISDRALIT	11,50	5.750,00
944	TELHA AMIANTO 5MM X 1220 X 1100	PC	500,00	ISDRALIT	19,00	9.500,00
945	TELHA AMIANTO 5MM 1530 X 1100	PC	500,00	ISDRALIT	24,00	12.000,00
946	TELHA AMIANTO 5MM X 1830 X 1100	UNI	500,00	ISDRALIT	26,50	13.250,00
947	TELHA AMIANTO 5MM X 2130 X 1100	PC	500,00	ISDRALIT	30,00	15.000,00
948	TELHA AMIANTO 5MM X 2440 X 1100	PC	500,00	ISDRALIT	35,00	17.500,00
952	TELHAO PARA PONTALETE	PC	50,00	ZATTI	9,00	450,00
953	TEMPORIZADOR DET.1 30 SEG 90-240V	PC	15,00	DISMA	69,00	1.035,00
954	TERMINAL DE COMPRESSÃO MACIÇO 10MM	UN	200,00	GERMER	1,90	380,00
955	TERMINAL DE COMPRESSÃO	UN	200,00	GERMER	1,90	380,00

PROCESSO LICITATÓRIO nº 61/2015

Página 7



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

	MACIÇO 16 MM					
957	TERMINAL SAPATA 10 MM	UN	200,00	GERMER	2,90	580,00
958	TERMINAL SAPATA 16 MM	UN	200,00	GERMER	2,90	580,00
959	TERMINAL SAPATA 25 MM	UN	200,00	GERMER	2,90	580,00
960	TERMINAL SAPATA 35 MM	UN	200,00	GERMER	3,30	660,00
961	TERMINAL SAPATA 40 MM	UN	200,00	GERMER	3,90	780,00
962	TERMINAL SAPATA 50 MM	UN	200,00	GERMER	4,90	980,00
963	TERMINAL SAPATA 95 MM	UN	200,00	GERMER	7,80	1.560,00
969	TIJOLO 27 X 10 X 15 CM	milh.	20,00	RAINHA	554,00	11.080,00
986	TOMADA SISTEMA X RJ - 45	UIN	200,00	PERLEX	10,50	2.100,00
987	TOMADA DE IMBUTIR 10A	UN	100,00	PERLEX	5,90	590,00
988	TOMADA DE IMBUTIR COXIAL	UN	100,00	PERLEX	7,00	700,00
989	TOMADA DE IMBUTIR DUPLA 10A	UN	100,00	PERLEX	8,80	880,00
990	TOMADA DE IMBUTIR RJ 45	UN	100,00	PERLEX	8,80	880,00
991	TOMADA DE TELEFONE DE IMBUTIR	UN	100,00	PERLEX	7,80	780,00
992	TOMADA DE TELEFONE SOBREPOR	UN	100,00	PERLEX	2,80	280,00
993	TOMADA EMBUTIR COMPUTADOR	PC	100,00	PERLEX	6,30	630,00
994	TOMADA PLASTICA TRIP. 30A	PC	100,00	PERLEX	8,80	880,00
1001	TONEIRA ALAVANCA	PC	20,00	HERC	6,00	120,00
1027	TUBO PBA C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA 85 MM	PC	400,00	PLASTILIT	210,00	84.000,00
1028	TUBO PBA C/ JUNTA ELASTICA INTEGRADA PVC 60 MM	PC	200,00	PLASTILIT	95,00	19.000,00
1029	TUBO SOLDAVEL 20MM	BR	1.000,00	PLASTILIT	9,90	9.900,00
1030	TUBO SOLDAVEL 25 MM 6M	BR	1.000,00	PLASTILIT	12,90	12.900,00
1031	TUBO SOLDÁVEL 32 mm 6 m	BR	300,00	PLASTILIT	20,90	6.270,00
1032	TUBO SOLDAVEL 40MM (BARRA 6M)	BAR	300,00	PLASTILIT	29,90	8.970,00
1033	TUBO SOLDAVEL 60 MM	UNI	500,00	PLASTILIT	44,90	22.450,00
1034	TUBO SOLDAVEL 85 MM	PC	50,00	PLASTILIT	115,00	5.750,00
1040	VASO SANITÁRIO LOGASA	UIN	200,00	FIORI	89,00	17.800,00
1041	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA PARA DEFICIENTE	UN	150,00	FIORI	320,00	48.000,00

TOTAL FERAL R\$: 1.217.083,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.
- 7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 – Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02-duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

DENIZARTE RUTHES ME
DOUGLAS RUTHES

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

PROCESSO LICITATÓRIO nº 61/2015

Página 12



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONTE CARLO

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.156.840/0001-97, neste ato representada por: SÉRGIO CAMARA ALVES, cpf nº 234.363.520-04, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE	MARCA	R\$ UND	TOTAL
731	PEDRA BRITA Nº 1	M3	150,00	BRITASUL	68,50	10.275,00
732	PEDRA BRITA N 02	M3	150,00	BRITASUL	70,00	10.500,00
737	PEDRISCO	M3	300,00	BRITASUL	70,00	21.000,00
760	PO DE BRITA	UNI	100,00	BRITASUL	75,80	7.580,00

Total R\$: 49.355,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); **ALCIONE ROBERTO BUYNO**, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato

até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de

Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Tiver presentes razões de interesse público;
 - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 - Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia

consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
SÉRGIO CAMARA ALVES

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Fraiburgo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 19.031.062/0001-99, neste ato representada por: JEAN CARLOS MORAES, cpf nº 044.235.159-38, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por

força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE	MARCA	R\$/UND	R\$ TOTAL
2	ABRAÇADEIRA NYLON 10CM BRANCO	UN	500,00		0,09	45,00
3	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5 X 200mm - 100 UND	UN	80,00		0,19	15,20
4	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5 X 280mm - 100 UND	UN	80,00		0,21	16,80
5	ABRAÇADEIRA NYLON 20 CM BRANCO	UN	500,00		0,19	95,00
9	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 14 X 22	UN	1.000,00		1,00	1.000,00
10	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 22 X 32	UN	1.000,00		1,10	1.100,00
11	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 32X44	UN	1.000,00		1,45	1.450,00
26	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 25 MM X 3/4	PC	200,00		0,89	178,00
28	ADAPTADOR SOLDAVEL PVC 32 MM	PC	150,00		1,20	180,00
35	ALICATE BICO	UN	5,00		13,00	65,00
36	ALICATE CORTE	UN	5,00		11,30	56,50
43	ANEL DE CERA P VASO SANITÁRIO	UNI	20,00		7,50	150,00
47	ARAME GALVANIZADO 16/18	KG	100,00		16,80	1.680,00
67	ASSENTO P/ VASO SANITARIO.	PC	50,00		16,00	800,00
73	BALDE 20 LT DE PLÁSTICO	BALD	20,00		15,40	308,00
80	BENJAMIM	PC	50,00		5,50	275,00
93	BOLSA DE LIGAÇÃO PARA VASO SANITARIO	PC	20,00		2,65	53,00
101	BRAÇO DE CHUVEIRO EM ALUMINIO	UN	20,00		5,60	112,00
103	BRACO PARA CHUVEIRO ALUMINIO 40CM	PC	20,00		5,60	112,00
106	BROCA DE VIDEA / CONCRETO 6,0MM	PC	10,00		3,40	34,00
107	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 10,0MM	PC	10,00		5,50	55,00
136	BROXA MADEIRA GRANDE	PC	30,00		4,90	147,00
146	BUCHA PLASTICA 10MM	UN	200,00		0,28	56,00
149	BUCHA PLASTICA 6 MM	UN	200,00		0,18	36,00
151	BUCHA PLASTICA 8 MM	UN	500,00		0,18	90,00
171	CABO PP 3 X 1,5	M.L	800,00		2,90	2.320,00
175	CABO PP 4 X 10MM	M.L	500,00		17,90	8.950,00
193	CADEADO 35 mm	PC	60,00		12,90	774,00
195	CADEADO 50MM	UN	20,00		17,50	350,00
200	CAIXA DE DESCARGA	PC	100,00		17,50	1.750,00
207	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 04 DJUNTOR	UN	50,00		10,00	500,00
209	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PVC 12 DJUNTOR	UN	50,00		19,30	965,00
221	CAIXA MEDIDOR MONOFÁSICA	PC	20,00		38,50	770,00
224	CAIXA PASSAGEM 40X40	UN	50,00		60,00	3.000,00
245	CANAleta SISTEMA X 40X20X2M BRANCO COM DIVISÓRIA	UN	100,00		13,30	1.330,00
254	CAP ESGOTO 100MM	PC	500,00		3,00	1.500,00
259	CAP ROSCAVEL 3/4"	PC	500,00		0,84	420,00
261	CAP SOLDAVEL 25MM	PC	500,00		0,84	420,00

266	CASCOREZ UNIVERSAL 500GR	PC	100,00		12,50	1.250,00
278	CHAVE DE FENDA 1/8 X 3"	PC	50,00		4,40	220,00
286	CILINDRO PARA FECHADURA	UNI	150,00		8,90	1.335,00
290	COLA PVA 1 KG	KG	50,00		17,00	850,00
309	CONJUNTO FIXAÇÃO MICTÓRIO	CJT	120,00		37,00	4.440,00
348	DISCO DE CORTE AZUL P/ COR- TES SECO	PC	50,00		15,30	765,00
351	DISCO DIAMANTADO TURBO	PC	40,00		16,00	640,00
360	DISJUNTOR 10 AMP. MONOFÁ- SICO	UN	150,00		4,90	735,00
362	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 A	UN	100,00		4,60	460,00
364	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 A	UN	100,00		6,90	690,00
368	DISJUNTOR 100 AMP. TRIFÁSICO	UN	100,00		68,00	6.800,00
388	ENGATE FLEXIVEL 50 CM PARA BANHEIRO	UN	100,00		4,60	460,00
399	ESPUMA POLIURETANO 500 ML	UN	200,00		19,50	3.900,00
408	FECHADURA P/ BANHEIRO.	PC	500,00		21,90	10.950,00
429	FIO CABINHO FLEXIVEL 1,5MM	M.L	300,00		0,34	102,00
430	FIO CABINHO FLEXIVEL 10 MM	M.L	300,00		2,73	819,00
433	FIO CABINHO FLEXIVEL 4 MM	M.L	300,00		0,99	297,00
438	FIO PARALELO 2,0 X 1,5 MM	M	900,00		0,79	711,00
444	FIO SOLIDO 2,5MM	MT	950,00		1,00	950,00
446	FIO SOLIDO 6 MM	M.L	950,00		2,25	2.137,50
460	FITA VEDA-ROSCA 10 M	UNI	200,00		2,85	570,00
461	FITA VEDA ROSCA 18 X 25 MM	UNI	200,00		4,75	950,00
465	FLANGE SOLDABEL 20MM X 1/2"	PC	500,00		6,00	3.000,00
471	FUNDO OLEO FOSCO 18 L	LTS	50,00		180,00	9.000,00
479	GANCHO PARAFUSO COM BUCHA	UN	100,00		0,85	85,00
493	INTERRUPTOR 02 TS	UN	200,00		9,40	1.880,00
507	INTERRUPTOR SISTEMA X 01 TS	UN	100,00		5,45	545,00
514	INTERRUPTOR SISTEMA X 1 TS + TU 10A	UN	100,00		5,35	535,00
522	JOELHO ESGOTO 45° 40MM	PC	100,00		1,80	180,00
523	JOELHO ESGOTO 45° 50MM	PC	100,00		2,70	270,00
524	JOELHO ESGOTO 45° 75MM	PC	100,00		3,70	370,00
526	JOELHO ESGOTO 90 100 MM	UN	1.000,00		4,00	4.000,00
527	JOELHO ESGOTO 90° 40MM	PC	100,00		1,85	185,00
531	JOELHO RIGIDO PVC SOLDABEL 40 MM	UNI	200,00		4,15	830,00
535	JOELHO SOLDABEL 45° 20MM	PC	1.000,00		0,85	850,00
539	JOELHO SOLDABEL COM ROSCA 25 X 3/4"	PC	300,00		2,00	600,00
541	JUNÇÃO ESGOTO 100 MM	UN	500,00		12,00	6.000,00
547	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO 40MM	PC	200,00		2,00	400,00
548	KIT BANDEJA / ROLO LA 15 CM	PC	50,00		13,00	650,00
550	LAMPADA ECONOMICA 15 W	UN	500,00		6,98	3.490,00
564	LAMPADA MISTA 160 W BOCAL E-27	UN	500,00		9,87	4.935,00
580	LIMA ENXADA COM CABO PLASTI- CO NICHOLSON	PC	5,00		12,00	60,00
581	LIMA MOTOSERRA 8" X3/16	UN	15,00		5,75	86,25
582	LIMA MOTOSERRA 8" X3/32	UN	15,00		5,75	86,25
587	LONA PRETA	M2	200,00		4,00	800,00
599	LUMINÁRIA FLUORESCENTE 2X27	PC	100,00		37,00	3.700,00
606	LUVA ESGOTO 100 MM	UN	1.000,00		3,70	3.700,00
607	LUVA ESGOTO 100MM	PC	1.000,00		3,70	3.700,00

609	LUVA ESGOTO 40MM	PC	1.000,00		1,80	1.800,00
610	LUVA ESGOTO 50MM	PC	1.000,00		2,70	2.700,00
628	LUVA ROSCAVEL 3/4"	PC	100,00		2,00	200,00
635	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA 25MM X 3/4"	PC	300,00		2,20	660,00
639	MACHADINHA	PC	5,00		16,00	80,00
640	MACHADO COM CABO	UN	5,00		24,00	120,00
650	MANGUEIRA PARA JARDIM 30 M DUPLA	UN	15,00		41,00	615,00
660	MASSA CORRIDA 900 ML	LT	100,00		9,00	900,00
661	MASSA CORRIDA PVA 18 LT	LT	50,00		57,00	2.850,00
682	MECANISMO ACIONAMENTO CAIXA ACOPLADA	UNI	20,00		68,00	1.360,00
687	NIPEL ROSCAVEL 1/2	PC	100,00		1,00	100,00
688	NIPEL ROSCAVEL 3/4"	PC	100,00		1,10	110,00
689	OCULOS DE SEGURANÇA	UNI	100,00		8,00	800,00
690	PÁ COM CABO CURVADO	UN	10,00		23,00	230,00
697	PAPELEIRA EM INOX	UN	50,00		16,00	800,00
698	PARAFUSO 10 MM PARA VASO SANITÁRIO	UNI	100,00		4,50	450,00
700	PARAFUSO CABEÇA PANELA 3,2 X 20,0MM	PC	500,00		0,35	175,00
701	PARAFUSO CABEÇA PANELA 4,2 X 22,0MM	PC	900,00		0,15	135,00
702	PARAFUSO CABEÇA PANELA 4,2 X 38,0MM	PC	900,00		0,15	135,00
710	PARAFUSO MADEIRA 3,2 X 16,0MM	PC	900,00		0,25	225,00
711	PARAFUSO MADEIRA 3,5 X 20,0MM	PC	900,00		0,25	225,00
712	PARAFUSO MADEIRA 3,5 X 30,0MM	PC	900,00		0,25	225,00
713	PARAFUSO MADEIRA 3,5 X 40,0MM	PC	900,00		0,25	225,00
714	PARAFUSO MADEIRA 4,8 X 50,0MM	PC	900,00		0,25	225,00
715	PARAFUSO MADEIRA 4,8 X 65,0MM	PC	900,00		0,30	270,00
716	PARAFUSO MADEIRA 5,5 X 90,0MM	PC	900,00		0,45	405,00
723	PARAFUSO SEXT ROSCA SOBERBA 1/4 X 60	PC	900,00		0,85	765,00
725	PARAFUSO SEXT ROSCA SOBERBA 5/16 X 70	PC	50,00		0,85	42,50
730	PÉ DE CABRA	PC	2,00		26,00	52,00
743	PINCEL 1"	UN	30,00		2,80	84,00
744	PINCEL 1/2"	UNI	30,00		1,80	54,00
745	PINCEL 2 1/2"	UNI	30,00		4,80	144,00
746	PINCEL 2"	UN	30,00		4,80	144,00
748	PINCEL 3"	UNI	30,00		5,70	171,00
749	PINCEL 4"	UN	30,00		6,40	192,00
757	PLACA PARA TOMADA	PC	50,00		0,87	43,50
759	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO	UN	40,00		19,00	760,00
780	PREGO 13 X 15	KG	50,00		9,80	490,00
819	REATOR CONVENCIONAL 1 X 40 220V	PC	20,00		16,00	320,00
826	REBITADEIRA MANUAL	UN	10,00		22,00	220,00
827	REBITE 38 X 100 MM	UN	500,00		0,28	140,00
828	REBITE 4,038 X 20 MM	UN	500,00		0,28	140,00
829	REBITE 4,5 X 25 MM	UN	500,00		0,28	140,00

830	REBITE 40X12 MM	UN	100,00		0,28	28,00
842	REGADOR PLASTICO GRANDE 10LT	UNI	5,00		12,00	60,00
843	REGADOR PLASTICO PEQUENO 05 LT	UNI	2,00		11,00	22,00
844	REGISTRO BORBOLETA CONE-XÃO LUA LR 20MM PVC	PC	300,00		8,00	2.400,00
845	REGISTRO BORBOLETA CONE-XÃO LUA LR 25MM PVC	PC	300,00		9,00	2.700,00
846	REGISTRO SOLDAVEL BORBOLETA 20MM PVC	UN	300,00		9,00	2.700,00
847	REGISTRO SOLDAVEL BORBOLETA 25MM PVC	PC	200,00		10,89	2.178,00
849	REGISTRO BORBOLETA SOLD-VEL 40MM PVC	PC	50,00		16,89	844,50
850	REGISTRO BORBOLETA SOLD-VEL 50MM PVC	PC	50,00		21,00	1.050,00
851	REGISTRO BORBOLETA SOLD-VEL 60MM PVC	PC	50,00		38,00	1.900,00
854	REGISTRO DE PRESSAO 1/2"	PC	200,00		16,00	3.200,00
863	REGULADOR DE GÁS ALIANÇA	PC	50,00		26,00	1.300,00
865	RELE FALTA DE FASE 380 V MPF 1380	PC	15,00		60,00	900,00
875	ROLO DE ESPUMA GRANDE	UN	20,00		6,75	135,00
876	ROLO DE ESPUMA MÉDIO	UN	20,00		5,00	100,00
877	ROLO DE ESPUMA PEQUENO	UN	20,00		3,65	73,00
878	ROLO DE LÃ 23 cm	UNI	20,00		15,00	300,00
879	ROLO DE LÃ 15 CM	PC	20,00		11,00	220,00
880	ROLO DE LÃ 9 CM	PC	20,00		8,65	173,00
884	SENSOR DE MOVIMENTO	UN	50,00		20,00	1.000,00
885	SENSOR DE PRESENÇA	UN	100,00		20,00	2.000,00
892	SERRINHA - SERRA AÇO RÁPIDO	UNI	300,00		3,75	1.125,00
894	SIFAO EXTENSIVO DUAS SAÍDAS	PC	20,00		14,00	280,00
895	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL SAI. 40	PC	30,00		6,50	195,00
901	SPOT EM ALUMINIO INJ. REDONDO P/ LAMPADA LED 18 LEDS	UN	100,00		32,00	3.200,00
907	SUPORTE PARA CORTINA	PC	50,00		1,00	50,00
918	TANQUE PARA ROUPAS PLASTICO	UNI	15,00		57,00	855,00
919	TE ESGOTO 100 mm	PC	500,00		9,50	4.750,00
920	TE ESGOTO 100 X 75MM	PC	500,00		8,00	4.000,00
924	TE ESGOTO 50 mm	PC	500,00		3,85	1.925,00
925	TE ESGOTO 75 mm	PC	500,00		6,50	3.250,00
934	TE SOLDAVEL COM ROSCA 20MM X 1/2"	PC	1.000,00		2,25	2.250,00
935	TE SOLDAVEL COM ROSCA 25 MM X 1/2"	PC	500,00		2,80	1.400,00
973	TIMER DIGITAL	UN	50,00		63,00	3.150,00
1003	TORNEIRA BOIA	PC	500,00		7,00	3.500,00
1004	TORNEIRA ELETRICA	PC	150,00		114,00	17.100,00
1005	TORNEIRA JARDIM	PC	100,00		3,50	350,00
1006	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA	PC	100,00		9,70	970,00
1007	TORNEIRA MAQUINA LAVAR C52 1/2	PC	20,00		20,00	400,00
1008	TORNEIRA PIA LONGA	PC	50,00		7,00	350,00
1009	TORNEIRA TANQUE CURTA	PC	50,00		4,00	200,00
1016	TUBO DE DESCARGA LONGO	PC	100,00		9,00	900,00
1037	VALVULA DESCARGA HIDROAS-SISTIDA	UN	20,00		87,00	1.740,00

1038	VALVULA INOX 3.1/2"	UN	20,00		14,00	280,00
1039	VALVULA TANQUE	PC	20,00		3,80	76,00
1048	XADREZ 250 GR VERMELHO	PC	50,00		6,85	342,50
1049	XADREZ 500 GR AMARELO	PC	50,00		10,00	500,00
1050	XADREZ 500 GR VERMELHO	PC	50,00		12,50	625,00

TOTAL Geral R\$: 218.096,50

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 - Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

JOINMIX COMÉRCIO CASA E

CONSTRUÇÃO LTDA ME

JEAN CARLOS MORAES

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: KARINI FUCCINA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.368.036/0001-74, neste ato representada por: ALISSON RIBEIRO, cpf nº 054.578.489-14, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE	MARCA	R\$ UND	R\$ TOTAL
30	ALÇA PRÉ FORMADA 10MM	UN	200,00	DEPENCIL	1,28	256,00
55	ARMAÇÃO BRAQUETE 1X1	UN	100,00	DEPENCIL	1,15	115,00
58	ARMAÇÃO BRAQUETE 4 X 4	PC	50,00	DEPENCIL	14,00	700,00
64	ARRUELA DE ACABAMENTO 1/2"	UN	200,00	DEPENCIL	0,40	80,00
66	ARRUELA QUADRADA 5/8 GALVANIZADO	UN	100,00	DEPENCIL	0,45	45,00
70	ASTE DE COBRE 2,00 M	PC	50,00	GASPARZINHO	22,00	1.100,00
78	BATE E FECHA PORTÃO	UN	100,00	GIASSI	6,00	600,00
86	BOCAL DE PLAFON DE PORCELANA E-27	UN	50,00	PLALUMI	3,00	150,00
104	BROCA DE VIDA E P/ CONCRETO 8,0MM	PC	10,00	DISMA	6,50	65,00
105	BROCA DE VIDEA / CONCRETO 12,0MM	PC	10,00	DISMA	12,00	120,00
110	BROCA DE VIDEA P/ CONCRETO 5,0 MM	PC	10,00	DISMA	3,40	34,00
113	BROCA P/ FERRO 10,0MM	PC	10,00	DISMA	13,00	130,00
114	BROCA P/ FERRO 12,0MM	PC	10,00	DISMA	19,50	195,00
118	BROCA P/ FERRO 3/8	PC	10,00	DISMA	6,45	64,50
119	BROCA P/ FERRO 4,0MM	PC	10,00	DISMA	3,35	33,50
120	BROCA P/ FERRO 4,5MM	PC	10,00	DISMA	3,30	33,00
121	BROCA P/ FERRO 5,0MM	PC	10,00	DISMA	3,25	32,50
122	BROCA P/ FERRO 5,5MM	PC	10,00	DISMA	3,30	33,00
124	BROCA P/ FERRO 6,5MM	PC	10,00	DISMA	3,50	35,00
137	BROXA MADEIRA PEQUENO	PC	30,00	MAX	4,70	141,00
156	CABEÇOTE GALVANIZADO 1"	UN	100,00	GASPARZINHO	3,30	330,00
157	CABEÇOTE GALVANIZADO 2"	UN	100,00	GASPARZINHO	6,80	680,00
158	CABEÇOTE GALVANIZADO 3/4"	UN	100,00	NEXTRON	3,30	330,00
159	CABO 1KV 10MM AZUL	M.L	500,00	NEXTRON	4,20	2.100,00
160	CABO 1KV 10MM PRETO	M.L	500,00	NEXTRIN	4,10	2.050,00
168	CABO PP 2 X 2,5	UN	800,00	NEXTRON	1,73	1.384,00
169	CABO PP 2 X 2,5MM	M	200,00	NEXTRON	1,73	346,00
178	CABO QUADRIplex 10MM	M.L	500,00	CORFIO	5,00	2.500,00
184	CABO SINTENAX 1KV 10 MM	M.L	500,00	CORFIO	5,00	2.500,00
188	CABO TRIPLEX 10 MM	M.L	500,00	CORFIO	4,00	2.000,00
192	CADEADO 20mm	PC	60,00	SOPRANO	6,50	390,00
194	CADEADO 40 mm	PC	60,00	SOPRANO	15,30	918,00
215	CAIXA DE LUZ 4X2 SISTEMA X BRANCO	UN	50,00	CRONA	1,20	60,00
216	CAIXA DE LUZ 4X4	UN	50,00	CRONA	0,90	45,00
269	CAVADEIRA RETA COM CABO	PC	50,00	RAMANA	22,00	1.100,00
283	CHAVE TESTE	PC	50,00	FOX LUX	5,70	285,00
288	CINTA ALUMINIO P/ POSTE	PC	50,00	DEPENCIL	1,30	65,00
296	COLHER DE PEDREIRO 9	UNI	20,00	RAMANA	13,00	260,00
303	CONECTOR PARA ASTE TERRA TIPO U	UN	200,00	JOARP	2,00	400,00
326	COTOVELO PARA CANALETA	UN	100,00	MEC-TRONIC	2,35	235,00
330	CURVA 180° PVC RIGIDO 1 1/4"	UN	500,00	KRONO	3,50	1.750,00
340	CURVA ELETRODUTO 1 180 GRAUS	PC	500,00	KRONO	1,80	900,00
342	CURVA ELETRODUTO 1/2" 180 GRAUS	PC	500,00	KRONO	1,20	600,00

343	CURVA ELETRODUTO 1/2" 90 GRAUS	PC	500,00	KRONO	1,35	675,00
344	CURVA ELETRODUTO 3/4" 90 GRAUS	PC	500,00	KRONO	1,25	625,00
345	DESEMPENO COM ESPUMA 14X27 CM	UN	30,00	RAMANA	8,50	255,00
346	DESEMPENO DE AÇO DENTADO	PC	20,00	RAMANA	7,50	150,00
347	DESEMPENO MADEIRA SEM ESPUMA 22 X 12 CM	PC	30,00	RAMANA	10,00	300,00
349	DISCO DE CORTE PARA FERRO 4 1/2"	UN	50,00	DISMA	7,00	350,00
350	DISCO DE CORTE PARA FERRO 7"	UN	30,00	DISMA	7,50	225,00
361	DISJUNTOR MONOFÁSICO 15 A	UN	100,00	SOPRANO	5,00	500,00
363	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 A	UN	100,00	SOPRANO	7,40	740,00
365	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50 A	UN	100,00	SOPRANO	13,00	1.300,00
366	DISJUNTOR MONOFÁSICO 60 A	UN	100,00	SOPRANO	13,50	1.350,00
367	DISJUNTOR MONOFÁSICO 70 A	UN	100,00	SOPRANO	14,00	1.400,00
369	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 A	UN	100,00	SOPRANO	44,90	4.490,00
375	DISJUNTOR UNIPOLAR 10 A	PC	100,00	SOPRANO	8,00	800,00
376	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 A	PC	100,00	SOPRANO	9,00	900,00
377	DOBRADIÇA 3"	PC	100,00	FERCA	1,00	100,00
379	ELETRODUTO 3/4	PC	150,00	KRONA	3,00	450,00
380	ELETRODUTO 1"	PC	150,00	KRONA	4,50	675,00
382	ELETRODUTO PVC RIGIDO 1 1/4"	UN	100,00	KRONA	7,00	700,00
383	ELETRODUTO PVC RIGIDO 1"	UN	100,00	KRONA	5,00	500,00
384	ELETRODUTO PVC RIGIDO 1/2"	UN	100,00	KRONA	3,00	300,00
385	ELETRODUTO PVC RIGIDO 2"	UN	100,00	KRONA	10,95	1.095,00
386	ELETRODUTO PVC RIGIDO 3/4"	UN	100,00	KRONA	3,00	300,00
411	FECHO AUTOMATICO P/ PORTÃO	PC	20,00	SOPRANO	4,50	90,00
414	FERRO 1/2" 12m	BR	100,00	GIASSI	40,00	4.000,00
415	FERRO 1/4" 12 m	BR	100,00	GIASSI	11,00	1.100,00
416	FERRO 3/4" 12m	BR	100,00	GIASSI	140,00	14.000,00
417	FERRO 3/8" 12m	BR	100,00	GIASSI	35,00	3.500,00
418	FERRO 4.2	BR	100,00	GIASSI	5,50	550,00
419	FERRO 5/16"12 m	UNI	200,00	GIASSI	19,50	3.900,00
420	FERRO 5/8 EM BARRAS	BR	30,00	GIASSI	90,00	2.700,00
421	FERRO CANTONEIRA 3/4 EM BARRA DE 6M	UN	30,00	GIASSI	71,00	2.130,00
428	FIO 2 X 2,50 MM PARALELO	MT	900,00	CORFIO	1,30	1.170,00
432	FIO CABINHO FLEXIVEL 2,5 MM	M.L	300,00	CORFIO	0,62	186,00
434	FIO CABINHO FLEXIVEL 6 MM	M.L	300,00	CORFIO	2,45	735,00
436	FIO DE NYLON PARA ROÇA-DEIRA	M	100,00	THOMPSON	1,10	110,00
437	FIO PARALELO 2 X 4 MM	M.L	200,00	CORFIO	2,55	510,00
447	FIO TELEFONE EXTERNO	M	500,00	CORFIO	0,79	395,00
448	FIO TELEFONE INTERNO	MT	500,00	CORFIO	0,50	250,00

449	FITA ADESIVA DE ALUMINIO 10 CM/15CM	MT	500,00	RAMANA	6,00	3.000,00
450	FITA ALUMINIO COM PREZILHA P/ POSTE	UN	200,00	FERCA	1,45	290,00
488	HASTE DE TERRA 5/8 X 2,4	UN	50,00	DEPENCIL	23,90	1.195,00
490	INTERRUPTOR 01 TP	UN	200,00	ILUMI	5,10	1.020,00
492	INTERRUPTOR 02 TP	UN	200,00	ILUMI	7,80	1.560,00
494	INTERRUPTOR 03 TP	UN	200,00	ILUMI	12,00	2.400,00
496	INTERRUPTOR EMBUTIDO 1 TP + TU 10 A	UN	200,00	ILUMI	7,40	1.480,00
497	INTERRUPTOR EMBUTIDO 1 TS + TU 10 A	UN	200,00	ILUMI	5,80	1.160,00
498	INTERRUPTOR EMBUTIDO 2 TS + TU 10 A	UN	200,00	ILUMI	7,90	1.580,00
499	INTERRUPTOR EMBUTIDO 2 TP + TU 10 A	UN	200,00	ILUMI	10,00	2.000,00
500	INTERRUPTOR EMBUTIR	PC	100,00	ILUMI	4,90	490,00
501	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 + CAMPANHIA OU PULSADOR	UN	100,00	ILUMI	4,99	499,00
502	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 + MINUTERIA	UN	100,00	ILUMI	18,00	1.800,00
503	INTERRUPTOR EMBUTIR 3 TECLAS SIMPLES	PC	100,00	ILUMI	9,45	945,00
506	INTERRUPTOR SISTEMA X 01 TP	UN	100,00	ILUMI	4,40	440,00
508	INTERRUPTOR SISTEMA X 02 TP	UN	100,00	ILUMI	6,00	600,00
509	INTERRUPTOR SISTEMA X 02 TS	UN	100,00	ILUMI	5,90	590,00
512	INTERRUPTOR SISTEMA X 1 + MINUTERIA	UN	200,00	ILUMI	10,00	2.000,00
517	ISOLADOR DE PORCELANA TIPO PIMENTÃO	UN	30,00	TAFE	3,10	93,00
646	MANGUEIRA CORRUGADA 1" REFORÇADA EXTRA	UN	100,00	TUBOVALE	2,00	200,00
781	PREGO 15 X 21	KG	50,00	GERDAL	6,30	315,00
782	PREGO 16 X 24	KG	80,00	GERDAL	7,85	628,00
783	PREGO 17 X 27	KG	80,00	GERDAL	8,05	644,00
784	PREGO 18 X 30.	KG	80,00	GERDAL	7,80	624,00
785	PREGO 19X39	KG	50,00	GERDAL	7,75	387,50
786	PREGO 20X42	KG	50,00	GERDAL	8,05	402,50
787	PREGO 20 X 48	KG	50,00	GERDAL	5,99	299,50
788	PREGO 22 X 48	KG	50,00	GERDAL	6,15	307,50
789	PREGO 25X72	KG	50,00	GERDAL	6,05	302,50
896	SILICONE 280 GR BRANCO	PC	30,00	AFIX	8,45	253,50
897	SILICONE 50 GR	UN	100,00	AFIX	3,45	345,00
995	TOMADA SISTEMA X 10A	UN	100,00	ILUMI	5,05	505,00
996	TOMADA SISTEMA X COXIAL	UN	200,00	ILUMI	6,45	1.290,00
997	TOMADA SISTEMA X DUPLA 10A	UN	200,00	ILUMI	6,50	1.300,00
998	TOMADA SISTEMA X TELEFONE	UIN	200,00	ILUMI	6,10	1.220,00
999	TOMADA SOBREPOR	PC	100,00	ILUMI	4,35	435,00
1000	TOMADA SOBREPOR DUPLA	PC	100,00	ILUMI	6,85	685,00
1010	TORQUES 12"	UN	5,00	KRONA	24,88	124,40
1011	TRENA 5 M	PC	10,00	KRONA	11,99	119,90

Total Geral R\$: 112.226,80

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado

ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo,

também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 29/2015 - Registro de Preços 48/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/março/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

KARINI FUCCINA - ME

ALISSON RIBEIRO

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Capinzal - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.526.833.0001.70 neste ato representada por: JONATAS DE ANDRADE, cpf nº 041.737.319.81, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir.

As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para fornecimento de: MÓVEIS E ELETROELETRÔNICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
03	02	UND	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL E FILMADORA, BATERIA RECARREGÁVEL DE LÍTIUM, DISPLAY COLORIDO, MEMÓRIA INTERNA, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 10 MEGAPIXEL, CABO COM CONEXÃO USB, MICROFONE INTERNO. (142173)	Ishare	288,99	577,98
04	60	UND	BERÇO CAMA, ESTRUTURA EM MDP, APROVADO PELO INMETRO, COR BRANCA, PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS, BORDAS EM PVC, TAMANHO APROXIMADO 130X60CM, SEM GAVETAS; COM COLCHÃO DE EXPESSURA MÍNIMA DE 10 CMS DENSIDADE 18 ANTI ACARO POLIURETANO COM CERTIFICADO INMETRO. (142174)	Multimóveis	453,98	27,238,80
05	20	UND	BERÇO CAMA, ESTRUTURA EM MDP, APROVADO PELO INMETRO, COR BRANCA, PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS, BORDAS EM PVC, TAMANHO APROXIMADO 130X60CM, SEM GAVETAS, SEM COLCHÃO. (142175)	Multimóveis	328,99	6.579,80
06	06	UND	CADEIRA ALTA – CADEIRA ALTA PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBES, BANDEJAS REMOVÍVEIS, PEDANAS EM PLÁSTICO, ENCOSTO E ASSENTO EM TECIDO PLÁSTICO LAMINADO COLORIDO E ACOLCHOADO, ESTRUTURA TUBULAR EM FERRO 3/4", PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA, TRAVAS EM ARCO, CINTO DE SEGURANÇA DE CINCO PONTOS EM NYLON, ALTURA 105CM X COMPRIMENTO 56CM X LARGURA 68CM. (141445)	Galzerano	188,90	1.133,40
07	09	UND	QUANDO BRANCO – QUADRO BRANCO TIPO LOUSA MAGNÉTICA, HORIZONTAL, MOLDURA FLIP (ABERTURA FRONTAL) EM ALUMÍNIO INODIZADO NATURAL FOSCO, FRISADO, VISTA DE 20X19MM, FUNDO DO QUADRO CONFECIONADO EM EUCATEX DE 10MM, TAMANHO DE 90CM X 120CM. (141446)	Cortiant	124,99	1.124,91
08	05	UND	COLCHÃO DE USO HOSPITALAR, TAMANHO 188cm X 88cm X 12cm, DENSIDADE 23, NAPA IMPERMEÁVEL, CERTIFICADO PELO INMETRO, ESPUMA 100% POLIURETANO. (142139)	Lukspuma	499,99	2.499,95

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.
- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, salvo subcontratação autorizada.
- 7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.
- 7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - a) advertência,
 - b) multa,
 - c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
 - b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
 - c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 62/2015, Pregão Eletrônico nº 26/2015 - Registro de Preços nº 49/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/junho/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento

em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 24 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Marcos Nei Correa Siqueira
Jonatas de Andrade

ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE
MATERIAL LTDA-ME

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Alcione Roberto Buyno - 543.529.679.04

CONTRATO 19/2015 POSITIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 19/2015

Contratante: MUNICIPIO DE MONTE CARLO cnpj nº 95.996.104.000104 - Contratado: POSITIVO INFORMÁTICA SA cnpj nº 81.243.735.0001.48 - Objeto: Computador Interativo, 9 unidades a R\$: 2.520,00 a unidade R\$ Total: 22.680,00 - Edital Pregão Eletrônico nº 71/2013 - Registro de Preços - Processo Administrativo nº 23034.000302/2013-19 - Dotação Orçamentária: PAR/FNDE/Elemento 000160/Empenho nº 731/15 em 16/03/2015

Monte Carlo - Sc 18 de Março de 2015

CONTRATO Nº 22/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

De um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, com sede administrativa a Rodovia SC-452 km 24 nº 1551 - Centro - Monte Carlo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Marcos Nei Correa Siqueira, ora denominado CONTRATANTE e do outro, ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA, inscrita no cnpj nº 06.749.489/0001-85, com sede na cidade de Curitiba- SC a Rua Napoleão Sbravatti, 456, representada por Osni Alves Ribeiro, portador do cpf nº 384.606.889-68 ora denominada CONTRATADA, tem justo e contratado nos termos da adjudicação no Processo de Licitação nº 63/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 30/2015, ao qual se vincula em todos seus termos e anexos.

CLAUSULA I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares originados de atividades domésticas em residências urbanas (Lei nº 12.305 de 02/08/2010, art. 13º, inc. I, alíneas "a" e "d"), tais como: papéis, papelão, plásticos, metais diversos, vidros, tecidos, couros, embalagens e matéria orgânica, com caminhões coletores compactadores, próprios ou locados pela empresa, no município de Monte Carlo, conforme Roteiro e Frequência constantes no Anexo II (Plano de Trabalho), parte integrante do presente contrato, através de mão de obra especializada, obedecendo às normas trabalhistas, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

1.2. Os veículos, no mínimo 2 (dois), deverão ser mantidos em perfeitas condições de funcionamento. Estão compreendidos nesta exigência o funcionamento de velocímetro, pintura, limpeza, constituindo obrigação contratual a higienização semanal dos equipamentos.

1.3. A prestação de serviços será gerenciada e fiscalizada pela Contratante.

1.3.1. Entende-se por gerenciamento todos os atos relativos ao bom cumprimento do presente contrato.

1.4. É vedado o armazenamento provisório em vias públicas e/ou logradouros, para posterior carga no veículo transportador, por tempo superior a 15 (quinze) minutos.

1.5. Toda e qualquer mudança em roteiro ou cronograma de coleta, deverá ser realizado somente após o consentimento da Contratante.

1.6. A Contratante poderá alterar o cronograma de coleta com aviso prévio de 07 (sete) dias.

1.7. Somente será permitida coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos de classe residencial (Lei nº 12.305/10).

1.8. Os resíduos coletados deverão ser depositados no aterro sanitário do COINCO, no local apropriado, no mesmo dia da coleta e no horário de funcionamento do aterro, atendendo as orientações do CONTRATANTE e da empresa terceirizada prestadora dos serviços de manutenção e disposição final que opera no aterro sanitário.

CLÁUSULA II - DO PRAZO

2.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse administrativo por igual período na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

Parágrafo único - O prazo global de execução dos serviços será contado a partir do dia do efetivo início dos trabalhos, mediante Ordem de Serviço expedida pela Contratante.

2.2. O contrato poderá ser aditado atendendo às disposições da Lei 8.666/93 e interesse público.

CLÁUSULA III - DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

3.1. O município contratante pagará à contratada a importância de R\$ 141,50 (cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) a tonelada de resíduos sólidos urbanos, classe residencial, coletados no município e depositados no aterro do COINCO.

Parágrafo Único: Os preços previstos nesta cláusula não sofrerão reajustes nos primeiros 12 (doze) meses, contados da data de apresentação das propostas, os preços serão fixos e irrevogáveis. Após esse período os preços deverão ser reajustados de acordo a variação do IGP-DI, no caso de prorrogação.

3.2. Os pagamentos terão o vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, responsabilizando-se a CONTRATADA em protocolar na sede da Contratante a nota fiscal de prestação de serviços com 05 (cinco) dias de antecedência, sob pena de prorrogação do prazo igual aos dias de atraso.

3.3. A nota fiscal de prestação de serviços deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

d) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

e) guias de recolhimento das obrigações fiscais em atendimento a Lei nº 8212/91, com as alterações da Lei nº 9.711 de 20.11.1998 (art. 31), bem como da Ordem de Serviço nº 209 de 20.05.1999 do INSS, como condicionante de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente, com a Nota Fiscal/Fatura, as respectivas Guias de Recolhimento, de PIS/COFINS/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL; INSS e ISS correspondentes à referida Nota Fiscal, corretamente preenchida, para operacionalização da retenção, bem como, comprovação de pagamento da folha mensal dos funcionários devidamente registrados referentes ao mês dos trabalhos que estarão sendo cobrados;

f) documentos de quitação trabalhista, sendo: recibo de pagamento dos funcionários, inclusive com adicional de insalubridade aferido pelo PPRA; recolhimento INSS e FGTS e cartão ponto referentes ao mês dos trabalhos que estarão sendo cobrados;

g) os registros do tacógrafo do caminhão, do mês que está sendo cobrado;

3.4. A falta de qualquer destas condições resultará na suspensão do pagamento até sua regularização, não incorrendo qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.5. O presente contrato não sofrerá reajuste, salvo na ocorrência das condições expostas na Lei nº 8.666/93.

3.6. Serão retidos os tributos incidentes na nota fiscal.

CLÁUSULA IV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados correrão a conta de recursos próprios do orçamento de 2015, sendo: Entidade: 01 - Órgão: 09 - Unidade: 02 - Projeto/Atividade: 2.023 - Despesa: 125 - Complemento do Elemento: 3.3.90.39.28.00.00.0000

CLAUSULA V - DAS RESPONSABILIDADES:

5.1. A CONTRATADA responderá pelos vícios e defeitos dos serviços e uso do patrimônio do CONTRATANTE, ainda, por quaisquer danos que venha a causar, inclusive perante terceiros, ficando o CONTRATANTE, isento de qualquer responsabilidade, de natureza Fiscal, Federal, Estadual e/ou Municipais, como Tributos (Impostos, Taxas e Contribuições), inclusive de natureza civil, criminal, trabalhista e/ou previdenciária, em virtude do objeto do presente contrato.

5.1.2. Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas e encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos seus empregados, que atuem sob sua dependência e subordinação, conforme art. 71, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada obriga-se a cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina de segurança do trabalho, obrigando seus empregados ao uso de equipamentos apropriados de proteção a acidentes.

5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o mínimo de 03 (três) funcionários por veículo em operação, sendo, 01 (um) motorista com habilitação necessária e 02 (dois) ajudantes para a coleta dos resíduos sólidos.

5.2.1. A CONTRATADA obriga-se a zelar pelo cumprimento, por parte de seus colaboradores, das normas de higiene e segurança do trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes os equipamentos (EPI's) necessários à atividade laboral de acordo com PPRA e LTCAT, uniformes e placas de identificação contendo o nome, a função e denominação da empresa, cuidando para que se mantenham limpos e asseados, quer no aspecto do vestuário, quer de higiene pessoal, seguindo as normas do Ministério do Trabalho.

5.2.2. A CONTRATADA obriga-se a atender ao disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, ou seja: proibir de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.2.3. Sempre que houver afastamento de qualquer colaborador da CONTRATADA prestante de serviço por motivo de férias, licença, atestado médico, falta ou de qualquer outro fato, a empresa CONTRATADA fará a imediata substituição.

5.3. A CONTRATADA deverá fazer semanalmente a higienização dos veículos e dos equipamentos.

5.4. A CONTRATADA deverá reparar e corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

5.5. Caberá a CONTRATANTE o pagamento dos valores na forma e prazos contratados.

CLAUSULA VI - EQUIPAMENTOS

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar:

- Um mínimo de 02 (dois) caminhões com capacidade mínima de carga de 17 toneladas PBT, equipados com caçamba coletora compactadora de carregamento traseiro com capacidade mínima de 15 m³ (quinze metros cúbicos) de resíduos compactados, cada um.

6.2 Todas as despesas relacionadas com a execução dos serviços referente ao veículo de carga descrito no item 6.1, também objeto do presente contrato, tais como: abastecimento e manutenção, correrão integralmente por conta da CONTRATADA.

6.3 Deverá ainda manter durante todo o período contratado apólice de seguro contra terceiros, incluindo danos materiais, pessoais e morais, de acordo com as regras estabelecidas no mercado.

CLAUSULA VII - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

7.1. No caso de inadimplemento das obrigações previstas neste instrumento de CONTRATO, no Edital e nas normas legais nos mesmos referidos, incorrerá a CONTRATADA nas penalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas modificações posteriores, ainda:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar, e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

7.2. Em caso de recusa no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor licitado.

CLAUSULA VIII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Todos os serviços, objeto do presente contrato, serão fiscalizados pela Contratada, sendo que a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será sempre por escrito. Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, estes serão confirmados por escrito, dentro de 05 (cinco) dias.

8.2. A fiscalização não diminui nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e correta execução dos serviços.

8.3. A fiscalização poderá a qualquer hora, examinar a documentação da contratada relativa ao pessoal empregado para execução dos serviços podendo exigir as apresentações dos comprovantes de atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes e seu equipamento.

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a acatar e fazer com que seus empregados atendam a todas as instruções emanadas pela CONTRATANTE.

CLAUSULA IX - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente contrato será rescindido, por acordo entre as partes, e/ou independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

- a) no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada, pela Lei nº 8.883/94;
- b) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;
- c) quando ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA, para dar execução ao contrato, ou para nele prosseguir;
- d) se a CONTRATADA, transferir, o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte;
- e) se a CONTRATADA falir, liquidação ou dissolução, estiver sob concurso de credores ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente instrumento.

9.2. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato unilateralmente, de acordo com o que dispõe o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. O presente contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, observadas suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos e princípios do direito público.

10.3. É vedado a cessão ou subcontratação total ou parcial de serviços.

10.4. A empresa CONTRATADA deverá firmar contrato de seguro de vida e contra acidentes pessoais para todos os empregados, na forma da Lei.

10.5. Os trabalhadores contratados pela CONTRATADA empregados na prestação dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos decorrentes das relações de trabalho, na forma dos artigos 593 e seguintes do Código Civil.

10.6. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art.78, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.7. Fazem parte integrante deste instrumento de contrato, a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, ata de julgamento, bem como o Edital de Licitação e respectivos anexos.

10.8. Na hipótese de divergência entre este instrumento de contrato e o Edital correspondente, prevalecerão às disposições que melhor favorecer a Contratada.

10.9. Nos casos omissos no presente instrumento e no correspondente edital, aplicar-se-á as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

CLÁUSULA XI - DO FORO:

11.1. Para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste instrumento de contrato, fica eleito desde já o foro da Comarca de Fraiburgo/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim, juntamente com as testemunhas abaixo.

Monte Carlo - SC, 24 de Abril de 2015.
MUNICIPIO DE MONTE CARLO
Marcos Nei Correa Siqueira
Contratante

ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA
Osni Alves Ribeiro
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO ATA 58/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ZRS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Lebon Régis-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.009.251.0001.98, neste ato representada por: JOSÉ DA SILVA RIBEIRO, cpf nº 956.779.769.20, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	01	UND	LEITORA DE CARTÃO CRIPTOGRÁFICO,	Gempec	95,00	95,00
02	01	UND	FONTE PARA SERVIDOR HP PROLIANT ML350 – G5, MODELO DPS-800GB A (142160)		1.100,00	1.100,00
03	01	UND	NO BREAK – 2200VA (2,2Kva), CAPACIDADE DE SAÍDA 1360 WATSS, ENTRADA TENSÃO 115/127/220,	HP	2.200,00	2.200,00
04	04	UND	BATERIA SELADA DE CHUMBO/ÁCIDO, 12VOLT-S/18AMPERES.	APC	200,00	800,00
05	01	UND	SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT® SERVER, WINDOWS SERVER® 2012 STANDARD OEM		3.300,00	3.300,00
06	01	UND	SERVIDOR MONOPROCESSADO – PROCESSADOR: INTEL® XEON® E3-1271V3 HT (4-CORE), TDP 80W, 4X 3,6GHZ, CACHE 8MB. PLACA MÃE: INTEL® SERVER BOARD XEON, MODELO S1200V3RPS. CHIPSET INTEL® SERVER C222. MEMORIA: 32 GB KINGSTON® DDR3-1600 ECC (4X 8GB). SSD: 120 GB KINGSTON® SV300S37A/120G. HARD DISK: 1 TB SATA 6GB/S, SEAGATE® 7200RPM, CACHE 64MB.	HP	8.200,00	8.200,00
07	03	UND	NO BREAK – 600VA (POTÊNCIA DE SAÍDA 300 WATSS), ENTRADA TENSÃO	APC	350,00	1.050,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 41/2015, Pregão Presencial nº 19/2015.

DA VIGÊNCIA

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/junho/2015.

Monte Carlo - SC, 24 de Abril de 2015

EXTRATOS CONTRATOS EMITIDOS 03/2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 02/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2015, é a atualização valor mensal pela data base de reajuste em 01/janeiro/2015, para R\$: 3.251,97 (três mil, duzentos e cinquenta um reais e noventa sete centavos), pelo fato de no Aditivo anterior não ser considerado o valor atualizado do ano de 2014 e sim o valor de 2013 vigência de 17/01/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: ELOY GARIPUNA

Monte Carlo - SC, 17 de Janeiro de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 35/2014 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014 DE FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo de contrato é a inclusão na contratação da seguradora para o fornecimento seguro veicular, na apólice de seguros nº 316-164/5 para veículo Iveco/Fiat Daily/City Class 70C17, ano/modelo: 2013/2014, placas QHE-5985, chassi nº 93ZL68CO1E8456223 de propriedade da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO cnpj nº 82.951.28.0001.58 e termo de cessão de uso nº 053 em favor do MUNICÍPIO DE MONTE CARLO cnpj nº 95.996.104.0001.04 vigência de 27/02/2015 á 30/07/2015.

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS SA

Monte Carlo - SC, 27 de fevereiro de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013****LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a atualização valor mensal pela data base de reajuste em 01/janeiro/2015, para R\$: 3.080,62 (três mil, oitenta reais e sessenta dois centavos) vigência de 17/01/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: ELOY GARIPUNA

Monte Carlo - SC, 17 de Janeiro de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2014****SERVIÇOS DE ARBITRAGEM**

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a recomposição dos valores pelo reequilíbrio financeiro do contrato, nos termos do parecer jurídico nº 11/2015-PROC vigência de 02/04/2015 á 31/11/2015.

CONTRATADO: DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO

Monte Carlo - SC, 02 de Abril de 2015

EXTRATO DE CONTRATO N.º: 10/2015 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EXERCÍCIO 2015

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.Vigência de 09/02/2015 á 31/12/2015.

Monte Carlo - SC 09 de fevereiro de 2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015 - DE FORNECIMENTO DE ASSINATURAS MENSAIS DE REVISTA DE CIRCULAÇÃO REGIONAL

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS MENSAIS DE REVISTA COM CIRCULAÇÃO NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO o preço total a ser pago pela assinatura, é de R\$: 3.872,00 (três mil, oitocentos e setenta dois reais), o prazo de contratação é do dia 09/fevereiro/2015 a 31/dezembro/2015.

CONTRATADO: MARIANA POMERENING STEFANES - ME / REVISTA FIQUE DE OLHO.

Monte Carlo - SC, 09 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2014**CONTRATO nº 12/2015**

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para Pavimentação de Calçamento de Pedra Irregular, passeio, meio-fio, drenagem, rampas de acesso e sinalização viária nas Ruas: 1ª) Rua Marino Pisani, com área de 2.400,00 m2; 2ª) Rua Modesto Vargas, com área 2.560,00 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula. O prazo de vigência do Contrato será de 05 meses - (5-etapas), conforme prazo de execução das obras.

CONTRATADO: RODRIGUES E DA SILVA LTDA -ME

Monte Carlo - SC, 26 de fevereiro de 2015

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ASSISTENCIA JURÍDICA nº 13/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio e instrução jurídica, por meio de acesso a sítio da Rede Mundial de Computadores (Internet), através do qual encomendarão 03 (três) pareceres mensais por escrito, obterão boletins periódicos e revistas virtuais mensais contendo atualizações, legislação, artigos, notícias recentes, jurisprudência, todos relacionadas á Gestão Pública vigência 03/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADA: GESTÃO PÚBLICA ON LINE LTDA - ME.

Monte Carlo - SC, 03 de março de 2015

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA nº 14/2015

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de ministração de curso de formação continuada - 1ª etapa, para membros do magistério público e funcionários da Secretaria Municipal de Educação cujo os termos versarão sobre Legislação Educacional, Alfabetização, Letramento e Avaliação vigência 03/03/2015 á 31/03/2015 .

CONTRATADA: GESTÃO PÚBLICA ON LINE LTDA - ME

Monte Carlo - SC, 03 de março de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015****FORNECIMENTOS DE COMBUSTÍVEIS**

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a recomposição dos valores pelo reequilíbrio financeiro do contrato, vigência de 02/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: ADELIR VALDUGA E CIA. LTDA

Monte Carlo - SC, 02 de Março de 2015

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS - INSTRUÇÃO DE KARATÊ - Nº 15/2015

OBJETO: A contratada através do preposto, prestará os serviços profissionais de instrução de Karatê, em local a ser designado pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Os serviços contratados serão desenvolvidos no município com as crianças de idade entre oito e quinze anos; a modalidade e a prática da modalidade de Karatê, conciliando treinos para competições de rendimento, trabalhando atletas que eventualmente representarão o município de Monte Carlo. O presente contrato vigorará de 05 de Março a 31 de Dezembro do ano de 2015.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PLANALTO DE KARATÊ.

Monte Carlo - SC, 05 de Março de 2015

**EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO
PARA FORNECIMENTO DE LIVROS nº 16/2015**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material de apoio pedagógico para a manutenção do Ensino da Educação Infantil - Programa Brasil Carinhoso, composto por 150 títulos de livros e coleções com abordagem de variados temas em cada um dos 02 (dois) conjuntos. O prazo de vigência do contrato será, a partir da data de 09/março/2015 até 31/março/2015.

CONTRATADA: VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME

Monte Carlo - SC, 09 de março de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013

LOCAÇÃO DE SOFTWARE

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a revisão anual de valor, passando a partir de março/2015 para R\$: 410,00 (quatrocentos e dez reais), mensais até a data base de reajuste em 22/fevereiro/2015 se houver renovação do prazo de vigência. Vigente 09/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA.

Monte Carlo - SC, 09 de Março de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2010

SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES EM PEDIATRIA

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a revisão anual do valor, passando a partir de março/2015 para R\$: 28,46 (vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), por consulta até a data base de reajuste em 26/fevereiro/2015 se houver renovação de prazo vigente 09/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: CLINICA DA CRIANÇA DR. KAUTZ LTDA

Monte Carlo - SC, 09 de Março de 2015

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2010

SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADE EM ORTOPEdia

OBJETO: O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a atualização de valor em razão da revisão geral, passando para o valor de R\$: 51,65 (cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos), mensais até a data base de reajuste em 26/fevereiro/2016, se houver renovação contratual vigente 09/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: CLINICA DE ORTOPEdia E ACUMPUTURA MÉDICA KUTZKE LTDA

Monte Carlo - SC, 09 de Março de 2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL Nº 17/2015

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT vigência 10/03/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Monte Carlo - SC, 10 de março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 20/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, consistindo em: zoneamento do projeto, organização das áreas, fluxos e interações. O prazo de vigência do contrato o da sua assinatura até 60 (sessenta) dias.

CONTRATADA: BRANDALISE EIRELE - ME

Monte Carlo - SC, 25 de março de 2015

EXTRATO DE CONTRATO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 18/2015

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIO COM PAVER DE CONCRETO INTERTRAVADO, com área 185,00 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula o prazo de vigência do Contrato será de 01 mês, conforme prazo de execução das obras.

CONTRATADA: RODRIGUES E DA SILVA LTDA - ME

Monte Carlo - SC, 12 de Março de 2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - Nº 21/2015

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a prestação dos serviços de: EDIÇÃO, PRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS ATRAVÉS DE WEB SITES E IMPRENSA FALADA; REALIZAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO E ASSESSORIA NA ÁREA DE IMPRENSA, conforme especificações a quantitativos a seguir elencados vigência 13/04/2015 á 31/12/2015.

CONTRATADO: OSORIO ERNANI MULLER SERPA - MEI
Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015
OBJETO: Registro de preços para fornecimento de: HIDRÔMETROS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência de 09/02/2015 á 30/06/2015.
CONTRATADA: BRASIDAS - EIRELE ME
Monte Carlo - SC, 09 de fevereiro de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência 24/03/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADO: ALEXANDRE DEMENTÓVIS - MEI
Monte Carlo - SC, 24 de Março de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência 10/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADO: SADI CORDEIRO - MEI
Monte Carlo - SC, 10 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência de 10/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADO: EDELMAR DOS SANTOS - MEI
Monte Carlo - SC, 10 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015
OBJETO: O presente pregão tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de SERVIÇOS DE COLETA e ANÁLISE DE ÁGUA consumida pela população do município de Monte Carlo, com fornecimento de todo o material, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital vigência 10/04/2015 á 31/03/2016.
CONTRATADA: TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA.
Monte Carlo(SC), 10 de Abril de 2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM VEÍCULOS, UTILITÁRIOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS, com fornecimento de peças genuínas sem exclusividade para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência de 10/04/2015 á 30/03/2016.
CONTRATADA: SANDRA REGINA DA ROSA - ME
Monte Carlo - SC, 10 de abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE LIMPEZA, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência de 13/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADA: LUCIANA PEREIRA DE SOUZA - ME
Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE LIMPEZA, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015 vigência 10/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2015
OBJETO: Registro de preços para a prestação de serviços de: LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015 vigência 10/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADO: HERMISON SACRAMENTO - ME
Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2015
OBJETO: Registro de preços para a prestação de serviços de: LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015 vigência de 10/04/2015 á 31/12/2015.
CONTRATADO: LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES LTDA-ME
Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO No 65/2013 - REGISTROS DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.000301/2013-74 CONTRATO Nº 09/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNUNICIPAL DE MONTE CARLO E A POSITIVO INFORMATICA SA PARA OS FINS

QUE SE ESPECIFICA.

OBJETO:

Aquisição de 81 (oitenta e um) Tabets, tipo educacional, para atendimento do Projeto Educação Digital, ao valor de R\$ 520,00 a unidade. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura vigência de 02/02/2015 á 01/02/2016. CONTRATADA: POSITIVO INFORMATICA S A MONTE CARLO-SC. 02 de Fevereiro de 2015.

DISTRATO ADMINISTRATIVO - nº 01/2015

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vilma Gomes, nº - Centro - Monte Carlo - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.189.0001.45, neste ato representada pela Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA, investida nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretária Municipal de Saúde, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, JOSÉ ARILDO DA SILVA OLIVEIRA, brasileiro, casado, empregado da iniciativa privada, portador da cédula de identidade nº 1.079.651 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 536.767.509.34, residente e domiciliado na Rua Marino Pisani, nº Bairro dos Ipês, na cidade de Monte Carlo - SC, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM as PARTES acima qualificadas, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, DESFAZER o Contrato Administrativo nº 11/2014, cujo objeto consistia na "locação de imóvel urbano", conforme segue abaixo:

1. Referido contrato administrativo fica resiliado, de comum acordo, a partir desta data.
2. Em razão do presente distrato, as partes dão reciprocamente plena, geral e rasa quitação, declarando nada dever uma a outra, a qualquer título que seja referente a este contrato e quaisquer ajustes anteriores.

Assim, por estarem justas e contratadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias, de igual teor, em presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 16 de Março de 2015
EDIR APARECIDA DE SOUZA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

JOSÉ ARILDO DA SILVA OLIVEIRA
CONTRATADO

DISTRATO ADMINISTRATIVO - nº 02/2015

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vilma Gomes, nº - Centro - Monte Carlo - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.189.0001.45, neste ato representada pela Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA, investida nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretária Municipal de Saúde, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, PAULO JOSÉ POSSA, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.639.504 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 574.103.489.68, residente e domiciliado na Rua Sebastião Nunes Gonçalves nº 51, Bairro Centro, na cidade de Monte Carlo - SC, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM as PARTES acima qualificadas, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, DESFAZER o Contrato Administrativo nº 16/2014, cujo objeto consistia na "locação de imóvel urbano", conforme segue abaixo:

3. Referido contrato administrativo fica resiliado, de comum acordo, a partir desta data.
4. Em razão do presente distrato, as partes dão reciprocamente plena, geral e rasa quitação, declarando nada dever uma a outra, a qualquer título que seja referente a este contrato e quaisquer ajustes anteriores.

Assim, por estarem justas e contratadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias, de igual teor, em presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 16 de Março de 2015
EDIR APARECIDA DE SOUZA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

PAULO JOSÉ POSSA
CONTRATADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 27/abril/2015 até as 08:20 horas do dia 07/maio/2015

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 07/maio/2015 às 08:30 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

Morro da Fumaça**PREFEITURA****REGISTRO DE PREÇOS FMS 015/2015**

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 015/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, conforme anexo. Data: 07/05/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças Interino.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL 21/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA LICITANTE KELLY BIANCA DEVIDAMENTE CREDENCIADA E POSSUIDORA DO BENEFÍCIO DA LEI 123/2006, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA OS LANCES E APOS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, CONSTATOU-SE QUE A LICITANTE ATENDEU COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE À AUTORIDADE COMPETENTE.

DOUGLAS LEMOS

PREGOEIRO

NAVEGANTES 24 DE ABRIL DE 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014 PMN REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014 PMN

-----REPUBLICADO-----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO OSTENSIVO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ESTANDO INCLUSO INSTALAÇÕES, LOCAÇÕES DE CENTRAIS DE ALARMES, SENSORES, TECLADOS, SIRENES E CANETA PONTO UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: 08/05/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 08/05/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 24 de Abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO 263 REGULAMENTA DOCUMENTAÇÃO REF. ITBI

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 263 DE 22 DE ABRIL DE 2015

REGULAMENTA A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO ITBI

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, atendendo ao que dispõe a lei complementar nº 6/2002 - Código Tributário Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer práticas combativas

à sonegação fiscal, sobretudo em atos simulados ou com fraude visando ao pagamento, a menor, do Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

CONSIDERANDO que a autoridade competente poderá arbitrar, para fins de cálculo do tributo, os preços ou valores dos negócios praticados pelos contribuintes, desde que esses não mereçam fé pelas declarações prestadas, conforme artigo 148 do Código Tributário Nacional, resguardado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular;

CONSIDERANDO que a base de cálculo do ITBI, na forma do artigo 247 da Lei Complementar Municipal, é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, se este for maior;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar medida de combate às atitudes de contribuintes que declaram, perante a Fazenda Municipal, um valor abaixo do praticado no negócio jurídico, na intenção de reduzir o valor a ser pago a título de ITBI;

DECRETA:

Art. 1º A emissão da guia de ITBI dependerá de requerimento próprio do contribuinte, através de formulário específico aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, que conterá, dentre outros requisitos, a declaração do valor pactuado no negócio jurídico, acompanhado de certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel emitida pelo Registro de Imóveis, carteira de identidade e CPF dos compradores e vendedores.

§ 1º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita deverá emitir a guia de recolhimento do ITBI no prazo de até 15 (quinze) dias desde que preenchidas as condições legais para pagamento do imposto.

§ 2º A guia de ITBI é válida pelo prazo de 30 dias a partir da data de sua liberação, após a qual a mesma será cancelada automaticamente, dependendo, a nova emissão, de novo requerimento nos termos do caput.

Art. 2º A autoridade administrativa incumbida do lançamento do ITBI deverá desconsiderar a declaração prestada ou documento apresentado pelo contribuinte sempre que o valor do negócio jurídico for considerado aparentemente abaixo do mercado imobiliário em condições normais de compra e venda, realizando o lançamento na forma deste Decreto.

Art. 3º Para fins do disposto no artigo 2º, a autoridade administrativa responsável pelo lançamento do ITBI poderá arbitrar o valor do negócio jurídico para fins de cálculo do ITBI mediante pesquisa dos valores dos imóveis por todos os meios idôneos disponíveis, tais como a obtenção de informações no Cartório Extrajudicial - em que será lavrada, averbada ou registrada a respectiva escritura pública - materiais publicitários divulgados pelas Imobiliárias, dentre

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

outros para, no prazo de até 15 (quinze) dias, realizar o lançamento do imposto, acaso o valor obtido pelo imóvel ou negócio jurídico seja superior ao declarado pelo contribuinte.

§ 1º Na apuração do valor do negócio jurídico do bem transmitido ou do seu respectivo direito, considerar-se-á o valor das benfeitorias e construções nele incorporadas, no estado em que se encontrem, ainda que não estejam averbadas na matrícula no respectivo Registro de Imóveis.

§ 2º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior se comprovado

que o adquirente ou o cessionário assumiu o ônus da construção, por conta própria ou de terceiros.

Art. 4º Não concordando com o valor arbitrado pela autoridade competente, o contribuinte poderá impugnar o valor apurado pela Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência do lançamento do ITBI, devendo, para tanto, juntar no mínimo 3 (três) laudos de avaliação expedidos por peritos de Imóveis, além das razões de sua insurgência, atendendo ao disposto no artigo 247 do Código Tributário Municipal.

Art. 5º Recebida a impugnação do contribuinte, o processo será autuado e remetido para apreciação e manifestação da Comissão Municipal de Avaliação, criada na forma do Código Tributário Municipal, artigo 247 -A, seguindo para posterior decisão do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita.

Art. 6º Fica resguardado, ainda, em favor do contribuinte, recurso superior nos termos do artigo 188 e seguintes do Código Tributário Municipal.

Art. 7º A impugnação do lançamento do ITBI praticada pelo contribuinte suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, e seu pagamento antes da decisão administrativa final não importará em reconhecimento do débito, ficando assegurado ao contribuinte, nesta hipótese, a devolução de eventual montante recolhido a maior, devidamente corrigido, em caso de procedência total ou parcial de sua impugnação.

Art. 8º Aplicam-se, aos casos omissos, as normas previstas no Código Tributário Municipal e na legislação tributária vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1459 COMISSÃO JULGADORA EDITAL FUNDAÇÃO CULTURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1459 DE 24 DE ABRIL DE 2015

INSTITUI COMISSÃO JULGADORA DO EDITAL DE CONCURSO 001/2015 PARA ESCOLHA DE ESPETÁCULOS COM O OBJETIVO DE COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA DO MUNICÍPIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, em concordância com a lei 2635 de 10/10/2012, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a realização de projetos culturais, e também o Decreto 169 de 27/2/2015,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Julgadora do Edital de Concurso 001/2015 para escolha de espetáculos com o objetivo de compor a programação dos equipamentos públicos de cultura do município, cujos integrantes são os seguintes:

a) Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Artes Cênicas: Maria Barbosa Peixoto Fortuna;

b) Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Humanidades: Iraci Seefeldt Correia;

c) Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Música: Douglas Grippa;

d) Representantes do Conselho Municipal de Cultura: Bárbara Eva Foggetti de Almeida;

Cinara Vieira de Souza;

Vera Lúcia Bergold

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1460 COMISSÃO JULGADORA EDITAL FUNDAÇÃO CULTURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1460 DE 24 DE ABRIL DE 2015
INSTITUI COMISSÃO JULGADORA DO EDITAL DE CONCURSO 002/2015 PARA SELEÇÃO DE EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS PARA FORMAR A PROGRAMAÇÃO DA GALERIA DE ARTE "ÉLSON RENATO DOS SANTOS (JACARÉ)"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, em concordância com a lei 2635 de 10/10/2012, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a realização de projetos culturais, e também o Decreto 169 de 27/2/2015,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Julgadora do Edital de Concurso 002/2015 para seleção de exposições de artes visuais para formar a programação da galeria de arte "Élson Renato dos Santos (Jacaré)", cujos integrantes são os seguintes:

- Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Artes Visuais: Denise Thiago Bernardi;
- Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Audiovisual: Gustavo Longo Triani;
- Representante da Comissão Técnica Externa da Área de Patrimônio: Giane Maria de Souza;
- Representantes do Conselho Municipal de Cultura: Bárbara Eva Foggetti de Almeida;
Cinara Vieira de Souza;
Vera Lúcia Bergold

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento**PREFEITURA****DECRETO Nº 062/2015**

DECRETO Nº 062/2015

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES EXPRESSOS EM UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA - UFIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das que lhe confere o art. 94, VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.799, de 29 de novembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Os valores ainda expressos em UFIR (Unidade Fiscal de Referência) na legislação do Município de Nova Trento, ficam atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. O período considerado na atualização seguirá os parâmetros da atualização da UFM - Unidade Fiscal Municipal, criada pela Lei nº 738, de 25 de outubro de 1983.

Art. 2º O valor atualizado da Unidade Fiscal de Referência - UFIR para o exercício de 2015 é fixado de acordo com a atualização, em R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 23 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 332/2015 "A"

PORTARIA Nº 332/ 2015 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido TAILA CAROLINE DE LIZ, matrícula nº 6385, ocupante do cargo de Estagiário, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 16 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de março de

2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 378/2015

PORTARIA Nº 378/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2015, de 12/03/2015, Decreto de Convocação nº 046/2015, ADELIA PINHEIRO, matrícula nº 6678, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de abril de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de abril de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ADELIA PINHEIRO, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constante, nº 247, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 790.399.019-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da

Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de abril de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Adelia Pinheiro
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 394/2015

PORTARIA Nº 394/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 050/2015, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 6423, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 73 (setenta e três) dias, a contar de 19 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 14/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 399/2015

PORTARIA Nº 399/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 286/2015, que Concedeu Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal IVANA REGINA CADORE, matrícula nº 81, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 03 de abril de 2015 a 17 de abril de 2015, conforme atestado médico datado de 06/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 400/2015

PORTARIA Nº 400/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 331/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 14 de abril de 2015 a 13 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 17/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 17 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 404/2015

PORTARIA Nº 404/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 879/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MIRIA TEREZINHA CIPRIANI SPERANZINI, matrícula nº 6162, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de abril de 2015 até a conclusão do Processo Licitatório (aguardando resposta do Ministério Público), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MIRIA TEREZINHA CIPRIANI SPERANZINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 523, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 767.344.479-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 18 de abril de 2015 até a conclusão do Processo Licitatório (aguardando resposta do Ministério Público).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Miria T. Cipriani Speranzini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 405/2015

PORTARIA Nº 405/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 880/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MIRIAN LIBARDO COELHO, matrícula nº 6163, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de abril de 2015 até a conclusão do Processo Licitatório (aguardando resposta do Ministério Público), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal

de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MIRIAN LIBARDO COELHO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, s/n, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 767.351.849-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 18 de abril de 2015 até a conclusão do Processo Licitatório (aguardando resposta do Ministério Público)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes

elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Mirian Libardo Coelho

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 406/2015

PORTARIA Nº 406/2015

Constitui Comissão Permanente de Processo Disciplinar e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Art. 196 § Único, Art. 199, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 2007 e Lei nº 2.572/2015;

Considerando que o princípio da autoridade impõe o dever de controlar e corrigir;

Considerando que a atividade de apuração exige técnica, conhecimento específico, dedicação ao ofício e legalidade nos procedimentos;

Considerando a relevância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa e da qualidade dos serviços;

Considerando que é dever da autoridade a instauração de processo disciplinar, diante da ocorrência funcional cometida por servidor;

RESOLVE:

Art.1º Constituir Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar com a atribuição de apurar irregularidades em torno do serviço e de instruir processos contra servidores, cuja instauração seja procedida pela autoridade competente.

Art.2º Nomear como membros titulares desta comissão os servidores municipais efetivos, Aprigio José Botameli, matrícula 209, no cargo efetivo de Assistente Administrativo e nomeado no cargo em comissão de Diretor de Setor de Compras, na qualidade de Presidente, Maria Goreti Demonti de Souza, matrícula 69, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo e Adilson Luiz Demonti, matrícula 208, também no cargo de natureza efetiva de Assistente Administrativo.

Art.3º Para a composição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observar-se-á a exigência de um suplente para cada membro efetivo aqui nomeado, sendo: Miliani Piffer Mazzola, matrícula 502, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, nomeada para cargo em comissão de Diretora de Recursos Humanos, Maria Cipriani, matrícula 213 e Valmir Bertotti, matrícula 79, ocupantes do cargo de Assistente Administrativo.

Portaria nº 406/2015

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 433, de 11 de maio de 2012.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 406/2015

PORTARIA Nº 406/2015

Constitui Comissão Permanente de Processo Disciplinar e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Art. 196 § Único, Art. 199, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 2007 e Lei nº 2.572/2015;

Considerando que o princípio da autoridade impõe o dever de controlar e corrigir;

Considerando que a atividade de apuração exige técnica, conhecimento específico, dedicação ao ofício e legalidade nos procedimentos;

Considerando a relevância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa e da qualidade dos serviços;

Considerando que é dever da autoridade a instauração de processo disciplinar, diante da ocorrência funcional cometida por servidor;

RESOLVE:

Art.1º Constituir Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar com a atribuição de apurar irregularidades em torno do serviço e de instruir processos contra servidores, cuja instauração seja procedida pela autoridade competente.

Art.2º Nomear como membros titulares desta comissão os servidores municipais efetivos, Aprigio José Botameli, matrícula 209, no cargo efetivo de Assistente Administrativo e nomeado no cargo em comissão de Diretor de Setor de Compras, na qualidade de Presidente, Maria Goreti Demonti de Souza, matrícula 69, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo e Adilson Luiz Demonti, matrícula 208, também no cargo de natureza efetiva de Assistente Administrativo.

Art.3º Para a composição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observar-se-á a exigência de um suplente para cada membro efetivo aqui nomeado, sendo: Miliani Piffer Mazzola, matrícula 502, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, nomeada para cargo em comissão de Diretora de Recursos Humanos, Maria Cipriani, matrícula 213 e Valmir Bertotti, matrícula 79, ocupantes do cargo de Assistente Administrativo.

Portaria nº 406/2015

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 433, de 11 de maio de 2012.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 408/2015

Portaria nº 408/2015

Nomeia e Substitui os Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550 de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011;

Resolve,

Art. 1º - Fica alterada a composição estabelecida pelo Art. 1º da Portaria nº 279, de 06 de março de 2013, dos membros titulares como: Representante do Poder Executivo, Representantes de Docentes, Discentes ou Trabalhadores da Educação, Representante de Pais de Alunos, Representante das Entidades Cíveis Organizadas, sendo substituído e nomeado para integrar o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, conforme segue:

Representante do Poder Executivo

Titular - Eloiza Tridapalli Dalri Orsi em substituição a Hindyanara Antunes dos Passos.

Suplente - Hindyanara Antunes dos Passos em substituição a Rosane Melo Cordeiro.

Representantes de Docentes, Discentes ou Trabalhadores da Educação

Titular - Hilisbeti Botamelli Ruberti (reconduzida)

Suplente - Tamires Fonseca da Silva em substituição a Bruna Minatti

Titular - Monica Cardoso de Andrade Raiser em substituição a Marilene Sborz Piazza.

Suplente - Clair Antunes Moraes em substituição a Irene Gandin Michalski.

Representante de Pais de Alunos

Titular - Vildemar Klann (reconduzido)

Suplente - Cleonir Marcolla (reconduzido)

Titular - Silvia Orlandi em substituição a Alexandra Bernardete Botamedi.

Suplente - Daiani Fachin Till (reconduzida)

Portaria nº 408/2015
Representante das Entidades Cívis Organizadas

Titular - Carla Marcolla (APREMANT) em substituição a Valentim Camilo Casset.
Suplente - Victor Alisson Gomes (APREMANT) em substituição a Orivan Jarbas Orsi.

Titular - Maria Goreti Minatti (SITRUNT) em substituição a Moises Till.
Suplente - Luciana Dalpra (SINTRUNT) em substituição a Juliana Tais Vargas.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de abril de 2015
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada nesta Prefeitura e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios _ DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - PP025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

IMPUGNANTE: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. EPP.
“(...) Ante o exposto, o Pregoeiro e equipe de Apoio, no mérito, negam provimento a impugnação apresentada pela empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. EPP, declarando como válidos todos os atos referentes ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015, nos seus exatos termos. Texto completo no site www.novatrento.sc.gov.br, ou, solicitado via e-mail compras@novatrento.sc.gov.br
Nova Trento/SC, 24 de abril de 2015.”

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL Nº 032/15-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015
RATIFICAÇÃO PELO PREFEITO DIA 24/04/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 24/04/2015
CONTRATADO: JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Contratação de empresa jornalística, para prestação de serviço de Informe Publicitário para divulgação de atos administrativos e matérias de interesse do município de Novo Horizonte, no Jornal “Destaque Regional”.
VALOR DA DESPESA: O valor dos serviços objeto desta licitação é de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
Novo Horizonte/SC, DATA: 24/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 048/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA ME
Valor : R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Nº 032/2015 - Dispensa de Licitação Nº.: 010/2015
Recursos : 012-30.01-04.122.0003-2.003.3.3.90.00 - Manutenção da Administração Geral
Objeto : O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa jornalística, para prestação de serviço de Informe Publicitário para divulgação de atos administrativos e matérias de interesse do município de Novo Horizonte, no Jornal “Destaque Regional”, conforme condições e especificações constantes no edital e neste contrato.

Novo Horizonte/SC, em 24 de Abril de 2015 - Eli Mariott - Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PREGÃO Nº 17/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0017/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 12/05/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0030/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0017/2015, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recapagem de pneus. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 23/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 14/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0014/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 11/05/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0027/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0014/2015, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bombas e bicos e estofaria e tapeçaria, para as diversas secretarias e fundos da administração. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 22/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 15/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0015/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 11/05/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0028/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0015/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de materiais e insumos para pacientes diabéticos. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 22/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 16/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0016/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 12/05/2015, às 9hs, o Processo Licitatório n.0029/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0016/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de materiais e insumos odontológicos. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 23/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 18/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0018/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 13/05/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0031/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0018/2015, tipo menor preço por item, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de fisioterapia neurológica, domiciliar e clínica. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 19/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 0019/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 13/05/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0032/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0019/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e alimentícios. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 20/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
Pregão Presencial nº. 00 20/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 14/05/2015, às 09hs, o Processo Licitatório n.0033/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0020/2015, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preço. Objeto: Aquisição de tubos de concreto e placas de eucalipto. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO - PREGÃO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC
TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 0001/2015
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, na área de engenharia sanitária, para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO: O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital de licitação referente ao Processo Licitatório n. 0021/2015, na modalidade Tomada de Preços Para Compras e Serviços Nº. 0001/2015, passou por alterações, obedecendo ao disposto no art. 21, § 4º, da Lei 8666/93, a abertura do referido processo dar-se-á no dia 14/05/2015 às 14hs, na Sala do Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Ouro. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 23/04/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Paial**PREFEITURA****EXTRATO PP 007/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de medicamentos de distribuição gratuita para a Farmácia Básica Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 08/05/2015

Abertura: 08/05/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 24 de abril de 2015.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Palhoça**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 1111/2015.**

PORTARIA Nº. 1111/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDETE MOREIRA DOS SANTOS DE ARAUJO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Mario C Pereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1132/2015.

PORTARIA Nº. 1132/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreza Patrícia Zluhan, que se encontra exercendo suas funções a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1161/2015.

PORTARIA Nº. 1161/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA JOSE SOBIERAJSKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Raquel Carvalho, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1164/2015.

PORTARIA Nº. 1164/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

READMITIR LUIZ CARLOS VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 02/02/2015, face o servidor estar em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1167/2015.

PORTARIA Nº. 1167/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELINA SCHEIDT, matrícula nº. 800019-1, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/10/1991 a 01/10/1996, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 01/10/1996 a 01/10/2001, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/04/2015 à 06/07/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1169/2015.

PORTARIA Nº. 1169/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA XAVIER, matrícula nº. 801191-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/04/2010 a 14/04/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 20/04/2015 à 20/07/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1103/2015.

PORTARIA Nº. 1103/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCIA ROSANI NICHES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do EB Francisca R.F. Costa, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 23/05/2015, face o impedimento da titular Roselaine M. Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1104/2015.

PORTARIA Nº. 1104/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CINARA KRATZ DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Santa Marta, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Lenir H. da Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1105/2015.

PORTARIA Nº. 1105/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISABETE PEREIRA SOARES RAMOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1106/2015.

PORTARIA Nº. 1106/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELEN PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1107/2015.

PORTARIA Nº. 1107/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIRLEI PESSOA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Adriana Weingartner, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1108/2015.

PORTARIA Nº. 1108/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELEN DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Josiane Alves, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1109/2015.

PORTARIA Nº. 1109/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THAIS CAROLINE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1110/2015.

PORTARIA Nº. 1110/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NARA CRISTINA CANDIDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1112/2015.

PORTARIA Nº. 1112/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MICHELLE SEIDLER DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Laurita W. da Silveira, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1113/2015.

PORTARIA Nº. 1113/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA TEREZINHA DA SILVA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Laurita W. da Silveira, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1114/2015.

PORTARIA Nº. 1114/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA CRISTINA

SEARA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Interação, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1115/2015.

PORTARIA Nº. 1115/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Maria, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1116/2015.

PORTARIA Nº. 1116/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDINEIA LACERDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1117/2015.

PORTARIA Nº. 1117/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEYSE CRISTINA DA SILVA APOLINARIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1118/2015.

PORTARIA Nº. 1118/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SOLANGE ENEDINA DA SILVEIRA DE SOUSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Rincão, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Viviane Meyer.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1119/2015.

PORTARIA Nº. 1119/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELICA DEYSE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1120/2015.

PORTARIA Nº. 1120/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA CELINA JORGE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1121/2015.

PORTARIA Nº. 1121/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EVERET DIRCKSEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Gilberto da Silva, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1122/2015.

PORTARIA Nº. 1122/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JEFFERSON DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Medianeira de Castro, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1123/2015.

PORTARIA Nº. 1123/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MATILDES MERENCIA RODRIGUES SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Iane Farias, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1124/2015.

PORTARIA Nº. 1124/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEI MILTON VIGANIGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 02/05/2015, face ao impedimento da titular Mirian R. S. Quadros, que se encontra exercendo suas funções no CEI Maria Jose Medeiros.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1125/2015.

PORTARIA Nº. 1125/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BERTA PUFAL DEVANTIER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1126/2015.

PORTARIA Nº. 1126/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSEANE BURG WEINGARTNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rutineia Gonçalves Defreyn, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1127/2015.

PORTARIA Nº. 1127/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELITA DA ROSA MAURICIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1128/2015.

PORTARIA Nº. 1128/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DIOGO BARROS REIS SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Anabelle Barroso Paiva, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1129/2015.

PORTARIA Nº. 1129/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2166 de 22 de julho de 2010, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LIGIANE SERPA SEVERINO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 01/07/2010 a 22/12/2010, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1130/2015.

PORTARIA Nº. 1130/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NELZIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) GE Najla Carone Guedert, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1131/2015.

PORTARIA Nº. 1131/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado

com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Najla Carone Guedert, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 09/05/2015, face ao impedimento da titular Fabíola M. Vagas, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1133/2015.

PORTARIA Nº. 1133/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR APARECIDA MARIA MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Joana Darc Mendonça, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1134/2015.

PORTARIA Nº. 1134/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SOLANGE OLINDINA FLOR GORGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta

por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Tânia Mara P. Keller, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1135/2015.

PORTARIA Nº. 1135/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARLI SALETE TASCA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1136/2015.

PORTARIA Nº. 1136/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA BOENO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Solange Regina Moraes, que se encontra no AEE.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1137/2015.

PORTARIA Nº. 1137/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GILVANA LUCIA DE SANTANA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Milene D. B. Santini, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1138/2015.

PORTARIA Nº. 1138/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FILIPE KOERICH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1139/2015.

PORTARIA Nº. 1139/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDIA REGINA DE ABREU CAVALCANTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1140/2015.

PORTARIA Nº. 1140/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUZANA MIRIHAN VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Silene I. Wagner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1141/2015.

PORTARIA Nº. 1141/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA TEREZINHA DE ABREU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Silene I. Wagner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1142/2015.

PORTARIA Nº. 1142/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDA ZAPELINI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Luciana Afonso da Silva, que se encontra em Educação Especial.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1144/2015.

PORTARIA Nº. 1144/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE MATTOS THOME, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Gabriela Abreu, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1145/2015.

PORTARIA Nº. 1145/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1146/2015.

PORTARIA Nº. 1146/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA SILVA DE MORAES SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1147/2015.

PORTARIA Nº. 1147/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DIELA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 01/03/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1148/2015.

PORTARIA Nº. 1148/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIZE PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1149/2015.

PORTARIA Nº. 1149/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA IRONI BOITA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Tânia M. Silva, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1150/2015.

PORTARIA Nº. 1150/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSINETE DE MELO MARCOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Sirley Westphal, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1151/2015.

PORTARIA Nº. 1151/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA APOLINARIO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2015 a 10/03/2015, face ao impedimento da titular Eda B. Walter, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1152/2015.

PORTARIA Nº. 1152/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEIA BAUMGARTNER DA ROCHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 03/05/2015, face ao impedimento da titular Josiane H. F. da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1153/2015.

PORTARIA Nº. 1153/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARTA INES DINIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Josiane T. M. Hang, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1154/2015.

PORTARIA Nº. 1154/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE MARIA LISBOA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1155/2015.

PORTARIA Nº. 1155/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR alguns números de Portarias, pois ao migrar do antigo sistema para o atual a matrícula foi alterada.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1156/2015.

PORTARIA Nº. 1156/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLA CRISTINA SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/

semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1157/2015.

PORTARIA Nº. 1157/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA SCHMIDT WAGNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1158/2015.

PORTARIA Nº. 1158/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR HELIA ADRIANA DA SILVA DE MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de

Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1159/2015.

PORTARIA Nº. 1159/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANE FREITAS DA SILVA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1160/2015.

PORTARIA Nº. 1160/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NAPOLEÃO DO CARMO PORTELA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1162/2015.

PORTARIA Nº. 1162/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA SALETE MACHADO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 05/04/2015, face ao impedimento da titular Maura Helena de Melo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1163/2015.

PORTARIA Nº. 1163/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CAROLINA XAVIER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1165/2015.

PORTARIA Nº. 1165/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIO MARTINS DA ROSA, matrícula nº. 400222-1, titular do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2008 a 01/09/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/04/2015 à 01/05/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1166/2015.

PORTARIA Nº. 1166/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GRAZIELA NAZARE NUNIS, matrícula nº. 400333-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2006 a 16/04/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/03/2015 à 05/04/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1168/2015.

PORTARIA Nº. 1168/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURELIA EVA DA SILVA, matrícula nº. 800171-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/09/2006 a 14/09/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/03/2015 à 05/04/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1170/2015.

PORTARIA Nº. 1170/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVELYN SINDEL GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1171/2015.

PORTARIA Nº. 1171/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para ANDREZA ADRIANO DOS SANTOS, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1172/2015.

PORTARIA Nº. 1172/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para VERA LUCIA ALEXANDRE, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1173/2015.

PORTARIA Nº. 1173/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para ADRIANA CARDOSO SILVA, titular do cargo de Assiste Técnico Pelágico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1174/2015.

PORTARIA Nº. 1174/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para DAIANA BASTOS MACIEL, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1175/2015.

PORTARIA Nº. 1175/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ERACI KOERICH, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 23/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1176/2015.

PORTARIA Nº. 1176/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) SONIA MARIA DA SILVA ANTONIO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de

02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1177/2015.

PORTARIA Nº. 1177/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ZENILDA DA SILVA MAINCHEIN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 06/03/2015 a 31/12/2015, face ao impedimento da titular Elisângela Meurer, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1178/2015.

PORTARIA Nº. 1178/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) EMERSON VALTER GONÇALVES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 09/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1179/2015.

PORTARIA Nº. 1179/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Eraci Koerich	20	40	03/02/2015 a 18/12/2015
Giselle Marques Goes	25	40	02/02/2015 a 18/12/2015
Nadir Vilson Fipke	35	40	23/02/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1180/2015.

PORTARIA Nº. 1180/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para FABIANA FELICIANA CAMILO DE MOURA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1181/2015.

PORTARIA Nº. 1181/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o servidor IGOR SCHUTZ DOS SANTOS, matrícula nº. 100288-1, titular do cargo de Psicólogo, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 05 (cinco) meses, com efeitos a contar de 09/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1182/2015.

PORTARIA Nº. 1182/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3745168-1	Fernanda Gomes Pinto	30%

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
3745344-1	Diogo Vieira	68%	80%
401537-01	Fernando Schneider	15%	30%
402246	Gladis Elisa Becker	8%	20%

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1183/2015.

PORTARIA Nº. 1183/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEIA ROSA LIMA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cleia Pereira, que se encontra exercendo suas funções CEI Maria Jose Medeiros.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1184/2015.

PORTARIA Nº. 1184/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOELMA SILVEIRA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1185/2015.

PORTARIA Nº. 1185/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUZANA GERMANO FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 03/05/2015, face ao impedimento da titular Eliete S. Goulart, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1186/2015.

PORTARIA Nº. 1186/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGEL FRANCINE TOMAZINI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1187/2015.

PORTARIA Nº. 1187/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR PEDRO JORGE DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1188/2015.

PORTARIA Nº. 1188/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELI VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Gilberto da Silva, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1189/2015.

PORTARIA Nº. 1189/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELLI CRISTINA DA SÁ MELLO MACIEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Marisa M. Melo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1190/2015.

PORTARIA Nº. 1190/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SIRLEI TEREZINHA LAMIN ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1191/2015.

PORTARIA Nº. 1191/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOÃO VITOR RIGONE DAL MASO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 02/05/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1192/2015.

PORTARIA Nº. 1192/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI DE OLIVEIRA NERI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1193/2015.

PORTARIA Nº. 1193/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARKUS GABRIEL MARTINS de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1194/2015.

PORTARIA Nº. 1194/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SCHEYLA MARA RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1195/2015.

PORTARIA Nº. 1195/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JANICE DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2015 a 02/05/2015, face ao impedimento da titular Andreia T. Assunção, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1196/2015.

PORTARIA Nº. 1196/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCILIE JURACY DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2015 a 03/04/2015, face ao impedimento da titular Ana Beatriz Zacchi, Estado.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1197/2015.

PORTARIA Nº. 1197/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SCHEILA SCHMIED, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Silvana Medeiros, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1198/2015.

PORTARIA Nº. 1198/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOÃO AMBROSIO DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1199/2015.

PORTARIA Nº. 1199/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIETA MOREIRA SIMÕES LAUTERT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1200/2015.

PORTARIA Nº. 1200/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Dilma Turnes dos Santos, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1201/2015.

PORTARIA Nº. 1201/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOANA REGINA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1202/2015.

PORTARIA Nº. 1202/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ZURILDA VENTURA THIESEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1203/2015.

PORTARIA Nº. 1203/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KAROLINE MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

Palmitos**PREFEITURA****DECRETO 023/15**

DECRETO Nº 023/2015.
De 03 de março de 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 244.050,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura e Esportes
Projeto: 1.009 - Construção e Ampliação de Centros Esportivos
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.0000(xx) R\$ 120.000,00
TOTAL R\$ 120.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.030 - Construção da Sede do DMER
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000(xx) R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.019 - Construção de Passeio Público
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000(xx) R\$ 14.000,00
TOTAL R\$ 14.000,00

DECRETO Nº 023/2015.
De 03 de março de 2015.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 1.023 - Pavimentação de Vias Rurais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000(xx) R\$ 10.050,00
TOTAL R\$ 10.050,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 244.050,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e cinquenta reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 - recursos ordinários, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 03 de março de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 033/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de um Ginásio de Esportes no Bairro São Cristóvão, nesta municipalidade, em conformidade com o anexo I e fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. Tipo: Menor preço global; Entrega dos envelopes: Até o dia 13/05/2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 13/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal nº 1.006.358-00/2014. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 24 de abril de 2015

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Retificação do Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Papanduva-SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2044/2015, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 20 de Abril de 2015, em sua sede localizada à Rua Jair Damaso da Silveira, 417 - Centro, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e, o Guia de Orientações - Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares, lançado pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República em 31.03.2015, RETIFICA o item 3.1.2 do Edital para Eleição dos membros do Conselho Tutelar de Papanduva-SC o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:
I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;
II - ter boa conduta comprovada por certidões das Justiças Comum (estadual e federal), Militar (estadual e federal) e Eleitoral;
III - estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE);
IV - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

V - residir no município há mais de dois anos, demonstrada por comprovante de residência dos anos anteriores à publicação deste Edital;

VI - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio;

VII - comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 2(dois) anos, através de atestado fornecido por órgãos públicos ou entidades de ensino;

VIII - Apresentar original e cópia de documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, título de eleitor, Carteira Nacional de Habilitação, comprovante de residência e escolaridade.

IX - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

(...)

As demais condições permanecem inalteradas.

Esta retificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 23 de abril de 2015.

JANETE KUSTULSKI

PRESIDENTE DO CMDCA PAPANDUVA-SC

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0029/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0029/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0020/2015

REGISTRO DE PREÇO

1. PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA -SC, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal n.8.666/93, 10.520/2002, Lei Complementar 123/06 e os Decreto Municipal n. 349/2015, do tipo menor preço por item.

1.2. O pregão será conduzido pelo pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, conforme designação contida nos autos do processo.

2. DO OBJETO DO PREGÃO:

2.1. Registro de preços para aquisição de passagens para munícipes em tratamento de saúde fora do Município de Passos Maia - SC, para Secretaria Municipal de Educação e para usuários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme descrição e quantidade estimada constante do ANEXO I.

3. DO TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este pregão é do tipo menor preço por item

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes das contratações futuras onerarão os recursos orçamentários do exercício de 2015.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste pregão, para registro de preços, os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6. DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:

6.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Setor de Protocolo, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

6.1.1. Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor de Protocolo do Município, à Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, até às 14h00min do dia 11 de maio de 2015.

6.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na Sede Administrativa do Município de Passos Maia - SC, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 6.1.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor de Protocolo ou de qualquer outra natureza.

6.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e

frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA
PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2015
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

6.4. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14h15min do dia 11 de Maio de 2015 na sala do Setor de Licitações do Município de Passos Maia - SC.

6.5. Os documentos constantes dos envelopes deverão preferencialmente ser apresentados em 1 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, preferencialmente numeradas, sendo a proposta datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou pelo Procurador, juntando-se a Procuração.

6.5.1. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA.

6.6. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n. 02) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedido via Internet, ou por servidor da Administração.

6.6.1. No dia marcado para a abertura da licitação não serão autenticados documentos, para os licitantes que decidirem por autenticar suas fotocópias por funcionário público desta municipalidade os mesmos deverão comparecer até as 17h00min do dia anterior ao marcado para a abertura da licitação no endereço supra citado para as devidas autenticações.

6.6.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

6.6.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

6.6.4. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

7. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA:

7.1. As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues em meio digital, sendo que para maior comodidade e agilidade, o município disponibilizará aos licitantes formulário proposta para preenchimento através do software "betha", conforme disposto no item 8 e subitens e ainda ser impressa em uma via original, preenchida sem emendas, rasuras ou entrelinhas de forma legível, devendo constar as seguintes informações:

7.1.1. O número do Processo e número deste PREGÃO;

7.1.2. A razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;

7.1.3. Apresentar a descrição do item do PREGÃO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a

ter mais de um resultado por item.

7.1.4. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.1.5. Apresentar preço unitário e total dos itens (com até 02 (duas) casas depois da vírgula), expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo e irrevogável, apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados o de menor valor efetivo do item unitário.

Nota 1: nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem, etc, garantindo-se este durante toda a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, exceto quando aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental.

8. ARQUIVO DIGITAL

8.1. Para que o proponente possa elaborar a proposta em meio digital, citada no item 7.1, o mesmo deverá baixar o arquivo digital que encontra-se disponível no site download.betha.com.br;

8.2. O proponente deverá certificar-se de que possui a última versão do Leitor de Edital, evitando assim problemas na hora da importação das propostas;

8.3. Após gerado o arquivo o mesmo não deve ser renomeado, evitando assim problemas na leitura do arquivo no momento da abertura da licitação;

8.4. A proposta pode ser impressa diretamente do Leitor de Edital, portanto o proponente não precisa digitar a mesma no Word e no Leitor de Edital, evitando-se o retrabalho, devendo o mesmo após a impressão, rubricar e assinar a proposta.

8.5. No momento da impressão o fornecedor deve escolher na caixa "Configuração da Impressão" - "Tipo da Impressora" Jato de Tinta/Laser, caso essa opção não seja escolhida a proposta sairá desconfigurada;

8.6. A comissão não se responsabilizará por quaisquer erros de comunicação que possam acontecer, devendo o proponente, caso não tenha recebido o arquivo após a solicitação, comparecer ao Setor de Licitações munido de mídia eletrônica para efetuar a retirada do arquivo pessoalmente;

8.7. O proponente deverá inserir o arquivo digital, gerado após a cotação, no Envelope nº 01 - Da Proposta, conforme prevê o item 7.1.

8.8 O tutorial para instalação e uso do software betha auto-cotação pode ser solicitado pelo email: licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

9. DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Declaração da licitante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo V), assinada por representante legal da empresa.

d) Declaração de não parentesco (conforme modelo do Anexo VI).

Nota: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no

envelope de habilitação.

II. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- e) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa proponente e do Município de Passos Maia - SC;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

III. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do proponente;

IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. A não apresentação desta declaração será entendida pelo PREGOEIRO como concordância com o teor do EDITAL E SEUS ANEXOS.

9.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos neste item.

10. DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

10.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no site oficial do Município de Passos Maia - SC até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", ou na Avenida João Bottero, n. 485, centro, Setor de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas.

10.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público.

10.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado neste item.

11. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. A pretensão referida no subitem 11.1 pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br ou fac-símile, através do telefone (49) 3437-0010, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 10.1.

11.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

11.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes, através do site

oficial.

12. DAS PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

12.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

12.1.1. As medidas referidas no subitem 12.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 12.1.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO e divulgado no site oficial.

12.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

13. DO CREDENCIAMENTO:

13.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

13.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo III;
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo IV.
- e) Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Passos Maia - SC (cópia simples ou original).

13.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo II, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo III;
- e) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo IV.
- f) Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Passos Maia - SC. (cópia simples ou original).

13.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de

dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:

I -Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, da abertura das propostas

13.3. Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;

13.4. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais e demais atos, inclusive recurso, aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

13.5. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta; deverão as mesmas anexar juntamente com o envelope da proposta a Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação e Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação.

13.6. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

14. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA:

14.1. Compete ao PREGOEIRO proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS, conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e sob a guarda do PREGOEIRO / ÓRGÃO LICITANTE.

15. DO EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS:

15.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas nos itens 6 e 7.

15.1.1. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante. O PREGOEIRO sempre decidirá em favor da disputa.

15.2. Definidas as PROPOSTAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto, o PREGOEIRO elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço por item, constando da Ata o motivo das que, eventualmente, neste momento, forem preliminarmente desclassificadas.

16. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

16.1. Será desclassificada a PROPOSTA que:

16.1.1. Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;

16.1.2. Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;

16.1.3. Oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsídios ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;

16.1.4. Apresentar item com preço manifestamente inexequível;

16.1.5. Apresentar item com preço simbólico ou valor zero.

17. DA DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

17.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, o PREGOEIRO classificará o autor da proposta de menor preço por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

17.2. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para

que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

17.3. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

17.4. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

18. OFERECIMENTO /INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:

18.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas /lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta ou lance de menor preço.

18.2. O PREGOEIRO convidará individualmente as proponentes classificadas para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a OFERECER LANCE VERBAL. Havendo propostas escritas empatadas, a ordem sequencial de convocação para lances será decidida através de sorteio.

18.2.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados sujeitando-se o licitante desistentes às penalidades constantes deste Edital.

18.3. Quando convocado pelo PREGOEIRO, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.4. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

18.5. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todos os proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.6. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Quando convocado pelo pregoeiro, na própria sessão pública, o licitante deverá comprovar as condições de exequibilidade financeira de sua proposta/lance.

18.7. O PREGOEIRO decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de proposta de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

18.8. Na hipótese de não realização de lances verbais, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.9. Ocorrendo a previsão delineada no subitem anterior, durante o exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.10. Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de micro-empresas ou empresas de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante originalmente melhor

classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

18.11. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento de lances a contar da convocação do PREGOEIRO, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originariamente mais bem classificada, ou revogação do certame.

18.11.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

18.11.2. Serão consideradas equivalentes, propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte de igual valor, para efeito de que dispõe a Lei Complementar nº 123/06.

18.12. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

18.13. O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.14. O PREGOEIRO pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva.

18.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento de falha(s) formal(is) relativa(s) à documentação na própria sessão.

18.16. A compatibilização dos preços dos itens com o lance vencedor será efetuada pelo PREGOEIRO e Equipe de Apoio, na própria sessão pública.

18.17. Para efeito do saneamento a que se refere o subitem 18.15, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou ,ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

18.18. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.

18.19. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

18.20. Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora;

observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes e a preferência prevista neste edital.

18.21. Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO", em havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, será ela declarada vencedora, ficando concedido um prazo de 02 (dois) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO, a contar da convocação para contratação.

18.22. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 18.21, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

19.1. Por ocasião do final da sessão, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

19.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa /fase /procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá motivar a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

19.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começa a correr no término do prazo do RECORRENTE.

19.4. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

19.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 10.1 deste EDITAL.

19.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA ADJUDICAÇÃO:

20.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.

20.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

21. DA HOMOLOGAÇÃO:

21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

21.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada no Departamento de Licitações e Contratos, dos modelos de impressos.

22. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO:

22.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no site do Município de Passos Maia, e também no mural localizado no Centro

Administrativo.

23. DA CONTRATAÇÃO:

23.1. O(s) item (ns) objeto deste PREGÃO será (ão) registrado(s) em Ata de Registro de Preços e contratado(s) consoante às regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar a outra proponente classificada, ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal n. 10.520/2002 e Decreto n. 104/2012 observada à ampla defesa e o contraditório.

23.2. A proponente adjudicatária deverá comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data da convocação expedida pelo Setor de Licitações.

23.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

23.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela LICITANTE. Não havendo decisão, a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ser formalizada até o 3º (terceiro) dia, contado da data da convocação.

23.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preço, a LICITANTE poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

23.6. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a(s) Ordem (ns) de Compra dela decorrente ou para a retirada da(s) Nota(s) de Empenho, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

23.7. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar / retirar o instrumento equivalente dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a as sanções previstas no item 27 e seus subitens.

23.8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar de sua assinatura.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

24.1. A licitante vencedora ficará obrigada a executar, o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

24.2. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

24.3. A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

25. DA ENTREGA:

25.1. As entregas serão de forma parcelada, conforme necessidade de consumo, e mediante requisição/autorização de fornecimento da Secretaria Municipal competente, no prazo máximo de 4hs do solicitado.

25.2. Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras.

25.3. A não entrega dentro do prazo estipulado, ensejará a

revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

26. DO PAGAMENTO:

26.1. O pagamento será efetuado conforme cronograma da contabilidade, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

26.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

26.3. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em conta no nome do detentor da ata.

26.4. Conforme Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009, institui a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica em substituição às Notas modelos 1 e 1-A.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

27.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

27.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

25.2.1 Advertência;

25.2.2 Multa:

a) No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Passos Maia, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo n. 87 da Lei n. 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

27.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Passos Maia - SC, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

27.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

27.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

27.6. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará (ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(ão) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) proponente(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

27.7. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar

e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Obs. Qualquer penalização será precedida do devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

28. DOS ANEXOS:

28.1. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

28.1.1. Anexo I - Planilha com estimativa de quantidade, e devidos preços máximos.

28.1.2. Anexo II - Modelo de Procuração para Credenciamento;

28.1.3. Anexo III - Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;

28.1.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de inexistência de fatos supervenientes;

28.1.5. Anexo V - Modelo de declaração que não emprega menor;

28.1.6. Anexo VI - Modelo de declaração de não parentesco.

28.1.7. Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

29.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Município de Passos Maia - SC, subsequente às ora fixados.

29.2. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança da Ata e dos futuros contratos delas decorrentes.

29.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.4. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

29.5. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

29.7. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

29.8. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, inclusive quanto a não obrigatoriedade da promoção das contratações derivadas do sistema de Registro de Preços.

29.9. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade

das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

29.10. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado da Ata de Registro de Preços, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão reduzir o limite indicado.

29.11. A adjudicação do(s) item(ns) objeto deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.

29.12. Este Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente adjudicatária, fará parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

29.13. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

29.14. Será competente o foro da Comarca de Passos Maia - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

Passos Maia - SC, 24 de abril de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Diogo Fernando Goulart

Assessor Jurídico

OAB - SC 33.536

ANEXO I - ESTIMATIVA DE QUANTIDADE, DESCRIÇÃO COMPLETA DOS ITENS E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS.

Item	Especificação	Quantidade	Valor Uni.	Valor Total
01	Passagem de Ponte Serrada x Florianópolis	40	R\$ 153,84	R\$ 6.153,60
02	Passagem de Florianópolis x Ponte Serrada	40	R\$ 155,20	R\$ 6.208,00
03	Passagem de Ponte Serrada x Curitiba	15	R\$ 63,16	R\$ 947,40
04	Passagem de Curitiba x Ponte Serrada	15	R\$ 67,32	R\$ 1.009,80
05	Passagem de Ponte Serrada x Lages	15	R\$ 71,87	R\$ 1.078,05
06	Passagem de Lages x Ponte Serrada	15	R\$ 74,67	R\$ 1.120,05
07	Passagem de Ponte Serrada x Joinville	15	R\$ 141,67	R\$ 2.125,05
08	Passagem de Joinville x Ponte Serrada	15	R\$ 143,63	R\$ 2.154,45
09	Passagem de Ponte Serrada x Chapecó	10	R\$ 27,17	R\$ 271,70
10	Passagem de Chapecó a Ponte Serrada	10	R\$ 28,32	R\$ 283,20
11	Passagem de Ponte Serrada a Xanxerê	10	R\$ 14,98	R\$ 149,80
12	Passagem de Xanxerê x Ponte Serrada	10	R\$ 15,12	R\$ 151,20
VALOR TOTAL				R\$ 21.652,30

NOME DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____

CNPJ: _____ INC. ESTADUAL: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

Nº DA CONTA CORRENTE: _____ BANCO: _____
 AGÊNCIA: _____
 VALIDADE DA PROPOSTA: _____

PROPOSTA

Item	Especificação	Quantidade	Valor Uni.	Valor Total
01	Passagem de Ponte Serrada x Florianópolis	40		
02	Passagem de Florianópolis x Ponte Serrada	40		
03	Passagem de Ponte Serrada x Curitiba	15		
04	Passagem de Curitiba x Ponte Serrada	15		
05	Passagem de Ponte Serrada x Lages	15		
06	Passagem de Lages x Ponte Serrada	15		
07	Passagem de Ponte Serrada x Joinville	15		
08	Passagem de Joinville x Ponte Serrada	15		
09	Passagem de Ponte Serrada x Chapecó	10		
10	Passagem de Chapecó a Ponte Serrada	10		
11	Passagem de Ponte Serrada a Xanxerê	10		
12	Passagem de Xanxerê x Ponte Serrada	10		
VALOR TOTAL				

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ _____
 VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO _____

(data, carimbo, nome e assinatura do responsável legal).

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante o Município de Passos Maia - SC, no que se referir ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 2015, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, apresentar os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (1) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, ou silenciar, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

Local e data.

Assinatura

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e data

À
 Prefeitura Municipal Passos Maia

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 2015

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, que a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL N.º, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

....., de de 2015.
 assinatura do representante legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC

Pregão Presencial n.º 2015

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2015.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
 (carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr., portador da carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2015.

.....
 Nome e carimbo do representante legal da empresa

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO PARA

HABILITAÇÃO EM LICITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

Eu, _____ declaro para os devidos fins de direito e a quem mais possa interessar especialmente para a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, que para habilitação nos certames públicos e celebração de contrato, de que dentre os sócios, formais ou informais, da empresa _____ não há parentes, até o segundo grau, conforme art. 92 da Lei Orgânica Municipal e suas alterações Atualizadas.

A presente declaração é a expressão da verdade, não podendo ser rasurada nem emendada sob pena de anulação. Nada Mais.

Passos Maia - SC, _____

Declarante.

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº - PROCESSO Nº

Aos dias do mês de do ano de 2015, autorizado pelo Processo nº/2015, Pregão Presencial nº/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 349/2015 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata:, CNPJ/MF nº, representado pelo seu, Sr. (qualificação), à saber:

1.1. Descrição dos itens/Objeto :

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua assinatura.

1.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de PREGÃO Nº

1.4. O prazo para entrega dos itens é o estabelecido no ITEM 25 DO EDITAL, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente ORDEM DE COMPRA, no endereço e horário constante no Edital Item 25.

1.5. Os valores devidos pelo Município serão pagos conforme cronograma da contabilidade, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.7. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta do Exercício Orçamentário 2015.

1.8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 27 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL n... /2015, que desta Ata faz parte integrante.

1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da

Lei Federal n. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.11. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO N.../2015.

1.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO N.. 2015seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.13. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Passos Maia - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Prefeito Municipal de Passos Maia - SC, e pelo representante da detentora e testemunhas.

Município de Passos Maia Contratante	XXXXXXXXXXXX Contratada
---	----------------------------

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 155/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº155 /2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Joyce Fernanda Nunis, brasileira, efetiva e estável, residente e domiciliada em Imbituba/SC, portadora do CPF nº 983.430.419-68, matrícula nº 10250, Ensino Superior Completo, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Educação, para responder sem ônus pelas Secretarias Municipal de Cultura e Turismo e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 156/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 11/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Andressa Caroline Carneiro, portadora do CPF nº 044.397.099-82 matrícula 11031, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 157/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 12/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Alexeu Lidbom, portadora do CPF nº 009.082.000-21 matrícula 11045, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 158/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 13/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Jane Crosnst, portadora do CPF nº 006.592.020-18 matrícula 11052, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 159/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 159/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 10/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Guilherme Zimmermann Kummer, portador do CPF nº 042.694.959-52 matrícula 11028, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 160/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 160/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 14/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Ricardo Rabello Serafim, portador do CPF nº 007.133.699-06, matrícula 10947, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 161/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 161/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 15/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rafaela Manetti, portador do CPF nº 327.735.548-92 matrícula 11012, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 162/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 162/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 17/2015, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Daniel Rech Rodrigues, portador do CPF nº 554.475.030-00 matrícula 11018, ocupante do Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de Abril de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 163/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto no Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 17, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Joana Egger Dembowski, portadora do CPF nº 043.988.559-04, matrícula 10806, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 17 de Abril de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****CONTRATO 54/2015-PMP- CUGNIER VET SERVIÇOS DE APOIO A PECUÁRIA LTDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2015 - PMP

LICITAÇÃO: Processo administrativo nº16/2015, Pregão Presencial nº 09/2015.

CONTRATADA: CUGNIER VET SERVIÇOS DE APOIO A PECUÁRIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTOS, RELATÓRIOS E LAUDOS DE INSPEÇÃO PARA OBTENÇÃO DO SELO SIM (SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 159.540,00 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, CINQUENTA E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: até 24.04.2016

Penha, 24 de Abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes -PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 53/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 53/2015 - RH/FMS

Contratado (A): NAYARA DOS SANTOS GOMES, na função de Médico Plantonista, início em 24/04/2015 e término em 23/04/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 24 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 54/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 54/2015 - RH/FMS

Contratado (A): GUSTAVO CHEROBIN, na função de Médico Plantonista, início em 24/04/2015 e término em 23/04/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 24 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 55/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 55/2015 - RH/FMS

Contratado (A): LEA CATARINA COSTA, na função de Médico Plantonista, início em 24/04/2015 e término em 23/04/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 24 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2293/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2293/2015

EXONERA: a pedido a Sra. RITA DE CASSIA DA LUZ CORREA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogando o Decreto nº 1990/2014, contar desta data.

Penha/SC, 24 de abril de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 02/2015 - FMS, firmado entre o Sra. MORAIMA MARIA DE FREITAS e esta PREFEITURA, em 12 de janeiro de 2015, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 23 de abril 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 106/2014 - FMS, firmado entre o Sr. NADIR BICA PEREIRA e esta PREFEITURA, em 05 de novembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 23 de abril 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 10/2015 - FMS, firmado entre o Sr. MARCOS ANTONIO CAVALCANTE DA FONTOURA e esta PREFEITURA, em 22 de janeiro de 2015, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 23 de ABRIL 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/05/2015 licitação modalidade Tomada de Preços nº 002/2015, visando a "complementação de serviços na Creche do Município de Pinheiro Preto".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 15/05/2015, até às 09:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 23 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11 de maio de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 031/2015, visando à contratação de empresa para prestar serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de concurso público para provimento de cargos de caráter efetivo, no âmbito da Administração Direta.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 11/05/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 09:45hs, às 10:00 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.826, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.826, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE REPOSIÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que

lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo na remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Pinheiro Preto, no percentual de 3,68% (três inteiros sessenta e oito centésimos por cento).

Parágrafo Único. A reposição de que trata este artigo refere à recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, calculada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Pinheiro Preto (SC), 22 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.827, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.827, DE 22 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE REVISÃO NOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS (PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo nos subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais), no percentual de 3,68% (três inteiros sessenta e oito centésimos por cento), índice este concedido na mesma data aos servidores públicos e empregados públicos, ativos e inativos, da Administração Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. A reposição de que trata este artigo refere à recomposição da perda do poder aquisitivo dos subsídios ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, calculada pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Pinheiro Preto (SC), 22 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 166, DE 24 DE ABRIL DE 2015.
APROVA REGULAMENTO PARA ESCOLHA DA RAINHA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as festividades alusivas ao 53º aniversário de emancipação Político-Administrativa de Pinheiro Preto, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regulamento do concurso para escolha da "Rainha do Município" a ser realizado no dia 15/05/2015.

Parágrafo único. O item 2, letra "c", e item 7 do regulamento passa a vigorar com a seguinte redação:

2. DO CONCURSO

[...].

c) ter entre 17 e 25 anos de idade na data da inscrição para o concurso.

7. DO CALENDÁRIO DO CONCURSO

Período de inscrição: 30/03/2015 a 28/04/2015

Período de preparação (reuniões, fotos, ensaios): 29/04/2015 a 10/05/2015

Evento para escolha da rainha: 15/05/2015 (Baile do Município).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

REGULAMENTO

CONCURSO RAINHA DA FESTA DA UVA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

1. DO OBJETIVO:

Eleger a Rainha da festa da Uva, bem como a 1º e 2º Princesas, que representarão a beleza da mulher pinheiropretense durante as comemorações e eventos do Município de Pinheiro Preto.

2. DO CONCURSO:

2.1. Será realizado no dia 15 de maio de 2015, em um Baile com início às 20h30min, no Ginásio de Esporte Municipal, localizado R. Oclides O Scortegagna, 65, Pinheiro Preto.

2.2. A vencedora do Concurso Rainha do Município de Pinheiro Preto participará de todos os eventos relacionados às festividades do município e na festa da uva em 2016.

2.3. As candidatas deverão preencher os seguintes requisitos:

a) ser do sexo feminino;

b) ser cidadã pinheiropretense ou residente em Pinheiro Preto há no mínimo 05 anos;

c) ter entre 18 e 25 anos de idade na data da realização do Concurso Rainha do Município;

d) não estar grávida;

e) jamais ter sido casada, ainda que um casamento anulado, ou ter vivido em concubinato e nunca ter tido filhos;

f) gozar de perfeita saúde, ter postura, personalidade, charme e beleza de formas e rosto.

2.4. As candidatas deverão estar disponíveis para tirar fotos para serem divulgadas, em data previamente marcada, sendo que o transporte até os locais pré-determinados pelo Comitê será de responsabilidade da candidata;

2.5. Não será permitida a presença de acompanhantes no camarim no dia do evento;

2.6. As fotos e materiais referentes às concorrentes serão exclusivamente usadas para promover o evento e seus patrocinadores. As fotos não serão devolvidas, ficando incorporadas aos arquivos do evento.

2.7. Todas as concorrentes à Rainha do Município autorizam expressamente o uso de fotos, vídeos, depoimentos gravados e qualquer material gravado pelo evento, para uso promocional do evento, a qualquer tempo.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A candidata deverá providenciar a ficha oficial de inscrição juntamente com o regulamento do concurso a partir do dia 30 de Março de 2015 que deverá ser entregue, devidamente preenchida com a documentação, na Secretaria de Administração do Município, localizado no Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111 - centro, de segunda à sexta- feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

3.2. Documentos exigidos para inscrição da candidata:

a) cópia da certidão de nascimento ou RG;

b) CPF;

c) comprovante de residência;

d) autorização dos pais ou responsável (se for menor);

e) Uma foto de corpo inteiro.

3.3. A ficha de inscrição e regulamento estará também disponível no site da Prefeitura de Pinheiro Preto (www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Maiores informações: Secretaria de Administração. Fone (49) 3562 2000.

4. DO TRAJE:

Cada candidata desfilará com traje social longo, cabelo e maquiagem no dia do concurso, que ficará por conta do Município, (o aluguel do vestido será em loja previamente determinada, cabelo e maquiagem custeadas pelo município desde que em salão de beleza de Pinheiro Preto).

5. DO JULGAMENTO:

5.1. A nota dos jurados para cada item será de 05 a 10 pontos tendo os seguintes critérios de avaliação:

- a) Beleza;
- b) Simpatia;
- c) Desfile;

5.2 Serão classificadas as candidatas que obtiverem o maior número de pontos, obedecendo à seqüência:

- a) 1º. Lugar: Rainha
- b) 2º. Lugar: Primeira Princesa
- c) 3º. Lugar: Segunda Princesa

5.3. O corpo de jurados será composto por pessoas gabaritadas não residentes em Pinheiro Preto, e serão no mínimo cinco participantes, sendo que um deles será o presidente da mesa julgadora.

5.4. Sua decisão é irrevogável e irrecorrível, não cabendo recursos de nenhuma espécie.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

Caso ocorra empate entre duas candidatas, caberá ao presidente da mesa julgadora dar o voto minerva.

7. DO CALENDÁRIO DO CONCURSO:

Período de inscrições: 30/03/2015 á 15/04/2015

Período de preparação (reuniões, fotos, ensaios): 19/04/2015 ao dia 10/05/2015.

Evento: 15/05/2015

8. DO MANDATO:

8.1. A Rainha do Município de Pinheiro Preto deverá, obrigatoriamente, representar o Município em todo e qualquer evento em que for solicitada pelo mesmo, inclusive viagens.

8.1.1. Caso a Rainha esteja impossibilitada de comparecer a algum evento por motivo de saúde ou outro justificável, a mesma será representada pela 1º ou 2º Princesas eleitas no concurso.

8.2. A candidata eleita, quando em exercício de suas funções ou fora delas, deverá manter boa conduta social, prezando tanto pela sua imagem quanto pela imagem do Município.

8.2.1. Quando a Rainha estiver utilizando a sua faixa ou representando o Município deverá cumprir com todas as determinações e regras estabelecidas nos concursos, não sendo permitido acompanhantes.

8.3. As despesas como cabeleireiro, maquiagem, alimentação, transporte e hospedagem, quando autorizadas pelo Município de Pinheiro Preto, serão custeadas pela Administração Pública.

8.4. As candidatas eleitas utilizarão nos eventos a que forem chamadas, vestidos típicos, faixa e coroas fornecidos pela prefeitura municipal de Pinheiro Preto, pelos quais terão obrigação de zelar pela guarda e conservação, responsabilizando-se por sua reposição em caso de extravio ou imediata reparação em caso de dano, devolvendo as mesmas assim que terminar o mandato.

8.5. Tanto a candidata eleita quanto às demais candidatas do concurso, desde já, estão totalmente cientes e concordam plenamente com todos os termos constantes deste Regulamento.

9. A Administração Pública do Município de Pinheiro Preto se exime de qualquer responsabilidade financeira que não esteja inclusa neste regulamento.

10. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Administração Pública

Cientes e de acordo, assinam o presente regulamento.

Pinheiro Preto, _____ de 30 de março de 2015.

Assinatura da Candidata /Assinatura do Responsável (se for menor)

Assinatura da Secretaria de Administração

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Nome dos Pais: _____

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Fones: _____

Há quanto tempo reside no Município: _____

Estuda atualmente: _____ Onde: _____

Qual o grau de escolaridade? () 1º grau () 2º grau () superior

Trabalha: _____ Onde: _____

Porque está participando do concurso? _____

Seu sonho: _____

Deixe sua mensagem: _____

Declaro ter lido e recebido uma cópia do regulamento do concurso para Rainha do Município de Pinheiro Preto. Tendo pleno conhecimento das regras do concurso, manifesto minha concordância integral, comprometendo-me a cumpri-lo.

Data: ____/____/____ .

Assinatura: _____

Observação: Anexar junto à ficha de inscrição fotocópia dos documentos da candidata.

PORTARIA Nº 156, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 156, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA PORTARIA Nº 060, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Ofício nº 011, de 02 de março de 2015, expedido pela Secretária da Educação, solicitando a redução da carga horária da agente Karina Chiarani Faccin, nomeada para a função temporária de Professor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica reduzida em 10 (dez) horas a carga horária da agente KARINA CHIARANI FACCIN, nomeada em caráter temporário para a função de professor, passando a carga horária para 20 horas semanais, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 280, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 280, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO E ALTERA O ARTIGO 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 264, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a redação do artigo 9º da Lei Complementar nº 264, de 23 de junho de 2014 e, acrescenta o parágrafo único, passando a ter a seguinte redação:

Art. 9º Para a execução das Resoluções do COMID, referente à aplicação dos recursos do FMPI, fica o Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES designado como Ordenador de Despesas, a quem caberá a Prestação de Contas.

Parágrafo Único. As contas financeiras do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) serão movimentadas pelo ordenador das despesas do Fundo em conjunto com o Secretário de Administração e Fazenda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 24 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.708, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.708, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI ORDINÁRIA Nº 1999/2007 PARA ESTIMULAR A DOAÇÃO DE MEDULA ÓSSEA.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei Ordinária n. 1999/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“CRIA INCENTIVOS PARA ESTIMULAR A DOAÇÃO DE SANGUE E DE MEDULA ÓSSEA”.

Art. 2º O caput do artigo 1º da Lei Ordinária nº 1999/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir um programa de incentivos para estimular entre a população local a doação regular de sangue e a doação de medula óssea, mediante cadastro específico de doadores.”

Art. 3º O artigo 2º da Lei Ordinária nº 1999/2007 será acrescido de parágrafo único que terá a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I, II e III deste artigo às pessoas cadastradas como potencial doador de medula óssea, assim como às pessoas que comprovem já haver efetuado a doação da medula óssea”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 24 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2014 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº: 015/2014 - PMPB - 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENVOLVAM A ELABORAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VEN- CIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: JOÃO BATISTA DE MEDEIROS ME

PRAZO: 3 (três) meses

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2015

Porto Belo SC, 04 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - 001/2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - 001/2015 FME- DUCA

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e ser- viços especializados para a construção de escola de um pavimen- to com 12 salas de aula, localizada no bairro Perequê conforme termo de compromisso PAR nº34164/2014 do programa plano de ações articuladas destinado a Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital".

Recebimento das Propostas: Até as 09:00 horas do dia 27/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 27/05/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de abril de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2014

CONTRATO Nº: 015/2014 - PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENVOLVAM A ELABORAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO

E MODERNIZAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VEN- CIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: JOÃO BATISTA DE MEDEIROS ME

VALOR GLOBAL: R\$ 7.890,00 (sete mil oitocentos e noventa reais)

PRAZO: 7 meses

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2014

Porto Belo SC, 04 de agosto de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATO Nº 017/2015 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem plu- vial, calçadas com acessibilidade e ciclofaixa da Avenida Governador Celso Ramos no Município de Porto Belo, conforme especifica- ções e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Concorrência Pública 002/2015 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 8.541.932,18 (oito milhões quinhentos e qua- renta e um mil novecentos e trinta e dois reais e dezoito centavos).

PRAZO: 09 (nove) meses

DATA DA ASSINATURA: 22/04/2015

Porto Belo, 22 de Abril de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 010/15 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO- LESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 010/15

Dispõe sobre retificação e acréscimo nº 02 do Edital do CMDCA nº 001/2015, que trata do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares mandato 2016/2019 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto Belo, por meio de seu Coordenador Geral in- fra-assinado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006 e a deliberação da Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares 2015:

CONSIDERANDO que a Comissão Especial Organizadora foi pro- vocada por interessados em candidatar-se ao Processo de Escolha dos candidatos a Conselheiros Tutelares, mandato 2016/2019, que se dizem irredimidos por não verificarem, no EditalCMDCA nº 001/2015, a necessidade de desincompatibilização de even- tuais inscrições de candidatos que estão no exercício de função, ocupam cargo, ou emprego na administração pública direta ou indireta;

CONSIDERANDO que, mesmo sendo o Processo de Escolha dos

Conselheiros Tutelares diferenciado do Processo Eleitoral, a Lei de Inexigibilidade - Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 vem sendo parâmetro e tem sido aplicada para buscar a igualdade de oportunidades entre os candidatos no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que embora a LC/64/90, editada para regulamentar o artigo 14, § 9º da Constituição Federal, elencando as causas de inexigibilidade que atentam contra o Estado Democrático de Direito, evitando, assim, abusos do exercício de função, cargo, ou emprego na administração direta ou indireta, não faça referência expressa, a necessidade de desincompatibilização no caso em tela;

CONSIDERANDO que o objetivo da desincompatibilização é garantir maior lisura ao Processo de Escolha, impedindo que o candidato se utilize da função, cargo ou emprego, de natureza pública ou privada, em benefício de sua candidatura, a fim de evitar a prática de abuso de poder político ou econômico e proteger a normalidade e legitimidade do Processo de Escolha;

A CEO por ser de parecer favorável a necessidade desincompatibilização de eventuais inscrições de candidatos que estão no exercício de função, ocupam cargo, ou emprego na administração pública direta ou indireta:

Resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o Edital CMDCA n.º 001/04/2015 de forma a: Incluir no art. 9º, § 2º -Das Inscrições - o subitem abaixo:

[...]

XIII - Caso o candidato seja ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que tenha poder de decisão ou exerça cargo de Secretário Municipal, Presidente de Fundação, ou ainda, exerça função, ocupe cargo, ou emprego na administração pública direta ou indireta com poderes de fiscalização e/ou tributação deverá realizar, obrigatoriamente, o ato de desincompatibilização, na forma de ofício de pedido de afastamento do cargo, respeitada a data prevista no art. 2º, desta Resolução, devidamente protocolizado junto ao órgão hierárquico onde desempenha as suas funções;

Art. 2º. Estabelecer, ainda que a LC/64/90 estabeleça prazos distintos de acordo com o cargo ou função, que a data de desincompatibilização seja unificada para todos em 4 (quatro) de julho de 2015.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário;

Porto Belo, 24 de abril de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral CMDCA - Porto Belo

RESOLUÇÃO Nº 011/15 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 011/15

Dispõe sobre a revogação das Resoluções 06 e 07 de 2013 e uso indevido de Recursos do FIA para custear despesas da Secretaria de Assistência Social do município de Porto Belo - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto Belo, por meio de seu Coordenador Geral infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006 e a deliberação do Conselho, em sua Assembléia ordinária

de 28/11/14.

CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Município de Porto Belo/SC e a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente a Inquérito Civil nº 06.2013.00009807-9 que versa sobre autorização indevida por parte do CMDCA, por meio das Resoluções 06 e 07, ambas de 2013;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº. 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que veda o repasse de recurso do FIA para entidades com o objetivo de adquirir equipamentos (computadores, veículos, pagamento de passagens e estadia, etc.);

CONSIDERANDO que o mencionado TAC estabelece a obrigação ao CMDCA de promover a revogação das referidas Resolução, nas quais o mencionado Conselho autoriza o uso de recursos do Fundo da Infância e Adolescente - FIA - para despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social, mais exatamente passagens e diárias, em que pese a justificativa de vulnerabilidade econômica dos beneficiados, cujos valores são da ordem de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) e R\$ 270,72 (duzentos e setenta reais e setenta e dois centavos), respectivamente;

CONSIDERANDO o art. 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe de forma taxativa sobre a destinação dos recursos do FIA, bem como as linhas de ações das quais devem ser utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento das políticas de atendimento a criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO o ofício nº 68/2015 recebido em 14 de abril da Secretaria Municipal de Assistência Social que notifica e dá prazo de 10 (dez) dias para que o Conselho promova a devida revogação;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar as resoluções 06/2013 e 07/2013 atendendo assim o disposto na cláusula 2ª do TAC.

Art. 2º. Recomendar que a Secretaria Municipal de Assistência Social tome as providências cabíveis para o ressarcimento dos valores ao FIA no mesmo montante previsto nas supracitadas Resoluções, devidamente atualizados e corrigidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar de 13/04/2015, conforme cláusula 3ª do TAC.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Porto Belo, 24 de abril de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 702/2015

DECRETO Nº 702, de 22 de abril de 2015.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JOSIANE MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES BUENO, para o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Apoio Matricial da Saúde Mental, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC., retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União (SC), 22 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 703/2015

DECRETO Nº 703, de 23 de abril de 2015.
Dispõe sobre nomeação de membro em Comissão Especial, em substituição ao Senhor Roberto Cendron, em razão do seu falecimento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ARTUR BOLTING Presidente da Comissão Especial, constituída através do Decreto nº 640, de 26 de janeiro de 2015, em razão do falecimento do Senhor Roberto Cendron, na data de 08 de abril de 2015.

Art. 2º NOMEIA FABIANA WEBER ZABCZUK Membro da Comissão Especial, constituída através do Decreto nº 640, de 26 de janeiro de 2015, em razão de a Comissão passar a ser presidida pelo Senhor Artur Bolting.

Art. 3º Os demais membros da Comissão Especial nomeada coletivamente através do Decreto nº 640, de 26 de janeiro de 2015, permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Porto União (SC), 23 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 012/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2015 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Bello e Machado Ltda - ME.
Objeto: Fornecimento de material elétrico para realização de pequenos consertos e reposição nas escolas da Rede Municipal de Ensino e Educação Infantil de Porto União.
Valor Total: R\$ 13.915,00 (treze mil novecentos e quinze reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 007/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 15 de abril de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Bello e Machado Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO EDITAL P. E 002/2015 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 007/2015 - Pregão Eletrônico Nº 002/2015 - SMS

Objeto: Aquisição de medicamentos básicos diversos destinados para a dispensação através da farmácia básica do SUS do Município de Porto União;
Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;
Recebimento das Propostas: até as 08:00 hora 12/05/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF;
Início da sessão: 08:30 horas do dia 12/05/2015.
Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br.

Porto União, 22 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2015

PORTARIA Nº 021, de 24 de abril de 2015.
Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar possíveis responsabilidades do Servidor Público Municipal JEOVANEI RIBEIRO ALVES, ocasionada por motivos registrados no Boletim de Ocorrência nº 02008 - 2015 - 00407, da Delegacia de Polícia de Porto União.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla

defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor JEOVANEI RIBEIRO ALVES, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Anderson Fernando Repukna - Presidente;

II- Laureci Freisleben - Secretária;

III- Roseli Maria Costa Curta de Bona - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 020/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 037/2015- Prefeitura

Pregão Presencial 020/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8666/93, tendo em vista que a mesma deu-se deserta.

Porto União SC, 22 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 005/2015- EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 007/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Bello e Machado Ltda - ME.

Porto União SC, 14 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 017 2015 PR 12 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 08.05.2015, para Aquisição de Material de Limpeza e Higienização, para uso na Secretarias de Agricultura, Esportes, Administração, Educação, Ufsc, e Obras do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 24 de abril de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015

OUTRAS MODALIDADES Nº 01/2015

CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 01/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:45 (treze horas e quarenta e cinco minutos), do dia 27 (vinte e sete) de maio de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CONCESSÃO DE USO, que tem como objeto a concessão de exploração da Copa do Ginásio Municipal de Esportes "CASTELLÃO", localizado à Avenida XV de Novembro, s/nº, centro, Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 24 DE ABRIL DE 2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 17/07/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JESSICA MARTINS HOLDORF portador(a) do CPF nº 078.803.269-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 02/04/2015, com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Navegantes, em substituição a Adriele Foster que está afastada em licença maternidade."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/04/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JESSICA MARTINS HOLDORF
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

DECRETO Nº 4661, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4661, de 22 de abril de 2015.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 010/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Concorrência Pública nº 10/2015 de 08.04.2015.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, em virtude do objeto não cumprir os requisitos da Lei Complementar Nº 147/2014, a comissão sugere esta anulação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4663, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4663, de 22 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO TOMADA DE PREÇO Nº 040/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4457/2014, o resultado da Tomada de Preço nº 040/2015, de 31.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4663/2015

Tomada de Preço nº 040/2015, de 31.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO FAROL, LOCALIZADO NO BAIRRO CANTA GALO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

Participantes:

- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- VILSON VANSUITEN ME,
- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP.

EDITAL 003/2015 SMASH

Edital Nº 03/2015/CMDCA

Publica o resultado das Eleições para novos membros representantes de organizações da sociedade civil de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul, com base na Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e Regimento Interno do CMDCA.

1 -PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES:

- Ficam eleitas as quatro primeiras entidades mais votadas

Instituição	Candidato	Número de votos
Clube das Mães - Lar da Menina	Larissa Carolina Tenfen - titular Silvania Floriano - suplente	07
Associação Jardins Infância Vovó Belinha	Adriana E. Zimmermann Ramezanali – titular Simone Cristina de Oliveira Sebold - suplente	05
Comunidade Luterana	Irene Larsen - titular Bolco Hoppe – suplente	05
Instituto UNIMED SC Filial Alto Vale	Simone Cristina Padilha Stadnick - titular Janara Vanderlinde - suplente	04
JCI Rio do Sul	Aislan Gonçalves Garcia- titular Frederico Ferrari- suplente	03
Comunidade Divino Espírito Santo	Janete Terezinha Zanis de Oliveira- titular Sandra Maria Grah Xavier - suplente	03

Julio Cesar Alves

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul

LEI 5.558

LEI Nº 5.558, de 10 de março de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PERTENCENTE A MUNICIPALIDADE."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, até a data de 31 de novembro de 2014, ao Grupo Melhor Idade, localizado no Bairro Taboão, inscrito no CNPJ sob nº 03.276.822/0001-98, o seguinte imóvel:
	I - Piso superior do Centro de Conveniência da terceira idade, descrito na matrícula nº 23204 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca, localizado na Rua Verde Vale s/n no bairro Canta Galo.
Art. 2º-	As despesas decorrentes da manutenção, conservação e de sua utilização, correrão as custas do Grupo Melhor Idade.
Art. 3º-	A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º-	Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
-------------	--

GABINETE DO PREFEITO
10 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.577

LEI Nº 5.577, de 13 de abril de 2015.

“AUTORIZA A CESSÃO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AO AUTOMÓVEL CLUBE DE LONTRAS, PARA REALIZAÇÃO DA ETAPA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE AUTOMOBILISMO”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder veículo ambulância com motorista e enfermeiro, para oferecer plantão na 2ª Etapa do Campeonato Catarinense de Automobilismo, a realizar-se nos dias 11 e 12 de abril do corrente ano, no Autódromo do Paraíso Clube Campestre no município de Lontras/SC.
	Parágrafo único - O veículo mencionado no caput do artigo trata-se de veículo ambulância da marca Fiat Ducato MC TCA AMB, placas MJX 4431, ano 2011/2012, número de frota 362, com motorista e enfermeiro.

Art. 2º-	O empréstimo autorizado pela presente Lei, não gerará nenhum tipo de ônus ao Município de Rio do Sul, ficando toda a responsabilidade de pagamento por eventuais danos ao veículo, do combustível utilizado, e as horas de serviço do profissional, a cargo da entidade solicitante.
-------------	--

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
-------------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
-------------	---

GABINETE DO PREFEITO
13 de abril de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.581

LEI Nº 5.581, de 23 de abril de 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RIO DO SUL - ACARSUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Artística de Rio do Sul - ACARSUL -, fundada na data de 11 de setembro de 2012, com sede na Rua Henrique Schtutze, nº 258, no Bairro Laranjeiras.
-------------	---

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
-------------	--

GABINETE DO PREFEITO
23 de abril de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA 0247/2015

PORTARIA N. 0247/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Exonera a pedido, a partir de 07/04/2015, a servidora LILIANE NEVES DE OLIVEIRA CEZARIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professora, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vmw

PORTARIA Nº 0270/RH

PORTARIA Nº. 0270/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0122/2015/RH de 23/02/2015, a qual nomeia VERA APARECIDA VARGAS para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

PORTARIA Nº 0271/RH

PORTARIA Nº. 0271/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARIA SALETE ISIDORO, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

PORTARIA Nº 0277/2015

PORTARIA Nº 0277/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a LILIANA REGINA MAY AYROSO, (Protocolo 153329/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 11/04/2015, do servidor público municipal inativo, AVELINO MAY, conforme Certidão de óbito Nº 0028443 97, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0278/RH

PORTARIA N. 0278/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação ao servidor MATEUS DE ANDRADE, matrícula n. 99570-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível IV, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de 01 de abril de 2015, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

RESUMO DO ADITIVO 029/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 029/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 003/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI E ARVINO WALTER GAERTNER EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA VILSON VANSUITEN - ME.

Aos dez (10) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa VILSON VANSUITEN - ME, estabelecida na Rua Marques do Herval, 3511, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000 inscrita no CNPJ sob o nº 08.418.466/0001-13, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável Sr. Vilson Vansuiten, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 168/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 003, datado de 07 de janeiro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na letra "b", do Inciso I e § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 48.206,07 (quarenta e oito mil, duzentos e seis reais e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e

assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

VILSON VANSUITEN - ME
Sr. Vilson Vansuiten
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - MARIA SALETE ISIDORO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA SALETE ISIDORO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0271/RH de 17/04/2015, publicada em 27/04/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 24 de abril de 2015.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - TATIANE CRISTINA FORBICI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TATIANE CRISTINA FORBICI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO LARANJEIRAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 24 de Abril de 2015.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos
Recrutamento e Seleção

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - SONIA MARIA PEREIRA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SONIA MARIA PEREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0121/RH, de 23/02/2015, publicada no DOM na data de 03/03/2015, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 29/04/2015.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 21/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de veículo de transporte de passageiros para Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação..

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 08/05/2015 até as 14h00min.

Abertura: 08/05/2015, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 24 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.530, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.530, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo a conceder reposição salarial aos servidores públicos municipais no percentual de 8,12% (oito inteiros e doze décimos), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, estabelecidos seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 23 de abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

TABELA INPC (ÚLTIMOS DOZE MESES)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Mar/2015	1,51
Fev/2015	1,16

Jan/2015	1,48
Dez/2014	0,62
Nov/2014	0,53
Out/2014	0,38
Set/2014	0,49
Ago/2014	0,18
Jul/2014	0,13
Jun/2014	0,26
Mai/2014	0,60
Abr/2014	0,78
Total	8,12

LEI Nº 1.531, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.531, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS BENEFICIÁRIOS QUE PERCEBEM PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PAGAS PELO IPRESVEL, ESTABELECE A APLICAÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA PELO STF NA ADIN 4582 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os proventos de aposentadoria e pensão pagos pelo IPRESVEL, com paridade, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a partir de 1º de abril de 2015, ficam revisados em 8,12% (oito inteiros e doze décimos), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Parágrafo único. Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, estabelecidos seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 23 de abril de 2015.

PEDRO SEIZ SILVA

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

TABELA INPC (ÚLTIMOS DOZE MESES)

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Mar/2015	1,51
Fev/2015	1,16

Jan/2015	1,48
Dez/2014	0,62
Nov/2014	0,53
Out/2014	0,38
Set/2014	0,49
Ago/2014	0,18
Jul/2014	0,13
Jun/2014	0,26
Mai/2014	0,60
Abr/2014	0,78
Total	8,12

LEI Nº 1.532 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.532 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL DOS AGENTES POLÍTICOS E DETENTORES DE MANDATO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo a conceder reposição salarial aos agentes políticos e detentores de mandato eletivo no percentual de 8,12% (oito inteiros e doze décimos), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, estabelecidos seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 23 de abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO**TABELA INPC (ÚLTIMOS DOZE MESES)**

Mês/ano	Índice do mês (em %)
Mar/2015	1,51
Fev/2015	1,16
Jan/2015	1,48
Dez/2014	0,62
Nov/2014	0,53
Out/2014	0,38
Set/2014	0,49
Ago/2014	0,18
Jul/2014	0,13
Jun/2014	0,26
Mai/2014	0,60
Abr/2014	0,78
Total	8,12

LEI Nº 1.533, DE 24 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1.533, DE 24 DE ABRIL DE 2015, de Autoria da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

CONCEDE REPOSIÇÃO NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica concedida, em razão de revisão geral e anual, reposição no vencimento dos servidores da Câmara Municipal, no percentual de 8,12 % (oito inteiros e doze décimos), a partir de 1º de abril de 2015.

Parágrafo único. A reposição de que trata o artigo 1º desta lei refere a recomposição da perda do poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Salto Veloso (SC), 24 de abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 1.534/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.534/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso de Salto Veloso e o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Salto Veloso e dá outras providências.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

CAPÍTULO I**DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso de Salto Veloso (CMI), órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade específica de coordenar a implantação da Política Municipal do Idoso em Salto Veloso, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º. O CMI será composto por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, cabendo-lhes as seguintes funções:

I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;

II - avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento

municipal, quanto às questões que dizem respeito ao idoso;
IV - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei n. 10.741/03.

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

IX - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

X - indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI - acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XII - elaborar o seu regimento interno;

XIII - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XIV - colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XV - assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso.

Parágrafo único - Aos membros do CMI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O CMI é composto de 08 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I - um representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social;

II - um representante da Secretaria da Educação;

IV - um representante da Assessoria de Esporte, Lazer e Cultura;

V - um representante da Secretaria de Administração/Finanças.

VI - quatro representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo, um idoso indicado dentre entidades ou grupos de idosos, um representante das entidades prestadoras de serviços (Lions, Rotary, etc.), um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.) e um representante de serviços e organizações de Assistência Social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, asilo, casa lar).

Art. 4º. Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 5º. As organizações não governamentais serão eleitas, bialmente, titulares e suplentes, em fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 dias de antecedência, observando se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios especificados no inciso VI do art. 3º, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º. O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 2 anos, facultada a recondução ou a reeleição.

§ 1º. Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º. As entidades não governamentais representadas no CMI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 10. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar ato incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do CMI serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 12. O CMI reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O CMI terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva;

§ 1º. À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º. A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§3º. No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 4º. Às Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 5º. À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 6º. A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

§7º. O Vice-Presidente do CMI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§8º. Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 14. À Secretaria Municipal à qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 15. As Organizações de Assistência Social responsáveis pela execução de programas de atendimento aos idosos devem submetê-los à apreciação do CMI.

Parágrafo Único. As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no CMI (devendo seu Contrato Social ou Estatuto Social ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social), conforme exigências legais.

Art. 16. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI.

Art. 17. Para atendimento das despesas de instalação e manutenção do CMI, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), podendo, para tanto, movimentar recursos dentro do orçamento, no presente exercício.

Art. 18. As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI, no ano de 2016 e nos subsequentes, constarão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Municipal, por meio de: Projeto/Atividade - Manutenção e Desenvolvimento das Ações do CMI.

Art. 19. O CMI terá 30 dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação, pela Assembleia Geral, o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º. O Regimento Interno, aprovado pelo CMI, será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá de deliberação e aprovação da maioria absoluta dos Conselheiros.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art. 20. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso de Salto Veloso, instrumento de captação, repasse e aplicação de

recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Salto Veloso.

Art. 21. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;

II - transferências do Município;

III - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - as advindas de acordos e convênios;

VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII - outras.

Art. 22. O Fundo Municipal será uma unidade orçamentária, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMI.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, a ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após análise e aprovação do CMI.

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e o controle do CMI, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMI;

II - submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Para a primeira instalação do CMI, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 24. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 004/2015****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n. 004/2015**

A CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.607.626/0001-72, representado neste ato pelo Presidente Valdenir José Zamboni, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso-SC, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n. 001/2015, homologado em 02/01/2015, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Contabilidade, Compras e Folha com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, Transparência Fly e Patrimônio Fly, em ambiente web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 01 (um) mês, contado a partir de 01/04/2015, com vigência até 30/04/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MEN-SAL R\$	
1.	01	Mês	Contabilidade Pública	01	212,85	
2.	01	Mês	Folha	01	212,85	
3.	01	Mês	Compras e Licitações	01	151,83	
4.	01	Mês	Patrimônio Fly	01	119,48	
5.	01	Mês	Transparência Fly	ilimitados	102,99	

b) O valor total do presente instrumento é R\$ 800,00 (oitocentos reais).

c) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) o KM rodado, mais despesas de estada no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia primeiro do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

g) Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01- Poder Legislativo

01.01 - Câmara de Vereadores

01.031.0101.4.001 - Manutenção das atividades legislativas.

3.3.90.00.00 - Aplicações diretas.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O(s) aplicativo(s) é(são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.

b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o(s) referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá(ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.

- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
 - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
 - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
 - iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer a licença de usos do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

- 10.1. O suporte técnico do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
- c) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
 - i. Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
 - ii. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Betha;
 - iii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
 - iv. Alterar fórmulas de cálculo;
 - v. Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
 - vi. Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
 - vii. Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
 - viii. Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

10.2. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.3. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

10.4. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/ atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

11.1 O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

11.2 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "j" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT, quando eventualmente

requisitada.

13.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

14.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Videira-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salto Veloso, 01 de abril de 2015.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
VALDENIR JOSÉ ZAMBONI
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr. CONTRATADA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini Nome: Gabriela Bissani
CPF n. 715.854.609-82 CPF n. 078.605.259-76

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

COMPRAS (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1.1. O aplicativo de Compras deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

1.1.1. Publicação do processo;

1.1.2. Emissão do mapa comparativo de preços;

1.1.3. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;

1.1.4. Interposição de recurso;

1.1.5. Anulação e revogação;

1.1.6. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;

1.1.7. Parecer jurídico;

1.1.8. Homologação e adjudicação;

1.1.9. Autorizações de fornecimento;

1.1.10. Contratos e aditivos;

1.1.11. Liquidação das autorizações de fornecimento;

1.1.12. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

1.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

1.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

1.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

1.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

1.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

1.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

1.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

1.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

1.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

1.11. Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

1.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

1.13. Permitir integração com aplicativo de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

1.13.1. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;

1.13.2. Geração de empenhos e liquidações;

1.13.3. Atualização de dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

1.14. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

1.15. Possibilitar integração com o aplicativo tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

1.16. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

1.17. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

1.18. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

1.19. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

1.20. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

1.21. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

1.22. Emitir Edital de Licitação.

1.23. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida

e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

1.24. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

1.25. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.

1.26. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

1.27. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

1.28. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.

1.29. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.

1.30. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.

1.31. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

1.32. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

1.33. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

1.34. Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

1.35. Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.

1.36. Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.

1.37. Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.

1.38. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

1.39. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

1.40. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

1.41. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

1.42. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

1.43. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

1.44. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

1.45. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

1.46. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

1.47. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.

1.48. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

1.49. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

1.50. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

FOLHA (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1.1. O aplicativo de Folha de Pagamento deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

1.2. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

1.3. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

1.4. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

1.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas

1.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

1.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

1.8. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

1.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

1.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

1.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.

1.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

1.13. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

1.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

1.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

1.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

1.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

1.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

1.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

1.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.

1.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

1.22. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

1.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à

quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

1.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.

1.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

1.26. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.

1.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

1.28. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

1.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

1.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

1.31. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH.

1.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

1.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

1.34. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.

1.35. Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

1.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

1.37. Possuir cadastro de Cargos integrado com o RH

1.38. Permitir configuração de férias por cargo

1.39. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

1.40. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

1.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

1.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

1.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.

1.44. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

1.45. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.

1.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

1.47. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

1.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.

1.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

1.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

1.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

1.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

1.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

1.54. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

1.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.

1.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

1.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

1.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.

1.59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

1.60. Permitir integração dos valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do aplicativo de contabilidade pública.

1.61. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você deseja para que seja exportado para o aplicativo contábil.

1.62. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

1.63. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

1.64. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

1.65. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

1.66. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

1.67. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

1.68. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;

1.69. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

1.70. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

1.71. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.

1.72. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.

1.73. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período

aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

1.74. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT - Portaria 1621/2010".

1.75. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

1.76. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

1.77. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

1.78. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.

1.79. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

1.80. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

1.81. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

1.82. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

1.83. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

1.84. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

1.85. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

1.86. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

1.87. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

1.88. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

1.89. Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o aplicativo contábil.

1.90. Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

1.91. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

1.92. Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.

1.93. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

1.94. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

1.95. Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

1.96. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

1.97. Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

1.98. Controlar afastamentos do funcionário.

1.99. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

1.100. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

1.101. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

1.102. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

1.103. Registrar todo o histórico salarial do servidor.

1.104. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

1.105. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

1.106. Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

1.107. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

1.108. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

1.109. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

1.110. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

1.111. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

1.112. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere cálculo de folha com processo fechado.

1.113. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

1.114. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

1.115. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

1.116. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

1.117. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

1.118. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

1.119. Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

1.120. Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.

1.121. Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.

1.122. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

1.123. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

1.124. Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

1.125. Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

1.126. Emitir relatório com o resumo da integração com o aplicativo de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais.

1.127. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

1.128. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

1.129. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

1.130. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

1.131. Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

1.132. Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.

1.133. Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

1.134. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

1.135. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

1.136. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

1.137. Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012. A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

1.138. Emitir relatórios cadastrais em geral.

1.139. Emitir relatórios cadastrais de:

1.139.1. Grupos Funcionais;

1.139.2. Organogramas;

1.139.3. Locais de trabalho;

1.139.4. Tipos de Administração - Sindicatos;

1.139.5. Tipos de Cargos;

1.139.6. Cargos;

1.139.7. Planos Salariais;

1.139.8. Níveis Salariais;

1.139.9. Horários;

1.139.10. Feriados;

1.139.11. Aposentadorias e Pensões;

1.139.12. Beneficiários;

1.139.13. Pensionistas;

1.139.14. Dados Adicionais.

1.140. Emitir relatórios cadastrais de:

1.140.1. Tipos de Movimentação de Pessoal;

1.140.1.1. Fontes de Divulgação;

1.140.1.2. Atos;

1.140.1.3. Movimentação de Pessoal;

1.140.1.4. Naturezas dos Textos Jurídicos.

1.141. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:

1.141.1. Operadoras de planos de saúde;

1.141.2. Despesas com planos de saúde;

1.141.3. Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

1.142. Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:

1.142.1. Linhas de Ônibus;

1.142.2. Faixas;

1.142.3. Vales-transportes;

1.142.4. Vales-Mercado

1.143. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:

1.143.1. Condições para Eventos;

1.143.2. Elementos de Despesa;

1.143.3. Despesas;

1.143.4. Despesas por Organograma;

1.143.5. Complementos das Despesas.

1.144. Emitir relatórios cadastrais de:

1.144.1. Cálculo - Tabelas;

1.144.2. Eventos;

1.144.3. Cálculo - Tipos de Bases;

1.144.4. Eventos a Calcular;

1.144.5. Eventos a Calcular de Rescisão;

1.144.6. Médias e Vantagens;

1.144.7. Cancelamentos de férias;

1.144.8. Suspensões de Férias;

1.144.9. Configurações de Férias;

1.144.10. Formas de Alteração Salarial;

1.144.11. Bancos;

1.144.12. Agências Bancárias;

1.144.13. Homolognet.

1.145. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:

1.145.1. Vínculos Empregatícios;

1.145.2. Tipos de Afastamentos;

1.145.3. Tipos de Salário-Família;

1.145.4. Organograma;

1.145.5. Naturezas dos tipos das Diárias;

1.145.6. Tipos de Diárias;

1.145.7. Previdência Federal;

1.145.8. Outras Previdências/Assistência;

1.145.9. Planos de Previdência;

1.145.10. Motivos de Alterações de Cargos;

1.145.11. Motivos de Alterações Salariais;

1.145.12. Motivos de Rescisões;

1.145.13. Motivos de Aposentadorias

1.145.14. Responsáveis.

1.146. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

1.147. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

1.148. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

1.149. Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

1.150. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

1.151. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

1.152. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

1.153. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

1.154. Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

1.155. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

1.156. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

1.157. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.158. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.159. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

1.160. Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

1.161. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

1.162. Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

1.163. Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

1.164. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

1.165. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

1.166. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

1.167. Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

1.168. Permitir consulta individual de cada parcela paga relacionada a cada empréstimo cadastro no Cadastro de Empréstimos do módulo RH. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.

1.169. Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

1.170. Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

1.171. Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

1.171.1. Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;

1.171.2. Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

1.172. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

1.172.1. Alteração do período;

1.172.2. Adição de valor ao valor originalmente lançado;

1.172.3. Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

1.172.4. Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

1.173. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

1.174. Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

1.175. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à

implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.176. Permitir integração com o aplicativo de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

1.177. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

1.178. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

1.179. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

1.180. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

1.181. Permitir consulta rápida nos cadastros.

1.182. Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

1.183. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

1.184. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

1.185. Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

1.186. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

1.187. Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.

1.188. Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

CONTABILIDADE (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

3. Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando

o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos sistemas orçamentário e financeiro.

18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.

31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

37. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

41. Emitir relatórios padrão TCE para solicitação de Certidão Negativa.

42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificação de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

46. Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

59. Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.

65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.

66. Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

FLY TRANSPARÊNCIA (01 licença com acessos ilimitados)

1.189. Permitir a utilização do aplicativo via internet.

1.190. Possuir filtros para seleção de entidades.

1.191. Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

1.192. Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.

1.193. Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.

1.194. Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.

1.195. Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.

1.196. Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

1.197. Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.

1.198. Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

1.199. Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.

1.200. Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

FLY PATRIMÔNIO (01 licença com 01 usuário ativo)

1.1. O aplicativo de Patrimônio via Internet deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informadas as seguintes características:

1.1.1. O processo licitatório, empenho e fornecedor da aquisição do bem;

1.1.2. Estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo".

1.1.3. Moeda de aquisição (permitindo conversão dos valores para moeda atual);

1.2. Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;

1.3. Permitir visualização do valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;

1.4. Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;

1.5. Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;

1.6. Visualizar situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";

1.7. Permitir inserir características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso", etc.

1.8. Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.

1.9. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos organogramas, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

1.10. Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.

1.11. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para

que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

1.12. Permitir efetuar a reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.

1.13. Permitir cálculo da depreciação, exaustão e amortização dos bens possibilitando:

1.13.1. Executar individualmente;

1.13.2. Executar para vários bens (adicionando os filtros necessários);

1.13.3. Configurar percentuais simples ou periódicos, simulando a depreciação natural dos bens desde sua aquisição até a data atual.

1.14. Permitir realizar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.

1.15. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:

1.15.1. Data de envio e previsão de retorno;

1.15.2. Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);

1.15.3. Valor do orçamento;

1.15.4. Possibilitar a emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção,

1.15.5. Agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;

1.15.6. Possibilitar gerar transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

1.16. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

1.17. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.

1.18. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

1.19. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

1.20. Permitir cadastro das seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

1.21. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

1.22. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

1.23. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

1.24. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

1.25. Permitir transferência dos bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

1.26. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

1.27. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

1.28. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.

1.29. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de

saídas e saldo atual da conta.

1.30. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.

1.31. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.

1.32. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.

1.33. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.

1.34. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.

1.35. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.

1.36. Permitir inserir o número do ato no campo [Nº do Ato] do cadastro de bens com até 10 caracteres ou números.

1.37. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multi-seleção (ex.: 1, 20, 37).

1.38. Para os bens imóveis, permitir cadastrar endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.

1.39. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.

1.40. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

1.41. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.

1.42. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.

1.43. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

1.44. O envio poderá ter um filtro para envio por responsável ou envio para todos.

1.45. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.

1.46. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade que houve transferência para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

1.47. Registrar amortização de bens intangíveis.

Salto Veloso, 01 de abril de 2015.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini
CPF n. 715.854.609-82

Nome: Gabriela Bissani
CPF n. 078.605.259-76

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 046/2015-CV Nº 46/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de agência de publicidade/propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos/comunicados e campanhas promocionais e institucionais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, para o exercício de 2015, conforme especificações e quantidades determinadas no anexo II deste edital e de acordo com a Lei 8.666/93 de 21/06/93. Com credenciamento, recebimento da documentação e proposta até as 08h:30min do dia 05 de maio de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h:45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos mediante cadastro junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul/SC, fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 24 de abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 88/2015 LOTAÇÃO DE VEICULO

DECRETO N. 088/2015, de 24 de abril de 2015
DISPÕE SOBRE RELOCAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

=====

Art. 1º - Fica o veículo Fiat/Uno, placas MLF 1217, renavam 502213418 a partir desta data, deslocado para a Secretaria de Infraestrutura visando o atendimento da demanda transitória existente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da realização deste Decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, especificamente da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 24 de abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

RETIFICACAO DA PUBLICAÇÃO DO PL 42/2015

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2015 TOMADA DE PREÇO 01/2015. O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM QUATRO SALAS DE AULA PADRÃO FNDE DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 32373 COM O GOVERNO FEDERAL. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 18/05/15, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou no Site: www.santaterezinhaprogresso.sc.gov.br. Santa Terezinha do Progresso (SC), 24/04/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 35/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 45/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 35/2015.
Objeto: Aquisição de camisetas para alunos da escolinha de treinos de futsal e camisetas para idosos que representarão o Município nos Jogos Aberto da Terceira Idade - JASTI.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 08 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 08 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 23 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 36/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 46/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 36/2015.
Objeto: Aquisição de equipamentos compressores de ar e propulsora de graxa para utilização na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 08 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 08 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 23 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 110/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 11 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA MARCIAL DA EBM DALMIR PEDRO CUBAS, CONFORME PROCESSO Nº SPP ER252560143 - CONVÊNIO Nº 2014TR0002398 DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA/SC.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 111/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 18 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PRAÇAS E TERMINAL RODOVIÁRIO CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 35/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 - FMS

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de mão de obra de eletricista para manutenção das unidades de saúde.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

Deodato Raul Hruschka

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Carla Eloise Mülbauer

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de passagens (vale transporte), para os Municípios de Jaraguá do Sul para profissionais da Rede Municipal de Ensino Fundamental, pelo período de março a dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 70/2015 de 06 de março de 2015.

DO VALOR: R\$ 2.543,20 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar de 01/03/2015.

São Bento do Sul, 06 de março de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 013/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 013/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Arbitragem de Nº 009/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME, conforme Pregão Presencial nº 003/2015, de 29 de janeiro de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 009/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Arbitragem para os Campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos, no ano de 2015.

Considerando que a CONTRATANTE ingressou com pedido administrativo requerendo o aumento do quantitativo total contratado para o item 1 do Contrato nº 009/2015, decorrente do Pregão Presencial nº 003/2015, referente Prestação de Serviço de Arbitragem, faz-se necessário aditivá-lo, pois a quantidade inicialmente contratada será insuficiente, tendo em vista que a estimativa de jogos para o ano de 2015 foi feita com base nos jogos realizados

em 2014, porém, a quantidade de jogos depende do número de equipes inscritas, e o quantitativo correto de jogos só é conhecido quando encerram-se as inscrições. Para este ano foi contratado arbitragem para 38 jogos do Campeonato Municipal de Futebol de Campo Adulto Masculino, porém conforme tabela em anexo, serão realizados 46 jogos;

Considerando que a alteração contratual trazida no presente Termo Aditivo está amparada no Art. 65, I, "b" e § 1º da Lei 8.666/93, faz-se necessário aditar o Contrato nº 009/2015, nos seguintes termos:

1º - O presente contrato será aditivado em 21,0527% sobre o valor total do Item 1, o que resultará em um acréscimo de R\$ 2.840,00 (dois mil oitocentos e quarenta) reais.

2º - A Contratante continuará a pagar a CONTRATADA o valor de R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais) por jogo.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de março de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME, como Contratada.

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 367/2012

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 367/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços nº 367/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. RICARDO ZORZO PAIM, de 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Edital de Convite nº 344/2012.

Cláusula Primeira - Fica rescindido a partir desta data o contrato de prestação de serviços que consiste na contratação de profissional para realização de projeto de Licenciamento Ambiental, a fim de obter Licença Ambiental junto ao Órgão Oficial do Estado, FATMA, para abertura de rua sem denominação em área urbana, contendo inclusive projeto de Supressão de Vegetação Nativa com Inventário Florestal. Não foi possível definição do traçado de abertura da nova via, e também existe o complicador ambiental por se tratar de uma área de preservação permanente (APP), com vegetação nativa de Mata Atlântica, ameaçada de extinção (imbuia, Araucária, Xaxim) e estado avançado de regeneração. Devido a estas indefinições técnicas, busca-se a possibilidade de desenvolvimento de novo traçado, sendo para tal, elaborado novo Processo Licitatório.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93. De acordo com a Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 367/2012, o pagamento se daria pela entrega do protocolo e posterior liberação da FATMA. Como durante o período de vigência do contrato essas ações não foram realizadas, nenhum valor restou a ser pago.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO ZORZO PAIM, com Contratado.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 31/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 31/2015 - FMS

O Município de São Bento do Sul - SC, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, cidade de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00, no uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL Nº 31/2015 - FMS, no anexo 1 - Termo de Referência:

Onde se lê: - DIESEL COMUM

OBSERVAÇÃO: O LOCAL DE ENTREGA DO COMBUSTÍVEL SERÁ NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, COM FORNECIMENTO EM TANQUE JÁ EXISTENTE.

- GASOLINA COMUM

OBSERVAÇÃO: O LOCAL DE ENTREGA DO COMBUSTÍVEL SERÁ NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, COM FORNECIMENTO EM TANQUE JÁ EXISTENTE.

Leia-se: - DIESEL COMUM

OBSERVAÇÃO: O LOCAL DE ENTREGA DO COMBUSTÍVEL SERÁ NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, COM FORNECIMENTO DE TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, COM FILTRO E BOMBA PARA ABASTECIMENTO E COM MANUTENÇÃO PERIÓDICA DA MESMA.

- GASOLINA COMUM

OBSERVAÇÃO: O LOCAL DE ENTREGA DO COMBUSTÍVEL SERÁ NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, COM FORNECIMENTO DE TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, COM FILTRO E BOMBA PARA ABASTECIMENTO E COM MANUTENÇÃO PERIÓDICA DA MESMA.

E para que essa produza seus efeitos o Secretário de Administração resolve prorrogar o recebimento e a abertura das propostas, para o dia 08 de MAIO de 2015, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até as 14:30 horas e abertura as 15:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 012/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 012/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

"Constitui Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura de São Bento do Sul durante o ano de 2015:

Rafael Miguel Alonso Junior;
Donald Malschitzky.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

revogando a portaria 004/2014.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.
BRAULIO HANTSCHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 203/2013
Contrato Nº: 15/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Betha Sistemas Ltda
Vigência: Início: 19/02/2015 - Término: 19/02/2016

Recursos: Dotação:
23.01.2.063.3.3.90.39.11.00.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de licença de uso do software Betha Ponto, com acesso para 03 usuários.
Valor unitário: R\$ 490,00 (Quatrocentos e Noventa Reais) por mês.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2015
Contrato Nº: 25/2015
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB
Vigência: Início: 09/03/2015 - Término: 09/03/2016

Recursos: Dotação:
14 23.01.2.063.3.3.90.39.81.00.00.00 - Serviços Bancários

Objeto: prestação de serviços de Recebimento de Faturas.

Valor: R\$ 1,23 (Um Real e Vinte e Três Centavos) por fatura recebida.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

ERRATA PP 31.15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015 - Exclusivo para empresas MPES(ME, EPP e MEI) - conforme LC 147/14
AVISO DE ERRATA

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção das atividades das diversas Secretarias do município de São João do Oeste.

Onde lia-se: Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 08 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal(....)

Passa a ler-se: Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 08 de maio de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal(....) . São João do Oeste, SC, 24 de abril de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

ERRATA PP 32.15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015 - Exclusivo para empresas MPES(ME, EPP e MEI) - conforme LC 147/14
AVISO DE ERRATA

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de salão de beleza para arrumação das soberanas do Município de São João do Oeste.

Onde lia-se: Entrega dos envelopes até as 10:00 horas do dia 07 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal(...)

Passa a ler-se: Entrega dos envelopes até as 10:30 horas do dia 08 de maio de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal(...). São João do Oeste, SC, 24 de abril de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 004/2014 - COMUNICADO

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 408/2014 - CONCORRÊNCIA Nº 004/2014.

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA A REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS RETIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento PÚBLICO que está SUSPENSO SINE DIE o certame epigrafado, em virtude de MEDIDA CAUTELAR expedida nos autos do Processo nº: REP 15/00180960 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina determinando a SUSTAÇÃO do presente Edital.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 19 horas.

São José, 24 de abril de 2015.

Carlos Schmidt

Presidente da CPL

CONTRATO/CT: Nº 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 043/2015 - PR 171/2014 - Processo 409/2014 - Contratado: HP & E COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de brinquedos pedagógicos, testes de psicologia e livros educativos destinados ao Centro de Referência de Educação Especial da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$1.730,10 - um mil, setecentos e trinta reais e dez centavos. Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 044/2015 - PR 171/2014 - Processo 409/2014 - Contratado: RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de brinquedos pedagógicos, testes de psicologia e livros educativos destinados ao Centro de Referência de Educação Especial da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$9.850,00 - nove mil, oitocentos e cinquenta reais. Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 045/2015 - PR 171/2014 - Processo 409/2014 - Contratado: D&MZ COMÉRCIO DE LIVRO E FORMULÁRIOS LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de brinquedos pedagógicos, testes de psicologia e livros educativos destinados ao Centro de Referência de Educação Especial da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$6.554,00 - seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais. Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 046/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 046/2015 - PR 171/2014 - Processo 409/2014 - Contratado: AVALIAR PSICOLOGIA - EIRELI EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de brinquedos pedagógicos, testes de psicologia e livros educativos destinados ao Centro de Referência de Educação Especial da rede municipal de ensino de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor Total: R\$7.382,00 - sete mil, trezentos e oitenta e dois reais. Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 4306/2015

DECRETO Nº 4306/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, ADILSON DA SILVA CASTRO para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão Orçamentária - SMA, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4310/2015

DECRETO Nº 4310/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JORGE LUIZ DUARTE para o cargo em comissão de Coordenador de Ginásio - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014 de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4379/2015

DECRETO Nº 4379/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GILSON JOSÉ FERNANDES para exercer o cargo em comissão de Assessor II Administrativo - CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 936 DE 24 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 936 de 24 de abril de 2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS AOS DESCONTOS SALARIAIS DOS SERVIDORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INTERATIVO FLORESTA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente:

Considerando o disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em seus artigos 182 e SS, que disciplina as normas especiais sobre o regime jurídico do Magistério Público do Município de São José;

Considerando o memorando físico encaminhado no dia 03 de dezembro de 2014, o qual informa a listagem de professores que paralisaram suas atividades profissionais no dia 26 de novembro de 2014;

Considerando o memorando físico encaminhado no dia 23 de janeiro de 2015, o qual informa equívoco no envio da listagem de professores que paralisaram suas atividades profissionais, no mencionado dia;

Considerando memorando físico encaminhado no dia 10 de março de 2015, por esta Secretaria, solicitando o envio correto da listagem de professores que paralisaram suas atividades profissionais no dia 26 de novembro de 2014;

Considerando o memorando eletrônico, encaminhado no dia 17 de março, ao Setor de Recursos Humanos desta Secretaria, o qual informa que no dia 26 de novembro de 2014, não houve paralisação da Unidade Escolar e que nenhum servidor havia faltado neste dia.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa, para apurar:

I - Se houve paralisação de servidores do Centro Municipal de Educação Interativo Floresta no dia da greve de 26 de novembro de 2014;

II - Se o desconto salarial, caso tenha havido paralisação, é devido;

III - As demais medidas que se fizerem necessárias;

Art. 2º - DESIGNAR a Comissão que deverá ser formada pelas servidoras TEREZINHA DE SOUZA, CLÁUDIA REGINA MACÁRIO e JULIANA PRODÊNCIO para realizar, a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 60 dias, a apuração relativa aos fatos aqui apontados.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 24 de abril de 2015.

Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 007, DE 24 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 007, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Define calendário das reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José para o exercício de 2015.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3336/99 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José; CONSIDERANDO que o objetivo do Conselho Municipal do Meio Ambiente é assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio da Fundação Municipal do Meio Ambiente, nos termos do § 2º, do artigo 1º, da Lei nº 3336/99;

Considerando o disposto no artigo 4º, da Lei nº 4601/2007 que estabelece que o Conselho Municipal do Meio Ambiente seja constituído por 16 (dezesseis) conselheiros, sendo: 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente; 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social; 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município; 01 (um) representante da Secretaria de Serviços Públicos; 01 (um) representante da EPAGRI; 01 (um) representante da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina; 01 (um) representante da CASAN; 01 (um) representante de Organizações não governamentais - ONGs de caráter ecológico; 01 (um) representante da AEMFLO; 01 (um) representante da UNIVALI; 01 (um) representante da Faculdade Estácio de Sá; 01 (um) representante do CESUSC; 01 (um) representante do Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis; 01 (um) representante da Associação Comunitária e 01 (um) representante do CREA/SC;

CONSIDERANDO que o mandato do Conselho Municipal do Meio Ambiente é de dois anos, nos termos do § 4º, do artigo 4º, da Lei 3336/1999;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1630/2013 que nomeou os membros para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente foi publicado em 01 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um cronograma prévio das Reuniões Ordinárias para o exercício de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º As Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José serão realizadas nas datas abaixo discriminadas:

I - 25 de maio de 2015, a ser realizada no Auditório de Licitação da Prefeitura Municipal de São José;
II - 20 de julho de 2015, a ser realizada no Auditório de Licitação da Prefeitura Municipal de São José;
III - 21 de setembro de 2015, a ser realizada no Auditório do Jardim Botânico de São José;
IV - 23 de novembro de 2015, a ser realizada no Auditório do Jardim Botânico de São José;
Art. 2º Havendo necessidade o cronograma previsto no artigo 1º poderá ser alterado, bem como incluídas novas datas.
Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.
Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 07 de abril de 2015.
EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Superintendente da FMADS/SJ
Decreto Municipal nº 696/2013

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 073/2014-01 - PR 018/2014 - Processo 089/2014 - Contratado: PERES MULLER LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol, diesel s10 e arla 32) para abastecer a frota das secretarias, fundos, fundações e autarquias do Município de São José/SC. Reequilíbrio Econômico-Financeiro: O valor da Ata de Registro de Preços nº 073/2014, que era de R\$ 2.079.843,70 (dois milhões, setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta centavos), sofrerá o acréscimo de R\$ 65.361,19 (sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), o qual vigorará a partir de 03/02/2015, passando o valor total para a importância de R\$ 2.145.204,89 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, duzentos e quatro reais e oitenta e nove centavos). Data da assinatura: 10 de abril de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.097/2016

PORTARIA Nº 097/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor JOÃO ROGÉRIO DE FARIAS, para exercer o cargo em comissão de SECRETARIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereador MOACIR DA SILVA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 06 de abril de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015 - SRP - PR Nº 011/2015 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/05/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste 27/04/2015

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015 - PR Nº 041/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/05/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONSORTE DA RETRO CAT 420E, PATRIMÔNIO N.4928, DE SERIE NºKMW04123 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015 - PR Nº 034/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o ano mínimo do veículo exigido no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015, (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº

1724, DIA 15/04/2015 - PAG. 352), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA. Onde consta "REQUISITO MÍNIMO ANO 2000"; passe a constar a seguinte descrição "REQUISITO MÍNIMO ANO 1995"; mantendo-se a data prevista para abertura das propostas, para o dia 30/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 5.079, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.079, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa Rubia Patricia Pscheidt da Silva EPP, referente ao Contrato nº 006, de 27 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o julgamento proferido nos autos do Processo Licitatório nº 005/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014, do Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do Processo Administrativo de Aplicação de Sanções, tendo em vista a constatação de que a empresa Rubia Patricia Pscheidt da Silva EPP, descumpriu parcialmente o contrato firmado de forma injustificada, conforme verificado nas medições realizadas na obra pelo responsável técnico da empresa e pela equipe técnica do Município, que também encontrou diversas patologias e vícios construtivos, desencadeando na necessidade de realização de novo processo licitatório para conclusão da obra;

CONSIDERANDO, ainda, que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal, à empresa Rubia Patricia Pscheidt da Silva EPP, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais aos ilícitos praticados e expressamente previstas em lei especializada, quais sejam: a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de 02 (dois) anos, descrita no art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e aplicação de multa contratual no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a parcela do contrato não executada (cláusula oitava, item VIII.1, subitem II, do contrato);

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada à empresa RUBIA PATRICIA PSCHIEDT DA SILVA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.932.103/0001-92, a aplicação das seguintes sanções administrativas, em razão do injustificado descumprimento parcial do Contrato nº 006/2014, de 27 de fevereiro de 2014, decorrente do Processo Licitatório nº 005/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014, do Fundo Municipal de Saúde:

I - multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado

sobre a parcela do contrato não executada (cláusula oitava, item VIII.1, subitem II), correspondente ao valor de R\$ 9.046,08 (nove mil, quarenta e seis reais e oito centavos);

II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este Município, suas autarquias e Fundo Municipal de Saúde, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, devendo ser também aplicada, eventualmente, às suas filiais, caso existentes.

Art. 2º O pagamento da multa descrita no inciso I, do artigo anterior, deverá dar-se mediante a retenção do valor equivalente, na Contadoria Geral do Município, considerando o saldo/crédito contratual retido em benefício da contratada, procedendo-se ao pagamento do valor restante.

Art. 3º A empresa Rubia Patrícia Pscheidt da Silva EPP e suas respectivas filiais (caso existentes) deverão ser descredenciadas do cadastro de fornecedores do Município, do Fundo Municipal de Saúde e autarquias municipais, durante o prazo de 02 (dois) anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.080, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.080, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
08.244.4509.2.029 .3. 3.9.0.00.00.00.00.0 .1.0000	145	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	141	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.081, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.081, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0002	12	Aplicação Direta	R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	08	Aplicação Direta	R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 406, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 406, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor PITAGORAS PITT, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de Técnico de Apoio Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 05 do anexo I da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de Abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

São Miguel do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº 8.311/2015 - CONVOCA A II CONFERENCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDAPESSOA IDOSA, CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.311/2015

CONVOCA A II CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO que as resoluções ns 01/2015 e 02/2015 do Conselho Municipal do Idoso, onde solicitou a convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que será realizada no dia 20 de maio de 2015 às 08:00 horas, na sede do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, em São Miguel do Oeste.

Art. 2º A I Conferência Municipal de Cultura, terá como tema: " O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades"

Art. 3º Fica instituída a Comissão Municipal Organizadora da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que é composta pelos seguintes membros:

- I - Ana Paula de Azevedo Pulhe;
- II - Sílvia Maria Bertuoul Frandoloso;
- III - Carmem Izaebl Bressan;
- IV - Felipe Geremia;
- V - Sirlei Fávero Cetolin;
- VI - Josseli Beatriz Dilly Signori.

Parágrafo Único. A Comissão Municipal Organizadora será presidida pela Sra. Ana Paula de Azevedo Pulhe.

Art. 4º - A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa reger-se-á, no que couber pelo Regimento Interno da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa de Cultura.

Parágrafo Único. Fica autorizada a Comissão Organizadora a suprir eventuais omissões e dúvidas, quando da aplicação do Regimento Interno IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa de Cultura, na realização da Conferencia Municipal.

Art. 5º A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa elegerá 06 (seis) delegados para representar o Município de São Miguel do Oeste, SC, na Conferência Estadual de Cultura, sendo que os delegados serão escolhidos na seguinte proporção: 1/3 (um terço) de representantes governamentais (02 delegados) e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil organizada (04 delegados).

Parágrafo Único. As despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos delegados que iram representar o Município de São Miguel do Oeste, SC, na Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, serão suportadas pelo Município de São Miguel do

Oeste, SC, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º As despesas decorrentes da realização da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos delegados para a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, correrão a custas das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 24 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2015 - DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 14, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2013 DE 23/12/2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2015
DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 14, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2013 DE 23/12/2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 14 da Lei Complementar 033/2013 passa a vigorar com a seguinte redação.

Art.14. A TLP - Taxa de Licença para Permanência é devida por todas as pessoas jurídicas que exercerem atividades no Município a partir do exercício seguinte ao início da atividade, quando da renovação do alvará municipal, e será calculada de acordo com a Tabela do Anexo II desta Lei, e recolhida no prazo fixado quando do respectivo lançamento.

§ 1º Não será exigida TLP dos profissionais autônomos sem estabelecimento.

§ 2º - No caso de pedido de baixa do alvará até a data fixada para pagamento, o fisco municipal cobrará proporcionalmente aos meses em atividade, incluindo o mês do pedido, independente da fração do mês, aplicando como base de cálculo o valor atribuído anualmente para a atividade do contribuinte.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Pedro Jose de Conto

Secretária de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.112/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS AO PRODUTOR AGRÍCOLA CLÉDIO DE CAMPOS, RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.112/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS AO PRODUTOR AGRÍCOLA CLÉDIO DE CAMPOS, RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder ao produtor agrícola CLÉDIO DE CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 089.764.220-15, residente na Linha Alto Guamerim, s/n, Interior, São Miguel do Oeste-SC, o seguinte incentivo econômico: 120 (cento e vinte) horas-máquina para serviços de terraplanagem;

§1º As horas de serviços referidas no inciso I deste artigo, serão destinadas para terraplanagem para construção na propriedade do beneficiado;

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos ora concedidos, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ora concedidos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretária da Fazenda e Administração
Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.113/2015 - REGULAMENTA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E DE PERMANÊNCIA A TÍTULO PROVISÓRIO PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.113/2015.

REGULAMENTA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E DE PERMANÊNCIA A TÍTULO PROVISÓRIO PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei regulamenta a expedição de Alvará de Licença de Localização e Permanência aos estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços, que não cumprem os requisitos de regularidade na edificação de imóveis que trata o artigo 2º da Lei 020/2014 e o requisito do habite-se da edificação que tratam as Leis Complementares 01/2009, 04/2011 e 05/2011.

Art. 2º Aos contribuintes que se beneficiarem desta lei será emitido um Alvará de Licença e Localização e de Permanência a título provisório, com validade de um ano, passível de renovação sucessiva, limitada há cinco anos.

Parágrafo Único. A concessão do Alvará de Licença de Localização e de Permanência a título provisório e sua renovação, será condicionada à apresentação dos atestados de vistoria do Corpo de Bombeiros e do Alvará Sanitário.

Art. 3º O Alvará de Licença de Localização e Permanência Provisório, será emitido contra assinatura de termo de ciência e responsabilidade do responsável legal da empresa e pelo proprietário da edificação, os quais firmarão compromisso, para efeito de cumprimento das normas referente a regularização da edificação, no que tange ao habite-se, e, relativo a condição de segurança (normas do corpo de Bombeiros), ao meio ambiente, saúde e acessibilidade.

Art. 4º A Taxa de Licença do Alvará de Funcionamento e Permanência Provisório será o estabelecido nos Anexos I e II da Lei Complementar 033/2013, com as alterações da Lei Complementar 021/2014.

Art. 5º O Órgão competente para o Licenciamento Provisório será também competente para revogação, anulação e alteração em decisão devidamente fundamentada.

Art. 6º O § 2º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 020/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º (...)

§ 2º Os recursos provenientes das compensações instituídas pela

presente Lei Complementar deverão ser aplicados em conta bancária específica e serão utilizados, obrigatoriamente, na construção, melhorias e manutenção das calçadas-passeio e ciclovias.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu,, portador do CPF nº, RG nº, residente e domiciliado à Rua, Nº, Bairro, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, proprietário do imóvel edificado no lote nº, quadra, matrícula no Crismo nº, local onde exerce atividade à empresa, de propriedade do senhor, I, CPF. Nº, RG nº, residente e domiciliado à Rua, nº, Bairro, na cidade de São Miguel do Oeste- SC, pelo presente firmamos o compromisso de providenciar a regularização do imóvel (Habite-se) acima mencionado em seus aspectos físicos estruturais, até 30 de dezembro de 2015, assumindo todas as responsabilidade civis e criminais por qualquer dano que a estrutura da edificação vier causar a outrem.

São Miguel do Oeste- SC, 24 de fevereiro de 2015

Locatário do Imóvel

Proprietário do Imóvel

LEI Nº 7.115/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA MAIÊ CONFECÇÕES LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.115/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA MAIÊ CONFECÇÕES LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa MAIÊ CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 13.347.866/0001-15, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, o seguinte

incentivo econômico: Pagamento no importe de 50% (cinquenta por cento) de locação de imóvel, pelo período de 12 (doze) meses, correspondente ao repasse mensal de 12 (doze) parcelas de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

§1º O benefício ora concedido fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 2º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 3º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.116/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA KATIA CRISTINA MENEGHETTI-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.116/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA KATIA CRISTINA MENEGHETTI-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa KATIA CRISTINA MENEGHETTI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 08.182.888/0001-31, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, o seguinte incentivo econômico: Pagamento de locação de imóvel no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), pelo período de 12 (doze) meses.

§1º O benefício ora concedido fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 2º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 3º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº7.114/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 116.921,26 (CENTO E DEZESSEIS MIL, NOVECIENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)

LEI Nº 7.114/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 116.921,26 (CENTO E DEZESSEIS MIL, NOVECIENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 116.921,26 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas da área social deste Ente Federado através de programas específicos com recursos da União e do Erário Público Municipal.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 116.921,26 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.243.483.2.195 - Ações atrárgicas do Programa de Erradicação do trabalho Infantil - PETI.

3.3.90.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 50.400,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 10.961,26

08.244.0055.2.196 - Manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades

Do Programa Bolsa Família - IGD

3.3.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diversas R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diversas R\$ 15.000,00

08.244.0487.2.196 - Manutenção, coordenação e desenvolvimento de atividades

com as Mães.

3.3.90.00.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 30.000,00

08.243.0483.2.197- Manutenção, coordenação e desenvolvimento de atividades

do Benefício de Prestação Coontinuada da Assistência Social (BPC)

3.3.90.00.00.00.00.00.1061- Aplicações Diversas (excesso) R\$ 2.320,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1061- Aplicações Diversas (superavit) R\$ 240,00

TOTAL R\$ 116.921,26

Art. 3º Para a cobertura parcial do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária do Orçamento em execução:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.244.0487.2.186 - Manutenção, coordenação e desenvolv.das ações do Controle

Social - CONSELHO MUNICIPAL.

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diversas R\$ 23.000,00

Art. 4º Para o atendimento parcial do crédito de que trata a presente Lei fica utilizado o recurso proveniente do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 11.201,26 (onze mil, duzentos e um reais e vinte e seis centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CON-TA BANCO	BANCO	Nº. DO RE-CURSO	VALOR
45.847-3	BANCO DO BRASIL S/A	102	10.961,26
46.459-7	BANCO DO BRASIL S/A	1061	240,00
TOTAL			11.201,26

Art. 5º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante dos Recursos abaixo especificados, na ordem de R\$ 82.720,00 (oitenta e dois mil, setecentos e vinte reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Nº DE ORDEM	BANCO	Nº. DO RECURSO	VALOR
1	GOVERNO FEDERAL/MDS/FNAS MINISTÉRIO PÚBLICO/TRANSA- ÇÕES PENAS	102	50.400,00
2		99	30.000,00
3	GOVERNO FEDERAL/MDS/FNAS	1061	2.320,00
TOTAL			82.720,00

TOTAL GERAL R\$ 116.921,26

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 116.921,26 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas da área social deste Ente Federado através de programas específicos com recursos da União e do Erário Público.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 7º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 116.921,26 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento de despesas da área social deste Ente Federado através de programas específicos com recursos da União e do Erário Público Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 13/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2015

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Locação do imóvel das salas comerciais com área total de 771,18m² sob matrícula n. 40.279, sito a Rua Guilherme José Missen, n.289, Centro de SMOeste-SC, no térreo com 10 vagas de garagem, as salas 101, 202 e 203,1º Andar, 2º Pavimento; Salas 304, 305, 306 no 2º Andar, 3º Pavimento, Salas 404, 405 e 406 no 3º Andar, destinado a Secretaria Municipal de

Saúde, para o período de 12 meses ,cfe Laudo de Avaliação da Comissão Especial n. 035/2015, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei n. 8.666/93. Contratado: PINTO E SCHOENHERR INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA. Valor Mensal de R\$ 14.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcílio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 55/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Locação do imóvel das salas comerciais com área total de 506,25m² sob matrícula n. 40.279, sito a Rua Guilherme José Misen, n.289, Centro de SMOeste-SC, no térreo 2 vagas de garagem, as salas do 5º e 6º andar, destinado a Secretaria Municipal de Educação, para o período de 12 meses ,cfe Laudo de Avaliação da Comissão Especial n. 035/2015, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei n. 8.666/93. Contratado: PINTO E SCHOENHERR INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA. Valor Mensal de R\$ 6.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcílio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2015-PMS

PROCESSO Nº. 84/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de condicionadores de ar para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 12 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015-FMS

PROCESSO Nº. 30/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.299/2015 DE 22 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 3.299/2015 de 22 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 31.277,48 (trinta e um mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 31.277,48

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.300/2015 DE 22 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 3.300/2015 de 22 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Material de Consumo R\$ 125,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 101/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 101/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 67/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 33/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARLI VATERKEMPER FERNANDES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.782.757/0001-63, estabelecida na Rua Ettiene Gaudentw Stawiasieski nº 394, Bairro Centro, na cidade de Orleans, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.870-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de Uniformes Esportivos oriundos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Camisa 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 - gramatura 130 - transfer total - contendo diversas logos - em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futebol de campo.	207	Unid.	20,00	4.140,00

03	Camisa 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futsal.	238	Unid.	20,00	4.760,00
06	Calção Esportivo de Goleiro 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – proteção lateral – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futebol de campo.	18	Unid.	18,00	324,00
07	Calção Esportivo 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futsal.	238	Unid.	18,00	4.284,00
09	Pares de Meião Adulto profissional – Composição de 52% poliamida, 31% algodão, 11% poliéster e 6% elastodieno. Elásticos especiais no punho com acabamento duplo na costura evitando que desfie na dobra, poliamida especial para melhorar a elasticidade; Elásticos no tornozelo; Calcanhar verdadeiro evitando que o meião escorregue para dentro da chuteira/tênis; Pé atalhado. Veste de 39 à 44. Diversas cores subdivididas de acordo com a quantidade de equipes. Modalidades de Futebol de campo e de Futsal.	497	Pares	9,40	4.671,80
TOTAL R\$					18.179,80

Valor do contrato: R\$ 18.179,80 (dezoito mil centos e setenta e nove reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 24/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 102/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 102/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 67/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 33/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PRINTEX ACABAMENTOS TEXTEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.109.941/0001-56, estabelecida na Rua Mal. Castelo Branco nº 5070, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de Uniformes Esportivos oriundos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Camisa de Goleiro 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futebol de campo.	18	Unid.	25,00	450,00
04	Camisa de Goleiro 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futsal.	34	Unid.	25,00	850,00
05	Calção Esportivo 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futebol de campo.	207	Unid.	21,00	4.347,00

08	Calção Esportivo de Goleiro 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – proteção lateral – contendo diversas logos – em cores, tamanhos e layout diferenciados. Subdivisão de acordo com a quantidade de equipes. Modalidade de Futsal.	34	Unid.	20,40	693,60
TOTAL R\$					6.340,60

Valor do contrato: R\$ 6.340,60 (seis mil trezentos e quarenta reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 24/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.044/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.
PORTARIA Nº. 6.044/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, da servidora, Sra. Daniella Maria Volani de Souza em 1º de abril de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Andréia Viana Bilck, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 22 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.045/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015
PORTARIA Nº6.045/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC,

o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços para execução (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 280,00m e área total de 2.800,00m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 195/2014-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 10/2014-PMS, Processo nº. 148/2014-PMS - empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 23 de abril de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A24/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A24/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2015- PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 97/2015-PMS, celebrado em 22 de abril de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 10/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2015-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato,

como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando pedido da empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, frente a correção de valor global da proposta de preços apresentada.

Considerando o Parecer da Procuradoria nº 027/2015-PROJUR, onde defere-se o pedido de correção do valor Global conforme parecer do setor de engenharia.

Considerando o parecer do senhor Otoniel da Silva, Diretor de Planejamento Urbano, da Administração Pública, onde informa "que houve erro na somatória final da planilha no item 4 - PAVIMENTAÇÃO, onde o valor apresentado foi de R\$123.398,29, sendo que o valor correto seria de R\$128.562,65. Desta forma o valor global da proposta passa a ser R\$363.727,09".

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 5.164,35 (cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 363.727,09 (trezentos e sessenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e nove centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 97/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 24 de abril de 2015.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Alcidir Boaretto

CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

ATA PREGÃO PRESENCIAL 29/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 30/03/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 55/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 24 de Abril de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 60/2015, Licitação nº 29/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP e HEXIS CIENTIFICA S.A., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Após rubricados os envelopes, bem como os credenciamentos, constatando-se que a empresa HEXIS CIENTIFICA S.A. não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3. E também apresentou Procuração, documento exigido no edital no item 4.1.1, outorgando poderes a empresa VEXIM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. da qual não juntou documentos para comprovar quem responde legalmente pela outorgada e também não apresentou documento de identificação exigido no edital no item 4.1.1, sendo assim o representante da empresa HEXIS CIENTIFICA S.A. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Diante do exposto e considerando que o suposto representante legal da empresa VEXIM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. foi quem assinou a declaração de habilitação, documento exigido no edital no item 4.1.4, e o mesmo não comprovou poderes para tal conforme descrito acima, a empresa HEXIS CIENTIFICA S.A. não está habilitada para participar da licitação. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP. Não houve cotação para os itens 03, 04, 05, 06, 09 e 10. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento exigido no edital no item 7.1.7, sendo que este documento deve ser apresentado de acordo com o edital no item 7.4 sendo assim a empresa METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Foram devolvidos os envelopes de habilitação e proposta comercial da empresa HEXIS CIENTIFICA S.A.. O representante da empresa HEXIS CIENTIFICA S.A. reitrou-se da sessão. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 30/03/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 24 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VEXIM COM. E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS -	- Representante
PAULO HENRIQUE ARANHA PACHECO -	- Representante

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 51/2015

DECRETO N.º 51 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	09	Fundo de Habitação e Interesse Social
FUNÇÃO	16	Habitação
PROGRAMA	08	Gestão de Apoio a Habitação de Interesse Social
SUBFUNÇÃO	482	Habitação Urbana
RECURSO	5.034	Transferência de Convênios – União/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.012	Investimentos em Habitação de Interesse Social
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	04	

VALOR: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Transferência de Convênios - União/Outros, no valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de março de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 52/2015

DECRETO N.º 52 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.466,04 (trezentos mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	98	

VALOR: R\$ 300.466,04 (trezentos mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quatro centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso Ordinário, no valor de R\$ 300.466,04 (trezentos mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de março de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 53/2015

DECRETO N.º 53 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar Ambulatorial
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica

RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	32	

VALOR: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso Ordinário, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2015.

DECRETO Nº 54/2015

DECRETO N.º 54 DE 01 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	27	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão de Incentivo aos Esportes
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.014	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	65	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso Ordinário, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2015.

DECRETO Nº 55/2015

DECRETO N.º 55 DE 01 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.317,00 (trinta e nove mil trezentos e dezessete reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	5.038	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	27	

VALOR: R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ESTADO
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 30.117,00 (trinta mil cento e dezessete reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), e provável excesso de arrecadação de Recurso de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/ESTADO no valor de R\$ 30.117,00 (trinta mil cento e dezessete reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2015.

DECRETO Nº 56/2015

DECRETO N.º 56, DE 09 DE ABRIL DE 2015

Decreta luto oficial pelo FALECIMENTO do ex- VEREADOR VICTOR SAVI

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Decretar luto oficial por 03 (três) dias, em todo o território do Município de Siderópolis, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-Vereador Victor Savi.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 09 de Abril de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Abril de 2015.

DECRETO Nº 57/2015

DECRETO N.º 57 DE 09 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	04	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	123	Administração Financeira
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	25	

VALOR: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso Ordinário, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 09 de abril de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de abril de 2015.

DECRETO Nº 58/2015

DECRETO N.º 58 DE 09 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.920,00 (quatorze mil novecentos e vinte reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	5.034	Transferências de Convênios-União/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	104	

VALOR: R\$ 14.920,00 (quatorze mil novecentos e vinte reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recurso de Transferências de Convênios-União/Outros, no valor de R\$ 14.920,00 (quatorze mil novecentos e vinte reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 09 de abril de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de abril de 2015.

DECRETO Nº 59/2015

DECRETO N.º 59, DE 13 DE ABRIL DE 2015

ALTERA O CARGO DO FUNCIONÁRIO TIAGO JOSÉ DE SOUZA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo do funcionário TIAGO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, CPF/MF sob nº 057.210.379-46, para Assessor I - C2, na Secretaria de Administração, a contar de 01/04/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de Abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Abril de 2015.

DECRETO Nº 60/2015

DECRETO N.º 60 DE 13 DE ABRIL DE 2015

RETIFICA O DECRETO Nº 19 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V:

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o Decreto de nº 19 de 13 de fevereiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 269.100,00 (duzentos e sessenta e nove mil e cem reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.033	Transferência de Convênios – União/Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	1.009	Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

VALOR: R\$ 219.100,00 (duzentos e dezenove mil e cem reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde

PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	8	

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Transferência de Convênios - União/Saúde, no valor de R\$ 219.100,00 (duzentos e dezenove mil e cem reais), e provável excesso de arrecadação de Receitas e Transferências de Impostos - Saúde, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº 127, DE 13 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR RAFAEL BERNARDO ROECKER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento ao servidor RAFAEL BERNARDO ROECKER, CPF/MF nº 075.625.029-35, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 03 (três) meses a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de abril de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 128/2015

PORTARIA Nº 128, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº274/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº274/2014, considerando o retorno ao trabalho do servidor ALBERTO LEOPOLDO, CPF/MF nº 646.780.919-04, Guarda Municipal, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de abril de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 129/2015

PORTARIA Nº 129, DE 13 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA ROSÂNGELA MORAES DE ARAÚJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento à servidora ROSÂNGELA MORAES DE ARAÚJO, CPF/MF nº 050.903.109-98, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano a contar do dia 09/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 13 de abril de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 130/2015

PORTARIA N.º 130 DE 15 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR CRISTIANO CANCELIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art.6º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento ao servidor CRISTIANO CANCELIER, CPF/MF nº 007.968.879-93, ocupante do cargo de Coordenador de Turismo, do Quadro Permanente do Município, a contar de 14/04/2015, pelo período em que estiver ocupando cargo comissionado no Município de Balneário Rincão.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 131/2015

PORTARIA N.º 131 DE 17 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PATRÍCIA LEVATI TOURNIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art.6º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento à servidora PATRÍCIA LEVATI TOURNIER, CPF/MF nº 026.224.659-71, ocupante do cargo de Nutricionista, do Quadro Permanente do Município, a partir de 02/05/2015, pelo período de 01 (um) ano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 133/2015

PORTARIA Nº 133, DE 17 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO ADÃO ADELAR BOHN PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário ADÃO ADELAR BOHN, Operário Braçal-I/A, CPF Nº 462.079.299-34, a contar de 15/04/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de abril de 2015.

Sombrio**PREFEITURA****CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº17/2015

O Município de Sombrio/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a Concessão de espaço público para exploração de publicidade, bem como concessão de espaço público por empresa do ramo pertinente para exploração de cantinas, com data de abertura para o dia 23/04/2015 às 14h:30min, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados.

Sombrio - SC 23/04/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVENIO Nº. 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 013/2015

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Criar - Associação de Desenvolvimento Educacional

CNPJ Nº. 07.727.305/0001 - 49

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo a concessão de auxílio financeiro destinado à concessão de 04 (quatro) bolsas de estudo integrais para acadêmicos do Curso de licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física.

Lei Municipal nº 2127, de 27/02/2014 e Lei Municipal 2138, de 08/04/2014.

VIGÊNCIA: 02/03/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 31.783,32 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).

LEI Nº. 2211/2015

LEI Nº. 2211, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DELIMITA O PERÍMETRO URBANO DO BAIRRO SÃO CAMILO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica delimitado o perímetro urbano do Bairro São Camilo.

Art. 2º. As divisões do perímetro urbano do Bairro São Camilo teram as seguintes confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto SC0=PP, localizado no ponto mais ao Norte e ao Oeste, de coordenadas N 6.778.675,13 m e E 630.910,98 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 137°22'23" e 85,45 m até o vértice ponto SC1, de coordenadas N 6.778.612,26 m e E 630.968,85 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 165°46'34" e 299,09 m até o vértice ponto SC2, de coordenadas N 6.778.322,34 m e E 631.042,33

m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 129°17'23" e 165,15 m até o vértice ponto SC3, de coordenadas N 6.778.217,76 m e E 631.170,15 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 215°16'01" e 126,02 m até o vértice ponto SC4, de coordenadas N 6.778.114,87 m e E 631.097,39 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 308°31'59" e 151,20 m até o vértice ponto SC5, de coordenadas N 6.778.209,06 m e E 630.979,11 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 205°11'56" e 157,43 m até o vértice ponto SC6, de coordenadas N 6.778.066,62 m e E 630.912,08 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 126°18'31" e 273,74 m até o vértice ponto SC7, de coordenadas N 6.777.904,53 m e E 631.132,67 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 196°35'00" e 179,65 m até o vértice ponto SC8, de coordenadas N 6.777.732,35 m e E 631.081,40 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 194°19'55" e 98,11 m até o vértice ponto SC9, de coordenadas N 6.777.637,29 m e E 631.057,11 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 268°44'49" e 537,45 m até o vértice ponto SC10, de coordenadas N 6.777.625,53 m e E 630.519,79 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 21°51'23" e 392,21 m até o vértice ponto SC11, de coordenadas N 6.777.989,55 m e E 630.665,80 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 306°51'40" e 441,71 m até o vértice ponto SC12, de coordenadas N 6.778.254,52 m e E 630.312,39 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 309°47'13" e 27,66 m até o vértice ponto SC13, de coordenadas N 6.778.272,22 m e E 630.291,14 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 278°07'28" e 28,90 m até o vértice ponto SC14, de coordenadas N 6.778.276,30 m e E 630.262,53 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 252°39'54" e 32,05 m até o vértice ponto SC15, de coordenadas N 6.778.266,75 m e E 630.231,93 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 348°38'43" e 28,90 m até o vértice ponto SC16, de coordenadas N 6.778.295,09 m e E 630.226,24 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 51°33'47" e 212,89 m até o vértice ponto SC17, de coordenadas N 6.778.427,43 m e E 630.393,00 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 79°07'18" e 44,34 m até o vértice ponto SC18, de coordenadas N 6.778.435,80 m e E 630.436,54 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°41'20" e 104,20 m até o vértice ponto SC19, de coordenadas N 6.778.395,61 m e E 630.532,68 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 83°00'10" e 181,20 m até o vértice ponto SC20, de coordenadas N 6.778.417,68 m e E 630.712,53 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 12°10'56" e 130,19 m até o vértice ponto SC21, de coordenadas N 6.778.544,94 m e E 630.740,00 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 41°08'03" e 170,03 m até o vértice ponto SC22, de coordenadas N 6.778.673,00 m e E 630.851,85 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 87°56'12" e 59,17 m até o vértice ponto SC0=PP, de coordenadas N 6.778.675,13 m e E 630.910,98 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, MC 51oWGre encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como DatumSIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. O novo perímetro abrange o Bairro São Camilo, com área de 496.192,85m²

Parágrafo Único. A área do perímetro urbano do Bairro São Camilo está distribuída em 496.192,85m²

Art. 3º. As delimitações de que trata o artigo anterior estão demarcadas no mapa anexo em escala 1/5.000 que fica sendo parte integrante desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 24 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

TOMADA DE PREÇO Nº. 16/2015 - ANULAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM CAUQ NO ACESSO DO RETIRO DA UNIÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, NUM TOTAL DE 547,13MTS DE EXTENSÃO, incluindo materiais e mão de obra.

Considerando a supremacia da administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art.49, caput, da Lei Federal 8.666/93; Considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica, DECIDE, tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, ANULAR o referido certame licitatório, em razão da falta de autorização para licitar, a ser fornecida pelo MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, determinando ainda a comunicação da empresa participante do referido certame, bem como seja aberto um novo certame assim que for recebida a devida autorização. Publique-se. Ao fim, archive-se.

Sombrio-SC, 14 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 56/2015

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq e lajota sextavada em três ruas do município de sombrio, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Tipo de julgamento: menor valor global por lote.
Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 09h:30min do dia 13/05/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 10h:30min horas do dia 13/05/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 24/04/2015
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2015

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq em cinco ruas do município de sombrio, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Tipo de julgamento: menor valor global por lote.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 09h:30min do dia 13/05/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 14h:00min horas do dia 13/05/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 24/04/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2015

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq no acesso do retiro da união, incluindo materiais e mão de obra, conforme condições e quantitativos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Tipo de julgamento: menor valor global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 09h:30min do dia 13/05/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 16h:00min horas do dia 13/05/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 24/04/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Timbé do Sul**PREFEITURA****DECRETO 80/2015**

DECRETO Nº 80, de 23 de Abril de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais):

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(145) - Aplicações diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(143) - Aplicações diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 22/2015

PORTARIA Nº. 22, DE 23 de Abril de 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbó do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo identificado, gratificação de 30% sobre seus vencimentos:

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Jonathan Velho Burigo	3033	Diretor do Departamento de Agricultura

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul/SC, 23 de abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 171 2014 - PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - CONCORRÊNCIA Nº 171/2014 - PMT

Às quatorze horas, do vigésimo quarto dia do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento das propostas das empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Conforme consta da Ata de Abertura de Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que as propostas das empresas cumpriram com as exigências do Edital. No entanto, a proposta apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA apresentou divergência do BDI, bem como a proposta apresentada pela empresa PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA apresentou planilha com erros de arredondamento, e uma das planilhas contem um item a mais do que estava no processo licitatório. Em relação à empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, a mesma apresentou proposta com erros de arredondamento, conforme planilha de conferência onde fez constar o seguinte valor:

Empresa	Item	Valor total apresentado pela empresa	Valor total corrigido pelo engenheiro
ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA	1.1	R\$ 18.342.725,16 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos)	R\$ 18.344.841,65 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos)
	1.2	R\$ 554.595,42 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos)	R\$ 554.595,42 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos)
	TOTAL	R\$ 18.897.320,58 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos)	R\$ 18.899.437,07 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sete centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 18.344.841,65 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 32 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 32/2015 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do vigésimo quarto dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA., o Sr. José Carlos Cardoso, representando a empresa JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, o Sr. Rafael Luiz Mengarda e, representando a empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., o Sr. David Alencar da Silva, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preço nº 32/2015 - PMT.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA, JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP e CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos, verificou-se que a Declaração de Vistoria Técnica do local apresentada pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA não está assinada pelo engenheiro preposto da empresa (item 7.1.6, letra "d", inciso II do Edital). Em relação aos documentos da empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, verificou-se que a procuração apresentada, bem como o Certificado de Registro Cadastral estão sem autenticação, além disso, a Demonstração da Saúde Financeira não está assinada pelo contador responsável (item 7.1.4, letra "b"

do Edital). As empresas SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, não apresentaram a Certidão do Poder Judiciário (item 7.1.4, letra "d" do Edital).

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, em especial, encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e análise e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica do Edital.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

PRISCILA MACEDO

Membro

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA

JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP

CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N 04 2015 FUMTRAN - UNIFORME DOS AGENTES DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 04/2015 FUMTRAN

OBJETO: aquisição de uniformes destinados aos agentes de trânsito do DEMUTRAN, no exercício das suas atribuições administrativas, de apoio e operacionais de fiscalização de trânsito. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 11 de maio de 2015. ABERTURA: dia 11 de maio 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 24/04/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO CONTRATO 2015.70 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/70

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Paulo Roberto Volles Me.

OBJETO: Execução (compreendendo material e mão-de-obra) da construção de casa enxaimel junto Avenida Getúlio Vargas (Praça Frederico Donner), tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 05/2015 FCT.

VALOR: R\$ 170.235,47 (cento e setenta mil e duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2015.

JORGE REVELINO FERREIRO
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO - 19.2014 SAMAE MARGEM
COMÉRCIO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGIS-
TRO DE PREÇOS 19/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Margem Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda
Epp.

OBJETO: Acréscimo de 10 rolos ao item 040 (Tubo Pead PE80).

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2015.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO
CONTRATO Nº 06/2014**

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº
06/2014

Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratada: CASVIG - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, aten-
dimento e assistência técnica de alarmes.

O valor da mensalidade pelos serviços objeto do Contrato 06/2014
fica reajustado para R\$ 713,65 (setecentos e treze reais e ses-
senta e cinco centavos), a partir de 24/03/2015, alterando o valor
estabelecido na 5.1.2 do contrato, observado o índice de reajuste
(IPCA-IBGE) estabelecido na mesma cláusula, atendendo o item
13.8. do Edital do Pregão Presencial nº 01/2014. O registro deste
reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8º do
art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, bem como do Acórdão nº. 976/2005
do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Timbó (SC), 17 de Abril de 2015.
Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 06/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2015
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atri-
buições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constitui-
ção Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em
conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 004/2014, TORNA
PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, rela-
cionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos
públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado
final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer
durante o período de 27 de abril de 2015 a 08 de maio de 2015,
das 08:00hs às 12:00hs e 13:15hs às 17:00hs na Prefeitura Mu-
nicipal de Três Barras - SC, situada na Avenida Santa Catarina nº
616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega
dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº
004/2014.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima de-
signadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço
público.

Três Barras - SC, em 24 de abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CON-
FORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MU-
NICIPAL Nº 004/2014.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Psicólogo	Amanda Guimarães dos Santos
Psicólogo	Jaime Lhoti Ito Junior

Videira**PREFEITURA****DECRETO Nº 11.920/15**

DECRETO N.º 11.920/15, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10.809/12, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Samir Canonica, Vicente Viecei, Luiz Viecei e Associação Comunitária Antagordense - ACA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5656/2015, tendo por objeto pedido de renovação do Decreto nº 10.226/12, formulado por Vicente Viecei e outros, bem como a Comunicação Interna nº 41/2015, da Secretaria Municipal de Planejamento;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 03 (três) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 833,81 m2 (oitocentos e trinta e três metros e oitenta e um decímetros quadrados), a área nº 02 com 833,81 m2 (oitocentos e trinta e três metros e oitenta e um decímetros quadrados), e a área nº 03 com 1.248,12 m2 (um mil, duzentos e quarenta e oito metros e doze decímetros quadrados), de propriedade de Samir Canonica, Vicente Viecei, Luiz Viecei e Associação Comunitária Antagordense - ACA, constante da matrícula 0604, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.266,74 m2 (um mil, duzentos e sessenta e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados) conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 10.809/2012.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.943/15

DECRETO Nº 11.943/15, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Assessor Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SERGIO ANTONIO OZELAMI, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo, símbolo DAS-7, criado pela Lei nº 001/93 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de abril de 2015.

Videira, 17 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.945/15

DECRETO Nº 11.945/15, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações, bem como no Processo Administrativo nº 6361/15,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 22 de abril de 2015, KATIANI GUARACI DE MORAIS, Chefe do CREAS, símbolo DAS-5, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.011/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de abril de 2015.

Videira, 17 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - EMPRESA: AP OESTE DIS. E COM. DE ALIMENTOS LTDA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE PAPEL TOALHA

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa AP OESTE DIS. e COM. De ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94 apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 - PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
2	PAPEL TOALHA COR BRANCA 100 % CELULOSE VIRGEM, TOALHAS INTERFOLHADAS, 2 DOBRAS, FARDO COM 1000 TOALHAS, COM NO MINIMO DE TAMANHO 23X20CM.	GUIPEL LUXO	APROVADA

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa AP OESTE DIS. e COM. De ALIMENTOS LTDA, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 01 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiram a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação dos laudos/prospectos apresentados pela empresa AP OESTE DIS. e COM. De ALIMENTOS LTDA.

Videira, 22 de abril de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - EMPRESA: NUTRI SC COM. ALIMENTOS

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE ALCOOL ETILICO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NUTRI SC COM. ALIMENTOS, inscrita no CNPJ nº 07.814.016./0001-87 apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 - PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
5	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO LIQUIDO 46,2°INPM/54°GL EMBALAGENS DE 1 LITRO.	ILHA	APROVADA

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou

qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa NUTRI SC COM. ALIMENTOS, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 01 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas com informações que permitiram a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação dos laudos/prospectos apresentados pela empresa NUTRI SC COM. ALIMENTOS.

Videira, 22 de abril de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - EMPRESA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE ESPONJAS DUPLA FACE

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 - PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
1	ESPONJA DUPLA FACE.COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANA E FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO. MEDIDA 100MM X 71MM X 20MM, EM EMBALAGEM COM 3 UNIDADES.	BETA-NIN	APROVADA

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 01 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiram a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação das amostras físicas apresentados pela empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Videira, 22 de abril de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - EMPRESA: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE SABONETE LIQUIDO INFANTIL

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO R CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.248.680/0001-10, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 - PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
4	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL, EM FRASCOS DE 1 LITRO, COM VÁLVULA.	HI-GIMAX INFANTIL	Não apresentou

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, que obteve a proposta melhor classificada para o IEM 3 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação das amostras físicas não apresentadas pela empresa ROBERTO TESSARO R CIA LTDA.

Videira, 22 de abril de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 35/2015 - PMV - EMPRESA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE SABONETE LIQUIDO ANTISEPTICO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 14.534.916/0001-36, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 35/2015 - PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
3	SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO, COM FRAGRÂNCIA DE ERVA DOCE, EM BOMBONAS DE 5 LITROS.	PRE-MISSE	Não apresentou

Em atendimento ao item 1.2 - As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS, devidamente identificado (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, que obteve a proposta melhor classificada para o IEM 3 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação das amostras físicas não apresentados pela empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME.

Videira, 22 de abril de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LEI Nº 3.228/15

LEI Nº 3.228/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo, através da Fundação Municipal de Esportes de Videira, a proceder ao pagamento de despesas referente à taxa de inscrição na Copa Regional dos Campeões de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes de Videira, a proceder ao pagamento de despesas referente à taxa de inscrição na Copa Regional dos Campeões de 2015, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para Rádio Vale do Contestado Ltda, inscrita no CNPJ nº 01.850.436/0001-32, conforme Processo Administrativo nº 2.489/2015.

Parágrafo Único - O pagamento fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV
01 - Fundação Municipal de Esportes
2.076 - Manutenção da Fundação de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0378 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.229/15

LEI Nº 3.229/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CRIA FUNÇÃO GRATIFICADA, NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada uma função gratificada no Poder Legislativo Municipal, Símbolo FG - 1, a ser ocupada por servidor de Cargo de Provimento Efetivo de Contador da Prefeitura Municipal de Videira. Parágrafo único - As atribuições funcionais a serem desempenhadas pela função FG-1 na Câmara Municipal de Vereadores, bem como o valor, constam no Anexo I, que faz parte integrante desta lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal e de créditos suplementares devidamente autorizados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 24 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

LEI Nº 3.229/15

ANEXO I

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA

FUNÇÃO	NÍVEL
Contador	FG-1

DESCRIÇÃO SÚMRIA

Executar trabalhos inerentes à contabilidade da Câmara Municipal de Vereadores.

ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

Atribuições:

01. Executar os serviços contábeis.
02. Interpretar a legislação referente à contabilidade pública e responsabilidade fiscal.
03. Elaborar projeto orçamentário, inclusive seus anexos legais.
04. Elaborar relatório de execução orçamentária.
05. Elaborar escrituração e lançamento de informações contábeis da Câmara.
06. Realizar controle de empenhos e dotações orçamentárias.
07. Elaborar balancetes estatísticos da contabilidade da Câmara.
08. Assinar juntamente com o Presidente, os balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis da Câmara.
09. Vistar todos os documentos elaborados pela contabilidade.
10. Proceder levantamento, na época própria, do Balanço Geral da Câmara.
11. Supervisionar, acompanhar e controlar as prestações de contas devidas pela Câmara.
12. Colaborar na elaboração das folhas de pagamento e recolhimentos de impostos;
13. Realizar trabalhos relativos ao setor de pessoal;
14. Realizar todas as demais atividades atinentes ao cargo e função, de acordo com o profissional e normas que regulamentam a profissão.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- Escolaridade: Nível Superior em Contabilidade, com Registro Junto ao CRC.

Valor da Função Gratificada de Contador

FG-1	R\$ 800,00
------	------------

LEI Nº 3.230/15

LEI Nº 3.230/15, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a utilizar veículos e servidores Municipais para a execução do "Projeto Videira na Reconstrução de Xanxerê", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar veículos, pertencentes à frota Municipal, dentro do perímetro do Município de Videira, bem como, os serviços dos Servidores Públicos Municipais, para a execução do "Projeto Videira na Reconstrução de Xanxerê".

§1º Os veículos e serviços dos Servidores Públicos Municipais serão utilizados no período de 23 de abril de 2015 até 02 de maio de 2015, no horário das 14h00min às 21h00min, consistindo no recolhimento de donativos nos pontos de coleta e entrega dos mesmos no ponto central, localizado no Pavilhão da Igreja Matriz.

§2º Os pontos de coleta serão fixados nos seguintes locais: Corpo de Bombeiros; Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNO-ESC, Pavilhão do Bairro Santa Tereza, Pavilhão do Bairro São Cristóvão, Igreja Matriz e Seminário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0305/15

PORTARIA nº 0305/15
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Mem 038/15DEPLD,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora CRISTYANE FIORELLI MENDES, Diretora do Departamento de Pessoal, a partir do dia 13 de abril de 2015 até 10 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2015.

Videira, 17 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0306/15

PORTARIA nº 0306/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta nos Processos Administrativos nº 3282/2015 e 6456/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ZILDA LUCIA FELCKILCKER, Auxiliar de Serviços Gerais, de 11 de março de 2015 até 11 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 17 de março de 2008 até 16 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0167/15, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015.

Videira, 17 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0307/15

PORTARIA Nº 0307/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00038/12-3, nos assentos funcionais da servidora JOELCI DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 594, e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6379/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora JOELCI DA SILVA, detentora da matrícula nº 594 e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00038/12-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0308/15

PORTARIA nº 0308/15
Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5081/2015,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora SANDRA BALDO, ocupante do cargo de Analista de Nível Superior, a partir 26 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de março de 2015.

Videira, 17 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0309/15

PORTARIA nº 0309/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta nos Processos Administrativos nº 3333/2015 e 6566/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora CLARICE BRANCALIONE MARTINS, Professora, de 02 de maio de 2015 até 02 de agosto de 2015, referente ao quinquênio de 13 de fevereiro de 2010 até 12 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 173/15.

Videira, 17 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0314/15

PORTARIA nº 0314/15
Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6607/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Municipal Antônio Francisco Gaio (proximidades do ponto de ônibus), localizada na Avenida Manoel Roque - Paço Municipal, pelos Servidores Públicos Estaduais do Poder Judiciário de Videira/SC, do dia 20 de abril até 08 de maio de 2015, a fim de realizar movimento grevista dos respectivos servidores.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes

- ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 55/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FORMA PARCELADA DE TINTAS PARA SEREM UTILIZADAS NA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 11/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Abril 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 56/2015 - PMV. 1. OBJETIVO REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA SEREM UTILIZADAS NAS IDENTIFICAÇÕES DE OBRAS E AÇÕES DA PREFEITURA DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 13/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos

encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Abril 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 57/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA CASA MORTUÁRIA DO BAIRRO FARROUPILHA. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 08/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Abril 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE - MARÇO 2015

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MARÇO DE 2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			374.043,60		
1.2 - ITBI			433.900,12		
1.3 - ISS			1.991.354,34		
1.4 - IRRF			380.850,00		
1.5 - FPM			5.522.505,92		
1.6 - ITR			2.714,79		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			0,00		
1.8 - ICMS			9.120.835,09		
1.9 - IPVA			1.315.826,56		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			148.769,44		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			159.042,57		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			97.473,83		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			19.547.316,26		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			2.932.097,44		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			1.411.674,32		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.162.621,45		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			59.595,97		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			348.938,83		
TOTAL			6.914.928,01		
3. APLICAÇÃO		RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos		2.932.097,44	3.420.158,23	17,50	488.060,79
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		3.574.295,77	920.978,63	25,77	-2.653.317,14
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		408.534,80	74.207,19	18,16	-334.327,61
TOTAL		6.914.928,01	4.415.344,05		-2.499.583,96

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 23 de Abril de 2.015.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Xaxim**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA 025/2015****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2015
HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2015
CONTRATADO: CRESCER TREINAMENTOS CNPJ: 15.309.971/0001-95
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COORDENAR OS TRABALHOS JUNTO AS CONFERENCIAS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO IDOSO E DA ASSISTÊNCIA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 31/07/2015
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 24/04/2015
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 09/2015**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015
HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2015
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE TERAPEUTICA NOVA VIDA XANXERÊ
CNPJ: 135.995.53/000154
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE SAÚDE MENTAL PARA PACIENTE DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.080,00 (SETE MIL E OITENTA REAIS)
VIGÊNCIA: 06 MESES
FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

XAXIM, 23/04/2015
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Consórcios**ARIS****CONVITE Nº 01/2015**

Aviso de Licitação
Convite nº 01/2015
Processo Licitatório nº 18/2015
REPETIÇÃO

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 04 de maio de 2015, recebimento dos envelopes para licitação na modalidade CARTA-CONVITE, do tipo MENOR PREÇO, com a finalidade de aquisição de 300.000 (trezentos mil) folders com o tema CONSUMO SUSTENTÁVEL, com as seguintes especificações: 21,5x44,6cm, 4x4 cores, Tinta Seleção de Cores em Couche Brilho 115g. Gravação CTP. Dobrado = 2 paralelas, Empacotar.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- DATA: 04 de maio de 2015
- HORA: das 09h00m às 09h30m.
- LOCAL: Sede ARIS - Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, Santa Catarina

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 24/04/2015.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIS NORDESTE**CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 – CISNORDESTE/SC - RETIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS****RETIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 - CISNORDESTE/SC
A Comissão de Concurso Público nomeada pela Resolução nº 17/2014-CISNORDESTE/SC, tendo em vista a constatação de não observância, na prova de títulos realizada, da limitação imposta pelo § 2º do art. 39 da Resolução nº 27/2014 - CISNORDESTE/SC, consistente na não aceitação de títulos que tenham sido obtidos em data posterior à da publicação do edital do concurso, de ofício, ANULA a pontuação atribuída aos candidatos para cursos realizados posteriormente a 10/12/2014, revisando a pontuação total dos candidatos e lista de classificação preliminar publicada em 15/04/2015, tornando pública a nova classificação preliminar.

Emprego Público: Administrador

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Alexandre Isé Firmino da Silva	006.AD	12/05/1979	3333995	25	0	25	1
Flávia Priscila Gallo de Souza	004.AD	13/06/1979	6297190-8	25	0	25	2
Marciel Maliseski Júnior	003.AD	18/10/1990	4973021	23	0	23	Pontuação insuficiente
Carlos Alberto Felippi	002.AD	14/05/1985	4350884	21	0	21	Pontuação insuficiente
Adilson da Silva	008.AD	19/08/1980	4018273	18	0	18	Pontuação insuficiente
Maria Alejandra Maldonado Bonilla	009.AD	29/12/1965	6997909	17	0	17	Pontuação insuficiente
Roslaine de Oliveira	011.AD	18/04/1989	4904378	17	0	17	Pontuação insuficiente
Eleandro Junior Tabora	001.AD	07/07/1989	9728747-3	17	0	17	Pontuação insuficiente
Daniel Hoss Schabarum	010.AD	14/09/1981	3528628	16	0	16	Pontuação insuficiente
Maristela Soares Pereira Moretti	012.AD	20/06/1973	2443513	15	0	15	Pontuação insuficiente
Allisson Kaue Wachholz Pereira	013.AD	16/10/1987	4903446	12	0	12	Pontuação insuficiente
Solange Schorck	005.AD	17/01/1981	3641587	8	0	8	Pontuação insuficiente
Caroline Renata Delle Finati	007.AD	26/02/1990	46197766-7	0	0	0	Ausente

Emprego Público: Apoio Logístico

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Kalinka Caroline Godoy Grisang	001.AL	18/01/1987	4023870	31	0	31	1
Eliana Pessôa Machado Collêt	002.AL	28/02/1960	978804	23	0	23	Pontuação insuficiente

Emprego Público: Assistente Administrativo

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Patrícia Daura de Souza	010.ASS	17/09/1984	4416545	29	5	34	1
Rafaela Devegili José	005.ASS	12/01/1985	4576176	30	4	34	2
Elenir Berkenbrock Silveira	031.ASS	19/11/1986	4876864	29	5	34	3
Lucas Eduardo Guse	003.ASS	07/12/1994	6441406	34	0	34	4
Cesar Fernandes Gerales	009.ASS	04/05/1983	27839431-0	32	1	33	5
Wagner Budal Arins	027.ASS	16/04/1993	5537409	27	3	30	6
Morgana Otília Silva	004.ASS	22/11/1990	5674727	25	3	28	7
Jonas Gonçalves da Maia	034.ASS	22/06/1991	4986229	25	3*	28	8
Rafael Gustavo de Santiago	002.ASS	22/06/1996	5981075	25	2	27	9
Vanessa Moreira de Magalhães	014.ASS	30/05/1988	45874700-2	25	1	26	10
Jonatas Koepp Ribeiro	036.ASS	10/07/1985	4294379-5	25	0	25	11
Leonardo Jacob de Souza	006.ASS	31/05/1996	5693061	25	0	25	12

Jose Milton Leite	021.ASS	25/01/1972	3000647	24	0	24	Pontuação insuficiente
Débora Gouveia	030.ASS	23/05/1982	4130372	24	0	24	Pontuação insuficiente
Juliana Hostim Corrêa	035.ASS	10/08/1979	3824102	20	0	20	Pontuação insuficiente
Fillipp Neubauer	020.ASS	04/04/1991	5135227	20	0	20	Pontuação insuficiente
Marilú Giacomini	024.ASS	19/10/1991	5950092	20	0	20	Pontuação insuficiente
Victor Vinícius Jung	023.ASS	27/06/1994	6536569	20	0	20	Pontuação insuficiente
Eric Perez	013.ASS	19/04/1989	60135991	19	0	19	Pontuação insuficiente
Thaís Correa	016.ASS	29/10/1991	5816923	19	0	19	Pontuação insuficiente
Karmel Cristina Nardi da Silva	012.ASS	11/07/1987	9086482123	18	0	18	Pontuação insuficiente
Vanessa Fernandes Vieira	038.ASS	31/03/1981	4045045	17	0	17	Pontuação insuficiente
Andréa da Costa Fachi	028.ASS	21/08/1975	2848171	16	0	16	Pontuação insuficiente
Ricardo Guilherme Correia Riesenber	018.ASS	14/12/1979	3319427-0	16	0	16	Pontuação insuficiente
Raykel Adara Godoy Grisang Santana	026.ASS	07/04/1991	4023871	16	0	16	Pontuação insuficiente
Carlos Eduardo Floresta	008.ASS	10/01/1978	29265613-0	15	0	15	Pontuação insuficiente
Alessandra Vanzueta	007.ASS	31/05/1979	3554621	15	0	15	Pontuação insuficiente
Paola Simão da Silva	037.ASS	19/03/1993	5885586	15	0	15	Pontuação insuficiente
Denise Sayuri Kobayashi Riscalli	017.ASS	22/02/1980	6535953	14	0	14	Pontuação insuficiente
Ramon Alberto Rocha	032.ASS	01/08/1990	5346124	14	0	14	Pontuação insuficiente
Jéssica Beatris Moreira Leite	039.ASS	25/11/1991	6019674	14	0	14	Pontuação insuficiente
Stéfannie Gomes Ramalho	015.ASS	03/09/1994	6030332	14	0	14	Pontuação insuficiente
Janete Seba	029.ASS	24/05/1960	5803982	9	0	9	Pontuação insuficiente
Christiane da Graça Martins Gomes	022.ASS	26/09/1976	3000729	9	0	9	Pontuação insuficiente
Daniela de Limas	025.ASS	30/05/1984	4353897	9	0	9	Pontuação insuficiente
Cristiano Roberto Sohn	033.ASS	03/01/1978	3433985	0	0	0	Ausente
Juliana da Cunha	019.ASS	23/03/1984	4409122	0	0	0	Ausente
Efraym Bem Jose Falcão	011.ASS	12/07/1986	9914563	0	0	0	Ausente
Marcele Kirschbauer	001.ASS	18/07/1991	5457989-9	0	0	0	Ausente
Emprego Público: Auxiliar Administrativo							
NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO TOTAL	Classificação
Josimeri Nicolodi Nespeca	012.AA	06/11/1978	3206859	35	3*	38	1
Vera Richter Blosfeld	002.AA	01/11/1960	1686250-9	30	0	30	2
Ivo Ristau Junior	009.AA	04/03/1978	1357224	28	0	28	3
Tatiana Zardo Engel	010.AA	16/03/1982	3828193	24	0	24	Pontuação insuficiente

Priscila Luiza Pereira	004.AA	05/06/1983	4155359	21	0	21	Pontuação insuficiente
Jéssica Tamara Pavanello	013.AA	27/02/1991	5600717	20	0	20	Pontuação insuficiente
Clovis Alencar Gonçalves Júnior	007.AA	17/04/1991	1098048661	20	0	20	Pontuação insuficiente
Maria Helena Baloni	005.AA	16/07/1997	6425099	18	0	18	Pontuação insuficiente
Jaqueline Varaldo Bonfanti	011.AA	21/01/1989	5516525	16	0	16	Pontuação insuficiente
Leonardo da Silva de Paula	006.AA	24/12/1983	4417306	13	0	13	Pontuação insuficiente
Marcia Akemi Fukucima Akinaga	014.AA	02/10/1964	3570409-4	11	0	11	Pontuação insuficiente
Marcia Fuckner	003.AA	06/12/1981	4425430	9	0	9	Pontuação insuficiente
Marcos Vinicius Gurgacz	008.AA	16/09/1979	3415116-8	0	0	0	Ausente
Dolvina Gabriela Formigoni Carvalho	001.AA	30/11/1993	5607544	0	0	0	Ausente

Emprego Público: Contador

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Tiago de Almeida	002.C	01/05/1989	10266212-1	29	4	33	1
Bianca Menssaline de Souza	001.C	10/08/1986	5204218	25	2	27	2
Daniele Cristine Kamke Will	005.C	12/08/1982	4362491	24	0	24	Pontuação insuficiente
Evelyse Barbosa Pontes	004.C	08/05/1987	9285752-2	24	0	24	Pontuação insuficiente
Rafaela Breneisen	003.C	29/05/1987	5216924	18	0	18	Pontuação insuficiente

Emprego Público: Controlador Interno

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Paulo Afonso Nicoletto	004.CI	21/12/1983	4292365	25	7	32	1
Carina Hellmann Grabovski	015.CI	24/10/1987	4663399	29	0*	29	2
Laura de Pieri Kwiezynski	018.CI	28/04/1990	5302267	27	0	27	3
Alessandro Pereira Ramos	001.CI	14/11/1988	4353975-0	25	0	25	4
Claudemir Carvalho	027.CI	03/04/1980	3637438	23	0	23	Pontuação insuficiente
Rosana Emilia Greipel	025.CI	16/05/1971	2374176-7	22	0	22	Pontuação insuficiente
Lorena da Luz Donato	028.CI	20/07/1986	9111973-0	22	0	22	Pontuação insuficiente
Tamara Maciel da Silva	021.CI	01/05/1991	10327906-2	22	0	22	Pontuação insuficiente
Eliane Francener Holz	022.CI	07/05/1977	10271775-9	21	0	21	Pontuação insuficiente
Karina Bahia Bittencourt Vieira Carvalho	006.CI	10/02/1980	3891996	20	0	20	Pontuação insuficiente
Deisi Adriane Schaefer Hilgens-tieler	030.CI	13/06/1976	2846179	19	0	19	Pontuação insuficiente
Ulisses Pereira Machado	002.CI	30/12/1982	28319679-8	19	0	19	Pontuação insuficiente
Patrícia Eliane Junior Vaz	011.CI	25/10/1989	5816485	19	0	19	Pontuação insuficiente

Andressa Pereira	008.CI	19/10/1991	5993301	19	0	19	Pontuação insuficiente
Odair Jose Kreusch Lopes	016.CI	09/04/1974	3007616	18	0	18	Pontuação insuficiente
Jaison Boldt	026.CI	22/06/1980	3984500	18	0	18	Pontuação insuficiente
Luana Gabriela Lach Siedschlag	010.CI	06/05/1992	5951036	18	0	18	Pontuação insuficiente
Elisete Olavo Frech	029.CI	07/10/1966	1863567	16	0	16	Pontuação insuficiente
Katia Simone Sell Cattoni	019.CI	17/02/1974	2846713	16	0	16	Pontuação insuficiente
Bárbara Priscila Fusinato	003.CI	16/05/1984	3547618	16	0	16	Pontuação insuficiente
Fabiane Assmann Rockenbach Kupas	031.CI	10/07/1987	4449946	16	0	16	Pontuação insuficiente
Thomas Bolduan Hildebrand	005.CI	14/10/1988	4322524	16	0	16	Pontuação insuficiente
Fernando Henrique sofiatti	009.CI	16/08/1989	5571545	16	0	16	Pontuação insuficiente
Nilton Manoel Lacerda Adão	012.CI	21/05/1975	3268733	15	0	15	Pontuação insuficiente
Ezequiel Alves da Silva	024.CI	21/05/1984	4534997	13	0	13	Pontuação insuficiente
Daniela Melo	013.CI	17/05/1978	3795186	11	0	11	Pontuação insuficiente
Larissa Montemor Bertazo	020.CI	12/03/1980	3873838	11	0	11	Pontuação insuficiente
Eliakim Zelindro	023.CI	14/07/1988	5105396	9	0	9	Pontuação insuficiente
Aristides Bruske Junior	017.CI	17/11/1983	4353307	0	0	0	Ausente
Rafael Gustavo de Lima	014.CI	04/04/1990	4712142	0	0	0	Ausente
José Roberto Miranda	007.CI	01/01/1991	4965615	0	0	0	Ausente

Emprego Público: Motorista

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Jairo de Azevedo	007.M	12/06/1985	1092324779	34	3	37	1
Emerson Jerônimo Martins	006.M	04/11/1987	4360454	27	3	30	2
Sidimar Fiamoncini	008.M	22/02/1989	4974779	30	0	30	3
Geubrair Luis Santana	011.M	03/11/1980	6265235	29	0	29	4
Jader Paol Bertoli	013.M	11/06/1970	1988182	25	0	25	5
Wilson Luis Fachi	005.M	24/10/1969	1861603	24	0	24	Pontuação insuficiente
Irineu Blossfeld	001.M	04/08/1957	1524833-5	23	0	23	Pontuação insuficiente
Yuri Cristian da Silva Vaz	003.M	24/10/1993	6193588	23	0	23	Pontuação insuficiente
Haroldo João Heyse	004.M	12/10/1957	606121	21	0	21	Pontuação insuficiente
Emerson da Silva Vaz	009.M	30/08/1972	717808	20	0	20	Pontuação insuficiente
Alfredo Arildo Schulze Fuckner	002.M	04/06/1960	1097251-0	19	0	19	Pontuação insuficiente
Moises Silvo Zelindro	012.M	17/08/1975	2762485	19	0	19	Pontuação insuficiente

Emprego Público: Técnico em Contabilidade

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
------	------------------	------------	------------	----------------	---------------	-------	---------------

Guilherme Rayan de Souza	001.TC	24/07/1990	5693635	21	0	21	Pontuação insuficiente
Paula Adriana Picolli Rodrigues da Silva	004.TC	20/07/1975	3319974	19	0	19	Pontuação insuficiente
Rosilda Sens da Silva Vaz	002.TC	08/06/1970	2252019	14	0	14	Pontuação insuficiente
Iselda Telles de Ramos	003.TC	20/10/1967	4749251-3	12	0	12	Pontuação insuficiente
Silvana Oesterreich Henning	005.TC	26/03/1971	2316192	0	0	0	Ausente
Emprego Público: Zelador							
NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Divanir Solange Pauly Baloni	002.Z	29/01/1964	2057356	30	0	30	1
Denise Alida Seidel	001.Z	26/04/1966	2845436	30	0	30	2

* Pontuações revisadas, conforme fundamentação do preâmbulo.

Pedidos de revisão poderão ser apresentados nos dias 27/04/2015 e 28/04/2015, na forma do item 9.2 do Edital.

Joinville, 27 de abril de 2015.

Ana Maria Groff Jansen

Márcia Regina Ebert

Norma Bassols Rodrigues Holz

CIS/AMARP

EXTRATO CONTRATO 77 2015

EXTRATO DE CONTRATO 77/ 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e OMAR MUSTAFA ATYEH, CNPJ 13.499.552/0001-38, com endereço a rua Porto Alegre, 427 D, sala 707 D, centro, Chapecó SC .

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 77/2015.

Prazos: inicia-se em 10 de Abril de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 10/04/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e OMAR MUSTAFA ATYEH contratado.

RESOLUÇÃO 07 2015 CPL

Resolução nº 07/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de OMAR MUSTAFA ATYEH, com endereço a rua Porto Alegre, 427 D, sala 707 D, centro, Chapecó SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

CONSULTAS	CÓDIGO SUS	Valor	
REUMATOLOGIA (CONSULTA)	03.01.01.007-2	60,00	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 10 de Abril de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 17 2015

Resolução nº 17/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, a seguir:

OMAR MUSTAFA ATYEH, com endereço a rua Porto Alegre, 427 D, sala 707 D, centro, Chapecó S/C, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 77/2015.

CONSULTAS	CODIGO SUS	CIS
REUMATOLOGIA (consultas)	03.01.01.007-2	60,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 10 de Abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 18 2015

Resolução nº 18/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

ANÁLISES CLÍNICAS	CODIGO SUS	CIS
TOXOPLASMOSE IGG AVIDEZ	*9016201	45,00

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 23 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMOSC

EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015 - ABRIL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC

EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015

MÊS DE ABRIL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 10/2015

PRESTADOR: CLÍNICA DE RADIOLOGIA SANTA ANA LTDA - EPP

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografia e Ressonância Magnética.

VIGÊNCIA: A partir de abril de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 11/2015

PRESTADOR: AURIS OTORRINOLARINGOLOGIA S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consultas e cirurgias e Otorrinolaringologia.

VIGÊNCIA: A partir de abril de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 12/2015
PRESTADOR: RODRIGO HERMEL MENIN
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de abril de 2015

EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015 - JANEIRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC
EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015

MÊS DE JANEIRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2015
PRESTADOR: PRO-CARDIO CLINICA DE CARDIOLOGIA S/S LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta em Cardiologia, Ecografia, Eletrocardiograma, Teste de esforço e Holter.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 02/2015
PRESTADOR: LABORATÓRIO SILVANA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2015

EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015 - MARÇO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC
EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO 2015

MÊS DE MARÇO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 03/2015
PRESTADOR: PAMELLA THIARA GALVÃO
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Nutricional.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 04/2015
PRESTADOR: MICHELI PERGHER
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 05/2015
PRESTADOR: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA AUDITIVA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em Fonoaudiologia e exames.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 06/2015
PRESTADOR: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE PERITIBA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Radiodiagnóstico e Ultrassonografia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 07/2015
PRESTADOR: PROTEGY SALA DE VACINAS E FONOAUDIOLOGIA LTDA EPP
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em Fonoaudiologia e exames/ Próteses Auditivas
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 08/2015
PRESTADOR: JORGE LUIZ DA SILVA JUNIOR
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em exames de Ultrassonografia
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 09/2015
PRESTADOR: MARTINS CLINICA MEDICA LTDA
OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta e exames em Otorrinolaringologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2015

CVC**ATESTADO DE APROVAÇÃO 001/2015****ANEXO IV - ATESTADO DE APROVAÇÃO**

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015 PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, em epígrafe, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
PN 0001	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA	
PN 0002	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	QBOM	
PN 0003	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	TORTUGA	
PN 0004	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	TORTUGA	
PN 0005	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	QBOM	
PN 0006	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0007	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	TORTUGA	
PN 0008	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA	
PN 0009	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0010	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0011	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	QBOM	
PN 0012	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5	TORTUGA	
PN 0013	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	
PN 0014	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0014	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
PN 0015	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	QBOM	
PN 0016	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0017	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0018	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA	
PN 0019	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	TORTUGA	
PN 0020	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0021	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	
PN 0022	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM	
PN 0023	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	QBOM	
PN 0024	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	QBOM	
PN 0025	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	QBOM	
PN 0026	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	QBOM	
PN 0027	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	QBOM	
PN 0028	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	QBOM	
PN 0029	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	QBOM	
PN 0030	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	QBOM	
PN 0031	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL	QBOM	
PN 0032	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	ASSURANCE
PN 0033	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	ASSURANCE
PN 0034	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		KELLY (fab. goodyear)	METRIC XTRA
PN 0035	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO

PN 0036	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		GOODYEAR	RHS
PN 0037	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA RE760
		GOODYEAR	EXCELLENCE AQUAMAX
		GOODYEAR	EFFICIENT GRIP PERFORMANCE ROF
PN 0038	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0039	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER HT
		GOODYEAR	SUV
		GOODYEAR	EFFICIENT GRIP SUV
PN 0040	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	FORTERA
		GOODYEAR	ARMORTRAC
PN 0041	PNEU 245/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	ARMORTRAC
PN 0042	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER HT
		GOODYEAR	ARMORTRAC
PN 0043	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
		GOODYEAR	G677
PN 0044	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0045	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0046	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
		GOODYEAR	CONQUISTADOR
PN 0047	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		GOODYEAR	G686
PN 0048	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		GOODYEAR	G686
PN 0049	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	ASSURANCE
		KELLY (fab. goodyear)	METRIC XTRA
PN 0050	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	ASSURANCE
		KELLY (fab. goodyear)	METRIC XTRA

PN 0051	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	DURAPLUS
PN 0052	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F580
		GOODYEAR	GT2
PN 0053	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F580
		GOODYEAR	RT/S
PN 0054	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	EXCELLENCE AQUAMAX
		GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
PN 0055	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA GIII
		GOODYEAR	ASSURANCE
PN 0056	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0057	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0058	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G26
PN 0059	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686
PN 0060	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	FORTERA
		GOODYEAR	ARMORTRAC
PN 0061	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686
PN 0062	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		GOODYEAR	G686
PN 0063	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686
PN 0064	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52
		GOODYEAR	G8
PN 0065	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	AS22
		GOODYEAR	BANDEIRANTE

PN 0066	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52
		GOODYEAR	G8
PN 0067	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65
		GOODYEAR	G8
PN 0068	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	CTRZ
		GOODYEAR	G665
PN 0069	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0070	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0071	PNEU 1100-22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65
		GOODYEAR	G8
PN 0072	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		GOODYEAR	G665
PN 0073	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0074	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		GOODYEAR	G686
PN 0075	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677
PN 0076	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		GOODYEAR	G686
PN 0078	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		GOODYEAR	EXCELLENCE AQUAMAX
PN 0079	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	ASSURANCE
PN 0081	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0082	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		GOODYEAR	EXCELLENCE AQUAMAX

PN 0083	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		GOODYEAR	EFFICIENT GRIP
PN 0084	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F900
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
PN 0085	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0086	PNEU 195/75R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0087	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER300
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
PN 0088	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	POTENZA GIII
		GOODYEAR	ASSURANCE
		GOODYEAR	FORTERA
PN 0089	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
PN 0090	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
PN 0091	PNEU 215/65R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 98 INDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUV
PN 0092	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M814
		GOODYEAR	RHD
PN 0093	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	FORTERA
PN 0094	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	SUV
PN 0095	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	FORTERA
PN 0096	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	ADVENTURE
PN 0097	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
		GOODYEAR	G32 CARGO
PN 0098	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER A/T D693
		GOODYEAR	ADVENTURE
PN 0099	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA GIII
		GOODYEAR	EXCELLENCE ROF
		GOODYEAR	EAGLE F1

PN 0100	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION VERDE AS
		GOODYEAR	W. HP
PN 0101	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELER A/T D693
		GOODYEAR	ADVENTURE
PN 0102	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	ARMORTRAC
		GOODYEAR	RT/S
PN 0103	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
		GOODYEAR	G677
PN 0104	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M840
		GOODYEAR	G686
PN 0105	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
		GOODYEAR	CT160
PN 0106	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
		GOODYEAR	CT160
PN 0107	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	R230
		GOODYEAR	G32
PN 0108	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
PN 0109	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
PN 0110	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0111	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0112	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0113	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	AT UTILITY
		GOODYEAR	IT525
PN 0114	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE III
PN 0115	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	SUPER CUART
PN 0116	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PM12
		GOODYEAR	SGL

PN 0117	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SGG RB G2
		GOODYEAR	SGG
		TITAN	ROAD GRADER
PN 0118	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	FIRESTONE	SRG DT CRC E4
		GOODYEAR	HRL-4B
		TITAN	SUPER LCM
PN 0119	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		GOODYEAR	RAIADO MAQ AGRIC
PN 0120	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	HIGH FLOTATION
PN 0121	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS INDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		GOODYEAR	FARM UTILITY
PN 0122	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN16
		GOODYEAR	IT323
PN 0123	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SGG RB G2
		GOODYEAR	SGG
		TITAN	ROAD GRADER
PN 0124	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	COMPACTADOR
PN 0125	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0126	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0127	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM95
		GOODYEAR	HRL-3A
PN 0128	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	VUT V-STEEL U-TRACTION G2 1*
		GOODYEAR	SG2B
PN 0129	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA	GOODYEAR	IT323
PN 0130	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN12
		GOODYEAR	ISG
PN 0131	PNEU 16.9-28, PARA RETROESCAVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	AT UTILITY
PN 0132	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SAT 23G
		GOODYEAR	DYNA TORQUE II
PN 0133	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SRG LD L3
		GOODYEAR	SGL
		TITAN	EART TRACT
PN 0134	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	LANDE	C2
		GOODYEAR	ALL WEATHER
PN 0135	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		GOODYEAR	RIB TRACTOR
PN 0136	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD500
		GOODYEAR	RIB TRACTOR
PN 0137	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PIRELLI	PN16
		GOODYEAR	IT323
		TITAN	HD2000
PN 0138	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS	PIRELLI	CT85
		GOODYEAR	LABORER

PN 0139	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	ALL TERRAIN
PN 0140	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	ALL TERRAIN
PN 0141	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PIRELLI	RM95
		GOODYEAR	HRL-3A
PN 0142	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	FIRESTONE	RG EXCAVATOR E3
		GOODYEAR	HRL-3A
PN 0143	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	VUT V-STEEL U-TRACTION G2 1*
		GOODYEAR	SG2B
PN 0144	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	XMCL 500/70R24
PN 0145	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA	FIRESTONE	P671 CAMPEAO SUPREMO
PN 0146	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12	FIRESTONE	T2 TRATOR
PN 0147	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	RINALDI	R34
PN 0148	PNEU MOTO 110-80-18	RINALDI	R34
PN 0149	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO	RINALDI	R34
PN 0150	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO	RINALDI	PD29
PN 0151	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO	RINALDI	PD29
PN 0152	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	RINALDI	R34
PN 0153	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH21
PN 0154	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	RINALDI	BS32
PN 0155	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO	RINALDI	R34
PN 0156	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO	RINALDI	R34
PN 0158	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	RINALDI	BS32
PN 0159	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R34
PN 0160	PROTETOR 1000 - 20	RUZI	R20
PN 0161	PROTETOR 1100 - 22	RUZI	R22
PN 0162	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	R24
PN 0163	PROTETOR 750 -16	VIPAL	VULK
PN 0163	PROTETOR 750 -16	RUZI	R16
PN 0164	PROTETOR 900- 20	RUZI	R20
PN 0165	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	R25
PN 0166	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5	ABC	C/210MM
	Coronel Freitas - SC, 24 de abril de 2015.		
	Responsável pela aprovação		

